

## **A Circulação nos Paços Portugueses no Século XVI**

**Manuel Pereira Rico Apóstolo**

**Dissertação de Mestrado em História da Arte**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

**Março, 2020**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Arte, área de especialização em Artes da Época Moderna e da Expansão, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Senos.

*Aos meus avós.*

*Aos meus pais.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a ajuda directa ou indirecta de várias pessoas que marcaram o meu percurso académico.

Em primeiro lugar quero expressar os meus mais sinceros agradecimentos ao Prof. Nuno Senos pelo apoio, disponibilidade, paciência e confiança que depositou em mim ao longo de todo o processo. Sem o seu rigor e exigência nem eu nem esta tese seríamos os mesmos.

Agradeço às Professoras Joana Cunha Leal, Alexandra Curvelo, Margarida Tavares da Conceição e Margarida Brito Alves por sugestões e diálogos que tiveram um impacto profundo em algumas das opções tomadas.

À Dr<sup>a</sup> Paula Noé por me dar a conhecer algumas fontes que se mostraram indispensáveis para esta dissertação.

Aos meus pais e aos meus irmãos Zé e Frederico, figuras incontornáveis na minha formação e que me acompanharam em todos os desafios.

Ao Manel pelo apoio e presença constantes, pela compreensão nos momentos mais difíceis, por tudo.

À Joana Alves Ferreira por comigo ter criado uma estrutura que tornou possível o desenvolvimento e conclusão desta dissertação.

Aos meus amigos e colegas da FCSH, CHAM e BN que tanto me acompanharam e sem os quais dificilmente esta dissertação poderia ter sido escrita: Daniela Simões, Ana Moás, Catarina Santana Simões, João Feteira, Mariana da Mata Passos, Rui Aballe Vieira, Adolfo Cueto Rodríguez, Ricardo Marques, Hélder Carvalho, Luís Correia, João Marcos Copertino Pereira, Miguel Ribeiro Soares e Inês de Castro Cristóvão.

Finalmente aos meus caros amigos Luís Lázaro Matos, Inês Costa e João de Vasconcelos Simão por todo o apoio, amizade e compreensão nas minhas ausências.

# **A Circulação nos Paços Portugueses no Século XVI**

**Manuel Pereira Rico Apóstolo**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** arquitectura civil, tardo-gótico, manuelino, renascimento, palácio

Com a presente dissertação pretendemos identificar as lógicas de circulação e compartimentação dos paços portugueses durante a vigência da dinastia Avis-Beja, entre os reinados de D. Manuel (1495-1521) e D. Henrique (1578-1580), assim como aferir, sempre que possível, de que forma estes se relacionam com o panorama cultural e social quinhentista.

Na primeira parte começa-se por problematizar a forma como as estruturas residenciais se relacionam com vários tipos de espaços exteriores e como se processava o acesso a um paço. Daí parte-se para a análise tanto dos dispositivos de circulação vertical e horizontal, como dos percursos que eles criam. De igual forma, procurar-se-á confrontar estes dispositivos com tipologias já estudadas por outros autores.

A segunda parte associa o anterior estudo dos aspectos morfológicos ao das suas utilizações. Analisa-se o que decorria nos espaços, quem a eles acedia e de que forma estes aspectos se relacionaram com o protocolo cortesão, tanto na normalidade do dia-a-dia como em cerimónias excepcionais.

## **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** architecture, late-gothic, early-modern, renaissance, palace, manor house, tower house

This thesis aims at identifying the logics of circulation and compartmentalization of Portuguese palaces dating to the Avis-Beja dynasty, that is, the period between the reigns of Manuel I (1495-1521) and Henrique (1578-1580). Where possible, this thesis assesses how these logics relate to the social and cultural scene in sixteenth-century Portugal.

The first part discusses the relationship between residential buildings and the various types of exterior spaces, as well as the processes of accessing such buildings. It then analyses the devices of vertical and horizontal circulation, along with the paths that they create. It also evaluates these devices against typologies studied by other authors.

The second part draws on the previous analysis of morphological characteristics to explore them with regard to their usage. This thesis examines what took place in those spaces, who had access to them, and how these aspects related to courtly protocol, both in everyday life and during special, ceremonial events.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
1. ASPECTOS TEÓRICOS .....	3
1. 1. Panorama historiográfico .....	3
2. 2. Fontes e metodologia .....	12
2. CIRCULAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL .....	16
2. 1. Interior/exterior .....	17
2.1.1. Em torno dos paços de alcáçova .....	17
2.1.2. Paços de pátio murado .....	22
2.1.3. Pátios inclusos .....	30
2.1.4. Os espaços públicos: ruas, praças e terreiros .....	42
2. 2. Circulação vertical (escadas). .....	45
2.2.1. As torres medievais e as escadas de madeira .....	46
2.2.2. A longa duração da escada exterior .....	48
2.2.3. Estruturas cobertas .....	53
2.2.4. Caracóis .....	57
2.2.5. Escadas de lanços na espessura dos muros .....	59
2.2.6. A caixa de escada de lanços, interior e monumental .....	60
2. 3. Circulação horizontal. ....	62
2.3.1. O aposento .....	62
2.3.2. Alpendres .....	64
2.3.3. Do eirado à varanda .....	66
2.3.4. Corredores .....	71
2.3.5. Passadiços .....	73

3. FUNÇÕES .....	77
3.1. O que precede, une ou sucede o aposento.....	77
3.2. Os aposentos senhoriais.....	81
3.2.1. A sala .....	82
3.2.2. A antecâmara.....	88
3.2.3. A câmara .....	95
3.2.4. A recâmara, o oratório e o retrete.....	98
3.3. Os aposentos femininos. ....	104
CONCLUSÃO .....	115
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	119
FIGURAS .....	128

## INTRODUÇÃO

O conhecimento que temos dos paços erguidos ou utilizados durante os reinados de D. Manuel (1495-1521), D. João III (1521-1557), D. Sebastião (1557-1578) e D. Henrique (1578-1580) tem sido alicerçado, em boa medida, nos exemplos ainda subsistentes, os quais foram, claro está, invariavelmente alvo de obras que em maior ou menor grau os foram alterando e adaptando a novas exigências do gosto, comodidade ou protocolo. Talvez por estes motivos as abordagens têm-se fixado na leitura dos volumes gerais, elementos decorativos – procurando destrinçar a que períodos poderão pertencer cada uma das partes – e, mais raramente, à compartimentação interior. Pese embora sejam trabalhos meritórios *per se*, acabam por relegar para um lugar de algum esquecimento a maior parte das questões relacionadas com a circulação, acessibilidades e uso primitivo dos espaços.

Salvo alguns estudos essencialmente monográficos, que adiante referiremos em capítulo específico, muitas outras questões têm ficado por responder: como se acedia a um paço moderno? Como se relacionava o exterior com o interior? E, uma vez lá dentro, como se passava de um espaço para outro, através de que dispositivos arquitectónicos (corredores, varandas, entre outros)? E quem tinha acesso a estes espaços? De que forma se condicionava, ou, pelo contrário, facilitava o acesso às diferentes partes de um paço? De que modo o protocolo de corte, num constante processo de complexificação, configurou o espaço arquitectónico e a sua vivência?

Este trabalho procura, pois, colmatar, com o estudo de fontes escritas e iconográficas, algumas até agora pouco exploradas, bem como de exemplares subsistentes, a necessidade de um estudo que, não descartando completamente aspectos referentes aos encomendantes ou a arrumações estilísticas, privilegiasse o entrecruzamento entre os espaços, as suas potencialidades de circulação e a gestão social e cultural das acessibilidades entre o final da idade média e os alvares do período moderno.

Para levar a cabo esta tarefa começaremos por reler a historiografia da especialidade e, em particular, os mais recentes contributos de alguns autores que, de

forma mais constante e aprofundada, se têm dedicado aos problemas relativos à estruturação e uso dos paços quinhentistas, mas não tanto à circulação e acessos; e analisar as numerosas fontes disponíveis que, na sua maior parte, foram já alvo de publicação. De todas estas falaremos no primeiro capítulo.

Procuraremos reconstituir e interpretar a forma como um grande número de paços existentes no século XVI – se bem que alguns parecem, como veremos, ser de fundação anterior – se relacionavam com o exterior, de que forma se lhes acedia e quais os dispositivos de circulação que mediavam esse processo. A este trabalho seguir-se-á a análise de todos os outros dispositivos de circulação por nós detectados, tendo o cuidado de os relacionar com os espaços contíguos, ao qual associaremos uma introdução ao estudo da compartimentação, circulação e acessibilidades, aludindo-se, simultaneamente, ao aposento ideal, como prescrito no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, e à bastante mais diversa realidade edificada ou documentada.

Por fim, dedicar-nos-emos, dentro dos limites de tempo e espaço que um trabalho como este acarreta, à relação entre os dispositivos arquitectónicos que estruturam a circulação interior e a sua comunicação com o exterior, com as esferas da utilização e apreensão do espaço condicionadas pelas funções (quotidianas e cerimoniais), sociabilidade e cultura quinhentista. Procurando, assim, compreender quem acedia às diferentes partes de um paço, como o fazia, e em que alturas, bem como, num processo dinâmico, entender de que forma estes aspectos moldavam e transformavam o espaço.

Antes de passarmos ao corpo da dissertação, cumpre-nos ainda referir dois aspectos: o primeiro referente à escolha do termo “paço”, que radica no carácter operativo e abrangente desta designação, correntemente aplicada na historiografia ao universo da habitação nobre quinhentista; e o segundo quanto à escolha dos exemplares referidos no decorrer desta dissertação, os quais serão, dentro do universo dos exemplos por nós sinalizados, os melhor preservados, os que nos levantam menores dúvidas quanto à leitura dos elementos subsistentes e os melhor documentados, muitos dos quais parcial ou totalmente desaparecidos.

## **1. – ASPECTOS TEÓRICOS**

### **1.1 – Panorama historiográfico**

Embora os estudos sobre história da arquitectura palaciana portuguesa do século XVI venham recentemente a crescer em número e qualidade, são ainda muito raros os trabalhos que se debruçaram sobre os problemas da circulação e compartimentação. Para melhor entendermos esta especificidade, propomo-nos fazer um breve périplo pela historiografia portuguesa que se dedicou ao tema da habitação nobre quinhentista até aos finais do século XX, seguindo-se uma mais minuciosa apresentação das publicações mais relevantes para o estudo em causa, quase todas elaboradas nas últimas décadas. Por último, abordar-se-á a bibliografia internacional específica e o seu essencial contributo teórico-metodológico. Por motivos de pertinência para o nosso trabalho e de impossibilidade de aqui referirmos todas as publicações, deter-nos-emos apenas nos mais importantes contributos historiográficos, podendo a lista completa ser consultada no capítulo referente à bibliografia.

Com início no século XIX, começou a desenvolver-se uma tradição de estudos de cariz monográfico e local, com enfoque em monumentos artísticos e culturais (entre os quais palácios) de regiões específicas. Habitualmente elaboradas por curiosos e eruditos locais, estas monografias apresentam-se, muitas vezes, redigidas em tom laudatório, sem grande rigor ou preocupações metodológicas, exigindo a sua análise uma cuidadosa leitura crítica. Ainda assim e apesar destas limitações, não devem ser descartadas sem consulta prévia, pois podem apresentar, em maior ou menor número, fontes escritas e iconográficas, ou descreverem e referirem tanto documentação como elementos construídos entretanto desaparecidos.

A destruição ou a profunda alteração sofrida por uma larga maioria dos exemplares de arquitectura habitacional quinhentista tem sido apontada como um dos principais motivos para o relativo lugar de esquecimento a que estes foram votados até à segunda metade do século XX. Desta forma, na generalidade dos trabalhos, as análises incidiram especialmente sobre alguns dos principais paços existentes – como o de Sintra, ou os corpos remanescentes de outros, como o de Évora –, e os seus enfoques

privilegiaram essencialmente leituras das volumetrias gerais e análises estilísticas tanto das fachadas como de alguns elementos formais ou, no limite, de campanhas decorativas nos seus interiores. As primeiras grandes sínteses de História da Arte elaboradas até aos meados do século XX, como seria de esperar, não trouxeram nenhuma mudança substancial de paradigma, tendo as suas análises passado apenas superficialmente pela arquitectura civil residencial e dado primazia ao estudo dos principais edifícios subsistentes que, na sua grande maioria, são religiosos.

De 1937 e 1946 datam dois dos primeiros estudos dedicados à habitação portuguesa, elaborados, respectivamente, um por Raúl Lino e o outro por João Barreira. Muito próximos nas ideias veiculadas, os autores traçam uma "genealogia" da arquitectura residencial em solo português desde a antiguidade, preocupando-se em opor genericamente as edificações entre o Norte e o Sul, com as suas condicionantes materiais, culturais e formais. Contudo, se Raúl Lino pareceu focar-se em especial na fixação de tipologias nacionais que pudessem servir de alternativa às recentes propostas internacionalistas na arquitectura (mais como arquitecto que como historiador)<sup>1</sup>, já João Barreira interessou-se por uma aproximação à teoria da arte portuguesa da sua época<sup>2</sup>, introduzindo uma mais definida separação estilística, oriunda dos estudos da arquitectura religiosa, usando categorias como as de gótico, manuelino e renascimento, entre outras. Este tem ainda o mérito de ser o primeiro trabalho que autonomiza numa síntese o estudo da arquitectura doméstica (tal como Lino, trata tanto a habitação comum quanto a nobre).

Paralelamente, ao longo das décadas de 1930 e 1940, intensificaram-se as intervenções de restauro de património edificado por parte da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (de entre eles alguns edifícios civis) e continuou-se a publicação do *Inventário Artístico de Portugal* (no qual se incluiu um razoável número de exemplares civis e palacianos). Este crescente interesse e investimento no património edificado e na arquitectura residencial caminhou a par dos debates e reflexões dos arquitectos em torno do aporuguesamento da arquitectura portuguesa,

---

1 Lino, R., *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1937.

2 Barreira, J., "A habitação em Portugal" in *Arte Portuguesa*, Lisboa, Excelcior, s/d [1946], pp. 325-358.

responsável, já na década de 1950, pela publicação do Inquérito à *Arquitectura Regional Portuguesa*<sup>3</sup>.

No entanto, teria ainda de se esperar até 1969 para se ver publicada a primeira grande síntese dedicada ao estudo da habitação nobre e palaciana, por parte de Carlos de Azevedo, com o título *Solares Portugueses*<sup>4</sup>. Se bem que actualmente desactualizado, constituiu o primeiro e durante muito tempo único esforço para traçar uma panorâmica geral da habitação nobre portuguesa, abarcando exemplares de todo o país – ainda que com maior incidência no Norte do país – num longo espectro temporal entre a Idade Média e o final do Antigo Regime. O facto de se tratar de uma síntese permitiu ao autor comparar uma grande quantidade de imóveis, muitos dos quais ainda subsistentes, identificando e agrupando tanto tipologias – segundo períodos e áreas geográficas –, como algumas transformações arquitectónicas decorrentes de alterações nos modos de habitar.

A redescoberta do universo palaciano dos séculos XV e XVI em Portugal levou, no decurso das últimas décadas, à elaboração de numerosos trabalhos que têm por base investigação académica, dos quais uma parte substancial é de cariz monográfico, bem como de artigos de revistas especializadas e algumas (mas ainda com fraca expressão) sínteses de História da Arte. Continuam também a ser publicadas monografias de cariz regional, algumas das quais com preocupações teóricas e metodológicas mais rigorosas do que era comum até aos meados do século XX.

Partindo de diferentes pontos de análise, estes trabalhos têm proposto ou cruzado diferentes vias de abordagem, organizadas em torno de questões estilísticas, tipológicas, a partir dos seus encomendantes, ou tendo por base as estruturas sociais e mentais quinhentistas, mais próximas da história cultural.

No entanto, o estudo dos interiores continua a cingir-se, essencialmente, à análise dos elementos decorativos subsistentes, sendo ainda incomuns os trabalhos – tanto monográficos quanto, por falta destes, sintéticos – dedicados à organização interior e à circulação, com enfoques nas relações entre espaços interiores e exteriores, na análise da compartimentação interior e dos vários dispositivos arquitectónicos de circulação horizontal e vertical, ou na articulação da cultura, sociabilidade e protocolo

---

3 AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

4 Azevedo, C., *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Lisboa, Horizonte, 1969.

cortesão com a arquitectura e a sua vivência. Por conseguinte, relegando para o capítulo da bibliografia uma mais aturada lista dos trabalhos com as características sumariamente referidas, focar-nos-emos, em diante, apenas nos estudos que de forma unívoca se assumem da maior importância para esta dissertação.

O primeiro dos quais – e um dos mais importantes para o presente trabalho –, da autoria de José Custódio Vieira da Silva, com o título *Paços Medievais Portugueses*, é fruto da sua tese de doutoramento, defendida em 1993 e publicada em 1995<sup>5</sup>. Circunscrevendo a sua análise a um escopo temporal mais curto do que a anterior síntese de Carlos de Azevedo, o autor pôde aprofundar de forma mais consistente e metodologicamente mais assertiva o aparecimento e evolução de tipologias em relação com os contextos sociais e políticos que lhes deram origem. Por conseguinte, o trabalho estrutura-se, em boa medida, ao redor das tipologias encontradas ou dos seus encomendantes, sendo de particular interesse o peso que se dá à análise da organização dos interiores – relevando-se a importância fulcral da passagem do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, na qual se define o número e a sucessão ideal de compartimentos na casa de um Senhor – e ao exame minucioso da etimologia dos termos utilizados (por exemplo, sobrado, sala, câmara, entre outros).

Tem ainda o mérito de terminar o seu estudo já no século XVI, o que lhe permitiu uma leitura dos paços quinhentistas desde a sua génese medieval, enquadrando-os e relacionando-os num útil e pertinente panorama da habitação nobre em Portugal pensado na longa duração.

Refira-se que desta obra tomámos para o nosso trabalho a designação “paço” enquanto termo operativo que permite abarcar o largo espectro da habitação nobre no período que medeia entre os últimos anos do século XV e o século XVI.

Devem-se a Nuno Senos dois importantes estudos levados a cabo sobre dois dos principais paços portugueses do século XVI.

O primeiro, fruto da sua tese de mestrado, apresentada em 2000, diz respeito ao desaparecido Paço da Ribeira<sup>6</sup>, entre a sua fundação ao redor de 1501 e o fim da dinastia Avis-Beja. Em primeiro lugar, importa destacar que o objecto de estudo seja um edifício desaparecido, algo apenas ensaiado de forma superficial por estudos muito anteriores

---

5 Silva, J. C., *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 2002, (2ª ed.), [1ª ed. 1995].

6 Senos, *O Paço da Ribeira, 1501-1581*, Lisboa, Diário de Notícias, 2002.

de Júlio de Castilho e Vieira da Silva, e que não era, nem é, de modo algum, o mais habitual na historiografia portuguesa. Socorrendo-se de um avultado número de fontes iconográficas e escritas, o autor consegue reconstituir a posição e configuração dos volumes do paço, mostrando que este se encontrava principalmente no interior da malha urbana, não se restringindo, portanto, ao corpo de varandas que o unia ao baluarte junto ao Tejo, que durante muito tempo se assumiu corresponder à maior parte ou mesmo à totalidade do paço. Depois de definidos os limites exteriores e volumétricos, parte à descoberta dos interiores, elaborando uma proposta de organização espacial do edifício e das respectivas mutações ao longo do século XVI: a definição e articulação dos aposentos para os diferentes membros da família real (rei, rainha, infantes, infantas e príncipe herdeiro) – incluindo a respectiva separação espacial por géneros (masculinos/femininos) – e dos jardins; a imprescindível circulação interior ou a sua ligação ao exterior e a interdependência com a casa da Índia ou outras áreas administrativas.

Este processo de reconstituição espacial teve, necessariamente, de ser acompanhado de estudos que permitissem descodificar as lógicas sociais, culturais e políticas subjacentes à sua criação e transformação. Nesse sentido, o autor abordou aturadamente o projecto político de D. Manuel, o cerimonial e protocolo de cortesãos, a separação espacial por géneros (masculino/feminino) ou hierarquização criada por noções como "o alto e o baixo", potenciando, assim, o conhecimento das acessibilidades, circulação e vivência na principal habitação régia das primeiras décadas de 1500.

Na esteira de autores como Elias, Ariès e Checa, Senos propõe que a caracterização dos espaços interiores e das relações sociais que nele se desenvolvem são inoperantes quando entendidos dicotomicamente entre as categorias contemporâneas de público e privado, pois a presença de terceiros era uma constante no dia a dia e nos vários espaços do quotidiano, tanto da família real, como da maior parte da nobreza. Citando vários exemplos de como os momentos a sós seriam raros na vida dos membros da família real – pela constante presença de toda a sorte de servidores das mais variadas condições – e de como mesmo as áreas de mais restrito acesso podiam ser utilizadas para recepções de cortesãos, o autor propõe que se pense

a questão como "factor de distinção"<sup>7</sup>. Isto é, como podemos observar, por exemplo, "nas cerimónias, em que a posição de cada participante relativamente ao rei exprime a posição de cada um na hierarquia cortesã", tal como, "da mesma maneira o acesso às sucessivas câmaras que medeiam entre a varanda, onde todos podem ver o rei, e o oratório, onde muito poucos são admitidos, deve ser entendido como uma manifestação de qualidade de cada um, crescendo na medida proporcional dos espaços a que cada vez menos pessoas são admitidas".

O segundo estudo de Senos, publicado em 2018, refere-se ao Paço Ducal de Vila Viçosa<sup>8</sup> e é um capítulo inscrito numa obra interdisciplinar, fruto de um longo projecto de investigação dedicado à figura de D. Teodósio I de Bragança, tendo por base tanto o seu inventário *post-mortem*, como numerosos outros fundos documentais referentes à casa de Bragança (para este estudo foi particularmente importante a leitura crítica das *Benfeitorias*, uma relação das obras efectuadas no paço durante o ducado de D. Teodósio). Detendo-se brevemente sobre o corpo palatino construído por seu pai, D. Jaime, o autor traça as várias campanhas de obras do ducado de D. Teodósio, articulando as mutações pelas quais o edifício vai passando tanto do ponto de vista morfológico, como da sua organização espacial, utilização e circulação.

Senos demonstra como a transformação ou adição de novos corpos ao longo das três campanhas de obras e a celebração de festividades promoveram mudanças estruturais ou efémeras, das quais são exemplo a reorganização dos aposentos da família ducal para acomodar temporariamente a família real no casamento de 1537 ou a mudança de aposentos que o duque leva a cabo ao redor de 1530-1540, quando ergue um novo para si e entrega o anterior à duquesa, a despeito dos programas decorativos serem de temática claramente masculina e deste ser ainda uma construção recente. Desta forma, confirma que um paço nunca deve ser entendido como uma estrutura estática, mas antes passível de alterações e de diferentes utilizações ou lógicas de circulação consoante as necessidades dos seus ocupantes, alertando para o cuidado que se deve ter ao cruzar as fontes e de nunca assumir que a função de qualquer espaço ou

---

7 Senos, 2002, p. 119-120. As citações seguintes referem-se a esta obra.

8 Senos, "A Ampliação do Paço de Vila Viçosa" in *De Todas as Partes do Mundo: o património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018.

a sua articulação com os demais não possa ter sido alvo de transformações, mesmo que num relativamente curto período de tempo.

Também recente é a mais importante síntese dedicada aos problemas da casa senhorial<sup>9</sup>, elaborada por Hélder Carita e publicada em 2015. Esta abarca um escopo temporal mais vasto do que o da obra de Carlos de Azevedo, pois o autor chega aos inícios do século XX, apresentando uma importante interpenetração entre a arquitectura edificada e o universo das artes decorativas. De grande interesse para o nosso estudo são os seus capítulos referentes aos séculos XV e XVI, divididos em vários subcapítulos de grande riqueza temática, nos quais se articulam encomendantes, tipologias, elementos arquitectónicos, questões estilísticas, ornamentação, cultura material e, em particular, os programas distributivos dos interiores e a circulação interior e exterior.

Destacam-se ainda duas comunicações nos colóquios *A Casa Senhorial*, ambas com actas publicadas, datadas respectivamente de 2016 e 2018. A primeira tem por título "Das águas-furtadas às estrebarias, zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII<sup>10</sup>", na qual o autor contextualiza e articula os programas gerais de distribuição interior com as áreas de serviço, vistas num entendimento muito abrangente; já a segunda é dedicada à "Varanda Alpendrada na Evolução da Casa Senhorial Luso-Indo-Brasileira - Séculos XVI a XVIII<sup>11</sup>", e nela traça-se uma interessante narrativa para este importante elemento arquitectónico, tantas vezes parte estruturante da circulação palaciana portuguesa.

Devemos ainda referir alguns outros trabalhos sobre arquitectura residencial quinhentista, como os seus estudos sobre o Palácio de Santos de 1995<sup>12</sup>, a Casa dos Bicos (este em co-autoria)<sup>13</sup>, e os palácios Indo-Portugueses, ou englobando e cruzando

---

9 Carita, H. e Cardoso, A. H., *A Casa Senhorial em Portugal. Modelos, Tipologias. Programas Interiores e Equipamento*, Alfragide, Leya, 2015.

10 Carita, H., "Das águas-furtadas às estrebarias: zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII", in *Casa Senhorial, Anatomia dos Interiores: Anais do II Colóquio Internacional*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

11 Carita, H., "A varanda alpendrada na evolução na casa senhorial Luso-Indo-Brasileira - séculos XVI a XVIII", in *A Casa Senhorial, Anatomia de Interiores: Actas do III Colóquio Internacional*, Porto, 2018.

12 Carita, H., *Palais de Santos: L'Ambassade de France à Lisbonne*, Lisboa, Quetzal, 1995.

13 Carita, H., Conceição, J. P., Pimentel, M., *Elementos Para um Estudo da Casa dos Bicos*, Lisboa, PISA Babel, 1983.

os universos do urbanismo e edificado, como no seu marcante título, Lisboa Manuelina<sup>14</sup>.

Detendo-nos agora, brevemente, sobre a historiografia internacional que se dedicou à organização e circulação nos espaços palacianos, devemos começar por referir o papel basilar que teve o colóquio organizado pelo Centre d'Etudes Supérieures de la Renaissance, reunido em Tours, no ano de 1988, e cujas actas foram publicadas em 1994<sup>15</sup>. Este e outros colóquios – como, por exemplo, o referente à escada na renascença, igualmente organizado em Tours, com actas publicadas em 1985<sup>16</sup> – foram responsáveis por pôr em contacto de forma directa investigadores de diferentes países, com interesses e problemáticas de investigação semelhantes, criando um diálogo inter-pares que tem levado à publicação de estudos, tanto individuais como colectivos, referentes ao universo palaciano europeu. Posteriormente, seguiram-se vários artigos, sendo o mais recente contributo as publicações de comunicações e estudos levados a cabo pelo PALATIUM, um Research Networking Programme financiado pela European Science Foundation. Responsáveis pela criação de novas abordagens teóricas e metodológicas, os artigos presentes nestas obras abordam correntemente tanto edifícios actualmente desaparecidos – relacionando para o seu estudo variadas fontes escritas e iconográficas –, como palácios ainda subsistentes, procurando estudar as suas transformações ao longo do tempo. Os seus contributos não se esgotam nestas questões formais, pois abrem-se a um campo de possibilidades que nos permite pôr em diálogo e expor a interdependência entre a organização espacial – arquitectónica – e a organização social que o vivencia, rege e modifica de acordo com as suas necessidades e aspirações; relacionando as mudanças no protocolo cortesão, nos paradigmas de habitar, nos propósitos políticos ou nas festividades, com os espaços arquitectónicos.

Outros contributos que teremos de ter em conta partem de algumas propostas da sintaxe espacial criada por B. Hillier e J. Hanson<sup>17</sup>, com o intuito de formularem uma teoria que lhes permitisse descodificar a lógica social do espaço. O seu método consiste

---

14 Carita, H., *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Horizonte, 1999.

15 Guillaume, J. (dir.), *Architecture et Vie Sociale, L'Organisation Intérieure des Grandes Demeures à la Fin du Moyen Age et à la Renaissance*, [actas de colóquio], Paris, Picard, 1994.

16 Guillaume, J. (dir.), Chastel, A. (introd.), *L'escalier dans l'architecture de la Renaissance*, [actas de colóquio], Paris, Picard, 1985.

17 Hillier, B. e Hanson, J., *The Social Logic of Space*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

não na leitura das comuns plantas de pisos, mas sim na criação de diagramas que nos permitem mapear a sequência de espaços interiores – começando sempre pelo seu acesso ao exterior –, tanto horizontal como verticalmente, tornando legíveis não só as várias possibilidades de circulação no interior de qualquer edifício como principalmente, os graus de profundidade alcançados pela sequência de compartimentos e os respectivos graus de controlo nas acessibilidades entre eles. De acordo com a sua proposta, a análise da sintaxe espacial exporia de que forma a organização espacial influi sobre a estrutura das relações sociais, aproximando, afastando ou hierarquizando as relações entre os habitantes e os possíveis visitantes.

Segundo os autores, a organização dos espaços pode seguir ou combinar três génotipos básicos que Cunha Leal sintetiza da seguinte forma: "(1) uma estrutura linear, segundo a qual os segmentos se sucedem de modo sequencial, criando profundidade e produzindo elevados níveis de controle das acessibilidades, na medida em que não são contempladas alternativas de circulação; (2) uma estrutura circular ou anelar, que permeabiliza a circulação ao multiplicar as ligações entre as células espaciais, e dilui a profundidade e o controle; (3) uma estrutura ramificada ou em leque, mediante a qual uma única célula-chave (como um hall ou um corredor) concentra o acesso às restantes divisões, instituindo um grau de controle relevante que, porém, desta vez, não é equivalente ao nível da profundidade total do espaço"<sup>18</sup>.

Vários autores têm promovido alterações à teoria, tentando adaptá-la aos constrangimentos do estudo de edifícios históricos, pela criação de diagramas onde se incluem as diferenças de escala entre os vários espaços e os respectivos dispositivos de circulação, e pela identificação do tipo de vãos nos acessos entre os espaços como, por exemplo, portas simples, fortes ou com fechaduras<sup>19</sup>. No entanto, vários constrangimentos se têm imposto ao seu uso, visto que esta análise não tem em conta aspectos culturais referentes aos limites de acesso impostos por práticas culturais – como o protocolo de corte, normas de sociabilidade ou formas de apropriação vivencial

---

18 Leal, J. C., "Arquitectura Privada, Política E Factos Urbanos em Lisboa: da Cidade Pombalina à Cidade Liberal", tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 161-162.

19 Sherlock, R., "Changing Perceptions: Spatial Analysis and the Study of the Irish Tower House" in *Chateau Gaillard* 24, 2010, p. 239-250; Eidie, G., "Detecting Privacy And Private Space in the Irish Tower House" in *Chateau Gaillard* 24, 2010, pp- 69-73.

dos espaços –, outros dispositivos efémeros, como cortinas ou divisórias leves; ou a dificuldade que existe em estudar deste ponto de vista edifícios actualmente inexistentes ou com sobreposições de camadas e diferentes utilizações ao longo do tempo<sup>20</sup>.

Apesar destas limitações, pensamos que será proveitoso, sempre que possível, reter os três genótipos de organização sintática – que procuram aferir os diferentes graus de controlo de acessibilidades – e articulá-los, não só com as condicionantes de ordem social e cultural legíveis nas fontes ou já estudadas pela historiografia, mas, também, com o atrás referido "factor de distinção<sup>21</sup>", que Senos propõe como alternativa às anacrónicas categorias de público e privado.

## 1.2 – Fontes e metodologia

Depois deste périplo pela bibliografia da especialidade, importa debruçarmo-nos sobre o levantamento que efectuámos de todas as fontes primárias que alicerçam o trabalho desenvolvido nesta dissertação. Estas revestem-se da maior importância, pois, quando cruzadas com a bibliografia, permitem-nos responder às questões que, de forma abreviada, expusemos na introdução, e às quais os poucos e necessariamente alterados paços quinhentistas sobreviventes não conseguiam dar resposta cabal. Auxiliados pelo edificado subsistente e pela historiografia, foram as fontes primárias que nos permitiram vislumbrar de que forma se articulavam as várias partes de um paço, quais os dispositivos de circulação vertical e horizontal em uso – e de que forma estes ligavam ou separavam espaços –, qual a nomenclatura utilizada e, por fim, como é que o uso dos espaços condicionava ou facilitava – a quem e em que momentos – o acesso aos espaços e a circulação entre eles.

Estas são na sua grande maioria fontes escritas, constituindo o *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas, a grande excepção do foro iconográfico. Este compreende um levantamento das fortificações da fronteira portuguesa – se bem que

---

20 Parker Pearson & Richards, *Architecture and Order: Approaches to Social Space*, Londres: Routledge, 1994, p. 30; Sherlock, R., 2010, p. 248.

21 Senos, N., 2002, p. 119-120.

também se encontrem aí as mais antigas vistas do Paço de Sintra –, composto, ao que tudo indica, cerca de 1509, e executado pelo oficial régio Duarte de Armas<sup>22</sup>. O cruzamento das suas plantas e alçados com outra documentação permitiu-nos, em muitos momentos, confirmar ou tornar legíveis as narrativas de fontes escritas. Outras fontes iconográficas que, porventura, possam ter sido pontualmente usadas neste trabalho, foram recolhidas em publicações ou estudos que têm por base trabalhos académicos.

Já as fontes escritas abarcam um largo espectro de produção oficial e não oficial, podendo considerar-se que tanto umas quanto outras foram imprescindíveis para o nosso estudo. De seguida destacaremos algumas das que de forma mais expressiva constituíram a nossa base de trabalho.

De entre as fontes oficiais, começamos por referir: a muita documentação pertencente às antigas ordens militares de cavalaria de Cristo, Avis e Santiago, destacando os *Tombos da Ordem de Cristo*, elaborados ao longo da primeira década do século XVI e recentemente publicados em oito tomos organizados por Iria Gonçalves<sup>23</sup>; e o tomo dos *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis; nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos*<sup>24</sup>, datado de 1556 e publicado em 1950 pelo Ministério das Finanças. Estes tombos identificam os bens que as ordens possuíam, dividindo-os em comendas, regidas cada uma pelo seu comendador, e neles se incluem os castelos e paços dos comendadores com as suas preciosas descrições, além de todos e quaisquer outros bens de raiz ou móveis que lhes pertenciam. A estes juntámos a leitura de numerosas visitas (todas alvo de publicação nas últimas décadas) que, tal como os tombos, visavam identificar e controlar os bens patrimoniais das ordens, além de corrigir procedimentos de índole tanto legal como comportamental.

Ainda emanados dos cartórios das ordens militares há que referir os Autos de Posse dos castelos publicados no *Archeologo Português*, entre 1899 e 1905, por Pedro

---

22 Cf. Armas, D, *Livro das Fortalezas*, Caleidoscópio, 2015, ed. facsimilada do documento, com estudo e transcrição de João Alves Dias, prefácio de Armindo Palma Jacinto.

23 Gonçalves, I. (org.), *Tombos da Ordem de Cristo*, (8 vols.) Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002-2017.

24 *Direitos Bens E Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis; nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos: Tombo Feito pelo Lrd Iorze Lopes, Año 1556*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1956.

A. de Azevedo, os quais consistiam num instrumento legal pelo qual o novo comendador tomava posse do castelo e comenda, sendo arrolados os bens que se lhe entregava.

Saindo da esfera das ordens militares, mas mantendo-nos no universo da produção oficial, interessa referir documentação criada pelas grandes casas senhoriais e, em particular, pela casa de Bragança. Alvo de recente estudo<sup>25</sup>, o inventário feito por morte de D. Teodósio é, seguramente, no seu género, o mais completo documento quinhentista até agora identificado, e num dos seus apêndices, as Benfeitorias<sup>26</sup>, estão reunidas as medições e avaliações das obras que decorreram no paço ao longo do seu ducado. Também referente ao ducado de D. Teodósio, o *Regimento dos Oficiais da Casa do Duque Dom Teodósio I* foi publicado ainda no século XVIII, nas *Provas Genealógicas da Casa Real Portuguesa*<sup>27</sup>, e nele se descrevem vários aspectos do cerimonial quotidiano do duque, da sua corte, e os espaços onde as acções se desenrolavam.

De teor oficial há ainda que referir alguma documentação contida nas chancelarias régias ou outra legislação, como as ordenações manuelinas, que procuraram regulamentar as relações entre as esferas da propriedade particular e pública.

Além desta documentação há a referir um abundante e variado núcleo de fontes não oficiais. A mais óbvia será a cronística de reis e infantes (no geral, alvo de reedições durante os séculos XIX e XX ou de edições críticas recentes) ou livros de memórias, como o de Pedro de Alcáçova Carneiro<sup>28</sup> que, pesem embora as intenções de cariz laudatório e idealizado, nos fornecem alguns dos mais completos retratos da vivência (sobretudo cerimonial) dos espaços palacianos quinhentistas. Como contraponto, são absolutamente imprescindíveis dois livros de ditos<sup>29</sup> e anedotas<sup>30</sup>, ambos de autor anónimo, mas seguramente redigidos por pessoas que serviram na corte e conheceram muitíssimo bem a vida palaciana portuguesa entre os reinados de D. Manuel e D.

---

25 Hallet, J., Senos, N. (coord.), *De Todas as Partes do Mundo: o património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018.

26 Maços de D. Brites, Ms 17, 1-t-2, fls. 1-39.

27 Sousa, A. C. (D.), *Provas Genealógicas a Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora, 1947, ed. de M. Lopes de Almeida e César Pegado.

28 Andrada, E. C. (ed.), *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, do Tempo que Ele e Seu Pai, António Carneiro, Serviram de Secretários (1515-1568)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937.

29 Saraiva, J. H. (ed.), *Ditos Portugueses Dignos de Memória*, Lisboa, Europa-América, s/d.

30 Lund, C., (ed.), *Anedotas Portuguesas e Memórias Biográficas da Corte Quinhentista*, Coimbra, Almedina, 1980.

Sebastião. Neles condensam-se algumas das mais ricas descrições das vivências, em particular quotidianas, dos paços reais e da nobreza.

De igual forma, os relatos de viagem, como o do Cardeal Alexandrino, em 1571-72 (narrado pela pena de um dos seus acompanhantes, João Baptista Venturino)<sup>31</sup> ou de festividades, como o casamento do infante D. Duarte com D. Isabel de Bragança, em 1537 (de testemunha ocular anónima)<sup>32</sup>, apresentam-nos ricas e pormenorizadas descrições do Paço de Vila Viçosa em dois momentos festivos tão distintos, bem como das assistências, espaços e todo o protocolo seguido. Por fim, refira-se alguma correspondência oficial e particular de embaixadores, como os de Veneza<sup>33</sup>, ou de núncios apostólicos permanentes<sup>34</sup>, testemunhas oculares e, nas suas cartas, narradores do quotidiano e festividades da corte portuguesa.

---

31 Herculano, A., *Opúsculos*, Lisboa, Bertrand, 1884.

32 BNP: Reservados Códice 1544, fls. 105v-139

33 Oliveira, J. T. M. (ed.), *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal*, Lisboa, IN-CM/CNCDP, 1997.

34 Witte, C. M. (ed.), *Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal. 1532-53*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980.

## 2 – CIRCULAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL

O investimento que alguma historiografia portuguesa tem feito na identificação de alguns tipos de paços nem sempre tem sido acompanhado do estudo dos seus espaços interiores e exteriores. A corrente primazia que se tem dado às análises dos volumes gerais ou de elementos decorativos subsistentes tem relegado para segundo plano não só o estudo da circulação nos interiores, como também a forma como se mediavam os acessos entre estes e os espaços exteriores.

Dado o relativo vazio historiográfico e o facto de o universo dos paços subsistentes (tantas vezes amputados ou descaracterizados) ser apenas uma pequena parte do total que existia à época, procedemos ao levantamento não só da pouca historiografia recente, como de uma série de fontes escritas e iconográficas que, sendo muito raras para períodos anteriores, se tornam no século XVI mais constantes e detalhadas. Entre estas contam-se a cronística, literatura, descrições de festividades, relatos de viagem, correspondência, dois livros de histórias e ditos graciosos, e documentação administrativa, tanto da casa real, como de casas nobres e das ordens militares; quanto às fontes iconográficas, devemos salientar o já referido livro de Duarte de Armas, iluminuras e desenhos. De todos falaremos quando o texto assim o justificar.

Posto isto, como forma de potenciar a legibilidade das possibilidades de circulação e diversidade de soluções encontradas, proceder-se-á neste capítulo à identificação dos dispositivos de circulação. Começando pelo estudo dos espaços exteriores – como terreiros, pátios, ruas e outros –, passar-se-á, depois, à análise dos principais dispositivos verticais de circulação – as escadas – e, adiante, tratar-se-ão os vários dispositivos horizontais encontrados – as sucessões de câmaras, varandas, passadiços e corredores, entre outros.

Não nos circunscrevendo unicamente à identificação destes elementos e da sua articulação, elaboraremos uma narrativa, tanto quanto possível cronológica, em que incluiremos as inovações e transformações, bem como as continuidades e permanências, tanto formais, como de sentido. Ou seja, cotejaremos espaços e dispositivos de circulação, com as alterações semânticas dos termos que os definem e as diferentes denominações que lhes vão dando ao longo da centúria.

## **2.1 – Interior/exterior**

No seu estudo sobre paços medievais José C. Vieira da Silva advertiu para as dificuldades que teve em estudar os espaços exteriores e a relação que eles estabeleciam com as áreas residenciais<sup>35</sup>. Se, por um lado, o autor aponta como principais motivos o desaparecimento ou profunda alteração da grande maioria dos exemplares e das suas áreas envolventes, bem como a quase total ausência de fontes escritas até aos finais do século XV, por outro, nos capítulos que dedica aos séculos XV e XVI – período para o qual tanto o número de exemplares como o de fontes escritas é mais significativo – continua a deixar de parte o tratamento de áreas exteriores.

Contudo, nas poucas linhas que dedicou ao tema, expôs algo que a documentação mostra ser uma constante que, vinda pelo menos do século XV (à falta de exemplares conservados ou bem documentados para períodos anteriores), se mantém ao longo do século XVI: a corrente existência de pelo menos um pátio ou terreiro murados<sup>36</sup>, dos quais o primeiro (pátio) designaria um espaço mais diminuto e o segundo (terreiro) um espaço de maiores dimensões.

Outros exemplos, de índole essencialmente urbana, dispensaram o uso de pátios fechados e apresentam-se de forma mais directa ligados a espaços públicos, sejam eles terreiros (aqui no sentido de espaço público urbano), praças ou ruas.

### **2.1.1 – Em torno dos paços de alcáçova**

Actualmente, muitas vezes despidas de construções, as alcáçovas dos castelos dificilmente nos dão uma ideia de como se estruturaria o seu interior e, por conseguinte, de que forma estes paços se integravam e relacionavam com as restantes componentes do recinto fortificado. Em todo o caso, alguns exemplares conservados, de construção

---

35 Silva, J. C. V., 2002, p. 33.

36 Idem, ibidem, p. 33.

ou reconstrução quinhentista [como o Paço dos Alcaides de Óbidos (fig. 21-22) e o que resta do Paço dos Alcaides de Beja (fig. 15)] ou vestígios de outros [como dos de Torres Vedras (fig. 24) e Pombal (fig. 23)] atestam que, nos alvares do séculos XVI, um paço de alcáçova incluir-se-ia necessariamente entre as construções que, muitas vezes adossadas aos muros de um recinto amuralhado, se voltavam sobre um pátio ou terreiro no seu interior.

Se bem que uma boa parte dos castelos fosse de fundação muito anterior, entre as últimas décadas do século XV e as primeiras do século XVI – acompanhando o surto construtivo manuelino –, a par da transformação ou construção de numerosas estruturas defensivas, assistiu-se a um fenómeno semelhante que visou a adaptação, reedificação ou levantamento de raiz de paços dentro das alcáçovas. Mesmo em zonas há muito pacificadas e longe de fronteiras, a manutenção dos castelos e das respectivas residências senhoriais mostra a actualidade destas estruturas como símbolo reconhecível e clássico do poder, bem como da jurisdição real e senhorial.

Fontes iconográficas, em especial o levantamento de vistas e plantas de Duarte de Armas<sup>37</sup>, e documentais, como a ainda pouco explorada documentação das ordens militares, na qual se incluem descrições, mais ou menos pormenorizadas, dos castelos das ordens, são da maior importância para o entendimento da organização e circulação destes paços. Nelas confirma-se a presença constante e necessária de pátios ou terreiros como elementos distribuidores e mediadores entre as várias partes das fortalezas. De igual forma, pode dizer-se que estas são fontes privilegiadas para o conhecimento da nomenclatura quinhentista pertinente, sendo de assinalar que "aposentamento" era a designação mais corrente para os paços de alcaide, nas primeiras décadas do século XVI.

Na planta que Duarte de Armas faz do castelo de Noudar (fig. 1), comenda da Ordem de Avis, ao redor de 1509, não surge, ainda, o novo aposentamento sobradado que posteriormente se fez sobre o pátio. Não obstante, este estava concluído antes de 1516, como se pode depreender da descrição do castelo e paço elaborada nesse ano e constante do respectivo auto de posse ao fidalgo e cavaleiro da ordem Luís D'Antas<sup>38</sup>. Apesar de o novo paço e torre de menagem, ambos abertos sobre o terreiro, estarem próximos e ligados pelo adarve, os seus interiores não comunicavam directamente,

---

37 Cf. Armas, 2015.

38 Azevedo, Pedro A. 1900, vol. V, p. 146-150

indiciando que a construção do primeiro veio, com grande probabilidade, substituir, nas suas funções residenciais, a segunda. As restantes dependências de serviço estavam igualmente distribuídas em torno do pátio e encontravam-se, no geral, em mau estado. Tirando a torre de menagem e parte da cerca fortificada, actualmente, apenas sobram algumas fundações no interior.

Em Nisa, o comendador Dom João de Sousa, cuja comenda da Ordem de Cristo já ocupava em 1497<sup>39</sup>, promove campanhas de obras que transformaram o antigo aposentamento do alcaide. Segundo a descrição de 1505<sup>40</sup>, este era antecedido por um largo alpendre térreo em arcada, munido de poiais ao redor, aberto sobre o terreiro central quadrangular. Além deste terreiro central, o paço confinava, num canto da muralha, com um pátio interior onde se encontrava um poço.

Tal como em Noudar, a residência não incluía a torre de menagem, que possuía acesso directo para o terreiro, ou outras torres sobradadas e munidas de chaminés que se encontravam nos cantos do castelo. Sabemos que as obras atrás referidas já se encontravam terminadas em 1505 e que o comendador lançara até a construção de uma nova residência, no lado oposto do terreiro, pois vêm igualmente descritas na visitaçãõ desse ano. A planta que Duarte de Armas elabora do castelo (lembre-se, de cerca de 1509) mostra, precisamente, o aposentamento antigo e, no lado oposto do terreiro, a nova residência ainda em construção, lendo-se na legenda "esta casa he comecada de nouo"<sup>41</sup> (fig. 2). À roda do terreiro dispunham-se, como habitualmente, outras dependências de serviço. Actualmente, sobram apenas ténues vestígios destas construções.

Já em Alpalhão, entre os últimos anos do século XV e a primeira década do século XVI, o comendador na Ordem de Cristo e alcaide, D. Fernão da Silva, levou a cabo uma grande reforma que transformou a casa torre do comendador numa estrutura acastelada (fig. 4). Apesar de actualmente desaparecido, a descrição que em 1505-06<sup>42</sup> se faz deste conjunto atesta a construção de uma cerca murada, quadrangular, pontuada nos seus quatro cantos, respectivamente, por uma torre e três cubelos: uma

---

39 Chancelaria de D. Manuel I, liv. 29, fl. 15v, carta de padrão de tença a D. João de Sousa do conselho real e comendador de Nisa, datada de 05-07-1497.

40 Gonçalves, 2002-2017, vol. 1, pp. 5-6.

41 Armas, 2015, fl. 125v.

42 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 30-31

tipologia fortificada frequente neste período. Dentro deste perímetro murado e ao redor do pátio central, distribuía-se uma série de novas estruturas de apoio, entre as quais se incluíam a estrebaria, o celeiro e as *casas dos homens*, para os soldados. A casa do comendador, situada num dos cantos do pátio, à esquerda da respectiva entrada, era composta por uma torre – única estrutura que, na descrição, parece ser anterior a estas obras –, à qual se acedia pelo corpo anexo com uma sala no sobrado, também mandado erguer pelo comendador D. Fernão da Silva. Ao contrário dos exemplos anteriores, aqui, o aposentamento incluía a torre e o anexo sobradado da sala, o que se confirma pela planta e vistas que Duarte de Armas fez do conjunto poucos anos depois<sup>43</sup> (fig. 3).

Na vila beirã de Proença-a-Velha são descritos, em 1505<sup>44</sup>, os aposentamentos novos que o comendador anterior, João Rodrigues de Brito – documentado em funções nos inícios do reinado de D. Manuel<sup>45</sup> –, mandara fazer no interior do castelo. A residência abarcava dois lados do pequeno pátio do castelo e pegada a ele, num dos outros lados, uma estrebaria. Em 1505 o castelo continuava a não ter torre de menagem, o que levou D. Manuel a ordenar ao comendador então em funções a sua construção. Mais uma vez, à parte da toponímia, não sobrevivem quaisquer vestígios deste castelo.

Os vestígios subsistentes do castelo e paço de Soure (fig. 10) dificilmente nos permitem ter uma ideia complementar do que em 1508 o visitador da Ordem de Cristo viu. Contudo, pela sua descrição, sabemos que no interior do castelo, virado sobre o terreiro, estaria o paço do comendador e que este fora reedificado a expensas do rei D. Manuel: "todas estas casas de fundo a çima estam mujto bem repairadas de todo quanto lhes faz mester e todo quasi de nouo feito aa custa d el rey nosso senhor./ e som as ditas cameras ameadas a rredor"<sup>46</sup>.

Mais a Norte, o velho castelo de Longroiva, no actual concelho de Meda, apresenta-se actualmente irreconhecível (figs. 11-12) quando comparado com a descrição dele feita em 1507<sup>47</sup>. Pelas fundações e demais vestígios subsistentes, é possível constatar que o actual espaço murado deverá ser apenas uma pequena parte

---

43 Livro das Fortalezas

44 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 5, p. 100.

45 Chancelaria de D. Manuel I, liv. 32, fl. 92, carta de perdão a João Rebelo, criado de João Rodrigues de Brito, comendador da Vila de Proença, datada de 30-01-1496.

46 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 2, pp. 170.

47 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 7, pp. 42-43.

daquele que ainda existia no século XVI, sendo a configuração actual datável do século XIX, quando o espaço se viu transformado em cemitério<sup>48</sup>. Contudo, já em 1507 a antiga cerca estava transformada em mero muro que circundava o conjunto habitacional. Tendo em conta o relato feito nesse ano, o edifício sofrera profundas obras de remodelação e aumento, sendo uma boa parte dos espaços residenciais e uma janela da torre descritos como novos. Este estruturava-se ao redor de um pequeno pátio, pelo qual se acedia às várias dependências: residência do alcaide, casa de hóspedes e cozinha. O acesso a este pátio fazia-se por um portal, ao qual se seguia um arco, podendo algum destes ser o portal de volta perfeita que ainda hoje existe no local.

É, portanto, facilmente percepcionável que um paço de alcáçova, necessariamente, incluir-se-ia entre as construções que, habitualmente adossadas aos muros de um recinto amuralhado, circundavam pelo menos um pátio ou terreiro. Isto independentemente das áreas residenciais se cingirem à torre de menagem, a um aposentamento apartado da torre, à combinação destes dois, com a torre de menagem ligada a corpos residenciais adjacentes, ou envolvessem a totalidade do espaço em torno do pátio.

Não sendo apenas espaços vazios no meio dos castelos, eram os pátios o primeiro espaço que se encontrava ao passar a porta de entrada da fortificação e era através deles que se processava a circulação entre as várias dependências de um castelo. Deste modo, não sendo de uso exclusivo do comendador e do seu serviço de casa, visto que também teria de dar lugar a uma maior ou menor guarnição de homens de armas e em caso de cerco cumprir funções estritamente militares, os pátios dos castelos apresentavam-se relativamente abertos à comunidade, configurando-se como espaços de acesso medianamente controlados, situados entre a total acessibilidade de uma rua pública ou o maior recolhimento de paços de pátio murado ou incluso, que veremos de seguida.

---

48 Em 1845 foi publicada uma litografia legendada dos vestígios do castelo (fig. 13) na Revista Universal Lisbonense (cf. Vasconcelos, F. A. M., “Langroiva e Suas Águas Minerais”, in *Revista Universal Lisbonense*, 1845, tomo IV, nº 44, pp. 523-525). Dessa litografia e leitura das suas legendas depreende-se que ainda existiam vestígios dos muros primitivos (se bem que se tinha retirado boa parte da cantaria, estando visível o miolo de cascalho e pedra miúda), os quais parecem não corresponder na sua maioria aos actualmente existentes. Contudo, ainda segundo essa descrição, o portal de entrada parece ser o primitivo.

### 2.1.2 – Paços de pátio murado

Deve-se a Hélder Carita o mais recente estudo que se debruçou sobre o pátio ou terreiro na casa nobre, com particular incidência sobre o século XV, e a primeira tentativa de agrupar e dar legibilidade a uma categoria de paços de pátio murado.

Como bem nota este autor, o Paço de Sintra, depois das grandes obras levadas a cabo por D. João I no século XV, é "sem dúvida, a sua mais eloquente expressão<sup>49</sup>" e, seguramente, um dos mais antigos exemplos documentados e parcialmente conservados de casa senhorial "voltada para o interior, e caracterizado por um programa espacial que se recolhe sobre pátio", em contexto português. Apesar de demolidos em 1911<sup>50</sup> com vista à criação da actual praça, o muro ameado com o seu portal e pátio no interior, tal como as dependências no seu lado Sul, são detectáveis tanto em fotografias e gravuras, como nas vistas que Duarte de Armas desenhou<sup>51</sup> (figs. 5-6.1; 25).

Actualmente irreconhecível está o Paço dos Mestres que o condestável D. Pedro<sup>52</sup>, mestre da Ordem de Avis, terá mandado reedificar em meados do século XV junto à casa mãe da Ordem, na vila do mesmo nome. Uma pormenorizada descrição<sup>53</sup> dos bens da Ordem de Avis, datada de 1556, atribui a construção da maior parte do edifício ao condestável (cuja divisa *Paine Pour Loie* se encontrava em numerosas partes do paço) e descreve com algum pormenor as várias áreas que compunham o edifício, além de transformações interiores e exteriores pelo qual passara. Ficamos assim a saber que o acesso à residência dos mestres se fazia por um pátio, a que esta descrição de meados de quinhentos chama *recebimento* – designação a que mais à frente regressaremos – fechado por um muro e portal ameados, que o separava do terreiro do convento.

---

49 Carita, H e Cardoso, A. H., 2015, p. 41.

50 Pereira, P., "O Espaço Doméstico e o Poder", in *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX, A Arquitectura Gótica*, vol. 3, Vila Nova de Gaia, Fubu, 2009, p. 115.

51 Armas, Duarte, 2015, fls. 118-120.

52 Filho do infante D. Pedro, Duque de Coimbra, portanto, neto de D. João I, e regente de Portugal durante a menoridade de D. Afonso V.

53 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis*, 1950, pp. 80-83.

Mais que o exemplo sintrense, foi a descrição deste paço de Avis que levou Carita a "afectar ao modelo de paço de pátio murado outros casos, dispersos pelo sul do país"<sup>54</sup>, como o Paço de Belas, perto de Lisboa, e, no Alentejo, o paço de Água de Peixes, o Paço dos Alcaides de Évora, o Paço dos Henriques e o Paço dos Governadores de Monsaraz.

Estes últimos exemplares alentejanos, no entanto, apesar da sua base quatrocentista, não apresentam, nos dias de hoje, testemunhos substanciais dessa época, salvo os portais de acesso aos pátios de Água de Peixes e Monsaraz, que são em arco apontado, e um ou outro vão do rés-do-chão nestes e nos restantes (figs. 26; 28-29). Pese embora a inexistência de estudos monográficos tornar particularmente difícil datar as várias fases de construção, todos sofreram durante o século XVI profundas campanhas de reconstrução que, para além de mais obviamente visíveis nas janelas, portais, varandas e seus interiores, podem ter alterado substancialmente, não só a sua configuração ou até substituído de forma preponderante as preexistências, como alterado a definição dos pátios que os antecedem e medeiam a sua ligação ao exterior.

Parece ser este o caso do corpo que se recolhe sobre dois lados do pátio do Paço dos Henriques (figs. 35-37), cuja linearidade de paramentos murais, cadência de fenestrações de igual desenho mudéjar e clareza de distribuição dos interiores, contrastam com o restante paço, menos uniforme, e lembram, na sua regularidade e desenho em L, o novo corpo manuelino do Paço de Sintra. Quanto ao muro e portal que fecham o pátio, apesar de possivelmente adulterados nos séculos XIX ou XX, os elementos subsistentes, como a pedra de armas e os merlões, confirmam as campanhas do século XVI.

De igual forma, o Paço dos Alcaides de Évora (Condes de Basto) sofreu em diferentes momentos do século XVI profundas transformações e, ao que tudo indica, uma parcial reedificação, que o alteraram na sua estrutura e acabamentos. Assim o indicam os abobadamentos e frescos interiores, os vãos de recorte tardo-gótico e mudéjar, e as varandas, uma sobre o jardim e outra aberta sobre o pátio, esta última definida por um largo corpo perpendicular à fachada do paço. Para além destas evidências, também os portais rusticados que o ligam ao exterior, de referente

---

54 Carita, H e Cardoso, A. H., 2015, p. 43.

claramente classicista e erudito, encimados pelas armas dos Castros (alcaides mores hereditários de Évora), datam da segunda metade do século XVI e poderão, ao que tudo indica, ser contemporâneos da varanda aberta ao pátio e coincidir no tempo com a visita de D. Sebastião ao edifício<sup>55</sup> (figs. 38-39).

Já na área de Lisboa e não muito longe do Paço de Sintra, os vestígios subsistentes do Paço de Belas indicam claramente a sua base quatrocentista, atribuível à iniciativa do infante D. João, filho do rei D. João I, a quem a quintã de Belas pertencia<sup>56</sup>. Por herança, veio a recair sobre D. Beatriz, mãe de D. Manuel, que a aforou em 1499 a Rodrigo Afonso de Atouguia<sup>57</sup> (vedor da fazenda de D. Manuel), e aos seus descendentes. No seu testamento, lavrado em 1505 – já não era vivo em 1506 –, Rodrigo Afonso instituiu morgado no seu filho Pero Correia<sup>58</sup> que posteriormente foi do conselho de D. João III e vedor da casa da rainha D. Catarina. Com a constituição de novo morgado, foram promovidas numerosas obras de renovação<sup>59</sup>, consonantes com a importância da quintã de Belas como cabeça do património familiar vinculado dos Correias, que incluíram a reforma dos muros que definem o pátio fronteiro ao paço segundo um inovador programa formal (figs. 40-43). Sobre eles passou a correr um adarve que permite a ligação do paço a um pequeno pavilhão com bancos no interior, situado no ângulo Noroeste, bem como a circulação ao redor dos muros e a fruição, tanto das vistas exteriores, quanto do que decorre dentro do próprio pátio. Em particular a fachada do muro Norte, virada ao exterior, acusa um programa decorativo manuelino, de transição entre o tardo-gótico e o vocabulário renascentista, no qual, em vez dos merlões, de pendor militar, foi erguida a incomum platibanda vazada do adarve, de feição marcadamente mais civilista, e se distribuíram pela fonte, adarve e pavilhão as armas da família, numa clara afirmação da sua nobreza e posse senhorial perante os demais<sup>60</sup>.

Não muito distante, a construção do actual edifício da Quinta da Ribafria é, igualmente, devida à iniciativa de uma família do serviço de D. Manuel e D. João III. Foi, aliás, D. Manuel quem, em 1515, doou a propriedade a Gaspar Gonçalves, um alto

---

55 Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, p. 120.

56 Silva, J. C. V., 2002, p. 121-123

57 Ponte, T., 2013, pp. 72-75.

58 Idem, *Ibidem*, pp. 75-77

59 Silva, J. C. V., 2002, p. 126; Ponte, 2013, p. 75 ss.

60 Ponte, T., 2013, p. 77.

funcionário da corte, elevado por D. João III em 1541 à dignidade de fidalgo de solar com armas novas de Ribafrias, que daí em diante teria de trazer por apelido<sup>61</sup> (figs. 44-48). A estrutura habitacional desenha, já não um corpo retangular ou um L, como até agora temos visto, mas sim um conjunto de corpos com diferentes alturas que conformam um U em torno de um pátio, fechado a Oeste por um muro, no qual se rasga um portal que apresenta uma inscrição com a data de 1534 (fig. 46). A presença de um grande número de vãos manuelinos ou de transição para o renascimento contrasta com a estrutura assumidamente classicizante deste portal, sendo, por isso, de admitir que o essencial da obra poderá ter sido concluído por esta altura ou, com grande probabilidade, anteriormente.

Tal como o Paço de Belas, a Quinta da Bacalhoa pertenceu durante o século XV, respectivamente, a D. João I e depois a sua neta Beatriz, mãe do rei D. Manuel que, por sua vez, a deixou a sua bisneta, D. Brites de Lara, futura mulher de D. Pedro de Menezes, Marquês de Vila Real<sup>62</sup>.

Em 1528, a quinta é vendida por este último casal a Brás Afonso de Albuquerque, filho de Afonso de Albuquerque<sup>63</sup>, que nela promoveu uma extensa reforma de cunho vincadamente renascentista, presumivelmente terminada ao redor de 1554, como atesta a inscrição desta data sobre o portal Norte do pátio<sup>64</sup> (figs. 49-52). Mais do que em qualquer um dos anteriores, na Bacalhoa toda a composição do pátio é acentuadamente regular e simétrica, começando pelo muro e portal virados ao exterior a Sul, replicados no lado oposto a Norte, sobre a quinta, ficando o paço sobre o lanço Oeste tendo, fronteira a ele, uma colunata com arcaria, encostada ao muro virado a Este; a composição é fechada nos seus quatro ângulos por torreões, referidos em 1630<sup>65</sup> como cubelos, cobertos por cúpulas gomadas, que acusam parentesco com as das guaritas da Torre de Belém e as do Pavilhão do Paço de Belas, entre outros. Tanto o pátio, como os jardins ou a casa e os seus elementos (vãos, colunatas, varandas), acusam nos seus jogos de simetria e "esquemas geométricos e proporcionais, baseados no

---

61 Silva, J. C. V., 2002, p. 171-172; Carita, H e Cardoso, A. H., 2015, pp. 106-109.

62 Rasteiro, J., 2005, p. 14.

63 Rasteiro, J., 2005, pp. 14-15.

64 Rasteiro, J., 2005, p. 23.

65 Rasteiro, J., 2005, p. 62.

quadrado e no duplo quadrado<sup>66</sup> uma diferente concepção, mais consentânea com os valores humanistas e as formas do renascimento.

Integráveis neste grupo de paços de pátio murado quinhentistas, parcialmente subsistentes e situados ao redor de Lisboa e no Alentejo, são, por exemplo, o Paço Episcopal de Valverde, perto de Évora, do qual se conserva o pátio e portal com platibanda vazada que, apesar de interrompida por pináculos e de apresentar um repertório decorativo marcadamente mais tardo-gótico (fig. 53), mantém uma relação de familiaridade tipológica com a de Belas (figs. 40); ou o Paço de Santa Margarida do Varatojo<sup>67</sup> (da família do humanista Paiva de Andrade) (fig. 54), a Quinta de Santiago (figs. 56-57) e a Quinta dos Pisões<sup>68</sup> (fig. 55), ambas em Sintra, e a Casa Cordovil<sup>69</sup>, em Évora, que, conquanto as várias alterações posteriores, ainda preservam os espaços dos pátios e muitos elementos quinhentistas entre um receituário manuelino e renascentista (figs. 58-59).

Recuando um pouco, em 1505 é descrito o Paço da Ordem, em Granja de Alpriate (Vila Franca de Xira)<sup>70</sup>. Integrado numa propriedade agrícola, de fundação anterior, encontrava-se à época a sofrer obras, como atesta a descrição da nova capela que o comendador mandara erguer. A estrutura compunha-se pela habitação (uma casa torre), estrebaria e capela, organizadas em torno de um recebimento fechado por muro, ao qual se acedia por um grande portal<sup>71</sup>.

É precisamente nas descrições de paços das comendas da Ordem de Cristo, datadas das primeiras décadas do século XVI, que surgem as mais antigas referências, por nós sinalizadas, do uso de *recebimento*<sup>72</sup> como designação para pátios e terreiros murados de acesso a uma casa nobre; uma vez que o termo continuará a aparecer por todo o século XVI, como já pudemos ver na descrição que em 1556 – integrada num tombo de bens da Ordem de Avis – se fez do Paço dos Mestres<sup>73</sup>.

---

66 Carita, H e Cardoso, A. H., 2015, p. 110.

67 Feliciano e Leite, pp. 118-140.

68 Carita, H e Cardoso, A. H., 2015, p. 117.

69 Silva, J. C. V., 2002, p. 262-263.

70 É possível que os vestígios deste paço correspondam à actual Quinta do Brasileiro.

71 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 8, pp. 120-121.

72 Carita já tinha identificado esta designação para o Paço do Infante D. Pedro em Avis (cf. Carita, H e Cardoso, A. H., 2015, p. 44).

73 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis*, 1950, pp. 80-83

Distanciando-se das descrições dos castelos, em que as designações pátio e terreiro são constantes e, porventura, indicadoras da multifuncionalidade e multiplicidade simbólica destes edifícios, nos vários paços urbanos ou rurais que incluíam um pátio de acesso murado, é o termo *recebimento* que se torna preponderante, acusando o carácter civilista de primeiro espaço de recepção na habitação da nobreza.

Pese embora os exemplos até agora citados se situarem na área de Lisboa e no Alentejo, a distribuição geográfica dos paços de pátio murado durante os séculos XV e XVI, ao contrário do que até agora se pensava<sup>74</sup>, não se deverá ter concentrado de forma exclusiva nestas regiões. Exemplares conservados e, principalmente, como temos vindo a ver, documentados atestam a difusão deste modelo por várias partes do país entre os séculos XV e XVI. São representativas deste fenómeno as descrições quinhentistas dos paços dos comendadores e vigários da Ordem de Cristo em Tomar<sup>75</sup>, Ferreira do Zêzere<sup>76</sup>, Pussos<sup>77</sup>, Marmeleiro<sup>78</sup>, Castelo Branco<sup>79</sup>, Lardosa<sup>80</sup>, Castelejo<sup>81</sup>, Aldeia de Joane<sup>82</sup> e Ega, nas Beiras Litoral e Interior; Santa Ovaia<sup>83</sup>, Pinheiro de Ázere<sup>84</sup> e Mêda<sup>85</sup>, na Beira Alta; e Rio Frio<sup>86</sup>, no Minho; sendo alguns destes de clara fundação quatrocentista, como o de Ferreira do Zêzere, no qual a casa, torre e pátio murado com portal ameado já se encontravam em ruínas em 1505.

Destes, só o Paço dos Comendadores de Ega é claramente identificável nos dias de hoje (figs. 60-63). Organizado em U ao redor de um recebimento, fechado no seu extremo sul por um muro e portal, apresenta ainda hoje a mesma estrutura e número de divisões sobradadas que a descrição de 1508 acusa: "he todo çarrado sobre si e se serue per hũu soo portal e haa das portas a dentro noue casas sobradadas"<sup>87</sup>. Os

---

74 Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, p. 41.

75 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 2, pp. 265-267, 338-340.

76 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 2, pp. 116-118.

77 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 2, pp. 236-237.

78 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 6, pp. 134-136.

79 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 5, pp. 241-244.

80 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 5, p. 83.

81 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 5, p. 5

82 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 6, pp. 134-136.

83 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 3, pp. 5-6.

84 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 3, p. 73.

85 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 7, pp. 55-56.

86 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 4, p. 11.

87 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 3, p. 128.

visitadores desse ano "acharam o dicto apousentamento per partes danjficado"<sup>88</sup> e ordenaram a sua reconstrução no espaço de dois anos. Os vãos manuelinos de verga recta, redonda, cairelada, canopial e de escarção, presentes no recebimento e na fachada Norte, confirmam a reforma do edifício levada a cabo a partir de cerca de 1508, com término estipulado para cerca de 1510-11, sendo os restantes vãos de feitura posterior.

Contemporâneo do Paço da Ega, mas ainda mais fechado sobre si mesmo, o Paço dos Vasconcelos (figs. 64-67), em Ansião, distribui-se em torno de um recebimento, ao qual se acedia por um portal, actualmente desaparecido, onde se incluía a data de 1544<sup>89</sup>. À parte da torre, de fundação quatrocentista, as restantes estruturas apresentam vãos manuelinos e estão atribuídas à primeira metade do século XVI<sup>90</sup>.

Na cidade de Coimbra, também a Casa de Cima de Sub-Ripas apresenta uma estrutura em U, fechada sobre um pátio murado, tendo sido erguida sobre pardieiros que o licenciado João Vaz aí possuía em 1514<sup>91</sup> (figs. 68-75). Nesse ano adquire a Casa de Baixo e inicia obras de construção, como atesta o pedido feito à câmara para erguer um passadiço que unisse as duas casas<sup>92</sup> (fig. 69). A historiografia tem sido unânime em considerar que a Casa de Baixo foi o primeiro corpo a ser construído, logo após 1514 e os vãos manuelinos, tardo-góticos e, pontualmente, mudéjares assim o confirmam<sup>93</sup> (figs. 68). No entanto, o lançamento do passadiço e a presença de numerosos vãos manuelinos do pátio murado sobre o qual se recolhe a casa, poderá indiciar que também a Casa de Cima começou, não muito depois, a ser edificada (figs. 69-75). De acordo com um recente estudo de Luísa Trindade, após a morte de João Vaz, em data incerta, a Casa de Cima foi herdada pelo seu filho mais velho, António Vaz – num contrato de 1546<sup>94</sup> descreve sumariamente as casas que herdou de seu pai na Rua de Sobre Ribas –, e a Casa de Baixo pela viúva, Bertoleza Cabral – que em 1557 recebeu os freires da Ordem

---

88 Dias, P., 1982, pp. 278-280.

89 Silva, J. C. V., 2002, p. 173; Azevedo, C., 1969, pp. 179-180.

90 Silva, J. C. V., 2002, pp. 172-174; Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, p. 81.

91 Trindade, L., 2006, XLV, p. 411.

92 Trindade, L., 2006, XLV, pp. 402-403, 411.

93 Cf. Gaio, M. S., "Sub Ripas", *Arquivo Coimbrão*, Coimbra, 1943, VII, pp. 129-164. Dias, P., 1982; Dias, P., "Notícia Histórica", in *Casa de Sub Ripas, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 131, Ministério das Obras Públicas, 1990; Trindade L., 2006, XLV, pp. 417-418.

94 Trindade, L., 2006, XLV, pp. 417-418.

de Cristo em sua casa –, e por outros herdeiros<sup>95</sup>. Desta forma, é possível que se deva a António Vaz a reforma levada a cabo na Casa de Cima – feita sobre a construção que o seu pai aí fizera –, perceptível no grande número de elementos renascentistas que circundam os vários vãos manuelinos e nas datas de 1542 e 1547<sup>96</sup>, inscritas no próprio edifício. Em particular o muro que fecha o pátio apresenta uma grande profusão de elementos exclusivamente renascentistas que, começando pelo portal, se espriam pelos medalhões do muro e pelo coroamento, onde pináculos rematados por esferas se distribuem escalonadamente.

A despeito da possibilidade de fixar com maior exactidão uma cronologia para todas as construções e reconstruções que citámos, os elementos subsistentes acusam a permanência, ao longo do século XVI, do pátio ou recebimento murado como elemento definidor, tanto dos acessos a estas habitações nobres, como da sua morfologia. Sobre a última, há que referir que, além das mais bem estudadas disposições das habitações num lado do pátio, como em Belas; ou abarcando dois lados, criando estruturas em L, como se pode ver no Paço dos Henriques, em Álcaçovas; na transição dos séculos XV para o XVI e ao longo deste último, surgem igualmente estruturas em U que envolvem três lados do pátio, como as que se detectam no Paço dos Comendadores de Ega ou na Casa de Cima de Sub-Ripas.

Paralelamente, enquanto espaço privilegiado de exposição ao exterior, verificou-se no decorrer do século XVI um crescente investimento decorativo nos muros virados à rua, primeiro visível em Belas ou Valverde, de claro hibridismo manuelino, depois na quinta de Pisões (Sintra), em Sub-Ripas e na Bacalhoa, já com claros referentes renascentistas e, na segunda metade do século, no Paço dos Alcaides de Évora (Condes de Basto), cujos portais lembram modelos próximos da mais actual tratadística.

Este fenómeno coincidiu, não só, com uma conjuntura política e económica privilegiada que se vivia desde finais de quatrocentos – a qual deu um impulso à edificação ou reedificação de paços –, e com as sucessivas afirmações decorativas do tardo-gótico manuelino, do primeiro renascimento e do classicismo, mas igualmente com o interesse e contínua reactualização do pátio murado como símbolo de estatuto reconhecível. Definindo-se como espaço privilegiado de transição entre exterior e

---

95 Dias, 1990, p. 8; Trindade, L., 2006, XLV, pp. 412, 417.

96 Trindade, L., 2006, XLV, p. 418.

interior, o pátio foi, simultaneamente, "commum a todos"<sup>97</sup> – como consta na descrição do tobo do morgadio da Bacalhoa – ou palco de festividades<sup>98</sup> – como as corridas de touros igualmente descritas na Bacalhoa<sup>99</sup> –, mas também fechado em caso de necessidade, controlando os acessos e apartando a habitação nobre, recolhida no seu interior, das demais.

Longe de desaparecer, a continuidade e alcance do pátio murado manteve-se na estruturação de numerosas casas nobres ao longo dos séculos XVII e XVIII.

### 2.1.3 – Pátios inclusos

De maior complexidade que os anteriores, além de mais dispersos temporal e geograficamente, mostram-se os paços de pátio incluso, fechados nos seus quatro lados pelo edificado e não raras vezes circundados por arcaria sustentada por colunas ou pilares. Entre os exemplos mais recuados, se não mesmo o mais recuado de que há vestígios e memória, será o pátio do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães (figs. 76-86). Estima-se que erguido a partir de 1420-22<sup>100</sup> e concluído em data incerta, por iniciativa por D. Afonso, conde de Barcelos e depois Duque de Bragança, o seu programa parece seguir de perto o Palácio dos Reis de Maiorca, em Perpilhão<sup>101</sup> (figs. 87-88). Pese embora o estado de ruína a que chegou ao século XX e o restauro da D.G.E.M.N, a existência de fotografias anteriores às obras dá-nos indícios de como a estrutura do pátio se aproximava deste modelo francês. Definido pelos quatro corpos que compõem o paço, ao longo de pelo menos três deles – do corpo da capela, oposto ao da entrada, e dos corpos laterais que o flanqueiam –, existiam os orifícios de encaixe das vigas que fariam a cobertura de galerias térreas e que suportariam o pavimento de outras no primeiro piso, permitindo a circulação horizontal entre as várias dependências (figs. 78-79). Já o corpo da entrada, por onde se acedia ao pátio, muito demolido antes do

---

97 Rasteiro, J., 2005, p. 62.

98 Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, p. 44.

99 Rasteiro, J., 2005, p. 72; Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, p. 44.

100 Silva, J. C. V., 2002, p. 138.

101 Silva, J. C. V., 2002, p. 140 ; Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, p. 36.

restauro da década de 1940<sup>102</sup> (fig. 78), não permite uma leitura e conclusões peremptórias, o que, não obstante a polémica levantada, não impediu o arquitecto responsável pelo restauro, Rogério de Azevedo, de condicionar o restauro e assumir que as galerias deveriam abranger a totalidade do pátio<sup>103</sup> (figs. 76-77). Independentemente de as galerias terem assumido três ou quatro lados, o pátio apresentar-se-ia cerrado e era por ele que se acedia, tanto às divisões térreas como à área palaciana, por duas escadas simétricas, que correm no interior do pano mural da capela, acedendo cada uma delas a uma sala dos corpos flanqueantes (figs. 79.1-80). Já as galerias superiores do pátio asseguravam a circulação horizontal entre as várias dependências, inclusive a capela.

A complexidade e monumentalidade do programa, que não encontra paralelo em Portugal<sup>104</sup>, parecem não ter tido consequências tipológicas óbvias quando pensadas em todas as suas especificidades e combinatória de elementos. Contudo, o facto de estarmos perante um pátio de acesso incluso – o mais antigo que se conhece num paço medieval português –, cujos indícios apontam poder ter sido uma estrutura de contorno quase claustral, poderá aproximá-lo, com as devidas reservas, de outros exemplos conservados, se bem que construídos posteriormente, ou, pelo menos, incluí-lo numa mesma narrativa de familiaridade espacial mediterrânica.

Mais obviamente integrável numa tradição espacial filiável nos claustros conventuais, o pátio do Paço de D. Jaime, duque de Bragança, em Vila Viçosa, terá sido iniciado ao redor de 1501, aquando do regresso do seu exílio em Espanha (fig. 90-91). Deve-se a Senos a mais recente e qualificada revisão bibliográfica e leitura do espaço, na introdução que faz às reformas levadas a cabo no paço pelo duque D. Teodósio, filho de D. Jaime<sup>105</sup>.

Pouca ou nenhuma documentação se conhece destes primeiros anos do palácio, tendo as grandes reformas efectuadas pelo seu filho e duques seguintes muito

---

102 Depois de um longo período de abandono, coincidente com a fixação da família em Vila Viçosa, parte do paço acabou por ser parcialmente apeado, ao redor de 1666, e a pedra usada na construção do novo convento dos frades Capuchos de Guimarães (Cf. Silva, J. C. V., 2002, p. 141).

103 Silva, J. C. V., 2002, pp. 142-143.

104 Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, p. 36.

105 Senos, N., 2018, p. 113.

obliterado esta área e, para o que nos interessa, o papel central que o pátio parece ter tido no acesso ao paço durante o período de D. Jaime.

Ao que tudo indica, a primitiva entrada estava virada à Estrada de Borba, a norte (actualmente no tardoz), sendo o paço o primeiro edifício que se encontrava ao entrar na vila. Desta forma, o acesso ao interior fazia-se pelo Norte, através do pátio. Este encontra-se circundado por uma arcaria assente sobre delicados colunelos de mármore branco. De fuste liso, os colunelos apresentam bases quadradas e capitéis com volutas de tosca execução. A partir dele organizavam-se os vários corpos, entre os quais se incluem, ainda hoje, a capela, a cozinha (reedificada no século XVIII, mas ao que tudo indica erguida sobre a original), e as dependências residenciais.

Logo no ducado seguinte, com a construção do grande corpo que se prolonga em direcção ao convento das Chagas, a entrada do palácio passa para o novo corpo aberto sobre o terreiro, de que falaremos adiante.

Pese embora a diferente proporção entre os elementos, este pátio apresenta algumas semelhanças com um outro, em Estremoz, inscrito num edifício originalmente residencial, mas actualmente pertencente à Santa Casa da Misericórdia (fig. 89). Igualmente datável das primeiras décadas do século XVI, este imóvel encontra-se, actualmente, encurtado e alteado por muitas alterações posteriores que, a par da inexistente bibliografia, tornam difícil a sua leitura ou uma melhor contextualização.

Bem menos regular que o exemplo de Vila Viçosa, o pátio interior do Paço de Água de Peixes estrutura-se em torno de um rectângulo, envolvido por uma dupla arcada em dois pisos, e acusa nos seus quatro lados diferentes campanhas construtivas (figs. 27; 31-34). O paço pertenceu, igualmente, à família real, tendo sido adquirido por D. Dinis nos inícios do século XIV e posteriormente, ao redor de finais do século XV ou inícios do XVI, transitado para a posse dos Álvares Pereira de Melo, condes de Tentúgal, marqueses de Ferreira e depois duques de Cadaval.

A inexistência de documentação conhecida e o pouco que se escreveu sobre o edifício tornam particularmente difícil a sua análise. Túlio Espanca, de longe o autor que mais escreveu sobre o conjunto<sup>106</sup>, considera que, erguido sobre preexistências quatrocentistas – visíveis em alguns vãos térreos, de arco apontado, sobre o pátio de

---

106 Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Beja*, vol. 1, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1992, pp. 49-52.

entrada –, o essencial do paço deve datar do século XVI, com obra iniciada logo nos princípios da centúria por D. Rodrigo de Melo, conde de Tentúgal e depois marquês de Ferreira, e continuada pelos seus descendentes. Esta datação é confirmada, ao nível térreo do pátio incluso, pelas arcadas redondas de arestas chanfradas, assentes sobre pilares cilíndricos levemente espiralados – que sugerem os de uma das salas do castelo de Evoramonte (fig. 192) – no lado sul, e pelas robustas arcadas redondas de alvenaria e arestas vivas ou chanfradas, algumas reforçadas com contrafortes, nos restantes lados; e ao nível do piso superior do pátio, tanto pelas delgadas colunas de mármore branco, de fuste liso e bases quadradas, de desenho tardo-gótico manuelino, nos lados norte e sul, e pilares de ângulos chanfrados em alvenaria nos dois outros lados, como pelos portais manuelinos de recorte lobulado. Já o lado este parece ter sido alvo de uma reforma mais tardia.

Ao contrário do que vimos em Guimarães ou Vila Viçosa, onde o pátio incluso serve de elemento mediador no acesso à casa senhorial, no caso de Água de Peixes, o acesso à habitação, situada no primeiro andar, faz-se directamente por uma escadaria com patamar coberto no pátio murado virado ao exterior (fig. 30).

Por baixo desta escada, uma porta liga o pátio murado ao piso térreo do pátio incluso e daí à capela, a outras dependências térreas e à área da quinta. Note-se que este programa subalternizou o piso térreo do pátio incluso no acesso às zonas residenciais, relegando-o a uma continuidade horizontal partilhada com o pátio murado e a funções de serviço ou religiosas, mais públicas e acessíveis a todos.

Por oposição, a galeria superior, apenas acessível e controlada pelo interior da zona residencial, permite a circulação horizontal entre as várias dependências e a fruição do que decorria no espaço interior do pátio, estabelecendo, de forma bastante vincada, uma relação de separação entre o alto, com os senhores da casa e seus convidados nas galerias superiores, e o baixo, com os trabalhadores ou pessoas de passagem no piso térreo do pátio, que vinham ouvir missa na capela<sup>107</sup> ou assistiam a festividades que decorressem no pátio<sup>108</sup>.

---

107 Estando aberta ao culto, que era público, este era o único caminho que se poderia tomar para as pessoas - senhores, trabalhadores ou viajantes - lá chegarem.

108 Há indícios de que o espaço central estaria ajardinado em finais do século XVIII (Cf. Espanca, T., 1990, p. 52), mas o mesmo não se pode dizer de períodos anteriores, como o século XVI, aqui em estudo.

O carácter partilhado de pátios inclusos como este que, não permitindo necessariamente o acesso ao interior da habitação a partir do seu piso térreo, serviam outras áreas de serviço ou a capela, surge, ao que tudo indica, também noutros paços com programas onde se incluía mais do que um pátio (seja ele murado ou incluso). Parece ser esse o caso dos pátios do Paço da Ribeira, alguns dos quais serviam ao nível térreo, ao que tudo indica, a Casa da Índia e, possivelmente, a capela, que também tinha acesso pelo lado do jardim do rei<sup>109</sup>, mas não serviam de acesso principal aos aposentos do monarca.

Paradigmático das mudanças de gosto do reinado de D. João III, o Palácio Almada-Carvalhais, em Lisboa, foi mandado erguer pelo influente Rui Fernandes de Almada<sup>110</sup>, ao que se crê, depois do seu retorno a Portugal, nos anos de 1540. Homem culto, viajado e oriundo de uma família do serviço da casa real – o seu pai fora capitão de naus portuguesas –, desenvolveu uma muito bem sucedida carreira que, apoiada nos seus bons contactos na corte – do secretário António Carneiro, passando pelo Conde de Castanheira, ao humanista e cronista Damião de Góis –, o levou, entre os reinados de D. Manuel e D. João III, primeiro, às feitorias marroquinas, depois à feitoria de Antuérpia, entre 1512 e 1532, (onde terá ficado, com interrupções, como uma embaixada à Alemanha em 1519), culminando na sua nomeação para embaixador a França, onde ficou de 1532 a 1540.

Depois desta brilhante carreira, em que acumulou uma vasta fortuna pessoal e contactou com grande número de vultos intelectuais e artísticos do seu tempo – entre os quais se contam Dürer e Erasmo –, "não espanta que no regresso a Portugal depois de uma longa ausência tenha decidido investir numa casa onde se alojar condignamente, mas também capaz de traduzir o seu estatuto e aspirações<sup>111</sup>". Desta forma, foram as mais actuais formas disponíveis, as do primeiro renascimento, e alguns elementos de cariz senhorializante – como as ameias que surgem num painel do MNAz e a torre que ainda hoje encima o portal de entrada com o brasão de armas concedido

---

109 Senos, N., 2002, pp. 159-162.

110 Para se conhecer melhor esta figura recomenda-se a leitura da sua biografia por M. Teresa Themudo Barata (Cf. Barata, M. T. T., "Quem foi Rui Fernandes de Almada", in *Oceanos*, Ano II, Nº 3, Março de 1990, p. 96-99).

111 Senos, N. e Caldas, J. V., Relatório Palácio Almada Carvalhais, não publicado, s/p. Muito agradecemos aos autores pela cedência deste estudo.

por D. João III – que nortearam o programa, satisfazendo, por um lado, as suas necessidades de ostentação, e por outro, a confirmação da sua nobreza (figs. 93; 96).

Apesar de muito adulterado entre os séculos XVIII, XIX e XX – com especial incidência na destruição e subsequente reconstrução pós terramoto de 1755 –, o palácio apresenta, ainda hoje, alguns espaços que nos permitem entender de que forma se lhe acedia e, em menor parte, como se organizava. Curiosamente, estes espaços são aqueles onde podemos detectar um maior número de elementos indiscutivelmente renascentistas: o túnel de entrada e o pátio incluso (figs. 94-100).

Um recente estudo levado a cabo por Senos e Vieira Caldas demonstrou que a posição do túnel, orientado no sentido Norte-Sul, permitia, originalmente, o acesso tanto pelo lado do rio – visto que antes da construção dos aterros a praia era fronteira –, bem como pelo jardim do paço, virado à cidade<sup>112</sup>(figs. 94).

Na fachada principal, virada ao rio, acede-se a este túnel por um largo portal de desenho classicizante, sobrepujado pelas já referidas armas novas de Rui Fernandes de Almada. O interior apresenta-se abobadado com belas nervuras e fechos de desenho classicizante, sendo os tramos separados por sóbrias pilastras, assentes sobre plintos e sobrepujadas por capitéis de depurado desenho que, no seu todo, acusam igualmente um referente clássico. A principal nota decorativa está nos leves chanfros das pilastras, rematados por papos de rola, de feição ainda goticizante, mostram que este "dispositivo arquitectónico não foi concebido com meras preocupações funcionais, mas também de representação<sup>113</sup>"(figs. 95-98).

Um desaterro feito na transição do século XIX para o XX fez descer consideravelmente a cota do túnel, mas esta já seria em rampa anteriormente, permitindo a passagem de cavalos e carruagens, não só entre o rio e o jardim, como também para o interior do pátio, ao qual se acede por um grande arco abatido<sup>114</sup>.

Peça central e organizadora do espaço doméstico, o pátio apresenta planta rectangular e encontra-se envolvido por uma arcaria simétrica, com quatro arcos nos lados norte e sul, e três arcos nos este e oeste, sendo o arco de entrada – vindo do túnel –, mais largo que os restantes. A grande regularidade visual e geométrica do espaço,

---

112 Senos, N. e Caldas, J. V., Relatório Palácio Almada Carvalhais, não publicado, sem paginação.

113 Senos, N. e Caldas, J. V., Relatório Palácio Almada Carvalhais, não publicado, sem paginação.

114 Senos, N. e Caldas, J. V., Relatório Palácio Almada Carvalhais, não publicado, sem paginação.

alia-se aos amplos e finos arcos abatidos; sustentados por delgadas colunas de fustes lisos, assentes sobre delicados plintos de base quadrada e sobrepujadas por capitéis de boa qualidade escultórica, decorados com folhas de acantos, volutas, mascarões, animais e outros motivos (figs. 99-100). Acentuando a leveza do conjunto, o piso superior do pátio encontrar-se-ia igualmente aberto e seria pontuado por colunas, de que ainda subsistem vestígios embebidos nas paredes, sobre as quais assentariam, não arcos, mas sim travejamento<sup>115</sup>. A escada actual data do século XVIII e encontra-se na parede fundeira do pátio, mas tudo leva a crer que o acesso primitivo ao piso superior se faria igualmente por uma escada colocada num dos corpos do pátio, eventualmente no local da existente. Desta forma, confirma-se o papel central deste pátio como elemento distributivo dos acessos na habitação.

A bem conhecida qualidade escultórica e arquitectónica dos elementos subsistentes tornam-no o mais qualificado e sofisticado exemplar sobrevivente – dentro deste modelo de pátio incluso em contexto residencial –, do primeiro renascimento e dos finais da primeira metade do século XVI.

Apontando a viragem de um repertório decorativo do primeiro renascimento para um classicismo mais italianizante – que no Alentejo teve algumas suas mais precoces manifestações portuguesas – encontramos o paço estremocense que em 1755 pertencia à casa dos condes de Vila Nova de Portimão, e que poderá corresponder ao que em 1691 a mulher do 3º conde de Penaguião, filha do 5º conde de Atouguia, vendeu em Estremoz ao conde de Vila Nova de Portimão<sup>116</sup>. Muito alterado no século XVIII, o edifício mantém, contudo, o pátio, primeiro espaço que se encontra transposto o portal da rua. No interior, ocupando apenas dois dos seus lados, abrem-se arcarias em dois pisos, sustentadas por colunas de mármore e, num dos cantos, uma escada permite o acesso do pátio ao primeiro andar (figs. 101-104).

A menor simetria deste pátio dever-se-á, muito provavelmente, à adição dos corpos das arcadas a uma preexistência, como parecem indicar tanto o pequeníssimo arco de união na parede norte e um portal contíguo, de moldura em cantaria de granito,

---

115 Senos, N. e Caldas, J. V., Relatório Palácio Almada Carvalhais, não publicado, sem paginação.

116 Miguel, P. L. M. S., "Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII.

Titulares, a corte, vivências e sociabilidades", (1 vol + 2 vols de anexos) dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, Anexos III, sem paginação.

chanfrada e adornada junto à base por dois papos de rola, datável da primeira metade da centúria de quinhentos (fig. 105).

Quanto aos corpos das arcadas, apesar de não possuímos qualquer indicação para a sua datação, apresentam arcos de volta perfeita que, fruto do espaçamento entre as colunas toscanas de correcto desenho, são muito mais amplos do que os de Vila Viçosa, aproximando-se de uma ligeireza e requintada civilidade espacial – de claro referente classicista – mais próxima das varandas dos paços da Bacalhoa (fig. 52), Cogominhos (Monfalim), em Évora (fig. 106), e Matos Azambuja, em Vila Viçosa (fig. 108). Estes elementos e o formato da escada, da qual falaremos no capítulo correspondente, indicam-nos, portanto, que a configuração actual deste pátio deverá datar dos meados ou, com grande probabilidade, já da segunda metade do século XVI.

Ainda no Alentejo, não poderia deixar de se referir o monumental pátio daquele que terá sido um dos maiores paços erguidos na segunda metade da centúria de quinhentos: o palácio dos Melo, depois condes de Murça, em Évora. Mais uma vez, poucas ou nenhuma notícia temos deste edifício, para além dos dois textos que Túlio Espanca lhes dedicou nos meados do século XX<sup>117</sup>. Ao que tudo indica, a primitiva construção, sobre a qual se veio a construir o actual edifício foi adquirida no decorrer da década de 1530 por D. Rui de Melo, do conselho de D. João III. As primeiras referências que se têm datam de 1540, com a aquisição de casas contíguas de que era enfiteuta Belchior da Silva e sua mulher Maria Castanho e, em 1542, com a obtenção para si, sob o beneplácito de D. João III, das casas camarárias que tinham sido do cavaleiro Duarte Afonso. Além destas, anexaram-se terrenos públicos de um beco e do vão sobre o chafariz, com o intuito de prolongar o paço até à esquina da primitiva igreja de Santo Antão, alegando-se para isso o engrandecimento que vinha à cidade com esta obra.

Ainda sobre este prolongamento e definição do espaço a ocupar pelo paço sobre o chafariz e adjacente à empena de Santo Antão, Túlio Espanca refere que em 1590 o neto do fundador, D. António de Melo, "se viu constrangido a lavrar uma escritura pública com o senado, limitando esse privilégio<sup>118</sup>" e fixando a extensão entre a esquina

---

117 Espanca, T., "Fundação do Paço de D. Rui de Melo (1542)", in *A Cidade de Évora*, nº 25-26, Évora, Comissão Municipal de Turismo de Évora, 1951, pp. 498-500; Espanca, T., *Inventário Artístico de Portugal: Concelho de Évora*, vol. 1, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966, pp. 252-253.

118 Espanca, T., 1951, p. 498.

da rua dos Caldeireiros e o terreiro da colegiada de Santo Antão (Praça do Giraldo). Infelizmente, apenas a carta que D. João III dirige ao senado da câmara, em 1542, refere a existência de obras a decorrer, sem, no entanto, especificar quais. Toda a restante pouca documentação conhecida é omissa.

Muito adulterado a partir de 1897, mantêm-se da construção quinhentista a área de entrada, parte do pátio e, ao que pensamos, a maior parte da escadaria primitiva (desta falaremos no capítulo respectivo).

Transposto o portal de entrada acede-se a uma larga estrutura de três grandes arcos de volta redonda aberta ao pátio que compõe o seu lado sul, robustecida por 8 grandes colunas toscanas de granito, das quais partem as nervuras de aresta viva da vasta abóbada estrelada, de tijolo rebocado, e, ao meio, o fecho de granito com as armas da Ordem de Cristo (figs. 112-114). Outros dois lados do pátio, oeste e norte, apresentam duas galerias com abóbadas de nervuras ou aresta e arcaria de volta redonda assente sobre colunata das mesmas colunas toscanas de granito; já o lado este apresenta-se fechado e servido por portas e janelas de feitura posterior (figs. 115-117).

No piso superior do pátio, em torno dos seus lados oeste, norte e este, distribuem-se, assentes sobre peitoril cego, colunelos toscanos de mármore branco, sobre os quais assenta arquitrave com friso de tríglifos e métopas, em granito (fig. 116). O lado sul encontra-se alterado pela justaposição de janelas de sacada oitocentistas. Na parede oeste do pátio abre-se um largo e depurado portal de linhas clássicas, consonante com o grande portal exterior e demais elementos atrás descritos, pelo qual se passa à escadaria, de acesso ao piso superior, parte habitacional do paço (fig. 117).

Nas suas formas já muito afastadas do renascimento de Chanterene ou de João de Castilho, em que pontificava uma sensibilidade decorativa próxima de Sagredo e oriunda do primeiro renascimento – presente, por exemplo, no Palácio Almada Carvalhais –, neste pátio é uma monumentalidade classicizante que dá o mote ao todo. Inscrito numa longa duração de pátios palacianos, de definição próxima do claustral, nele ainda se combinam as coberturas nervadas, reinventadas no Alentejo ao longo do século XVI, com tiques de desenho que, rejeitados pela tratadística de meados de quinhentos, mas de génese renascentista, se mantiveram num entendimento autóctone (e mais livre) do classicismo, como os remates inferiores das molduras das portas (fig.

121-122)<sup>119</sup>. Por estas características, que o afastam da maior parte da produção arquitectónica da primeira metade do século XVI mas também de fenómenos mais tardios e rigidamente tratadísticos – por exemplo, as obras atribuídas a Tércio –, o Paço dos Melo, apesar de se referirem obras em 1542, deverá ter sofrido uma intervenção substancial, posterior a essa data, mas ainda durante a segunda metade do século XVI.

Rompendo com o esquema de pátio incluso claustral, definido nos seus lados por galerias, a Quinta das Torres, em Azeitão (figs. 125-129), é representativa, no seu programa, de uma cultura arquitectónica pautada por uma mais clara referência a modelos eruditos italianos.

A iniciativa de construção tem estado atribuída a D. Diogo d'Eça que a terá mandado edificar após o seu regresso de Espanha, para onde fora exilado por desacordo com as principais figuras da confiança de D. Sebastião. Regressou a Portugal em data igualmente incerta e, segundo D. António Caetano de Sousa, faleceu em 1594 nesta sua quinta "onde acabou, fazendo vida de filósofo antigo"<sup>120</sup>.

Como muitos outros paços, as informações que temos deste são muito reduzidas, não sendo conhecida qualquer documentação coeva que diga respeito à sua construção. Não obstante, apesar de não haver qualquer prova documental, tem sido aventada a hipótese<sup>121</sup> do projecto se dever a Filipe Tércio, chegado a Lisboa em 1576.

No seu todo a volumetria geral e alguns elementos da casa (figs. 125-129) parecem evocar exemplares bem conhecidos da arquitectura italiana do século XVI, nomeadamente a Vila Imperiale, em Pesaro<sup>122</sup> (fig. 131), e, um pouco menos, o Palazzo del Te, em Mântua (fig. 130), ambos construídos por duas famílias que além de serem detentoras de senhorios contíguos, partilharam laços próximos de parentesco: os Della Rovere e os Gonzaga.

---

<sup>119</sup> Estes remates inferiores, que assumem um formato em L, foram comuns no renascimento europeu anterior à consolidação tratadística de meados da centúria de quinhentos, estando presentes, por exemplo, na Vila Farnesina, construída na primeira década do século XVI segundo projecto de Baldassare Peruzzi. Também em Portugal se podem citar numerosos exemplos datados do século XVI, como as molduras dos vãos da fachada do Paço de Vila Viçosa e do castelo dessa vila (fig. 123), já parcialmente existentes em 1537, de muitos vãos do Convento de Cristo em Tomar (fig. 124), entre muitos outros de Norte a Sul do país.

<sup>120</sup> Sousa, A. C. (D.), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1745, tomo XI, pp. 686-687.

<sup>121</sup> Carita, H., Cardoso, A. H., 2005, pp. 125-128.

<sup>122</sup> Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, pp. 127-128.

Todos possuem um largo pátio central, quadrado, aberto nos seus quatro eixos por portais virados ao exterior ou pórticos de arcadas ou serliana no acesso ao interior das habitações, em esquemas rigorosamente regulares (figs. 125-131). As afinidades que a Quinta das Torres mantém com estas vilas continuam na presença de quatro elementos torreados, permitindo o acesso à cobertura em terraço (fig. 125), igualmente presentes em Pesaro, ou na formulação térrea e horizontal do restante edificado, também visível em Mântua.

Se é verdade que Tércio trabalhara para os duques de Pesaro<sup>123</sup>, estado no qual deixou obra difícil de associar ao que por cá fez ou se lhe atribui, e que seguramente conheceu a Villa Imperiale, também é verdade que esse modelo já era conhecido há muito em Portugal pelas Antigualhas de Francisco de Holanda (fig. 131), desenhadas ainda durante a primeira metade do século XVI (1538-1540)<sup>124</sup>.

O actual conhecimento que temos da Quinta apenas permite supor uma cronologia entre as décadas de 1570 e 1590 e uma hipotética atribuição a Tércio. Deve ainda ressaltar-se a sofisticação e regularidade do programa, organizado em torno de um pátio com múltiplos acessos – três ao exterior e um ao interior por meio de uma serliana –, de referentes vincadamente filiados num classicismo italianizante e maduro, sinal da erudição e cultura do encomendante – o designado "filosofo antigo" – e do projectista – seja ele Tércio ou outro.

Menos correntes e menos lineares nas possibilidades de circulação e controlo dos espaços do que os paços de pátio murado – estes mais obviamente ligados ao exterior e, por isso, mais provavelmente mediadores entre o exterior e o interior da habitação – os pátios inclusos podem apresentar maior diversidade de possibilidades. Se em paços com apenas um pátio incluso os acessos se distribuíam a partir dele, em casos como Água de Peixes (fig. 27), o Paço da Ribeira (fig. 133) ou, aparentemente, o Palácio que os Duques de Bragança tinham em Lisboa – do qual se guarda uma planta do andar nobre, atribuída aos finais do século XVI<sup>125</sup> (fig. 132) – a presença de vários pátios ou a abertura da casa a espaços públicos, como o Terreiro do Paço em Lisboa, poderia obliterar esta função de elemento mediador no acesso do exterior à habitação.

---

123 Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, pp. 125-126

124 Holanda, F., Álbum dos Desenhos das Antigualhas, Livros Horizonte, 1989.

125 Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, pp. 135.

Contudo, mantinha-se a circulação horizontal no piso térreo a áreas de serviço e capelas, e, com maior controlo das acessibilidades, nas galerias superiores entre os vários compartimentos da área residencial.

Como pudemos ver, estes paços de maior complexidade, que combinam acessos por vários pátios murados, inclusos e terreiros públicos, surgem predominantemente no centro e sul do país (ou pelo menos é nessas áreas que nos chegaram mais exemplares), na órbita de itinerâncias da corte portuguesa, associando-se a sua construção à iniciativa de algumas poderosas e abastadas famílias, próximas da família real ou do seu serviço.

Em particular as variantes claustrais acusam a existência de programas complexos que, como os exemplos dados confirmam, ganharam particular fôlego ao longo do século XVI. Não havendo uma ruptura, o pátio desenvolve-se e molda-se, acompanhando as alterações de sensibilidade e gosto nos programas.

Desta forma, da maior organicidade de algumas obras manuelinas – como o Paço de D. Jaime ou Água de Peixes –, caminhou-se progressivamente e, em paralelo com a introdução do renascimento, para uma maior regularização de plantas e alçados – a que não terá sido estranha a introdução de uma lógica projectual assente sobre a codificação das proporções e replicação de métricas, introduzida pela provedoria das obras reais<sup>126</sup>, – como no Paço Almada Carvalhais ou no Paço Melo Murça de Évora.

Será em casos mais extraordinários, mas também raros, como a Quinta das Torres, que por via de modelos plenamente classicistas – filiados no primado do debuxo prévio –, a flexibilidade e adaptabilidade das lógicas métricas codificadas a partir do reinado de D. Manuel coexistiu e complementou-se com um projecto que definia a forma do conjunto a priori<sup>127</sup>. Tal lógica construtiva permitiu a estrita simetria e jogo multiaxial de acessos entre o exterior, o pátio e o interior da casa da quinta.

---

126 Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, pp. 63 e 99.

127 Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, pp. 63, 99.

#### 2.1.4 – Os espaços públicos: ruas, praças e terreiros

Infinitamente mais variados são os exemplares que, possuindo ou não pátios, não os incluíam no acesso às áreas residenciais, fazendo-se este por meio de espaços públicos, sejam eles terreiros, praças ou ruas.

A partir do século XIV a nobreza começa a fixar-se ou a ter residência nas cidades, privilégio até então detido, quase exclusivamente, por bispos e reis. Os direitos de aposentadoria e as fortes objecções dos senados camarários e de bispos, tinham tornado desnecessária, refreado ou proibido a sua fixação e, portanto, o investimento em moradias urbanas substanciais. A reduzida escala e precariedade das construções, aliada à gradual transformação das condições de vida e aparato cortesão, serão os principais factores que explicam o total desaparecimento de vestígios de paços da nobreza em meio urbano anteriores ao século XV<sup>128</sup>.

Com o século XV, o fenómeno parece alargar-se e, para além das já existentes moradas urbanas de reis e bispos, a nobreza promove um surto construtivo de paços que se prolongará e intensificará por todo o século XVI. Destes, vários incluem-se nos tipos de pátio murado ou incluso, já atrás vistos – tipos que, curiosamente, como vimos, são em boa medida transversais a meios urbanos e rurais –, mas muitos possuem outra relação com o espaço da cidade, menos mediada e controlada, portanto, mais acessível, directamente ligada a espaços públicos.

Se alguns dos mais antigos exemplos conhecidos, claramente ligados a um terreiro público, ainda quatrocentistas, como o Paço dos Estaus em Lisboa, edificado a partir de c. 1434<sup>129</sup>, e o Paço dos Estaus de Évora, não deixaram grandes vestígios construídos, escritos ou iconográficos que nos permitam entender de que forma se lhes acedia, o mesmo não se poderá dizer de alguns exemplares quinhentistas.

O conhecimento que hoje temos do Paço da Ribeira, principalmente a partir da monografia de Senos, permite-nos vislumbrar a estreita relação que o paço estabelecia com a zona da baixa da cidade, o rio e, em particular, com o Terreiro do Paço<sup>130</sup>. Numa

---

128 Silva, J. C. V., 2002, pp. 84-85.

129 Rijo, D. M. M., "Palácio dos Estaus de Hospedaria Real a Palácio da Inquisição e Tribunal do Santo Ofício", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, nº 5, 2016, pp. 20-21.

130 Cf. Senos, N., 2002, pp. 183-188.

clara articulação com outros programas portugueses e europeus, nos quais se juntaram, na parte baixa, ao redor de uma praça, os poderes políticos, religiosos e funções comerciais. Em Portugal veja-se o antecedente, já referido, do Paço dos Estaus, em Évora, o Paço dos Estaus de Lisboa, ou o programa urbanístico do Funchal em 1485 e, em contexto europeu, o palácio de Jean de France, duque de Berry, em Bourges, edificado no último quartel do século XIV ou as praças dos paços comunais italianos, o Palácio dos Doges de Veneza e, em especial, porque erguida de raiz seguindo princípios vitruvianos e renascentistas, a praça de Vigevano<sup>131</sup>.

O acesso ao novo paço real dispensou o uso dos seus pátios e privilegiou o terreiro público, a partir do qual se lançaram dois jogos de escadas, um dando acesso directo à sala grande e outro à sala da rainha, claramente identificáveis na vista de Lisboa da Genealogia dos Reis de Portugal, executada por António de Holanda e Simão Bening<sup>132</sup> (fig. 134.1).

Em Vila Viçosa as campanhas levadas a cabo pelo duque D. Teodósio reconfiguraram o paço e a forma como este comunica com o exterior. Partindo das casas de seu pai em direcção ao Sul, numa área até então ocupada por um pomar, arrancado para o efeito, mandou erguer, a partir de c. 1532, o novo corpo habitacional que veio delimitar o lado oeste do terreiro (figs. 91; 198), em torno do qual já se encontravam o Convento dos Agostinhos, de fundação medieval, umas casas nobres que foram da viúva de D. Jaime e depois deram origem ao Paço dos Bispos e o recém criado Convento das Chagas<sup>133</sup>.

Desta forma, o terreiro conformou um espaço de poder e encenações senhoriais e religiosas que, com as devidas ressalvas de dimensão e funcionais – atente-se à ausência da componente comercial –, se pode considerar semelhante ao que vimos para o Paço da Ribeira. Corolário desta reorganização espacial, a escolha de uma fachada revestida de mármore, ao romano<sup>134</sup> – já parcialmente presente em 1537<sup>135</sup> –, acusa a

---

131 Senos, N., 2002, pp. 183-188.

132 Esta imagem é reproduzida e comentada a propósito do paço da Ribeira em: Senos, N., 2002, pp. 84-89.

133 Senos, N., 2018, p. 114.

134 Para uma contextualização deste termo ver: Craveiro, L., «A Arquitectura "ao Romano"», in *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, vol. 9, Vila Nova de Gaia, Fubu, 2009; e Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, p. 97.

135 BNP, Reservados Cod. 1544, fl. 106.

monumentalização da imagem do paço, algo que, com diferente vocabulário decorativo, também estava presente no inusitado corpo das varandas do Paço da Ribeira.

Parte integrante deste processo – e importante para o nosso estudo –, foi a deslocação dos acessos primitivos, virados a norte, com entrada pelo pátio incluso no corpo de D. Jaime, para o novo corpo de D. Teodósio, que se foi expandindo progressivamente, ao longo de três campanhas: c. 1532-1537, 1537-1559 e 1559-1563<sup>136</sup>. Sendo de notar que a construção da caixa da escada grande, directamente ligada ao terreiro e essencial no acesso aos principais aposentos, data precisamente da primeira campanha de obras e surge referida tanto no relato do casamento de 1537<sup>137</sup> como nas Benfeitorias<sup>138</sup>. Mais uma vez, como na Ribeira, a escolha do terreiro público como acesso principal ao paço secundarizou, para efeitos de circulação interna ou de serviço, os pátios da casa.

Muitos outros exemplos, de dimensões variáveis, espalhados um pouco por todo o país, dão-nos conta de habitações nobres com entradas abertas directamente para espaços públicos, sejam eles terreiros, praças ou ruas, muitas vezes apenas mediados por escadas, que analisaremos adiante. São disto exemplo a casa nobre do Terreiro de D. João I, em Serpa (fig. 135), a Casa de Baixo de Sub-Ripas (fig. 68), em Coimbra, a Casa dos Madeira Arrais Garcia Mascarenhas, em Avô (fig. 136), a casa manuelina da Praça da República, em São Pedro do Sul (fig. 137-138), a casa manuelina de Santa Marinha de Seia (fig. 139), o Paço de Donas, em Donas (fig. 140), a Casa de Diogo Cão, em Vila Real (fig. 142), ou a Casa dos Melo Alvim, em Viana do Castelo<sup>139</sup> (fig. 141), todas edificadas ou reconstruídas durante a primeira metade do século XVI, recorrendo a um vocabulário decorativo manuelino (num espectro que abarca do tardo-gótico aos alvares do primeiro renascimento).

Datáveis de meados do século XVI ou da segunda metade da centúria, acusando já uma mais clara introdução ou uso pleno de vocabulário classicista, mas mantendo igual relação directa com o espaço público, podem citar-se a casa dos Luna, em Viana do Castelo (fig. 144), ao que tudo indica já terminada em 1553, a Casa do Inquisidor no

---

136 Cf. Senos, N., 2018, pp. 109-129.

137 BNP, Reservados Cod. 1544, fl. 124; Senos, N., 2018, pp. 114-115.

138 Maços de D. Brites, Ms 17, 1-t-2, itens 195 e 219.

139 Caldas, J. V., «"Casas nobres" de Viana», in Monumentos, nº 22, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 176.

Pátio do Salema (figs. 145-148) ou o Paço dos Cogominhos (figs. 106-107), ambos em Évora e datáveis da segunda metade do século XVI, ou o Paço Matos Azambuja, em Vila Viçosa, onde uma inscrição na entrada assinala o ano de 1599 (figs. 108-111).

## **2.2 – Circulação vertical (escadas)**

As escadas são, por excelência, o elemento de circulação vertical presente nos complexos habitacionais portugueses do século XVI (e dos séculos antecessores). Antes de passar aos exemplares tardo-quatrocentistas e quinhentistas, importará fazer um curto périplo por exemplares medievais, nos quais se ensaiaram tipologias ainda operantes no século XVI.

De igual forma, interessa-nos falar um pouco de um termo que referiremos correntemente: o sobrado. Este foi já alvo de uma análise etimológica, por parte de José Custódio Vieira da Silva<sup>140</sup>, além de ser constante nas fontes por nós consultadas, e designava os pisos superiores. Um edifício de rés-do-chão e primeiro andar seria, pois, um edifício com um sobrado, já um edifício com rés-do-chão e dois andares, teria dois sobrados, e por aí em diante.

### **2.2.1 – As torres medievais e as escadas de madeira**

Tendo desaparecido todos os paços alti-medievais, condenados pelas mudanças nas formas de habitar ao longo da idade média, os mais antigos exemplos subsistentes de habitações nobres, em Portugal e um pouco por toda a Europa, parecem ser as torres, sejam elas em meio urbano, como as torres de menagem dos castelos – que serviram inicialmente de modelo para as restantes –, ou em meio rural, como as domus-fortis, separadas de outras construções, que a partir do século XII os senhores começaram a erguer nos seus senhorios. Compostas habitualmente por dois ou três pisos, erguidos sobre um rés-do-chão maciço ou apenas acessível pelo interior, acedia-se-lhes

---

140 Cf. Silva, J.C., 2002 pp. 21-24.

directamente por um pequeno vão de porta situado em posição elevada, no primeiro andar, mediante o uso de escadas exteriores em madeira, facilmente removíveis em caso de ataque. As escadas interiores seriam, ao que tudo indica, igualmente em lanços de madeira colados aos muros, como ainda hoje se pode ver em Penegate (figs. 149-150), datada do século XIV, ou em Quintela, do século XV<sup>141</sup> (figs. 151-152).

Já do século XVI chegam-nos raras notícias ou evidências materiais de escadas de madeira exteriores em residências nobres, como a escada da quintã do Lumiar, pertença da Ordem Avis, descrita em 1556<sup>142</sup>, mas de fundação anterior (pelos elementos descritos torna-se impossível ser categórico, mas tratar-se-ia com grande probabilidade de uma construção das primeiras décadas do século XVI ou anterior); ou a escada de madeira, temporária, que nesse mesmo ano foi descrita no novo paço rural que os Correia Baharem estavam a erguer perto de Alenquer, em terras foreiras à Ordem de Avis: "e nesta entrada está a esquadra, que diz, que ha de ser de pedraria, e ora está de madeira<sup>143</sup>". Ao que tudo indica a escada desta casa seria uma das últimas peças a executar, visto que a obra já ia avançada, com a maior parte das divisões terminadas e provavelmente habitadas.

Ao contrário da escada exterior de lanços, que, como veremos de seguida, terá conhecido um processo de petrificação mais precoce e generalizado - sem, no entanto, ser hegemónico -, a escada interior de madeira, habitualmente de um lanço por piso e de grande simplicidade, ter-se-á mantido assaz comum ao longo do século XV e XVI. A inexistência de vestígios de dispositivos de acesso verticais nos interiores de alguns dos poucos paços subsistentes do século XV, como o de Leiria, Ourém ou Barcelos, todos associados à iniciativa de membros da Casa de Avis, indicam-nos, precisamente, o muito provável uso da madeira para a construção das escadas interiores.

Confirmando a difusão de escadas interiores de madeira, no decorrer do século XVI estas continuam a surgir nos aposentamentos fortificados, rurais e urbanos (casas, paços, quintãs, granjas, etc.) dos comendadores das ordens militares, descritos no decorrer da centúria, sendo estas construções quinhentistas ou de provável génese quatrocentista. Perdidas as funções bélicas e defensivas que em parte caracterizaram as

---

141 Senos, N., "L'escalier au Portugal (1450-1600)" in Alexandre Gady, ed. *L'Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

142 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, 1950, pp. 364-365.

143 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, 1950, pp. 411-415.

casas torre de fundação medieval, surgem descritas escadas de um lanço de madeira ligando-as a outras dependências (tanto térreas como sobradadas) que se lhe vão acoplando durante os séculos XV e XVI, como se podia ver em Granja de Alpriate (1505)<sup>144</sup>, Alpalhão (1505-06)<sup>145</sup> ou Aldeia de Joane (1508)<sup>146</sup>. Em muitos outros paços a escada de madeira ligava a sala e câmaras, como nos aposentamentos dos comendadores de Casével (1506)<sup>147</sup>, de Segura (1505)<sup>148</sup>, de Longroiva (1507)<sup>149</sup>, de Soure (1508)<sup>150</sup>, de Pussos (1508)<sup>151</sup>, de Dornes (1504)<sup>152</sup>, da Quintã de Alenquer (1556)<sup>153</sup>, de Messejana (1533)<sup>154</sup>.

Em casos mais raros as escadas de madeira interiores ligavam câmaras entre si e a áreas de serviço, como no Paço de Castelo Branco<sup>155</sup>, em que algumas câmaras comunicam com outras através de escadas de madeira, ou no aposentamento do castelo de Nisa<sup>156</sup>, em que a câmara comunicava com as áreas de serviço térreas por uma escada de madeira com alçapão.

### 2.2.2 A longa duração da escada exterior

Com o século XV e o findar da idade média, num cenário de alguma estabilidade política, interna e externa – pautado pela ascensão ao poder da dinastia de Avis – e a alteração das formas de habitar e das necessidades de representação áulica – consonante com o que se passava um pouco por toda a Europa –, intensificaram-se por iniciativa da nobreza e clero a transformação e edificação de novos paços, mais civilistas

---

144 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 8, pp. 120-121.

145 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 30-31.

146 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 6, pp. 134-136.

147 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 2, pp. 199-200.

148 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 5, pp. 164-165.

149 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 7, pp. 42-43.

150 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 2, pp. 170.

151 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 2, pp. 236-237.

152 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 2, pp. 8-11.

153 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 8, pp. 145, 156.

154 Santos, Vítor Pavão dos (org.), "Visitações de Alvalade, Casével, Aljustrel e Setúbal (Ordem de Santiago)", in *Documentos Para a História da Arte em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, vol. 7, pp. 46-48.

155 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 5, pp. 241-244.

156 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 5-6.

e, não raras vezes, de mais monumentais proporções. Na vanguarda deste movimento é de realçar a iniciativa de numerosos membros da família real, sendo disto exemplo o já referido paço que D. João I mandou erguer logo nos inícios da centúria dentro do castelo de Leiria, ou o Paço acastelado de Ourém, mandado erguer por um neto deste rei, D. Afonso, conde de Ourém, cerca de 1440<sup>157</sup>. Em ambos se detecta a existência de uma simples e discreta escada exterior em pedraria de um só lanço encostado ao muro, fazendo a ligação directa entre o exterior e o primeiro andar (figs. 153-154).

Independentemente da tipologia e da implantação rural ou urbana dos paços, a escada exterior de pedra, de um ou dois – mais raramente três – lanços, ligando o solo ao primeiro andar, surge associada a um grande número de casas nobres sobradadas<sup>158</sup>. De entre estas podemos começar por referir as numerosas casas torre medievais que se mantiveram em uso e, ao longo dos séculos XV e XVI<sup>159</sup>, receberam extensões de carácter definitivo, bem como outras casas torre que num processo contínuo de reactualização desta tipologia continuaram a ser erguidas durante todo o século XVI, já não por necessidade de defesa do seu senhor e do seu território, mas sim pelo estatuto de nobreza que evocavam<sup>160</sup>.

Em numerosos exemplares os acessos passaram a ser feitos pelos novos corpos e as precárias escadas exteriores de madeira viram-se substituídas por outras de um ou mais lanços em pedra, habitualmente encostadas aos muros. É assim na Torre de Castro, em Amares, ao que tudo indica construída no século XIV e profundamente reformada e aumentada entre os séculos XV e XVI<sup>161</sup> com um grande corpo anexo e escadas de pedra de um lanço (fig. 155); na mais modesta Casa da Torre, em Nogueira do Cravo, concelho de Oliveira do Hospital, aumentada com um anexo e escada de pedra de um lanço no século XVI (fig. 156).

---

157 Silva, J. C. V., 2002, p. 149.

158 Existem casos térreos ou cujo acesso ao interior e sala estão no nível térreo.

159 Barroca defende que alguns anexos poderão ser do século XIV, mas a inexistência de qualquer indício material ou documental que sustente com segurança hipótese afasta-nos desta leitura. O principal exemplo utilizado tem sido o da Torre de Vasconcelos, mas apenas o término no seu uso pode ser afiançado com maior segurança (Barroca, 1998, p. 72).

160 Senos, N., “L’escalier au Portugal (1450-1600)” in Alexandre Gady, ed. *L’Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação; Silva, J. C. V., 2002, p. 167; Barroca, M. J., 1998, pp. 72-73.

161 Barroca, M. J., 1998, p. 58

Situações semelhantes são detectáveis nos paços dos comendadores, entretanto desaparecidos mas descritos nas visitas e tombos dos bens das ordens militares nos alvares do século XVI. Entre elas contam-se o Paço da Ordem de Cristo em Granja de Alpriate, cuja torre é descrita como muito antiga em 1505, mas onde os anexos e escada de pedra de um lanço eram construção mais recente<sup>162</sup>; a casa torre/castelo de Alpalhão, cuja torre, de provável construção quatrocentista, apresentava, em 1505-1506, chaminés nos seus dois sobrados, mas o anexo com a sala e escada de pedra eram construção recente devida à iniciativa do comendador<sup>163</sup>; o paço do comendador de Rio Frio, em Arcos de Valdevez, ao qual se subia “do dito patio per hũa escaada de pedraria”<sup>164</sup>; e o grande paço da alcáçova de Castelo Branco, que possuía “hũa escaada de pedraria muito bem obrada em que haa xxviii degraos com seu mainel de pedraria debrũado e dous tauoleiros hũu ao pee e outro no çimo da dicta escadaa”<sup>165</sup> (figs. 7.1; 8.1). Note-se que mais a sul, em alternativa à pedra, também foram construídas escadas de lanços em tijolo, como aquela que D. João II custeou na reforma do desaparecido paço do alcaide de Mértola<sup>166</sup>. Ainda existentes e ligadas a alcáçovas, considerem-se, por exemplo, a grande escada de um lanço encostado ao muro de que se dotou o paço do castelo de Óbidos aquando da sua reforma quinhentista (fig. 21-22), ou a escada forrada a mármore, de dois lanços, que o paço do alcaide do castelo de Beja recebeu durante a sua reforma manuelina (fig. 15).

Algumas das novas torres de construção tardo-quatrocentista ou quinhentista, de que falaremos mais aprofundadamente de seguida, tiveram o seu acesso exterior feito por escadas de um ou dois lanços de pedra ou tijolo, ligando directamente o solo ao primeiro andar, como na Torre do Esporão (fig. 157), ligada aos Mendes de Vasconcelos, ou na Torre das Águias (figs. 158-159), ligada à iniciativa dos Manoel, ambas no Alentejo.

No entanto, não exclusiva de paços com torres, fortificados ou inclusos numa fortaleza, importa notar que a existência de um recebimento fechado por vezes

---

162 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 8, pp. 120-121

163 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 30-31.

164 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 4, pp. 11-12

165 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 5, pp. 241-244.

166 Barros, M. F. R., Boiça, J.F., Gabriel, C., *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1996, p. 83.

propiciou o desenvolvimento de escadas que, ainda que bastantes simples, possuem dois ou mais lanços. É disto exemplo o paço acastelado de Alvito, iniciado ao redor de 1494<sup>167</sup> e terminado durante a primeira década do século XVI – cabeça do senhorio dos Barões de Alvito –, onde uma grande escada exterior de lanços paralelos, erguida sobre arcos, permite o acesso do pátio, ao nível do solo – onde apenas estão áreas de serviço –, às dependências principais no primeiro e em particular no segundo sobrados<sup>168</sup> (fig. 160). Ligeiramente posterior, menos monumental e ligada a um corpo menor do paço, a escada do recebimento da quinta da Ribafria encosta aos muros os seus dois lanços perpendiculares (figs. 47-48). Também na Casa de Cima de Subripas – como já vimos alvo de sucessivas reformas entre os reinados de D. Manuel e D. João III –, o acesso ao andar nobre faz-se mediante uma escada de dois lanços perpendiculares que acompanha um dos ângulos do recebimento (figs. 72-74).

Se bem que posterior, já datável da viragem para a segunda metade do século XVI, espelhando outras preocupações, onde entram jogos de simetrias, além de um depuramento e vocabulário classicizantes, na já referida Quinta da Bacalhoa, de Brás de Albuquerque, a escada surge-nos próxima ao meio da fachada (fig. 50), mas ainda composta por dois lanços opostos, sendo um deles erguido sobre um arco. Para além da preocupação em centrar a escada o mais possível ao eixo da fachada, é nos elementos subsistentes das guardas renascentistas, com os seus balaustres, que melhor se detecta a passagem do tempo e a actualização dos vocabulários decorativos, visto que na sua estrutura ela se insere na continuidade das anteriores.

Mais acessíveis aos olhares dos curiosos são as escadas de lanços erguidas em áreas públicas, pertencentes a paços e casas nobres que pela sua inserção urbana ou periurbana são, habitualmente, construções assumidamente mais civilistas. Para além de fontes iconográficas, como as vistas que Duarte de Armas faz de várias povoações<sup>169</sup> ou as descrições de casas urbanas pertencentes aos bens das Ordens Militares, nas quais se detectam escadarias exteriores, numerosos exemplares conservados mantêm ainda hoje este elemento. Ainda antes de passar a outros exemplos residenciais, espalhados

---

167 Silva, J. C. V., 2002, p. 270.

168 É possível que apenas o arco mais pequeno seja da construção primitiva, visto que o segundo arco parece ter sido prolongado para a abertura de uma nova porta, que deixou a porta manuelina suspensa e uma janela emparedada.

169 Cf. Armas, 2015.

um pouco por todo o país, a escada de lanços encostada ao muro, como notou Senos, não foi exclusiva da arquitectura residencial, mas também de construções de cariz público como as câmaras municipais manuelinas, por exemplo a de Viana do Castelo (figs. 162-163), na qual a escada de um lanço se encontra no tardo do edifício, ou a de Marialva (fig. 161), onde a reforma manuelina envolveu a construção de uma escada semelhante, mas desta feita aposta sobre a fachada principal<sup>170</sup>.

Um primeiro e mais antigo exemplo residencial, ainda pouco ou nada estudado, é o Paço da Loba, em Sernancelhe (figs. 164-166). Trata-se de um edifício de fundação medieval, mas cujos vãos e demais elementos actualmente visíveis no exterior – por exemplo, as janelas cruzetadas – indicam uma reforma algures durante o século XV ou já no reinado de D. Manuel. Na fachada são ainda visíveis os cachorros de pedra que sustentariam uma primitiva estrutura de madeira, na qual se incluiria uma escada e uma cobertura sobre a porta, desfeita nos meados do século XVI quando se construiu a presente escada de um lanço encostado ao muro em cantaria, apresentando no arranque do seu mainel um curioso balaustre *ao romano* (fig. 166).

A par destes, em ruas de Norte a Sul, detectam-se casas que vão desde o pequeno paço na Praça da República em São Pedro do Sul (figs. 137-138), com escada de um lanço em pedra na sua fachada lateral, o Paço de Donas (fig. 140), a Casa dos Távoras em Vouzela (fig. 167) e o pequeno paço no Terreiro de D. João I em Serpa (fig. 135), todos com escada de pedra de um lanço aposta à fachada.

Caso curioso é o da casa em Viseu que uma lenda associa à figura de Diogo Cão, supostamente nascido nela em meados do século XV. Podendo até corresponder ao local onde estaria uma anterior casa e nela ter hipoteticamente nascido o funcionário régio, o actual imóvel deverá datar do reinado de D. Manuel ou até do reinado de D. João III (figs. 142-143). Assim nos indicam os vãos das janelas, abatidos, e os elementos decorativos do arco abatido da escadaria que, apesar do talhe pouco fino, são já manuelinos e um deles acusa até o conhecimento de modelos renascentistas (fig. 143). A sua excepcionalidade advém-lhe do facto de apresentar a escada exterior de um lanço inscrita no volume da casa e aberta à rua por um largo arco abatido. Esta solução, menos comum, removeu a escada da via pública e parece solucionar restrições ao uso de

---

170 Senos, N., “L’escalier au Portugal (1450-1600)” in Alexandre Gady, ed. *L’Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

escadas exteriores presente em alguma legislação medieval, como aquela que se encontra presente no *Livro de Posturas Antigas* da cidade de Lisboa: "Em rua nam pode nenhũ (...) poer escada nem outra coussa que seja embargo nem estreitura da rrua e o que o fezer devem lho a derribar"<sup>171</sup>. Uma adenda na margem acrescenta que a construção seria permitida: "(...) sendo em terreiro ou rrua muito larga poderam pidir licença". Se em propriedades particulares e povoações menos populosas poderão não ter existido estas restrições, noutras grandes vilas e cidades é provável que tenha existido legislação semelhante e que outras casas com escadas inscritas, como a da casa dita de Diogo Cão, tenham sido construídas.

Paradigmático das possibilidades que um grande espaço público (terreiro ou rua muito larga) oferecia para a criação de escadas exteriores, o Paço da Ribeira chegou a ter duas que, partindo do terreiro do paço terminavam, respectivamente, na sala grande e na sala da rainha. A escada da sala grande é claramente identificável nas muitas vistas de Lisboa, ou até no livro de Horas dito de D. Manuel e consistia num longo lanço que ia do terreiro à sala grande. Já a escada da rainha parece apenas ser claramente evidente na vista de Lisboa da Genealogia dos Reis de Portugal, de António de Holanda e Simon Bening (fig. 134.1). Apesar de menos clara na iconografia, a sua existência é comprovada documentalmente, pois surge como palco de um caricato acontecimento narrado num anedotário de autor anónimo quinhentista, testemunha ocular e parte integrante do acontecimento. Estando a sala grande em obras, jantava o rei na sala da rainha, deu-se a queda de umas telhas que fizeram os presentes acharem que estavam perante um terramoto: "de feiçaõ que toda a gente que estava na salla fogio pla porta que vay p.<sup>a</sup> a varanda da R.<sup>a</sup> e pla porta de huma escada que hia p.<sup>a</sup> o terreiro"<sup>172</sup>.

---

171 *Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 111; Carita, H., Cardoso, A. H., p. 45; Pinto, S. M. G., 2016a, pp. 103; Pinto, S. M. G., 2016b, p. 155; Pinto, 2016c, p. 263; A citação seguinte refere-se às mesmas obras.

172 Lund, C., 1980, 64; Senos, N., 2002, p. 123.

### 2.2.3 – Estruturas cobertas

Como bem notou Senos, "C'est dans le domaine de l'habitation noble qu'on trouve les variations les plus intéressantes, associant l'escalier a une structure couverte"<sup>173</sup>. Interessantes no número de soluções, bem como na riqueza decorativa, encontram-se paços, de grande e pequena dimensão, que de alguma forma cobriram o patamar de entrada, a escada, ou associaram estes dois a varandas e alpendres de que falaremos com maior detalhe adiante.

As estruturas mais comuns por nós detectadas e de que subsistem mais exemplos são o patamar de escada coberto e o alpendre diante da porta de entrada. Apesar do termo alpendre ser hoje empregue para espaços telhados tanto em pisos térreos como nos superiores, existem indícios de que no século XVI o seu entendimento se cingisse em boa medida, ou na maior parte das vezes, ao piso térreo. Nas descrições dos paços e casas dos comendadores da Ordem de Cristo, nos inícios do século XVI, o termo alpendre designa sempre estruturas cobertas térreas que antecediam a entrada na habitação ou dependências. Veja-se a descrição do grande Paço de Castelo Branco, na qual o alpendre térreo sustenta a varanda superior, à qual dá acesso a escada que vem do recebimento: "estaa logo hũu alpendere sobre quatro arcos de pedraria mujto bem obrados e sobre eles hũua varanda" à qual se acede por "hũua escaada de pedraria muito bem obrada"<sup>174</sup>, tudo elementos visíveis na planta e numa das vistas que Duarte de Armas faz de Castelo Branco (figs. 7.1-8.1). Numa outra passagem particularmente elucidativa, diz-se que "sobre a porta das ditas casas em maneyra d alpendere tem hũa grande latada."<sup>175</sup>, remetendo-se, portanto, a latada feita sobre a porta para a função de alpendre, necessariamente térreo. Também o *Livro de Posturas Antigas* da cidade de Lisboa parece confirmar este entendimento para momentos anteriores, visto que estava proibida a construção de escadas, alpendres ou ramadas que estreitassem a rua ao nível térreo: "Em rua nam pode neenhuu fazer rramada nem alpendre nem poer escada nem

---

173 Senos, N., "L'escalier au Portugal (1450-1600)" in Alexandre Gady, ed. *L'Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

174 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 5, pp. 241-244. A citação anterior refere-se a esta obra.

175 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. I, p. 189.

outra cousa que seja embargo nem estreitura da rrua e o que o fezer devem lho derribar"<sup>176</sup>.

Já aquilo a que poderemos chamar tabuleiro coberto corresponderia ao patamar superior da escada e respectiva cobertura, como parece, por exemplo, na descrição da escada da casa torre de Alpalhão: "hũa escaada de pedra que em çima tem hũu tauoleiro argamassado com seu peitoril alto. cuberto de oliuel mujto bem obrado e telhado em quatro aguas"<sup>177</sup>.

É assim na Casa Cordovil, em Évora, que, no topo da sua escada, virado tanto à rua como ao recebimento murado, possui um tabuleiro coberto de forte feição mudéjar, sustentado por finas colunas e rematado por uma cobertura cónica rodeada de ameias chanfradas, datada do reinado de D. Manuel (figs. 58-59). Exemplos de coberturas cónicas, associadas a escadas são ainda visíveis noutros paços de Évora, como a Casa Soure que, apesar de profundamente alterada apresenta ainda o tabuleiro coberto manuelino, coroadado de merlões e cobertura cónica, prolongado nos meados da centúria com uma varanda composta por uma série de arcos suportados por colunas toscanas (figs. 168-169), ou a escada e tabuleiro coberto de uma casa torre com um pequeno recebimento murado, integrada no recinto do Pátio de São Miguel, em Évora (figs. 170-173). Este último testemunha as transformações de gosto e contínua valorização destas estruturas, pois se a coluna de mármore que sustenta a cobertura ainda é manuelina, os restantes elementos estucados apresentam já um claro referente renascentista, devido a uma reforma levada a cabo em meados do século XVI.

Ainda datáveis da primeira metade ou dos meados do século XVI, no Alentejo, detectam-se escadas com patamar de entrada coberto por estruturas telhadas de maior simplicidade, por exemplo, em Água de Peixes (fig. 30), no paço do Pátio dos Rolins, em Moura (fig. 174), e numa curiosa e quase ignota fonte iconográfica, a tábua quinhentista do *Descobrimento da Cruz*, da autoria de Gregório Lopes, actualmente no Museu de Arte Sacra da Sé de Évora. No seu canto superior direito surge uma vista idealizada de casario

---

176 *Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 111; Carita, H., Cardoso, A. H., p. 45; Pinto, S. M. G., 2016a, pp. 103; Pinto, S. M. G., 2016b, p. 155; Pinto, 2016c, p. 263; A citação seguinte refere-se às mesmas obras.

177 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 1, pp. 30-31.

e panos amuralhados, onde sobressai uma complexa casa torre à qual se acede por escada coberta por alpendre telhado (figs. 178-179).

Fora do contexto alentejano podem referir-se uma casa nobre com escada exterior e tabuleiro coberto, visível no desenho que Duarte de Armas elaborou da cidade de Castelo Branco cerca de 1508 (fig. 9.1), a escada e patamar coberto, renascentistas, da recentemente demolida Casa do Outeiro, em Maiorga (figs. 176-177), ou a elegante escada e patamar coberto de remate piramidal, classicizantes, que nos finais da centúria o bispo D. Afonso de Castelo-Branco mandou erguer no Paço Episcopal de Coimbra<sup>178</sup> (fig. 175), posteriormente replicada no canto oposto do pátio. Muitas casas nobres em contexto rural, espalhadas em especial pelo centro e norte do país, apresentam escadas de lanços, por vezes associadas a estruturas cobertas semelhantes às atrás descritas, não sendo possível num grande número de casos datá-las com exactidão, podendo a sua construção ter ocorrido tanto na segunda metade do século XVI, como no XVII e em alguns casos mesmo no XVIII. É de realçar que fora do espectro da habitação das classes superiores, a escada de lanço simples (por vezes apenas dois ou três degraus) ou associada a estruturas cobertas também muito elementares é um dos aspectos mais marcantes da habitação rural portuguesa das Beiras e províncias a Norte<sup>179</sup>.

De maior complexidade do que os exemplares até agora descritos, a escada coberta da Sempre Noiva (figs. 180-182), datada do reinado de D. Manuel, é composta por três lanços, um muito longo ao meio e dois muito curtos, um na base e outro no topo, recolhidos no interior de um corpo aberto ao recebimento por três arcos de volta redonda. O patamar superior corresponde a um eirado ou varanda – designações a que regressaremos adiante – que seria total ou parcialmente coberto, como atestam os cachorros preservados na parede junto à porta de entrada no paço. Apesar de no essencial se manter como uma escada de um grande lanço (sendo os outros dois diminutos), o facto do conjunto assumir dimensão considerável e ter sido primitivamente coberto, faz desta umas das mais interessantes estruturas subsistentes do período. Não se podendo ainda falar de uma caixa de escadas, como aquelas que em

---

178 Freitas, Duarte Roque de, *Memorial de um Complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro*, vol. I, 2014, p. 195.

179 Senos, N., “L’escalier au Portugal (1450-1600)” in Alexandre Gady, ed. *L’Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

Espanha se tornavam então correntes, assiste-se, no entanto, a uma progressiva monumentalização e encerramento da escada.

Com o avançar do século XVI e em particular durante a segunda metade da centúria, constata-se o grande desenvolvimento da escada e de estruturas anexas de recepção para fruição das vistas exteriores. É assim na Casa do Inquisidor (Pátio do Salema), em Évora, cuja escada é constituída por três lanços que desembocam numa ampla varanda que cruza a rua, erguendo-se sobre três tramos abobadados sustentados por pilares e colunas embebidas. O primeiro tramo, onde termina a escada e se encontra a porta de entrada na casa, possui cobertura de madeira assente sobre colunas toscanas e arquitrave de cantaria (figs. 145-148).

Outra solução une as escadas a uma varanda virada sobre a fachada principal da casa e encontra-se em pelo menos duas importantes casas alentejanas da segunda metade da centúria: o Paço dos Cogominhos (Monfalim), em Évora (figs. 106-107), e o Paço dos Matos Azambuja, em Vila Viçosa (figs. 108-111). Não sendo uma junção inaudita de elementos – a associação entre escada e varanda está presente em paços anteriores como o da ordem de Cristo em Castelo Branco<sup>180</sup> (figs. 7.1-8.1) ou o dos Correia Baharem numa quintã perto de Alenquer<sup>181</sup>, anteriormente referidos – as formas das escadas e a sua posição indefinida entre interior e exterior, sem, no entanto, serem completamente fechadas (uma apresenta lanços opostos e a outra dois lanços em L), afastam-se decididamente das escadas exteriores de pedraria das primeiras décadas do século XVI. Também próxima destas, sendo até possível que tenha estado primitivamente associada a uma arcada sobre a fachada, posteriormente emparedada, a escadaria do anteriormente referido Paço dos Condes de Vila Nova de Portimão (Estremoz) situa-se num dos ângulos do seu pátio incluso e é de dois lanços opostos, sendo rematada no piso superior por uma guarda que alterna dois tipos de balaústres renascentistas de mármore (fig. 103-104).

---

180 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 5, pp. 241-244.

181 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, 1950, pp. 411-415.

#### 2.2.4 - Caracóis

Em paralelo às torres de menagem e senhoriais que já referimos, nas quais as escadas eram em madeira, noutras mais excepcionais, erguidas ao longo do século XIV, de maiores dimensões e associadas à iniciativa real, encontramos os primeiros indícios claros de petrificação de escadarias em contexto habitacional e ao uso de uma tipologia tão grata daí em diante em construções de maior aparato: a escada em caracol.

Disso são exemplo os caracóis de pedraria, inscritos na espessura dos muros, que unem os vários pisos abobadados das torres de menagem de Beja e Estremoz. A obra de Beja foi iniciada em 1310, a mando do rei D. Dinis, mas os trabalhos decorreram ao longo de, pelo menos, todo o século XIV (alguns elementos podem até indicar uma cronologia mais longa para a construção), o que explica a mudança, seguramente de uma outra empreitada, na estereotomia dos degraus da parte superior da torre, por oposição ao bastante mais rudimentar corte visível na parte baixa (figs. 16-17.1). De forma semelhante, o castelo de Estremoz possui escada em caracol com correcta estereotomia, e a sua construção tem sido atribuída a data posterior a 1370<sup>182</sup> (figs. 19-20).

No entanto, porventura devido ao esforço construtivo e económico que representava a construção destas escadas, até aos meados do século XV os caracóis parecem circunscrever-se às principais torres de menagem e a edifícios religiosos de grande porte, como seja o Mosteiro da Batalha. O seu aparecimento numa grande residência ocorre naquele que terá sido o maior paço erguido em Portugal no século XV, o Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães. Nos torreões que pontuam o edifício existem três caracóis inscritos nos muros que, no entanto, não eram os principais acessos aos aposentos ducais, nem comunicavam primitivamente com o rés-do-chão (fig. 85). Ainda na passagem para o século XVI e ao longo da centúria, principalmente no sul do país, os caracóis manter-se-ão como a escada interior dos mais elaborados paços e com especial incidência sobre as casas torre.

---

182 Senos, N., “L’escalier au Portugal (1450-1600)” in Alexandre Gady, ed. *L’Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

Em particular nas casas torre que temos referido, os acessos principais de ligação entre exterior e interior continuam a ser feitos por escadas de lanços exteriores ou por corpos adossados, como na Torre das Águias (fig. 159), Giesteira (figs. 183-184) e outras atrás referidas, ou num caso excepcional, a Torre da Camoeira (figs. 185-188), por um caracol que do corpo adossado térreo sobe para um eirado diante da porta do primeiro andar (fig. 188). Já interiormente, são os caracóis que nestas torres asseguram o acesso e circulação entre os vários pisos, do térreo ao mais alto, mantendo-se os tórricos apenas acessíveis pelo interior ou, mesmo que abertos ao exterior, sempre relegados para funções secundárias. Se em casos mais recuados as escadas estão habitualmente embebidas na espessura dos muros, assiste-se no Alentejo, durante o século XVI, ao aparecimento de estruturas externas para as caixas dos caracóis, bastante comuns um pouco por toda a Europa. Um dos exemplares mais recuados, datável dos alvares do reinado de D. Manuel, será a torre da Giesteira (figs. 183-184), com caixa de escadas de secção circular e remate em cone, a que se seguiram alguns outros caracóis erguidos até à segunda metade do século XVI. Igualmente datável das primeiras décadas do século XVI é a adaptação do Castelo de Valongo, uma construção de fundação medieval que no século XVI foi parcialmente adaptada a residência, sendo construído num novo corpo residencial sobre a muralha e reformada a torre, à qual se acoplou uma incomum caixa de escadas prismática, aberta sobre o novo corpo (fig. 189). No seu interior corre um belo e bem executado caracol helicoidal (fig. 190) que apenas encontra paralelo civil mais imediato no interior da Quinta da Bacalhoa e no Paço de Sintra. Destas helicoidais, apenas a do Paço de Sintra (fig. 221) assume funções de acesso privilegiado entre o interior e o exterior, ligando a chamada sala dos Archeiros (um antigo eirado) a uma sinuosa escada de lanços que cai sobre o antigo recebimento do paço. Quanto a outros caracóis, note-se que, do ponto de vista da circulação, é excepcional o caso do castelo de Evoramonte, onde o caracol se assume, sem quaisquer dúvidas, como principal e único acesso vertical entre o piso térreo e os vários pisos superiores (figs. 191; 193).

Mais de meio século depois é algo de muito semelhante ao que vimos na Giesteira e Valongo que detectamos na torre do Carvalhal, cuja construção de base manuelina foi duplicada pelo pedreiro Diogo Velho seguindo, em boa medida, o contrato

de obra de 1569 assinado com o proprietário, o fidalgo Nicolau de Castro da Cunha<sup>183</sup>. Também aí o corpo da escada ancora-se a um cunhal da torre, ligando uma divisão de serviço do rés-do-chão aos vários sobrados (figs. 194-197).

Igualmente cumprindo funções de circulação interior, o caracol que foi construído no aposento do duque D. Teodósio (figs. 205-206; 208), algures entre 1559 e 1563, foi erguido sobre uma represa de cantaria – “isto é, a estrutura que, na base, suporta o seu peso”<sup>184</sup> –, que ligava a sua antecâmara, onde funcionava uma parte da guarda roupa, a um sótão onde possivelmente se situavam outras áreas da guarda-roupa ducal<sup>185</sup>.

### **2.2.5 – Escadas de lanços na espessura dos muros**

Menos comuns ou até bastante raras, as escadas de lanços que correm na espessura dos muros surgem-nos, ainda assim, associadas a edifícios de diferentes tipologias – militares, religiosas, residenciais – e neles cumprem, por vezes, funções de circulação muito distintas.

A propósito do pátio incluso do Paço dos Duques de Guimarães referimos sucintamente, em capítulo anterior dedicado aos pátios, os dois lanços de escadas correspondentes à edificação primitiva iniciada c. 1420-22<sup>186</sup>. Estes alinham-se de forma estritamente simétrica no corpo da capela, apresentando-se o seu portal térreo aberto ao pátio e colocado axialmente em relação à porta principal do paço. Note-se que esta solução, não obstante a grandeza e importância do paço, relegou estes dois lanços de escada (responsáveis por ligar o pátio, primeira área de recepção do paço, aos aposentos ducais, capela e demais áreas do primeiro sobrado), a uma situação de quase total invisibilidade, apenas detectável nas pequeníssimas frestas que os alumiam (figs. 79.1-84).

---

183 Silva, J. C. V., 2002, pp. 303-304.

184 Senos, N., 2018, p. 128.

185 Senos, N., 2018, pp. 128-129;

186 Silva, J. C. V., 2002, p. 138; Barroca, M. J., Almeida, C. A. F. de, 2002, p. 112.

Cerca de 100 anos separam o Paço de Guimarães da escada e principal acesso vertical da Torre de Azevedo (figs. 215-216), concluída ao redor de 1536 (data inscrita na torre)<sup>187</sup>. Esta apresenta-se igualmente escondida na espessura do seu muro e recorda, ainda que vagamente – aí não é o principal acesso vertical – a escada que numa outra torre, a do castelo de Beja, une o balcão do último piso ao terraço da cobertura (fig. 18). Não sendo evidente qual a origem deste tipo de escadas, o facto de se encontrar uma na quatrocentista torre de Beja e de nos séculos seguintes surgir num paço torreado e numa torre, podem indiciar uma origem na arquitectura militar – por arrasto, na habitacional –, por fim levada, já no século XVI, para edifícios com fins religiosos, como parecem indicar a escada do claustro do mosteiro dos Jerónimos (fig. 217) e, alguns anos depois, a do convento de Cristo em Tomar<sup>188</sup> (fig. 218).

## 2.2.6 – A caixa de escadas de lanços, interior e monumental

Foi nos inícios do ducado de D. Teodósio, aquando da primeira campanha de obras de construção da nova ala do paço, ao redor de 1532-1537, que se construiu a primeira escadaria interior e monumental documentada em Portugal. Esta já se encontrava em uso em 1537, pois surge na descrição dos festejos nupciais de D. Isabel, irmã do duque, com o infante D. Duarte<sup>189</sup>, e assim o indica a sua parede sul, mais grossa, pensada “como parede exterior – como efectivamente o foi (...) durante uns anos”.<sup>190</sup> Mais tarde, entre 1559 e 1563, como mostra o livro das *Benfeitorias*<sup>191</sup>, a escada recebeu a decoração actualmente existente (figs. 199-203), composta por degraus, patamares, lambris, corrimãos e os seus interessantíssimos balaústres, baseados num desenho do Vitrúvio de Fra Giocondo<sup>192</sup> (fig. 204), de correctíssima estereotomia – como então não

---

187 Senos, N., “L’escalier au Portugal (1450-1600)” in Alexandre Gady, ed. *L’Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

188 Senos, N., “L’escalier au Portugal (1450-1600)” in Alexandre Gady, ed. *L’Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

189 BNP, Reservados Cod. 1544, fl. 124. Senos, N., 2018, pp. 114-115.

190 Senos, N., 2018, p. 114.

191 Maços de D. Brites, Ms 17, 1-t-2, itens 105 e 255; Senos, N., 2018, p. 127.

192 Senos, N., 2018, p. 130; Senos, N., “L’escalier au Portugal (1450-1600)” in Alexandre Gady, ed. *L’Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

se fazia nem em Itália nem em Espanha<sup>193</sup> –, tudo executado em cantaria de mármore cinzento e branco, num interessante e rico jogo cromático. Complementando o fausto deste espaço foi igualmente executada na escada a mais dispendiosa decoração pictórica do paço<sup>194</sup>.

A escada apresenta-se ligada directamente ao terreiro público, como também as escadas do Paço da Ribeira, algumas décadas antes, mas aqui tratada de forma completamente diversa. Se nas do Paço da Ribeira a grande inovação dá-se pela abertura de um grande paço real a um espaço público, sem a mediação de um pátio fechado, não deixa, por outro lado, de ser óbvia a continuidade com uma tradição de escadas exteriores; em Vila Viçosa, a escada liga igualmente de forma directa o paço a um terreiro público, mas é de uma escada interior que se trata e, ainda para mais, de um modelo que o classicismo tanto valorizou, novo na arquitectura portuguesa e que à época conhecia um processo de difusão em alguns países europeus – isto depois do seu aparecimento e amplo desenvolvimento em Espanha e Itália<sup>195</sup>. Como em muitos outros paços, principalmente a partir do século XVI, a escadaria principal deixa de parte o rés-do-chão, relegado para funções de serviço, preocupando-se apenas em servir a ligação entre a rua e a habitação senhorial no sobrado.

Semelhante na sua formulação monumental em lanços inscritos numa caixa de escadas interior, se bem que mediada pela existência de um pátio incluso – que, apesar de introduzir mais um elemento de controlo espacial ao percurso, mantém a separação entre o piso térreo, de serviços, e a área residencial no sobrado – é a escadaria do Paço dos Melo (figs. 118-120), depois condes de Murça, em Évora (já atrás referido a propósito, precisamente, do seu pátio incluso). Como pudemos ver, pátio e escadaria deverão ter sido executados numa reforma iniciada ao redor da década de 1540 e possivelmente terminada já na segunda metade da centúria. Como em Vila Viçosa, a escada começa mal transposta a porta – com moldura de desenho clássico, se bem que não tratadístico –, preservando-se, ao que tudo indica, a caixa de escada e os degraus

---

193 Cf. Davies, P. e Hemsol, D., "Renaissance baluster and the antique", in *Architectural History*, vol. 26, 1983, pp. 1-23, 117-122.

194 Senos, N., 2018, p. 127; Senos, N., "L'escalier au Portugal (1450-1600)" in Alexandre Gady, ed. *L'Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

195 Cf. Guillaume, J. (dir.), Chastel, A. (introd.), *L'escalier dans l'architecture de la Renaissance*, Paris, Picard, 1985.

primitivos, sendo a restante decoração estucada e a guarda de ferro de uma reforma levada a cabo em 1894<sup>196</sup>. Apesar de se ter podido sinalizar estes dois casos – sendo possível que com o tempo surjam outros exemplos quinhentistas –, como Senos bem notou, teria de se esperar pelo século XVII e, em especial, pelo século XVIII, para que escadas monumentais e imperiais de lanços se impusessem, principalmente em meio urbano e nos paços da alta nobreza. Por outro lado, com o findar da centúria de quinhentos as escadas de caracol acabam por ir desaparecendo do contexto habitacional e até do contexto militar e religioso. Já as escadas exteriores não só subsistiram como, em meios rurais, se mantiveram assaz comuns na habitação nobre do norte e centro do país até pelo menos ao século XVIII.

## **2.3 – Circulação horizontal**

### **2.3.1 - O aposento**

Passando agora aos interiores palacianos, é impossível começar a falar da circulação e uso dos aposentos sem recorrer à estruturação ideal proposta por D. Duarte no seu *Leal Conselheiro*. A importância e carácter ímpar desta descrição leva-nos a transcrevê-la: "Primeira salla, em que entram todollos do seu senhorio que omyziados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem vir. Segunda, câmara de paramento, ou antecâmara, em que costumam estar seus moradores e alguus outros notáveis do reyno. Terceira, câmara de dormyr, que os mayores e mais chegados da casa devem aver entrada. Quarta, trescamara, onde sse costumam vestir, que pera mais speciaais pessoas pera ello pertencentes se devem apropriar. Quinta, oratório, em que os senhores soos alguas vezes cada dia he bem de sse apartarem pêra rezar, leer per boos livros, e pensar virtuosos cuidados"<sup>197</sup>.

Pese embora este texto datar da primeira metade do século XV, nele estão condensados os princípios que, como bem viu Carita, definiram "um programa

---

196 Espanca, T., 1951, p. 499.

197 D. Duarte, 1942, p. 303

distributivo coerente, ao nível da sequência dos compartimentos internos da casa senhorial"<sup>198</sup>. Não sendo um esquema rígido, acusa, no entanto, uma estrutura que cria um percurso em profundidade, onde os espaços como as acessibilidades são pensadas gradativamente, dos maiores para os menores, das áreas mais acessíveis para as mais restritas e controladas. Assim, com a excepção de casos mais elaborados, como aqueles onde detectámos corredores ou varandas promovendo uma alternativa à circulação entre espaços, na maioria dos restantes aposentos podemos observar que é pelo percorrer da sucessão de divisões que interiormente se circula; seguindo uma lógica que, de certa forma, manter-se-á corrente durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

Passando agora a exemplos edificados ou documentados, temos desde os aposentos sobrepostos em dois pisos da nova ala manuelina do Paço de Sintra (figs. 219.1-220), cada um dos quais constituído por sala, antecâmara, câmara e trascâmara (ou recâmara, como a documentação quinhentista lhes chama), ou os do reformado Paço de Coimbra, que, como refere José Custódio Vieira da Silva, correspondem à proliferação "de áreas diferenciadas, dentro dos paços régios, para os seus ocupantes: um paço para a rainha, um outro para o rei e, finalmente, outros para os infantes e infantas"<sup>199</sup>; até aos paços da média e pequena nobreza. Dentro destes últimos, podem citar-se, por exemplo, o de Castelo Branco, onde não existe antecâmara, passando-se directamente da sala para a câmara e daí para duas recâmaras (a primeira das quais referida como guarda-roupa)<sup>200</sup> (fig. 7.1); ou, bastante mais pequena, a Quintã do Lumiar, da Ordem de Avis, que em 1556 se encontrava aforada a Pero Correia de Lacerda, cujo aposento era constituído por sala e câmara no primeiro andar<sup>201</sup>.

Refira-se que cada aposento – isto para os paços maiores, como o de Sintra ou o de Vila Viçosa – era servido por uma escada ou (em casos térreos) outra forma de acesso independente, que permitia a cada uma destas unidades funcionar autonomamente e, por conseguinte, ao seu detentor e servidores gozarem de ligação directa ao exterior. Note-se ainda que, por oposição à organização horizontal do aposento, em todos os paços sobradados – com dois ou mais pisos –, a diferenciação entre as áreas de serviço e as propriamente habitacionais fazia-se na vertical (habitualmente as primeiras ficavam

---

198 Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, p.48.

199 Silva, J. C. V., 2002, p. 238.

200 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 5, pp. 241-244.

201 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis*, 1950, pp. 362-365.

por baixo e as segundas por cima)<sup>202</sup>, comunicando através de escadas tanto interiores como exteriores, dependendo dos casos.

Como acabámos de ver, por oposição ao modelo ideal delineado por D. Duarte, as construções de que nos chegaram vestígios físicos e/ou documentais apresentam grande variedade de soluções e acusam na sua estruturação as diferenças de meios materiais, de posição social dos encomendantes e, obviamente, das respectivas necessidades de uso quotidiano ou cerimonial dos espaços. Para entender as alterações que estes aspectos funcionais vão introduzindo nos espaços, onde, por exemplo, Senos destacou a polivalência e mobilidade espaciais<sup>203</sup>, desenvolvemos o capítulo seguinte – Funções – e para ele remetemos um mais aturado estudo destes espaços.

### 2.3.2 - Alpendre

Menos evidente do que aquilo que se tem suposto é o que no século XVI o termo alpendre designava. Apesar de numa descrição medieval do paço de Afonso Rodrigues, datada de 1290, se referir um *alpendre de cima*<sup>204</sup> e de actualmente se conceber a existência de alpendres em pisos superiores, existem fortes indícios de que na centúria de quinhentos, e com grande probabilidade anteriormente, o seu entendimento se cingisse apenas ao piso térreo.

Nas descrições dos paços e casas dos comendadores da Ordem de Cristo, nos inícios do século XVI, o termo alpendre designa sempre estruturas cobertas térreas que antecediam a entrada na habitação ou dependências. Veja-se a descrição do grande Paço de Castelo Branco, na qual o alpendre térreo sustenta a varanda superior, à qual dá acesso a escada que vem do recebimento<sup>205</sup>, tudo elementos constantes na planta e numa das vistas que Duarte de Armas fez de Castelo Branco (figs. 7-8).

Outros dois exemplos atrás citados são particularmente elucidativos e, por isso, aqui os tornamos a referir. O primeiro remete uma latada térrea para a função e forma

---

202 Senos, N., 2002, p. 122; Senos, N., 2018, p. 117.

203 Cf. Senos, N., 2002, pp. 124-126.

204 Silva, J. C. V., 2002, p. 26; Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, p. 45.

205 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 5, pp. 241-244.

de um alpendre: “sobre a porta das ditas casas em maneyra d alpendere tem hũa grande latada”<sup>206</sup>; e o segundo, extraído do *Livro de Posturas Antigas* da cidade de Lisboa, confirma que estava proibida a obstrução da via pública com escadas, alpendres ou ramadas que estreitassem a rua ao nível do solo: "Em rua nam pode neenhuu fazer rramada nem alpendre nem poer escada nem outra coussa que seja embargo nem estreitura da rrua e o que o fezer devem lho derribar"<sup>207</sup>.

Um dos aspectos mais interessantes contidos nas descrições de paços das ordens militares é a existência de um número expressivo de exemplares térreos ou cuja sala era térrea e, num elevado número de casos, antecedida por um alpendre. Estes contrariam a ideia, actualmente generalizada, de que os paços teriam de ser sobradados ou possuir uma sala no sobrado, enfatizando uma separação entre alto e baixo que, apesar de estar particularmente presente nas casas torre e em numerosos exemplares subsistentes, não era a norma em todas as habitações nobres. Considerem-se os casos do paço da alcáçova de Nisa<sup>208</sup>, o paço do comendador de Mendo Marques<sup>209</sup>, em Évora, o paço novo dos comendadores de Dornes<sup>210</sup>, a quintã da Freiria, em Alenquer<sup>211</sup>, o paço da alcáçova de Proença a Velha<sup>212</sup> (estes da Ordem de Cristo), a casa do comendador de Casével, em Messejana<sup>213</sup> (da Ordem de Santiago), entre muitos outros, que pelas suas descrições e em alguns casos por plantas de Duarte de Armas, comprovam uma realidade pautada por uma grande variedade de soluções que, no entanto, passavam por paços de configuração ou acessos térreos, com especial predominância no sul do país.

---

206 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. I, p. 189.

207 *Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 111; Carita, H., Cardoso, A. H., p. 45; Pinto, S. M. G., 2016a, p. 103; Pinto, S. M. G., 2016b, p. 155; Pinto, 2016c, p. 263; A citação seguinte refere-se às mesmas obras.

208 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 5-6.

209 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 62-63.

210 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 2, pp. 8-11.

211 Gonçalves, I., 2002-2007, Vol. 8, p. 145.

212 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 5, p. 100.

213 Santos, V. P., 1969, vol. 7, pp. 46-48.

### 2.3.3 - Do eirado à varanda

Estando já identificados tanto os alpendres como os tabuleiros cobertos dos patamares superiores das escadas, ante a porta de entrada nas residências senhoriais, importa agora pensar outras estruturas semi-fechadas ou descobertas, presentes ao nível dos sobrados palacianos: os eirados e as varandas.

Como bem identificou Carita, o sentido que hoje se atribui ao termo eirado parece ser hoje mais restrito do que aquele que na centúria de quinhentos se lhe atribuía, abarcando "espaços que hoje designaríamos por terraço, mirante ou varanda de colunas"<sup>214</sup>. Sendo um termo de origem latina, o seu uso no período medieval encontra-se comprovado em fontes como as posturas medievais de Lisboa, indicando um espaço – aqui descrito como descoberto – erguido em posição elevada, necessariamente no sobrado: "quem quer que teuer cassa pode fazer heirado com peitorill"<sup>215</sup>.

Semelhante formulação é identificável, por exemplo, na descrição de 1509 do paço da comenda de Castro Marim, em Évora: "sobre as ditas cameras estaa outra camera. e sobre ella hũ eirado que fez o comendador lopo meendez"<sup>216</sup>; na descrição do grande aposentamento de Martim Pinheiro, comendatário perpétuo do Mosteiro de São Simão de Junqueira: "(...) sobre os telhados, e em cima da cimeira casa vay hũ eirado descuberto do tamanho das casas de baixo"<sup>217</sup>; ou ainda no Paço de Vila Viçosa, quase meio século depois, na descrição que se faz de um largo "heyrado *que tem corenta e hum balaustos com seu peytoryll e lageado por baxo que faz hũa moldura por baxo*"<sup>218</sup>, ligado a uma câmara, ambos os espaços ainda parcialmente existentes e correctamente identificados por Senos (fig. 212)<sup>219</sup>.

Contrariamente a estes, assumidamente descobertos, outras descrições referem estruturas cobertas, como o "eyrado d ante a sala grande"<sup>220</sup> que D. Duarte descreve em Sintra (parece ser um dos representados por Duarte de Armas; fig 5.1), na primeira

---

214 Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, p. 73

215 *Livro das Posturas Antigas*, 1974, p. 107; Carita, H e Cardoso, A. H., 2015, p. 73.

216 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 132-133.

217 *Direitos Bens E Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, 1950, p. 400.

218 Maços de D. Brites, Ms 17, 1-t-2, item 163.

219 Senos, N., 2018, p. 124.

220 *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte...*, 1988, p. 166.

metade do século XV<sup>221</sup>, "o eirado lageado com peitorijs de pedraria laurada em arcos. e sobre ho peitoril colunas de marmore, ho tecto do qual eirado he hũ coruchoo comprido telhado de telhoes pĩtados com hũa grande grimpa e ferro com sua bandeira de ferro e sũas pomas tudo muito louçaõ"<sup>222</sup> do Paço dos Mestres da Ordem de Avis, descrito em 1556 ou o "eyrado de cima travejado e telhado<sup>223</sup>" da torre situada a meio do corpo das varandas do Paço da ribeira (fig. 134). Segundo Carita, o aparecimento do termo varanda no século XV e, por conseguinte, a anterioridade do termo eirado, explicam tanto o seu raro uso ao longo do século XV, como por hábito e inércia a manutenção dessa designação em algumas descrições quinhentistas<sup>224</sup>.

Contudo, se no reinado de D. Duarte e até finais do século XV um eirado poderia designar aquilo que depois se passou a chamar varanda, o uso dos termos e clara diferenciação entre eirados e varandas nos textos quinhentistas parece-nos poder indicar, pelo menos durante algumas décadas, a existência de alguma diferença no entendimento que à época se tinha destes espaços. Note-se ainda que o termo varanda parecia já se encontrar bastante divulgado durante a primeira década do século XVI, pois surge extensivamente nas residências descritas nos tombos da Ordem de Cristo.

Assim, parece-nos possível que no século XVI o termo eirado possa ter designado estruturas mais largas que compridas, possivelmente mais vastas do que as varandas, como parecem indicar as descrições que colocam eirados sobre espaços amplos, como cisternas (caso de Castro Marim<sup>225</sup>), ocupando a cobertura de edifícios.

Outras duas pistas incluem-se em duas curiosas referências literárias. A primeira havia já sido identificada por Carita e encontra-se nas *Décadas* de João de Barros: "varandas ou eirados de vista"<sup>226</sup>, e a segunda diz respeito à descrição do paço onde morava Aónia, no célebre romance cavaleiresco, *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro: "varanda à maneira de eirado, que sobre ãa parte das casas estava, e fôra feita, logo no começo, pera despejo"<sup>227</sup>. Na primeira parece poder depreender-se que no entender de João de Barros a varanda seria de um tipo de eirado específico (de vistas), podendo, por

---

221 Que mais tarde viria a ser reformado e por fim fechado, dando origem à Sala dos Archeiros.

222 *Direitos Bens E Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, 1950, pp. 81.

223 Carita, H e Cardoso, A. H., 2015, p. 73.

224 Carita, H e Cardoso, A. H., 2015, p. 72-73; Carita, 2018, p. 12-18.

225 Gonçalves, I., 2002-2017, pp. 132-133.

226 Barros, J. de, *Décadas da Ásia*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 7.

227 Ribeiro, B., 1938, p. 21.

isso, haver outro tipo de eirados, quiçá mais utilitários e não de fruição ou de aparato; e no entendimento de Bernardim Ribeiro uma estrutura que pelas suas dimensões se assemelharia a uma varanda, mas pelas suas funções de despejo poderia ser entendida à maneira de eirado. Poderiam os eirados ter uma componente utilitária e de serviço que primitivamente não se associava à ideia de varanda? Num recente texto de Carita, o autor demonstra como com o avançar do século XVI, mais precisamente em 1578, nos finais do reinado de D. Sebastião é descrita uma varanda que, aquando da sua construção em 1498, era descrita como eirado<sup>228</sup>.

As variações semânticas do termo eirado ao longo da idade média e período moderno, e em alguns casos a sua eventual substituição pelo termo varanda nas últimas décadas do século XVI, ainda aguardam estudo mais aprofundado que, por força do espaço disponível e do tema deste trabalho, não têm mais lugar nestas linhas.

Quanto à circulação, a maioria dos eirados que detectámos e a maior parte dos que referimos apresentavam-se como espaços isolados que apenas comunicavam com as dependências pelas quais se lhes acedia. Contudo, no extraordinário Paço dos Mestres de Avis, o eirado participava de um mais elaborado conjunto de áreas de recreio semi-abertas, pois passava-se da guarda-roupa ao eirado e deste descia-se por um caracol a uma açoteia com arcos – um termo que nas fontes quinhentistas parece não ter o sentido que hoje se lhe dá – e daí ao jardim do palácio<sup>229</sup>.

Já a descrição das *Benfeitorias* de Vila Viçosa poderia ser particularmente pertinente, pois referem-se numerosas varandas e um eirado, mas destes, apenas uma parte do eirado atrás referido (identificado por Senos<sup>230</sup>) parece subsistir e a descrição, sendo por vezes lacónica quanto a medidas e relação com os restantes espaços, não nos permite, com os actuais conhecimentos, retirar quaisquer conclusões<sup>231</sup>.

Passando agora à varanda, referimos anteriormente que a vulgarização do vocábulo deu-se algures nos finais do século XV. No entanto, Carita, detectou a sua presença em dois documentos quatrocentistas, sendo o primeiro uma carta de D. Duarte, datada de 1436 e referente a obras no Mosteiro da Batalha e o segundo uma carta de D. João II, datada de 1481, sobre obras a decorrer em Évora. Em ambas o autor

---

228 Carita, H., 2018, p. 18.

229 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis*, 1950, pp. 81-82.

230 Senos, N., 2018, p. 124.

231 Cf. Maços de D. Brites, Ms 17, 1-t-2.

detectou que o uso do termo varanda não dizia apenas respeito à sua acepção etimológica de origem indo-europeia, referente à ideia de delimitação por um gradeamento, peitoril ou guarda, mas sim a um “espaço arquitectónico”: «em Portugal, a palavra varanda sofre uma significativa alteração semântica apresentando-se no século XV um significado já consolidado de “espaço arquitectónico”, e não o sentido de simples guarda, peitoril ou grade, que encontramos no traço semântico original da palavra, tanto nas línguas europeias como em sânscrito»<sup>232</sup>.

Outra antiga referência ao uso deste vocábulo encontra-se num trecho do roteiro da Viagem de Vasco da Gama: "E véu ter comnosco onde estávamos em hua varanda onde estava u grande castiçall de arame"<sup>233</sup>, onde designa uma parte do barco, relacionada com o chamado castelo de popa. Já na primeira década do século XVI o termo é assaz comum, por exemplo, nas descrições dos paços dos comendadores da Ordem de Cristo ou nas legendas dos desenhos de Duarte de Armas.

Como já antes pudemos especular e João de Barros nos elucida, as varandas parecem designar estruturas de início cobertas – se bem que tal entendimento parece alterar-se com o tempo – de onde se usufruíam vistas sobre a área circundante. De igual forma, as descrições que temos, quando referem medidas, dão ênfase ao comprimento das varandas e, raramente, referem a sua largura, como sucede nas descrições da varanda de Castelo Branco: “tem logo ha dicta varanda forrada d oliuel de castanho sobre has asnas armada sobre colunas de pedra com seu peitoril de pedraria bem obrado (...) e leua esta varanda de comprido xvij varas de medir”<sup>234</sup>; ou mostram claramente que as varandas são necessariamente bastante mais compridas do que largas, como se pode ver pela descrição do paço do vigário de Tomar, frade professo na Ordem de Cristo, onde a varanda “he oliuellada per cima de pinho e per baixo de bordos e argamassada com suas grades de peitoril de paa e leua ix varas de longo e hũa de largo”<sup>235</sup>; ou em Vila Viçosa uma outra varanda “que tem de comprido cymcoenta e tres pallmos e meo e de largo dez e meio”<sup>236</sup>.

---

232 Carita, H., 2018, pp. 13-14.

233 Transcrição em: Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, p. 72.

234 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 5, pp. 241-244.

235 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 2, pp. 338-340.

236 Maços de D. Brites, Ms 17, 1-t-2, item 148.

Em numerosos casos as varandas estão colocadas no cabo do aposento ou ligadas a outros compartimentos de função desconhecida, como surge no paço que fora do comendador da Ordem de Avis, D. Pedro da Silva, em 1556, onde estavam uma "primeira varanda que cae sobre o quĩntal", à qual se chegava por um compartimento após a sala, e uma "segunda varanda sobre o quĩtal" no fim do aposento principal. Noutros as varandas surgem associadas às escadas de acesso, antecedendo a entrada na habitação – veja-se, por exemplo, a varanda e escada que a infanta D. Maria, filha de D. João III, percorreu para sair do Paço dos Estaus aquando da sua partida para Castela em 1543<sup>237</sup>. Tal situação já havia sido detectada por Carita para paços construídos na segunda metade do século XVI, como os dos Cogominhos (Monfalim), em Évora (figs. 106-107), ou dos Matos Azambuja, em Vila Viçosa (figs. 108-111)<sup>238</sup>, e referida por nós a propósito do bastante mais antigo Paço de Castelo Branco, descrito em 1505 e representado em planta do seu sobrado por Duarte de Armas (fig. 7.1). Cotejando estas duas fontes, torna-se perceptível que esta e seguramente outras varandas assumiram um importante papel distribuidor, ligando entre si um grande número de divisões com que confinavam.

Partindo do documento que Duarte Castelo Branco produz a propósito do Paço da Ribeira na década de 1570 e de muitas outras fontes, Senos demonstra como também no Paço da Ribeira todos os aposentos comunicavam com varandas e estas serviam, correntemente, de dispositivo de circulação horizontal<sup>239</sup>. Ainda na Ribeira, o mais célebre corpo do paço, durante muitos anos confundido com a área habitacional, é igualmente descrito, na maior parte das vezes, como varandas. Referimo-nos, obviamente, ao edifício erguido sobre arcadas que sustentava dois níveis de varandas e ligava a sala grande do paço ao baluarte sobre o rio (fig. 134). Para além das vistas que daí se podia gozar, são bastante óbvias as funções de circulação e aparato, como as descritas na recepção de um embaixador veneziano em 1521<sup>240</sup>. Este desembarcou no baluarte, subiu pela escada de caracol à respectiva sala, onde foi recebido pela rei, família real e cortesãos. No final saiu percorrendo primeiro a varanda superior até à sala grande e, daí, pela varanda inferior, tornou a entrar no baluarte e reembarcou.

---

237 Andrada, E. C., 1937, p. 274.

238 Carita, H. e Cardoso, A. H., 2015, pp. 120-122.

239 Senos, N., 2002, p. 122.

240 Góis, D., 1926, Parte IV, Cap. LXXXI, pp. 193-194; Senos, N., 2002, p. 127.

Ainda mais expressiva do importante papel distribuidor que por vezes a varanda tomou nestes paços, devemos citar as grandes casas que trazia emprazadas em Lisboa o conde D. Álvaro, descritas da seguinte forma em 1505: "e per cima vam quatro apousentamentos repartidos per paredes françeses dos quaaes cada hũu tem sua porta pera hũa varanda ou corredor per onde se todos quatro seruem"<sup>241</sup>. Nesta descrição é atribuída à varanda uma nova conotação funcional, de enorme interesse, a que regressaremos no ponto seguinte.

### 2.3.4 – Corredores

Apesar da larga maioria da bibliografia obliterar a existência de corredores<sup>242</sup>, estes estão documentados logo nos inícios do século XVI e poderiam, por vezes, não ter funções muito diversas daquelas que actualmente se lhes atribui.

Disso é testemunho a descrição que acabámos de referir, relativa às grandes casas que trazia emprazadas à Ordem de Cristo o conde D. Álvaro: "varanda ou corredor per onde se todos quatro (divisões/aposentamentos) seruem"<sup>243</sup>. A partir desta citação podemos depreender que funções de passagem ou comunicação fariam já parte do entendimento do que era um corredor, uma vez que parece ser a ligação às várias câmaras que fez o redator hesitar entre chamar-lhe varanda ou corredor. De igual forma, em Vila Viçosa surgem-nos dois espaços sobrepostos, claramente descritos como corredores e correctamente identificados por Senos<sup>244</sup>. Estes foram construídos numa campanha de obras que decorreu entre 1559 e 1563 e apresentam a excepcional situação de serem os eixos ao redor dos quais se distribuem as divisões anexas (figs. 91-92; 214). Casos descritos de forma tão clara e/ou sobreviventes, como estes, são muito raros.

---

241 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 8, pp. 12-13.

242 Barroca, M. J., 1998, pp. 73-74.; Senos, N., 2002, p. 122; Cunha, M. S., Monteiro, N. G., 2010-2011, p. 226.

243 Gonçalves, I., 2002-2007, vol. 8, pp. 12-13; Refira-se a este propósito um estudo de Carita que, apesar de não seguirmos, tem alguma relação com o exposto nesta citação (Cf. Carita, H., 2018, pp. 24-25).

244 Senos, N. 2018, pp. 126-127.

A maior parte das descrições por nós levantadas que referem corredores dizem respeito a paços desaparecidos e apresentam descrições bastante menos lineares. No entanto, num grande número é possível aferir que se tratam de estruturas cujos denominadores comuns parecem ser, por um lado, servirem sempre de ligação entre pelo menos dois espaços e, por outro, serem habitualmente mais compridos do que largos.

Assim, surgem-nos corredores cobertos e descobertos, térreos, ligados a áreas e funções de serviço, como no paço da alcáçova de Nisa, onde "hũa casa terrea que serue de despensa (tem) junto della hũu corredor terreo cuberto de telha per onde vam a hũa casa que serue de cozinha"<sup>245</sup>; no paço de Évora da comenda de Mendo Marques, que à entrada tinha "(...) logo hũu corredor descuberto que tem no meyo outro portal de pedraria sem portas. e leua de longo xvj uaras e meya e tres varas de largo (...)"<sup>246</sup>, pelo qual se vai a um terreiro e restante casa; ou numa casa na alcáçova de Lisboa que, em 1556, por empréstimo do Duque de Aveiro, servia de recolhimento de orfãs, onde existiam dois corredores em tudo semelhantes, pois eram estreitos e serviam de ligação entre partes da casa: "ha outro portal pequeno da porteria cuia entrada he como de corredor muyto estreito (...) até chegar ás grades do palratorio (...), e outro (...) no largo desta porteria esta hũ portado pera outro corredor estreito descuberto onde está hũa escada antiga tapada pella qual dantes se seruiaõ os altos das ditas casas (...) Alem deste corredor vay hum quĩtal"<sup>247</sup>.

Ainda ligando pelo menos dois corpos, chamam-se corredores a espaços erguidos sobre os muros, não sendo evidente se corredor designa uma estrutura física definida, se uma função ou acção que esses muros têm por servirem de ligação entre partes distintas das habitações e, por essa razão, assim serem designados; como Senos escreveu a propósito do despacho do duque de Bragança: "o verbo (neste caso correr, no sentido de percorrer) faz-se substantivo e a acção faz-se espaço"<sup>248</sup>. É assim no antigo grande aposentamento dos vigários de Tomar, onde "da dita salla vay hũu corredor pera outra parte do muro // contra o Relogio. honde tem logo hũa torre [sobradada]"<sup>249</sup>; ou

---

245 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 5-6.

246 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 62-63.

247 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, 1950, pp. 402-403.

248 Senos, N., 2018, p. 119.

249 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 2, pp. 265-267.

no Paço dos Comendadores de Castelo Branco, onde "a hũu canto da dicta salla estaa hũua escaada (...) que uay pera ho muro e pello dicto muro vay hũu corredor que ora se guarneçe d ameas de nouo de hũu cabo e do outro e vay teer a hũua torre [novamente sobradada]"<sup>250</sup> (fig.7.1).

Apesar de casos como o das casas do conde D. Álvaro ou do corpo final do Paço de Vila Viçosa serem excepcionais, por aí os corredores terem uma função em tudo semelhante à que ainda hoje lhes atribuímos – permitindo o acesso directo aos espaços que o ladeiam e que com ele comunicam –, o termo corredor, como pudemos ver, era já corrente no século XVI e parece estar sempre associado a dispositivos ou espaços de passagem e/ou ligação entre pelo menos duas dependências, espaços ou corpos.

### 2.3.5 - Passadiços

Segundo José Pedro Machado, no seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, o termo passadiço remonta ao século XIV e remete para a ideia "de passar". Este é, ainda hoje, o sentido que se lhe atribui: uma estrutura que une pelo menos dois pontos e pela qual se passa, permitindo a circulação entre eles.

Para a nossa análise deste dispositivo de circulação foram imprescindíveis os estudos de Sandra M. G. Pinto, dedicados à regulamentação jurídica da edificação em Lisboa e outras cidades desde a idade média. Em particular no seu estudo "Em Torno do Foral Medieval da Almotaxaria de Lisboa" (conhecido como *Livro das Posturas Antigas*<sup>251</sup>), a autora cria uma tabela em que compara a legislação medieval de Lisboa com a emanada das Ordenações Manuelinas, que tantas vezes serviu de modelo para as restantes cidades portuguesas<sup>252</sup>. No que concerne aos passadiços, é interessante constatar que as normas medievais se mantêm em vigor e são confirmadas na regulamentação manuelina. Ao contrário das sacadas, que a partir do reinado de D. Manuel foram proibidas ou consideravelmente encurtadas<sup>253</sup>, os passadiços (referidos

---

250 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 5, pp. 241-244

251 Cf. *Livro das Posturas Antigas*, 1974.

252 Cf. Pinto, S. M. G., 2016<sup>a</sup>.

253 Pinto, S. M. G., 2016a (Fragmenta), pp. 66, 103-104; Pinto, S. M. G., 2016b (Fachadas), pp. 159-160; Pinto, S. M. G., 2016c (Veer e midir), p. 265.

como balcões) continuaram a gozar de uma excepção que permitia lançá-los sobre a rua, caso os edifícios fronteiros pertencessem ao mesmo dono: “se algũa pessoa ouuer duas casas, que sejam hũa de hũa parte, e outra da outra (...) hi tener lançadas traues por cima da dita rua de hũa parte pera outra, e teuer hi feito balcam com sobrado, ou abobada (...) podem-no fazer”<sup>254</sup>. No entanto, ressalvava-se que “sempre assi o debaixo do balcam, como o aar d'emcima fica do Concelho; e por tanto cada vez que o Concelho quiser, vindo a causa pera ello, o pode fazer derribar, porque por tempo algũu nunca poderá aquirir posse em o dito balcam o senhorio da dita casa, ou balcam”; ou seja, apesar de permitida a construção e uso pelo proprietário dessa casa, a posse do passadiço seria sempre camarária, podendo a câmara, em caso de necessidade, mandá-lo demolir.

Os casos mais recuados de que nos chegaram testemunho físico datam da segunda metade do século XV e correspondem aos dois passadiços que em Beja ligavam o Paço dos Infantes, onde residiam os duques de Beja, pais do futuro rei D. Manuel, ao vizinho Convento da Conceição. Pelo menos um deles, o que permitia aos duques aceder de forma directa e discreta ao coro alto da igreja, deverá datar do período ao redor de 1473, ano em que as primeiras freiras dão entrada no convento<sup>255</sup>. Apesar de ter desaparecido aquando da demolição do Paço, é possível perceber como se organizava (figs. 228-231). Fotografias e desenhos antigos dão-nos conta de uma estrutura em arco (sob a qual corria uma rua), fechada por duas paredes, uma cega e a outra revestida com grelhagens de tijolo e terracota vazada, decoradas com motivos tardo-góticos de pendor flamejante (fig. 229). Desta última parede conservam-se fragmentos que permitiram uma reconstituição parcial da estrutura (fig. 230). Tal como toda a obra do convento, pautada por opções decorativas pioneiras – reflexo do poder dos encomendantes e qualidade dos artífices ao serviço da corte ducal –, esta grelhagem é excepcional no panorama português (no qual não conhecemos ou subsistem exemplares semelhantes).

Mais a norte, em Coimbra, a já referida casa de Sub-Ripas oferece-nos outro interessante e raro passadiço que, neste caso, logrou sobreviver até à actualidade (fig. 69). Como tivemos oportunidade de ver, em 1514 o licenciado João Vaz pede permissão

---

254 Pinto, 2016a, pp. 103-104. A citação seguinte refere-se a esta obra.

255 Martins, N., "Convento da Conceição de Beja (arquitectura num período de transição (séculos XV e XVI)", dissertação de Mestrado em História da Arte da Idade Moderna e da Expansão, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

à câmara para lançá-lo sobre a rua, unindo a Casa de Baixo aos pardieiros que possuía do outro lado da rua e que vieram a ser a Casa de Cima<sup>256</sup>. Pese embora a construção cumprir de perto as prescrições das Ordenações Manuelinas, segundo as quais o dono de duas propriedades fronteiras poderia uni-las por passadiço, a construção de passadiços estava em Coimbra (e, por exemplo, em Évora<sup>257</sup>), dependente de autorização.

No caso de Sub-Ripas, como nota Luísa Trindade, o licenciado obteve permissão para construir o passadiço, argumentando que esta não era "...rrua corrente de bestas nem de gente senão pouca e lugar escuso ppor onde numqua vaj procissão nem outra cousa pública a qimpida"<sup>258</sup> e, encontrou na câmara a mais absoluta receptividade, pois considerou que esta obra só poderia ser benéfica, antes parecendo "ser proveitoso pera debaixo se poderam recolher a aver prazer em tempo de sol e de chuva<sup>259</sup>". Ainda segundo a autora, é de notar o oportunismo subjacente aos pedidos do licenciado, que encontra na apreciação permissiva da câmara de Coimbra "uma prova do reduzido alcance da legislação, razão, aliás, porque era sistematicamente reiterada<sup>260</sup>".

Também nas Benfeitorias do Paço de Vila Viçosa são referidos numerosos passadiços construídos durante o ducado de D. Teodósio, contudo, nenhum subsiste actualmente, nem os locais onde se encontravam são actualmente perceptíveis, com excepção de alguns arcos que sustinham o passadiço que ligava o paço ao convento das Chagas (fig. 213). Este passadiço, segundo Senos, permitia a D. Maria, irmã de D. Teodósio, ir de forma discreta do seu aposento, no Paço, ao coro alto do convento<sup>261</sup> (situação em tudo semelhante à de Beja). Pelas suas descrições estes passadiços parecem, por vezes, poder confundir-se com os inúmeros corredores referidos<sup>262</sup>, na medida em que tanto uns como outros parecem ser responsáveis por unir um ou mais pontos. Vejam-se, por exemplo, o "pasadyço da Jgreja pera samcrestya" ou "a parede que atravessa do Jardym ao terreyro no topo do corredor".

---

256 Trindade, L., 2006, XLV, pp. 402-403, 411.

257 Pinto, S. M. G., 2016c, p. 265.

258 Trindade, L., 2006, XLV, p. 406

259 Trindade, L., 2006, XLV, p. 407

260 Trindade, L., 2006, XLV, p. 407

261 Senos, N., 2018, pp. 119 e 132.

262 Senos, N., 2018, pp. 124-125.

A raridade deste tipo de estruturas quinhentistas, das quais apenas um pequeníssimo número subsiste, a par da dificuldade que por vezes existe em situá-las na documentação (relembre-se que nas ordenações manuelinas chamam-se balcões a vários tipos de estruturas, entre elas os passadiços) dificultam a sua análise. A escassez de exemplares subsistentes advirá, com grande probabilidade, do desaparecimento, tanto de um grande número de exemplares construídos em materiais perecíveis, como de alguns mais incomuns e dispendiosos, executados em pedra e tijolo; da profunda alteração de espaços de ligação ou semi-exteiores, como em Vila Viçosa; e da legislação, que tanto quando possível condicionou a construção deste tipo de estruturas em meio urbano.

### 3. FUNÇÕES

#### 3.1 – O que precede, une ou sucede o aposento

Antes de passar ao estudo do aposento é importante determo-nos um pouco sobre os dispositivos e espaços que, em particular nos grandes paços, os antecedem, põe em comunicação, e quais as suas outras funções. O primeiro será, obviamente, a escada. Como pudemos ver, as suas formulações, quase sempre discretas, em simples lanços (exteriores e interiores), caracóis, escondidas no espessamento dos muros, e muitas vezes colocadas em cantos, estão em consonância com o apagamento a que são votadas nas narrativas cerimoniais ou quotidianas, onde, funcional e materialmente só estão implicitamente referidas nos actos de subir ou descer: "chegado elRey ao terreiro, e passada a carreira sobirão todos, e acharaõ tudo prestes p.a o seraõ"<sup>263</sup>.

Veja-se, como Senos notou, o caso de D. Manuel, cuja visita a Espanha no início do seu reinado e, em particular, ao Palácio de Aljaferia (fig. 232), em Saragoça – onde pôde contactar com novas tipologias de escadas –, não produziu nenhuma mudança de paradigma. Pelo contrário, ao pensar o Paço da Ribeira, mandou instalar as duas simples escadas exteriores, de lanços, que uniam, respectivamente, a sala grande (por conseguinte, o aposento do rei), e a sala da rainha (e seu respectivo aposento), ao Terreiro do Paço (fig. 134.1)<sup>264</sup>. A este propósito, relembre-se que cada aposento seria, à partida, servido por uma escada que o tornava independente dos demais e o unia directamente ao exterior<sup>265</sup>.

Ainda segundo Senos, "Ce n'est donc pas par faute de modèles ou par ignorance que les portugais ont fait bâtir de très simples escaliers extérieurs. C'est plutôt une question de gout et de choix"<sup>266</sup>; isto é, a escolha destes tipos obedece a um gosto e

---

263 Lund, C. 1980, p. 77.

264 Cf. Senos, N., 2018, p. 127; Senos, N., "L'escalier au Portugal (1450-1600)" in Alexandre Gady, ed. *L'Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação; Senos, N., 2002, pp. 122-124, 142.

265 Senos, N., 2002, pp. 124, 142.

266 Senos, N., 2018, p. 127; Senos, N., "L'escalier au Portugal (1450-1600)" in Alexandre Gady, ed. *L'Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo), sem paginação.

uma escolha, informados, que correspondem ao valor e importância que se conferia a estas estruturas.

Por oposição às que a precedem, a grande escadaria de Vila Viçosa (figs. 199-203) apresenta uma ruptura que é, simultaneamente, formal e funcional. Formal, pois é, como já pudemos ver, a primeira escada de aparato, monumental, que subsiste e está documentada em Portugal, destacando-se ainda o que nela se investiu ao longo do ducado de D. Teodósio: uma pequena fortuna em mármore, pintura e douramento. Funcional, pois foi claramente criada para ser vista e admirada, como se depreende do relato de um banquete dado em honra do cardeal Alexandrino, narrado por João Baptista Venturino e traduzido e publicado por Alexandre Herculano nos seus *Opúsculos*<sup>267</sup>. É, aliás, através deste relato que melhor podemos aferir a excepcionalidade desta escada no contexto português. Venturino começa por classificar o palácio de "notavel, bello exterior e interiormente, e o mais aprazível e commodo que até aqui vimos [na Península Ibérica]", passando depois à descrição dos programas pictóricos, de onde destaca, na escada, a Tomada de Azamor e os riquíssimos panos de Flandres que a forram.

Também não muito comuns são as referências à comunicação entre aposentos. No entanto, alguns trabalhos feitos nos últimos anos e dois paços ainda subsistentes podem ajudar-nos a entrever a variedade de percursos e espaços a transpor. Começamos por um exemplo desaparecido, o Paço da Ribeira (fig. 134), onde os aposentos da Rainha comunicavam com a sala grande através de uma varanda – ao que tudo indica a que D. João III percorreu "para [ir] a casa da Rainha<sup>268</sup>" – e, da sala grande, com a antecâmara dos aposentos do rei<sup>269</sup>. Este relato é confirmado por Alcáçova Carneiro ao descrever o Levantamento de ElRei D. Sebastião que no seu percurso saiu "da câmara de baixo, que está no andar da sala da Rainha" e entrou "na sala grande pera derradeira janela, que vem da dita sala à varanda". Para essa ocasião "a varanda, que corre ao longo da dita sala, e a sala estarão as mais despejadas de gente que puder ser" e nela "se há Sua alteza de deter o tempo que parecer necessário, para a gente, que estiver no terreiro, poder bem ver Sua Alteza<sup>270</sup>". Serve aqui a varanda, não só para levar

---

267 Herculano, A., "Viagem do Cardeal Alexandrino" in *Opúsculos*, tomo VI, 1884, p. 58 ss.

268 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 153.

269 Senos, 2002, pp. 129, 137.

270 Andrada, E. C., 1937, pp. 432-433; Senos, N., 2002, p. 129.

o novo e desejado rei à sala grande, como também para o mostrar à população da cidade que assistia no terreiro do Paço.

No Paço de Sintra ainda é possível detectar que a partir do antigo pátio se subia por uma escadaria de lanços até ao caracol e, daí, se acedia do antigo eirado, depois fechado e transformado em Sala do Tudescos (fig. 219.1; 221-222; 224). A partir deste último, acedia-se tanto à sala de um dos aposentos do novo corpo manuelino (figs. 224-227) como à sala grande do Paço, a chamada Sala dos Cisnes (figs. 222-223). O acesso ao aposento inferior do corpo manuelino fazia-se a partir do antigo pátio e os restantes aposentos, de construção medieval, serviam-se ou pelo interior do corpo antigo (portanto, uns pelos outros e através dos pátios) ou por escadas exteriores que lhes conferiam alguma independência.

Em Vila Viçosa são a escada e a sala grande que medeiam a ligação entre os dois grandes aposentos da casa, segundo a configuração que tomaram entre 1537 e 1559 (figs. 92; 199-203; 207-208). Da antecâmara do duque sai-se à escada, passando-se à sala grande e, daí, à antecâmara da duquesa (que antes de casar havia pertencido ao próprio D. Teodósio)<sup>271</sup>.

Já em Coimbra, seguindo a leitura de alguns autores, constata-se que os aposentos do rei e rainha ficavam separados pelo corpo da sala grande<sup>272</sup>. Paralelos europeus, em que a sala está ladeada e comunica com os aposentos do rei e rainha, foram detectados por Senos na sala do palácio de La Calahorra ou na sala que Henrique III acrescentou à Torre de Londres<sup>273</sup>. Apesar de, como vimos, nem sempre a ligação dos aposentos à sala ser directa, não deixa de se notar que além do caso óbvio de Coimbra, tanto em Lisboa, como em Vila Viçosa, a sala parece ser, porventura, um importante elemento aglutinador a partir do qual se desenvolvem e põe em comunicação os aposentos do rei e da rainha<sup>274</sup>.

---

271 Senos, N., 2018, p. 109 ss.

272 Dias, P., 1982, pp. 72 ss.; Pimentel, António Filipe, Poder, "Corte e Palácio Real: os palácios manuelinos e a reforma quinhentista da alcáçova de Coimbra", in *Universidade(s), História, Memória, Perspectivas*, [actas do Congresso "História da Universidade"], Coimbra, 1991, pp. 250-251; Senos, N., 2002, p. 121.

273 Senos, N., 2002, p. 121.

274 Senos, N., 2002, pp. 120-122.

Note-se que em casos como o de Sintra<sup>275</sup>, ou arranjos temporários como o do Paço de Vila Viçosa para o casamento de 1537<sup>276</sup>, nos mostram que, por vezes, a comunicação e circulação entre aposentos também se poderia fazer directamente de um aposento para o outro, ou até ter de se passar por dentro de um para chegar a outro.

Passando agora a varandas e eirados cumpre-nos completar alguns dos aspectos anteriormente abordados. Pudemos ver como estas serviram, correntemente, de dispositivo horizontal de ligação entre diferentes corpos – no Paço da Ribeira o corpo das varandas permitia a quem chegava pelo rio aceder à Sala Grande, bem como uma saída directa por via marítima – e referimos o seu papel como espaço para a fruição de vistas. Contudo, não evidenciámos o aparecimento e crescente valorização da varanda, pelo menos desde o reinado de D. João I – veja-se o Paço de Leiria<sup>277</sup> –, até à sua absoluta proliferação a partir do reinado de D. Manuel<sup>278</sup>. Paços como o de Vila Viçosa, para o qual as *Benfeitorias* nos dão uma vasta lista deste tipo de espaços, ou o Paço da Ribeira, pareciam estar cercados de varandas e eirados, representativas de uma diferente postura perante a envolvente e uma valorização de espaços de cariz lúdico.

É precisamente no Paço da Ribeira que encontramos uma *varanda da péla*<sup>279</sup>, a qual, como o seu nome indica, seria usada para jogar à péla. Sublinhe-se que é o único espaço por nós detectado que recebeu a sua designação de um jogo.

Ainda neste paço, duas importantes cerimónias têm lugar, não numa sala ou antecâmara dos aposentos, mas sim no grande corpo das varandas sobre o Terreiro do Paço.

Referimo-nos, primeiro, ao banquete dado a D. Sebastião, no dia em que tomou casa própria. Este decorreu "na varanda grande, com todas as cerimónias, com que El-Rei [D. João III], que Deus tem, comia em dia de Páscoa<sup>280</sup>", sendo acompanhado pelos infantes, seus tios, e muitos titulares e fidalgos. Atente-se que, segundo este relato, já D. João III tinha o hábito de comer na varanda em dia de Páscoa, um dos mais importantes do calendário cristão.

---

275 Cf. Silva, J. C. V., 2002, pp. 208-212.

276 Cf. BNP, Reservados, Cod. 1544, fls 105v-139.

277 Silva, J. C. V., 2002, p. 122; Carita, H., 2018, p. 8.

278 Carita, H., 2018, pp. 8-9.

279 Senos, N., 2002, p.122.

280 Andrada, E. C., 1937, p. 456.

O segundo evento que à partida parecia pensado para outros espaços, mas aí decorre, é a recepção do Conde de Mansfeld, responsável por levar em 1565 a infanta D. Maria para Parma. Este foi recebido por "elRey dom Sebastiam o cardeal dom Anrique que depois foi Rey de Purtugal e a Rainha dona Caterina. e a Infante dona Maria. e a mai da noiua. e o sñor dom Duarte seu Irmão (...) todos postos em hũa uaranda dos paços da Ribeira sentados em seu trono Real onde Receberão o conde [de Mansfeld] e a sua molher e mais senhores que em sua companhia uinhão"<sup>281</sup>. Tirando o inusitado cenário em que decorre, tudo nesta cerimónia se assemelha a qualquer outra. Poderá a altura do ano (primeira metade de Setembro), ainda com bom tempo, associada a este espaço das varandas, seguramente cenográfico, ter justificado a deslocação desta recepção do interior, para o exterior do paço?

### 3.2 – Os aposentos senhoriais

Retornando à descrição que D. Duarte faz no *Leal Conselheiro*, importa relembrar que este arquétipo de cinco espaços consecutivos e comunicantes<sup>282</sup> não deve ser entendido como um esquema rígido, mas antes como uma proposta que acusa um entendimento do espaço que estrutura um percurso de circulação em profundidade. Neste entendimento, tanto os espaços como as acessibilidades são pensadas gradativamente, dos maiores para os menores, e das áreas mais acessíveis para as mais restritas. Desta forma, a organização dos espaços e o acesso que cada um a eles tem processa-se consoante o lugar que cada um detém na hierarquia cortesã – o "factor de distinção"<sup>283</sup>, nas palavras de Senos, onde "A qualidade de um cortesão pode ser medida pela qualidade dos espaços a que tem acesso, mas não porque estes sejam mais ou menos privados, antes porque são acessíveis por mais ou menos (*e melhores*) pessoas". Interessa, portanto, relembrar esta ideia de Senos – já discutida neste trabalho a propósito da historiografia –, pois permite-nos evitar a anacrónica dicotomia entre os

---

281 Soares, P. R., Memorial, 1953, p. 11.

282 D. Duarte, 1942, p. 303.

283 Senos, N., 2002, p. 119-120. A citação seguinte refere-se a esta obra.

conceitos contemporâneos de público e privado, numa época em que a presença de terceiros seria constante, mesmo nos espaços e actividades mais reservadas.

Outro aspecto importante e contrastante com a matriz idealizada de D. Duarte diz respeito à polivalência dos espaços. Apesar deste monarca ter dado finalidades relativamente específicas a cada um dos espaços, as fontes escritas, em particular as quinhentistas, as quais são mais abundantes, dão-nos conta da versatilidade funcional da maioria dos espaços. Desta forma, por exemplo, as actividades religiosas, que à partida deveriam ter lugar na capela, podem também ocorrer na sala ou noutras divisões de um aposento.

### **3.2.1 – A sala**

De entre os vários espaços palacianos, aquele que acolhia maior diversidade de eventos – o "centro vivencial (que não necessariamente geométrico) de cada palácio (...)<sup>284</sup>", nas palavras de Senos – era, claramente, a sala. Sendo o primeiro grande espaço, ao qual se acedia vindo do exterior, depois de passado o alpendre, a escada ou algum outro dispositivo de circulação vertical ou horizontal, e o portal de entrada.

Pese embora portas e portais surgirem em alguma documentação, como medições de obras, a sua importância só é plenamente perceptível em alguns (poucos) exemplares ainda existentes. Assim, no Paço de Sintra, as portas acompanham a gradação de espaços desde os mais acessíveis, àqueles em que a entrada seria mais controlada. Por exemplo, a passagem que liga o eirado, onde desemboca a escada (actual sala dos arceiros), à sala grande, é marcada pelo maior portal que aí se encontra (fig. 222); e o segundo maior portal que está nesse eirado liga a outra sala, de um aposento do corpo manuelino (fig. 224). Da mesma forma, a ligação entre esta última sala e a antecâmara que se lhe segue é marcada por um portal mais pequeno que o anterior mas mais elaborado do que o que lhe fica ao lado e que dá acesso a uma varanda (fig. 225). Em Sintra a dimensão e profusão decorativa dos portais parece condicionar a circulação, pondo em evidência quais os principais espaços que se

---

284 Senos, N., 2002, p. 127.

seguem. Contudo, já em casos como a Sempre Noiva e muitíssimos outros é interessante constatar que o investimento na marcação da entrada passa mais pela estrutura que cobre a escada e eirado, do que pelo desenvolvimento do seu portal, que é, diga-se, consideravelmente mais modesto que as janelas contíguas (fig. 181). Contraste semelhante vê-se no Paço de Alvito, onde o vão que primitivamente ligava as escadas à sala é mais pequeno e modesto que os grandes janelões geminados que o ladeiam (fig. 160).

Transposta a porta, a sala era, segundo as palavras de D. Duarte, o espaço "a que todos têm acesso". Tal afirmação parece tornar-se particularmente expressiva se pensarmos que, por exemplo, a sala grande do Paço de Sintra era utilizada, ainda durante o reinado de D. Manuel, para a celebração da festa do Espírito Santo dessa vila<sup>285</sup>.

Quotidianamente, esta funcionaria como local de descanso, de passagem ou de espera, enquanto se aguardava pelo senhor da casa, como nos indica uma história inclusa nos "ditos portugueses dignos de memória", segundo a qual o barão de Alvito se arrependeu de pedir dispensa ao rei e ir passar quinze dias ao seu castelo, dizendo: "(...) porque, quando me ponho à janela e não vejo a porta e sala cheias de rendeiros que me vêm pedir despachos, fino-me de saudades deles"<sup>286</sup>. Outra reveladora história quinhentista, desta feita publicada por Lund, relata a longa espera que André Soares, secretário da rainha e regente D. Catarina, infligiu " huã menha de inverno" a "m.tos fidalgos juntos na sua salla p.<sup>a</sup> lhe falarem cada hũ no seu neg.<sup>o</sup><sup>287</sup>", os quais estavam sentados em bancos e "enfadados de esperar lhe tinhaõ mandado ja bater à porta, mas ninguém respondia de dentro". Se o relato do secretário nos ajuda a estabelecer que, apesar de estar vedado o acesso ao aposento de André Soares, a porta de acesso à sala já se encontrava aberta de manhã, sendo depois fechada de novo ao anoitecer. Assim se infere de um outro relato, contido na mesma obra e datado do reinado de D. Sebastião. Este descreve a ida de um meliante, apanhado na rua ao anoitecer (depois do toque do sino) por um alcaide de Lisboa, a casa do corregedor da Corte "cuja porta estava ainda aberta" – mas como o advérbio indica, seria em breve cerrada –, onde

---

285 Sabugosa, Conde de, *O Paço de Sintra*, Sinta, Câmara Municipal, 1989-90, reimpressão anastática da ed. original, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 13.

286 Saraiva, J. H., s/d, p. 142

287 Lund, C., 1980, p. 122.

"subiraõ à sala", mas foram informados por um criado que o corregedor já "estava recolhido"<sup>288</sup>.

Se bem que muito posterior, mas seguindo este entendimento, Rafael Bluteau ainda refere a sala, espacial e funcionalmente, como "casa anterior e espaçosa... porque na sala se costumava descansar e esperar até que venha a pessoa, com que se quer fallar, e tambem nas salas em Palácios de Príncipes em que se descansam e dormem guardas<sup>289</sup>". Podendo assim acrescentar-se às funções atrás descritas a de dormida de guardas na sala, também referidas, por exemplo, no *Regimento dos Officiais da Casa do Duque Dom Teodósio I*<sup>290</sup>, onde a cargo do moço da guarda roupa havia quatro guardas a dormir na sala, ou de moços do monte, igualmente na sala, descrita por Damião de Góis<sup>291</sup>.

Ainda quotidianamente, a sala seria muitas vezes usada para as refeições dos senhores. No caso da família real sabemos que os reis faziam várias refeições na sala, sempre acompanhados e rodeados de servidores que o atendiam de joelhos, como se infere das palavras de Damião de Góis: "ha criação dos moços fidalgos dos Reis de Portugal he estarem em geolhos á mesa<sup>292</sup>"; o que nos é confirmado, por exemplo, pela já atrás referida descrição da ceia de D. João III na sala da rainha, enquanto duravam as obras na sala grande. Apesar de este exemplo se situar no espaço de um aposento feminino, nenhuma mulher é descrita e, portanto, como nesta e em muitas actividades que referiremos, as refeições de homens e mulheres eram feitas separadamente. Apesar de acompanhado na sala, onde poderia haver outras mesas postas para fidalgos, à mesa do rei apenas infantes e alguns embaixadores tinham o privilégio de comer<sup>293</sup>.

Note-se que os mais abundantes relatos de momentos festivos que nos chegaram dizem quase unicamente respeito à primeira nobreza e à família real. Nos grandes paços a sala desdobra-se e torna-se com facilidade palco de toda a sorte de celebrações, transfigurando-se mediante o uso dos mais luxuosos têxteis, luminária e prataria. Pensando ainda em refeições, mas desta feita solenes, destacam-se os

---

288 Lund, C., 1980, p. 181.

289 Bluteau, 1712, vol. VII, p.440; Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, p. 50.

290 Sousa, António Caetano de (D.), Provas Genealógicas a Casa Real Portuguesa, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora, 1947, ed. de M. Lopes de Almeida e César Pegado, pp. 235 ss.

291 Góis, Damião, crónica de D. Manuel, 1926, Parte 4, Cap. LXXXIV, pp. 198-199.

292 Góis, D., 1926, Parte 3, Cap. XL, p. 140.

293 Senos, N., 2002, p. 165.

banquetes, como a ritualizada consoada de D. Manuel, acompanhado dos fidalgos da sua corte, e auxiliada por "porteiros de maça, reis darmas, trõmbetas, atabales, charamelas"; o banquete do casamento de 1537 do infante D. Duarte com D. Isabel em Vila Viçosa, onde se repete o aparato régio ao fazer-se "o seruiço da meza, a todos realmente, como neste Rejno se costuma fazer a El Rej, nas festas principais, com todos os officiais mores, e pequenos. Rei de armas, porteiros de massas, e com todos os ministros de toda a maneira, e mui perfeitamente, que todos o sabião muito bem fazer"<sup>294</sup>. Este fausto repete-se nos vários banquetes oferecidos a embaixadores por D. João III, que contrastam com o ascético banquete dado na sua casa de Évora por D. Fernando de Castro, o Magro, a uma série de cortesãos, entre os quais D. Jaime, duque de Bragança, que muito surpreendido estava com o desleixo da "sala muito afumada e sem nenhum pano de armar"<sup>295</sup>.

Sem surpresas, a sala é o palco para o serão. Para este, tanto serviam de pretexto as grandes celebrações, como casamentos, bem como o regresso do rei a casa depois de uma caçada ou apenas o gosto que nele se tinha. Para o reinado de D. Manuel, Damião de Góis refere que todos os domingos, dias santos e até aos dias úteis o rei dava serão às "damas & galantes", em que todos dançavam, inclusive o próprio rei<sup>296</sup>. O serão assumia-se, portanto, como um dos momentos em que o convívio e interacção entre homens e mulheres era melhor aceite e permitido<sup>297</sup>, podendo, como num dos serões feitos pelo casamento de D. Isabel com o Imperador Carlos V, durar até de madrugada<sup>298</sup>.

De igual forma, apresentavam-se no serão peças teatrais, como as descritas pelo casamento da infanta D. Beatriz, duquesa de Sabóia, em que, como Garcia de Resende relatou, depois de "as danças acabadas se começou huma muyto boa e muyto bem feyta comedia de muytas figuras muyto bem ataviadas e muyto naturaes, feyta e representada ao casamento e partida da senhora yffante, cousa muyto bem ordenada

---

294 BNP, Reservados Cod. 1544, fls. 130v-131, transcrição de Joana Bento Torres para o projecto "De Todas as Partes do Mundo: O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I".

295 Saraiva, J. H., s/d, p. 220.

296 Góis, D., 1926, Parte 4, cap. LXXXIV, p. 198; Pimentel, A. F., 1991, p. 236; Senos, N., 2002, p. 166.

297 Senos, N., 2002, p. 132.

298 Andrada, E. C., 1937, p. 232; Andrada, F., 1976, Cap. LXXXVIII, p. 262.

e bem a proposito<sup>299</sup>, ou a que se fez no dia seguinte à da partida da infanta D. Maria para Espanha, em que depois das danças "se fez uma farsa<sup>300</sup>".

Além destas actividades, é certo que as salas também seriam palco de alguns jogos, como o da péla, descrito a propósito de um dito de Diogo Lopes de Sousa que jogava "à péla com outros fidalgos na sala de um deles"<sup>301</sup>.

O mote para tantos dos eventos descritos foram algumas cerimónias religiosas que, longe de decorrerem nos espaços à partida pensados para elas, têm igualmente lugar na sala (e, como veremos, noutros espaços), perante toda a corte. Assim acontece com os casamentos das infantas D. Isabel (em 1525)<sup>302</sup> e D. Maria (em 1543)<sup>303</sup>, celebrados na sala do Paço de Almeirim, o de D. Beatriz, por procuração com o duque de Sabóia, em 1521, na sala grande do Paço da Ribeira<sup>304</sup>, ou o do duque D. João de Bragança com D. Catarina, filha do infante D. Duarte, nessa mesma sala, em 1563<sup>305</sup>. De igual forma, estão relatadas outras cerimónias religiosas em salas, como os baptizados do infante D. João (futuro D. João III), em 1502, na sala do paço do Castelo<sup>306</sup> e o do infante D. Duarte, em 1515, na sala grande do Paço da Ribeira<sup>307</sup>, ou os crismas de D. Luís, D. Henrique e D. Afonso na sala da rainha do Paço da Ribeira, em 1516<sup>308</sup>.

Não sendo o único local para a recepção de embaixadas ou ilustres visitantes – que, como veremos, encontraram nos aposentamentos reais alguns dos seus mais privilegiados espaços de recepção –, a sala serviu, contudo, numerosas vezes para este fim, como se infere da descrição de 1521 em que se narra a audiência ao embaixador incumbido de levar a princesa D. Beatriz para Sabóia<sup>309</sup>; a visita do rei de Belez em 1552, que depois de desembarcar no cais e percorrer o corpo das varandas foi recebido pelo rei, rainha e boa parte da corte na sala grande dos paços da Ribeira<sup>310</sup>; ou, em 1545, a recepção do núncio apostólico Giovanni Ricci em Évora "in una gran sala secondo il

---

299 Resende, G. 1994, pp. 498-499; Senos, N. 2002, p. 133.

300 Andrada, E. C., 1937, p. 275.

301 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 325.

<sup>302</sup> Andrada, E. C., 1937, pp. 230-233.

<sup>303</sup> Andrada, E. C., 1937, pp. 262-265.

<sup>304</sup> Andrada, E. C., 1937, p. 204.

<sup>305</sup> Andrada, E. C., 1937, pp. 353-355.

<sup>306</sup> Correia, G., *Crónica de D. Manuel e D. João III*, p. 13.

<sup>307</sup> Senos, N., 2002, p. 133

<sup>308</sup> Góis, D., 1926, Parte II, Cap. XLII, p. 129.

<sup>309</sup> Andrada, E. C., 1937, p. 204.

<sup>310</sup> Andrada, E. C., 1937, p. 422; Senos, N., 2002, p. 128.

costume, fui ricevuto publicamente"<sup>311</sup>. Depois de um longo período, que abarcou o final do reinado de D. João III e das regências, em que a antecâmara ou até a câmara são correntemente referidos como espaços de recepção, no reinado de D. Sebastião a recepção do embaixador veneziano Antonio Tiepolo volta a decorrer na sala, montada com todo o seu aparato<sup>312</sup> e a primeira audiência ao cardeal Alexandrino também, em 1571<sup>313</sup>. Como já acontecia desde o reinado de D. Manuel e continuou a acontecer durante os reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique, depois de uma primeira recepção perante a corte, no mesmo encontro ou nos seguintes "se logo querião tratar com elle [o rei] algum negocio se passava com elles para outra casa, onde (...) os ouuia<sup>314</sup>". Passando-se portanto, da sala, para um outro espaço mais recolhido onde sós podiam tratar de negócios.

Repare-se que outras curiosas excepções estão relacionadas com espaços referentes ao longo corpo exterior das varandas e ao compartimento que coroava o forte sobre o rio.

A primeira data igualmente do ano de 1521 e diz respeito à recepção da embaixada veneziana que, desembarcada no nível térreo do baluarte, subiu por um caracol e foi recebida numa sala, decorada com um dispendioso programa de azulejos e tecto esculpido e dourado que Senos tão bem reconstituiu<sup>315</sup>.

A segunda, já antes referida, vem-nos relatada por Pero Roiz Soares no seu memorial, onde a embaixada do Conde de Mansfeld, responsável por levar a infanta D. Maria para Parma, foi recebida em 1565 pelo rei D. Sebastião e restante família real nas varandas do Paço da Ribeira<sup>316</sup> (fig. 134). Um espaço semi-exterior que, como antes vimos, permitia a quem desembarcava no cais do baluarte o acesso à Sala Grande, onde, aliás, depois de celebrado o casamento na capela de São Tomé, decorreram o serão e a refeição dada ao embaixador, estando presentes à mesa o rei D. Sebastião, o cardeal D. Henrique e o infante D. Duarte<sup>317</sup>.

---

311 Witte, C. M., 1970, p. 487.

312 Oliveira, J. T. M. - *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal*, Lisboa, IN-CM, 1997 pp. 61-62.

313 Herculano, A., 1884, tomo VI, pp. 87-88.

314 Andrada, F., 1976, Cap. XXV, p. 60.

315 Senos, N., 2002, pp. 163-164.

316 Soares, P. R., 1953, p. 11.

317 Senos, 2002, pp. 171-172.

Por fim, na sala, reuniam-se as cortes, como aquelas em que D. Catarina delegou a regência no cardeal Infante D. Henrique e aí foi este último jurado regente de Portugal em 1562<sup>318</sup>.

### 3.2.2 – A antecâmara

Ao contrário da sala ou de uma grande "casa dianteira" – como por vezes também surge em habitações nobres mais modestas<sup>319</sup> –, que é elemento constante nas habitações das classes mais elevadas, a antecâmara, espaço que se lhe segue, nem sempre participa da estruturação de paços menores, da média e pequena nobreza, sendo as suas funções e as da sala cumpridas por um único espaço<sup>320</sup>. Se a sala era, como D. Duarte nos elucida aberta a "todollos", e nela se poderia aguardar pelo senhor ou conviver socialmente, já a antecâmara poderia ter essa mesma função de espera e convívio, mas o seu acesso estava reservado aos moradores da casa (aos servidores e parentes) e a pessoas de maior qualidade que D. Duarte designou de "notavees do reyno".

Para o século XVI, pelo menos desde o reinado de D. Manuel, à antecâmara foi, por vezes, adstrita uma outra função, que, ao materializar-se nesse espaço, passou, por vezes, a designá-lo: a de guarda-roupa. Sobre este tema têm sido publicados alguns estudos que têm proposto diferentes perspectivas<sup>321</sup>, todavia, parece-nos que o mais elaborado e actualizado contributo está num recente estudo, ainda no prelo, elaborado por Senos<sup>322</sup>. Para a elaboração do artigo o autor socorre-se, em particular, do

---

318 Andrada, E. C., 1937, p. 338 ss.

<sup>319</sup> Vejam-se, por exemplo, as Casas da Ordem, aposento dos comendadores de Elvas: "tem a hordem hũu asentamento de casas que som apousentamento dos comendadores e chaman sse as casas da hordem e som çinquo casas terreas./ a [casa] dianteira leua de longo .xiiij. couados e x de largo" (Gonçalves, I., 2002-2017, vol. I, p. 162).

320 Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, p. 49.

321 Carita, H., 2016, p. 26; Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, p. 90; Crespo, H., 2012, p. 128 ss; Silva, J. C. V., pp. 28-30.

322 Senos, Nuno, "The ordinances of Teodósio I, Duke of Bragança" in Fabian Persson, ed. *Making Room for Order. Court Ordinances as a Source for Understanding Space in Early Modern Princely Residences*, Leiden, Brill (no prelo), sem paginação. Muito agradecemos ao autor a cedência deste seu estudo inédito.

*Regimento dos Officiais da Casa do Duque Dom Teodósio I*; o mais completo documento administrativo que se conhece para o século XVI (conhece-se outro, muito sumário, para a casa real no século XV) que, como fica demonstrado, teria seguramente paralelo na Casa Real.

Segundo o autor, em primeiro lugar, é necessário compreender que o termo guarda-roupa é profundamente polissémico e pode ser usado em quatro grandes sentidos: 1º designa o serviço da guarda roupa (enquanto divisão administrativa, no feminino); 2º os objectos que constituem a guarda roupa; 3º o espaço onde os objectos eram guardados (sempre no feminino); 4º a pessoa encarregada dos oficiais responsáveis por guardar os variados objectos que fazem parte do serviço da guarda-roupa (neste caso o termo pode assumir tanto a forma masculina como a feminina, dependendo se a pessoa é um homem – ao serviço de um rei ou de um duque – ou uma mulher – se estiver ao serviço de uma rainha ou de uma duquesa).

Quanto ao segundo ponto, que é o que nos interessa, o autor elenca a sequência dos três principais espaços do aposento ducal: antecâmara, câmara e recâmara (esta última é a sucessora e equivalente quinhentista da trascâmara), e constata que, por um lado, o guarda-roupa (oficial responsável por ela) "tinha cargo da recamara do Duque<sup>323</sup>" e, simultaneamente, que a "Guardaroupa, (...) era sempre na Ante-camara".

Por isso, no seu entender, a guarda-roupa continua a situar-se na recâmara, local recolhido onde se guardavam o grande número de objectos que lhe estão adstritos (presentes no inventário do duque), do qual estava encarregado o guarda-roupa; mas, igualmente, outras funções desta desenvolvem-se na antecâmara, fazendo com que também aí se fale de guarda-roupa. Ao contrário da guarda-roupa da recâmara ducal, a guarda roupa da antecâmara "estava armada" numa "caza publica, por onde passava o Duque sempre, e todas as pessoas, que o vinhaõ vizitar, e toda sua fidalguia estava nella ordinariamente assentados", o que justificava a necessidade de a ter "sempre com muita limpeza". A ideia de "armar" a guarda-roupa na antecâmara torna-se ainda mais clara num outro trecho em que se refere o "cuidado de mandar armar a Guardaroupa, o pano, e lençol, e nella de huma parte se punha sempre o prato com hum penteador, huã toalha dobrada, e dous pentes, e se cobria com outra toalha grande, e da outra

---

323 Sousa, A. C. (D.), 1947, p. 235. As citações seguintes referem-se a esta obra e incluem-se no estudo de Senos em análise.

parte da Guardaroupa estava o vestido, ou roupaõ cuberto com outra toalha, e no meyo hum gomil grande dourado por ornamento, porque o Duque se levava com um jarro; este concerto faziaõ os que serviaõ na Guardaroupa (...) e nos dias solemnes mandava armar outro pano novo broslado com toalhas de rendas de ouro, ou de outra sorte boa, e alcatifas novas daquelles dias, que eraõ Natal ate dia de Reys, Paschoa, e alguns dias, e Pentecoste, e quando vinhaõ hospedes"; Assim, na antecâmara, casa onde as visitas esperavam o duque, encontrava-se quotidianamente um estrado arranjado com uma exhibiõ de objectos utilizados para as cerimónias de acordar e deitar do duque, ou para ornamento. Era, pois, como Senos nos indica, "that by virtue of the set that had been mounted in it has become invested with the quality of a wardrobe, that the courtiers waited every morning for their turn to go into the bedchamber for their glimpse at the magical ceremony of the *lever du duc*"<sup>324</sup>; a estrutura cerimonial montada na antecâmara, venerada de forma "que nenhuma pes-soa se sobia no degrao, senaõ quando se repartiaõ as peças do ves-tido, ou as punhaõ nella", investia o espaço da antecâmara das qualidades da guarda-roupa.

O complexo ritual, quase sacralizado, das "ceremonias do vestir, e despir"<sup>325</sup> passava-se num vaivém entre a câmara (onde o duque se encontrava) e o estrado atrás descrito (montado na antecâmara), e nele participavam uma série de oficiais (desde o camareiro-mor, o guarda-roupa, os moços da guarda-roupa e chaves, até os moços da câmara). Senos remata o seu texto aludindo ao final da cerimónia, onde "Once fully vested and invested, the duke can come out of the sacristy that is his bedchamber and reveal himself *urbi et orbi*"<sup>326</sup>.

Situaõ em tudo semelhante é detectável para os membros masculinos da família real, onde as antecâmaras são referidas como guarda-roupas. Assim, parece que, com alguma probabilidade, estruturas e cerimonial semelhante já decorresse, pelo menos, desde o reinado de D. João II, onde um episódio quotidiano refere que, "Estando uns fidalgos pela sesta na guarda-roupa, saiu el-rei da câmara e, vendo que eram

---

324 Senos, Nuno, "The ordinances of Teodósio I, Duke of Bragança" in Fabian Persson, ed. *Making Room for Order. Court Ordinances as a Source for Understanding Space in Early Modern Princely Residences*, Leiden, Brill (no prelo), sem paginação.

325 Sousa, A. C. (D.), 1947, p. 237.

326 Senos, Nuno, "The ordinances of Teodósio I, Duke of Bragança" in Fabian Persson, ed. *Making Room for Order. Court Ordinances as a Source for Understanding Space in Early Modern Princely Residences*, Leiden, Brill (no prelo), sem paginação.

poucos, desejou desmalenconizar-se aí um pouco com eles<sup>327</sup>"; ou o caso de D. Manuel, cuja antecâmara, designada como guarda-roupa, tantas vezes omissa, surge claramente na descrição da partida do corpo defunto do rei, que seguiu num "ataude de madeyra que jaa pera yso era feyto e tyraram no da camara omde estava aos ombros o Duque de Bragamça e Mestre de Santyago e dom Fernando de Meneses Marqs de Vylla Reall e dom Pero de Meneses seu filho Comde dAlcouthym" e "ao sahyr da guarda roupa foy recebydo com muj lamentaues prantos de mujtos que na sala o esperavam"<sup>328</sup>. Portanto, da câmara, espaço mais recolhido, saem os grandes titulares, transportando o corpo do rei, os quais passam à antecâmara, onde estariam outros servidores e fidalgos com acesso ordinário a essa dependência e, daí, ao espaço mais acessível – ou acessível a um maior número de pessoas – da sala, onde "mujtos (...) o esperavam". Mais expressivo parece-nos o caso de D. João III, que, como veremos adiante, fez bastante uso da sua antecâmara (ou as fontes disso nos deixaram relato mais detalhado).

Note-se que ainda no século XVIII Bluteau, no seu *Vocabulário*, ainda define guarda-roupa como "a casa das cadeiras em que os fidalgos tomam visitas, por ser esta casa como antecamara" e, simultaneamente, uma função cumprida por um oficial "o guarda que guarda os vestidos de hu Rey, Principe &"<sup>329</sup>.

Pese embora as fontes oficiais sejam quase sempre omissas quanto ao uso dos espaços, outros escritos, como os *Ditos Portugueses Dignos de Memória*, de autor anónimo, ou, em menor grau, as *Anedotas Portuguesas*, também de autor anónimo, permitem-nos vislumbrar quem acedia neste caso às antecâmaras de algumas das mais importantes figuras do seu tempo. Como seria de esperar, o número de entradas referentes aos paços reais é mormente expressivo para os reinados de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião (muitas vezes não se consegue identificar quando decorre a acção, visto que se referem pessoas que viveram entre mais do que um destes reinados). Daqui se infere que nela estavam ordinariamente os fidalgos da corte, convivendo ou aguardando ser recebidos pelo rei, como "D. Afonso de Castelo Branco, meirinho-mor, estando no Paço sentado na guarda-roupa, praticando com outros fidalgos"<sup>330</sup> e D. Luís

---

327 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 18.

328 Correia, G., 1992, p. 169. A citação seguinte refere-se a esta obra.

329 Bluteau, R., 1713, p. 149; Carita, 2016, p. 26.

330 Saraiva, J. H., s/d, p. 338.

da Silveira, conde de Sortelha, "que estando hũ dia na guarda-roupa delRey assentado sobre huã arca com m.tos outros fidalgos<sup>331</sup>", ou situação semelhante narrada, por exemplo, na casa do cardeal D. Henrique, antes de ser rei, quando morava em Évora: "O deão da Sé de Évora indo falar ao cardeal, estando aí na cidade, perguntou a mestre Pedro, que achou na guarda-roupa<sup>332</sup>". Cite-se ainda um trecho da dedicatória da *Crónica do Imperador Clarimundo*, composta por João de Barros, onde o autor afirma ter escrito a obra "por cima das arcas da vossa guarda roupa, publicamente, como muitos sabem"<sup>333</sup>.

No que concerne a paços da nobreza não régia que possuíam guarda-roupa, nela se recebiam as pessoas de maior qualidade, como nos indica uma visita que D. Álvaro de Abranches fez a casa de um seu filho: "(...) andando ele em Lisboa falto de despesa, foi com um fidalgo chamado Vasco da Silveira a casa de D. João (de Abranches), seu filho mais velho, e não o achando aí, entraram-se na guarda-roupa e daí mandou pedir à nora um púcaro de água<sup>334</sup>".

Ainda quotidianamente, as antecâmaras/guarda-roupas dos reis, do duque de Bragança e seguramente de muitos outros senhores de alta progénie serviam para descanso ("Estando uns fidalgos pela sesta na guarda-roupa") e como lugar de dormida dos vários oficiais próximos do serviço do Senhor. Damião de Góis deixou-nos, na crónica de D. Manuel, testemunho de que os "moços da camara (...) dormião na guarda roupa<sup>335</sup>" e que "Em quãto viueo teue fempre guarda da camara, & dos ginetes, do q se muito prezaua, porque na guarda da camara hauia vinte quatro caualeiros dos mais marcados da corte que dormião no paço júto da sua camara, & na mesma casa dormião algús moços fidalgos", que podendo não ser a antecâmara descrita, poderá ser alguma câmara anexa a esta. Nos *Ditos Portugueses* diz-se que "António da Silveira dormia na guarda-roupa e folgava el-rei com ele<sup>336</sup>", aos quais se juntava seguramente o porteiro da câmara, responsável por mediar sempre o acesso à câmara onde se encontrasse o

---

331 Lund, C., 1980, p. 72.

332 Saraiva, J. H., s/d, p. 415.

333 Barros, J. *Crónica do Imperador Clarimundo*, 1953, vol. 1, p. 2 ; Carita, H., *Do scriptorium ao gabinete e à casa da livraria. Espaços da escrita nos interiores da casa nobre em Portugal, in Casa Senhoriais Rio-Lisboa e Seus Interiores*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012-2013, p. 27

334 Saraiva, J. H., s/d, p. 127.

335 Góis, D., 1926, Parte IV, Cap. LXXXIV, pp. 198-200.

336 Saraiva, J. H., s/d, p. 482.

rei. Já para a casa do príncipe D. João, filho de D. João III, temos notícia um pouco mais detalhada de que, a partir de 23 de Junho de 1551, dia em que o infante fez 14 anos e lhe foi dada casa autónoma, passaram a dormir na sua "casa de fora"<sup>337</sup>, muito provavelmente a antecâmara, toda uma série de fidalgos: Rui Pereira, Guarda-Mor do Príncipe, D. António, seu Copeiro-Mor, D. António, filho do Arcebispo e fidalgo do príncipe, D. Francisco de Lima, moço-fidalgo, Álvaro Pires de Távora, Reposteiro-Mor do rei, e "um moço da câmara, para fechar a porta", deitados "todos em camas no chão".

Já para a casa de Bragança (caso atrás referido) o extraordinário e pormenorizado *Regimento dos Officiaes da Casa do Duque Dom Theodosio*<sup>338</sup> permite-nos ter uma ideia mais exacta da quantidade de servidores que estavam envolvidos no aposento do duque, uma grande parte dos quais dormia na guarda-roupa (podendo esta, como vimos, corresponder à antecâmara ou às recâmaras). Com a excepção do camareiro-mor, que em casos excepcionais poderia dormir mesmo na câmara ducal (mas habitualmente dormia em casa própria, na vila), e do guarda-roupa, cujo local de dormida não é explícito – referindo-se apenas que "se o Duque adoecia, dormia na Guardaroupa, e lhe acodia de nojite" –, todos os outros oficiais deles dependentes dormiam, ao que tudo indica, nos espaços da guarda-roupa. Estes iam desde o moço da guarda-roupa, nomeado pelo camareiro-mor, passando pelo moço das chaves que "Comia em huma caza junto a Guardaroupa, e na Guarda-roupa dormia, e aly era sua pouzada", aos "moços que ser-viaõ na Guardaroupa" que "Todos tinhaõ obrigaçaõ de dormir na Guardaroupa, e servir nella em tudo o que era necessario, de noite dormiaõ, e de dia aguardavaõ", e ao pagem da lança, que poderia também aí dormir.

É de imaginar que situação ainda mais complexa se passasse na casa real, mas infelizmente (como se referiu no início) não se conhece para ela documento quinhentista semelhante a este regimento.

Apesar de as fontes serem omissas, é provável que já no reinado de D. Manuel a antecâmara fosse, por vezes, utilizada como espaço de recepção, sendo, segundo Alcáçova Carneiro, seu costume receber os embaixadores de pé "quando entravam pela porta da casa onde esperava"<sup>339</sup> e "se logo queriam falar, se passava com êles a outra

---

337 Andrada, E. C., 1937, p. 418. As citações seguintes referem-se a esta obra.

338 Sousa, A. C. (D.), 1947, pp. 235-252. As citações seguintes referem-se a esta obra.

339 Andrada, E. C., 1937, p. 219. Para o mesmo assunto cf. Andrada, F., 1976, Cap. XXV, p. 60. As citações seguintes referem-se a esta obra.

casa (...) e ali os ouuia". Note-se que logo no início do reinado de D. João III, em 1522, este monarca recebeu no Paço de Santos um embaixador "na camara grande de além da sala", ao que tudo indica uma antecâmara, e que o hábito de passarem depois os dois sozinhos a tratar de negócios noutra câmara, como aconteceu com o núncio apostólico Marco Viegerio della Rovere em 1532, que "si ritirò meco solo in una stantia dove (...) mi dette adito di parlar di negocii"<sup>340</sup>, ou de receber os embaixadores outro dia, em audiência particular numa câmara de acesso mais restrito, se manteve na corte portuguesa durante todo o século XVI<sup>341</sup>.

Sobretudo a partir do reinado de D. João III chegam-nos mais notícias que dizem claramente respeito à antecâmara do rei, sempre referida como guarda-roupa, e ao seu uso com funções diplomáticas. Consistentemente documentadas por Andrada estão as recepções de dois embaixadores consecutivos do imperador, separados por pouco tempo, em Junho de 1553, Rui Gomes da Silva e D. Fernando de Roxas. Ambos foram recebidos pelo rei, estando presentes "as pessoas de título e do Conselho"<sup>342</sup>. Situação paralela já tinha tido lugar na antecâmara da rainha nos paços de Almeirim, onde em 1544 os reis D. João III e D. Catarina, acompanhados do príncipe herdeiro, infantes, suas damas e cortesãos receberam o embaixador do imperador, Lopo Furtado<sup>343</sup>. A preponderância e representatividade dos espaços femininos do paço – que adiante trabalharemos –, tutelados pela influente rainha D. Catarina, não cessou de se intensificar durante o reinado de D. João III e, por fim, durante todo o período que precede a emancipação de D. Sebastião, antes de completar 14 anos e de se lhe dar casa própria.

---

340 Witte, C. M., 1970, p. 14.

341 Oliveira, 1997, pp. 65-66, 158.

342 Andrada, E. C., 1937, pp. 423-424

343 Andrada, E. C., 1937, pp. 407-408.

### 3.2.3 – A câmara

Segundo D. Duarte, o compartimento seguinte corresponde à "camara de dormyr, que os mayores e mais chegados da casa devem aver entrada". Portanto, do ponto de vista conceptual, um espaço mais controlado (a que menos pessoas têm acesso) do que os dois que a antecedem: a antecâmara e a sala. A câmara de dormir corresponde, como Senos notou, a um espaço a que a documentação nos deixou menos alusões. Adensando a trama, a designação específica "camara de dormyr" surge poucas vezes e, tendo em conta o corrente desdobramento ou duplicação de espaços nos paços da principal nobreza e família real, o termo câmara pode, por vezes, não dizer respeito à câmara de dormir, mas sim a antecâmaras, recâmaras ou outras divisões dos aposentos.

Algumas referências que indicam claramente a pertença a, ou uso da câmara por uma pessoa, como a "câmara do rei" ou a "câmara da rainha", ou os eventos que decorrem no seu interior poderão, com maior segurança, ajudar-nos a identificar em que situações se trata do espaço que aqui pretendemos estudar.

Quotidianamente, a câmara seria o espaço de dormir do senhor e de quem, de forma corrente ou excepcional, o acompanhava. Assim, sabemos que até D. Manuel casar pela primeira vez dormiu na sua câmara o futuro mestre de Avis, filho bastardo de D. João II, bem como anos passados "em quanto [D. Manuel] foi viuvo da Rainha donna Maria (...) dormirão sempre na sua camara, em huma cama ho Príncipe, & o Infante dom Luis seus filhos, ahos pès do seu leito<sup>344</sup>". Também o príncipe D. João, filho de D. João III, quando recebeu casa própria, entendeu seu pai que "dentro na casa adonde o Principe havia de dormir, dormisse António de Sampaio, seu Moço da Guarda-Roupa, e um Moço da Câmara<sup>345</sup>" ou D. Sebastião, que mesmo depois de receber casa própria continuou a reter no seu quarto, dormindo aos pés da sua cama, o seu aio, D. Aleixo de Menezes<sup>346</sup>. No *Regimento dos Officiais da Casa do Duque Dom Teodósio I* refere-se algo de semelhante, dando-se a entender que por vezes o camareiro-mor poderia dormir na câmara do duque: "porque dentro [da câmara] não dormia pessoa alguma, salvo o

---

344 Góis, D., 1926, Parte IV, Cap. LXXXIV, p. 200.

345 Andrada, E. C., 1937, p. 418.

346 Senos, N., 2002, p. 139.

Camareyro mor<sup>347</sup>". Representativa desta realidade para o universo feminino, a que adiante regressaremos, a rainha D. Catarina recomenda à sua filha D. Maria, aquando da sua partida para Castela, que "Quando vosso marido não dormir em vossa casa, sempre em vossa câmara dormirão quatro ou cinco mulheres"<sup>348</sup>.

Ainda para D. Teodósio, o já referido *Regimento* da sua casa permite-nos entrever como seriam as cerimónias de levantar e deitar do duque e exactamente quem é que a elas tinha acesso. Estas correspondiam a dois momentos extraordinariamente ritualizados da vida do duque, aos quais só era permitida entrada aos vários oficiais encarregados dos mais ínfimos detalhes e que envolviam o porteiro da câmara, o camareiro-mor, o guarda-roupa, o moço da guarda roupa, o moço das chaves e moços da câmara do duque. Situação semelhante dever-se-ia verificar para a família real, pois alguns ditos quinhentistas referem a presença de semelhante número de servidores: "D. Francisco de Castel Branco, camareiro-mor, acabando uma manhã de vestir a el-rei<sup>349</sup>" ou ainda "Querendo el-rei vestir-se uma manhã despejado, disse da sua parte ao guarda-roupa ao porteiro da câmara que não deixasse entrar mais moços da câmara que os que levassem as peças"<sup>350</sup>. Como bem notou Senos, todos estes aspectos referentes ao dormir, levantar, despir, entre outros, de monarcas e grandes senhores mostram-nos "a inadequação do conceito de privacidade, até para a reflexão sobre o quarto onde o rei [ou um grande senhor] dorme"<sup>351</sup> e, acrescentemos, se veste e despe. Rematando este autor que este espaço era "Menos acessível, sem dúvida, mas não propriamente mais privado".

Algumas curiosas histórias quinhentistas confirmam como, quotidianamente, esse espaço tinha os acessos particularmente controlados. As primeiras dizem respeito aos porteiros da câmara, encarregados de fazer a triagem de quem acedia ou não à pessoa real. Se o rei estava num espaço, era certo que estaria um porteiro ou reposteiro encarregado de zelar pela porta, sendo correntes nos *Ditos Portugueses* as histórias referentes a disputas de quem acede ou não à figura real: "resistindo um reposteiro de

---

347 Sousa, A. C. (D.), 1947, p. 238.

348 Andrada, E. C., 1937, p. 307.

349 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 281.

350 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 378.

351 Senos, N., 2002, p. 139. A citação seguinte refere-se a esta obra.

el-rei que tinha à porta da câmara a dois fidalgos que queriam entrar"<sup>352</sup> ou "Sabendo o barão que estava el-rei (...) bateu à porta da câmara e disse ao porteiro que a tinha que o deixasse passar, e ele não quis"<sup>353</sup>.

Uma outra é particularmente indicadora do lugar especial que o acesso à câmara parece ocupar como símbolo de distinção social cortesã e refere que "Estando D. Pedro [de Almeida] um dia na guarda-roupa de el-rei e um filho de Afonso Mexia, escrivão da Fazenda, querendo entrar por força na câmara onde el-rei estava, disse D. Pedro: - Soía a ser que se entrava aqui por sangue; e este homem quer entrar por cólera"<sup>354</sup>. Por outras palavras, a câmara seria um espaço em "que se entrava (...) por sangue", ou seja, pela importância que essa pessoa detinha na hierarquia social, não estando, portanto, acessível a todos, independentemente da sua vontade. O acesso à câmara também poderia ser condicionado por momentos e horas específicas; se as horas de descanso do Senhor seriam mais obviamente a preservar, também as de vestir e, principalmente, de despír o seriam. Tal facto parece transparecer numa anedota quinhentista, segundo a qual, já tarde, D. João III estava para se despír quando bateu à porta do quarto um fidalgo pobre que vinha pedir mercê. O rei aceitou recebê-lo, mas quando o fidalgo percebeu que estavam a despír o rei à sua frente, acanhou-se e não conseguiu prosseguir com o que vinha pedir<sup>355</sup>. Aqui podemos e devemos seguir as conclusões a que Senos chegou a partir desta anedota, ressaltando que «os actos de vestir e despír do rei correspondem àquilo que uma outra anedota chama "as horas de poucos", assistidas apenas por um punhado de ultraprivilegiados; a situação intimidou o fidalgo"»<sup>356</sup>.

Por fim, a câmara foi também lugar de recepção mais recolhido, de quem desejava vir ao paço pedir mercê, como o fidalgo da anedota anterior, ou onde se poderia tratar de negócios sem interferência de terceiros, como parece ter ocorrido com alguns embaixadores de visita, que depois de uma primeira audiência perante a corte, poderiam, se assim quisessem, passar sozinhos com o monarca a uma outra câmara (já que esta não teria, necessariamente, de ser a sua câmara de dormir). Especial é o caso

---

352 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 368.

353 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 135.

354 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 319.

355 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 45.

356 Senos, N., 2002, p. 139.

da rainha D. Catarina que, tanto em vida do marido como durante a sua regência, chegou a utilizar a sua câmara para a recepção de embaixadores. Pelas suas especificidades, trataremos destas recepções a propósito dos espaços femininos.

### **3.2.4 – A recâmara, o oratório e o retrete**

Estes são, inquestionavelmente, os espaços sobre os quais a documentação quinhentista é mais omissa. Começando pela recâmara, designação quinhentista equivalente à trascâmara, D. Duarte atribuía-lhe no século XV funções de vestir: "quarta, trescamara, onde sse costumam vestir, que pera mais speciaaes pessoas pera ello pertencentes se devem apropriar; e, na descrição que o mesmo monarca faz do Paço de Sintra, funções da "Guarda-roupa" que, como vimos para o caso do duque de Bragança e seguramente para a família real e restante nobreza, se mantiveram ao longo do século XVI.

Segundo a reconstituição de Senos<sup>357</sup>, que seguimos, o novo aposento que o duque de Bragança construiu no Paço de Vila Viçosa entre a década de 1540 e 1559 seria composto por antecâmara, câmara de dormir, despacho, um pequeno corredor e o oratório, notando o autor a falta documental e física de uma recâmara (figs. 92; 208-211). No entanto, o mesmo autor demonstra que, apesar de a recâmara ter desaparecido desse piso, ela transitou para o piso superior, ao qual se acedia pelo caracol que, por motivos de circulação e funcionais, partia da própria antecâmara do duque (figs. 205; 208). Assim, ficava assegurada a continuidade física e funcional da guarda-roupa do duque, distribuída entre a antecâmara (onde se montava o estrado cerimonial da guarda-roupa) e esse piso superior (onde se guardavam os bens adstritos ao seu serviço). Nestes espaços circulavam os oficiais responsáveis pelo aposento ducal.

Também para a casa real as referências a recâmaras são sempre indirectas e pouco ou nada nos dizem de quem a elas acedia e que funções poderiam ter. No entanto, elas surgem documentadas, por exemplo, em 1510, no novo paço da Vigaria de Tomar, onde, aliás, se detecta a distribuição prescrita por D. Duarte: sala,

---

357 Senos, N., 2018, pp. 118-119.

antecâmara, câmara e recâmara<sup>358</sup>. Se em numerosos paços ligados aos membros masculinos da família real e mais alta nobreza a função e espaços da guarda-roupa abarcam, como podemos ver, a antecâmara e a trescâmara, noutros paços, mais modestos – onde não havia cerimonial de vestir e despir e, por isso, não se montava a guarda-roupa na antecâmara –, ela parece ter-se mantido concentrada nas recâmaras, colocadas após a câmara de dormir. Assim ocorre em alguns paços descritos em tombos de bens e visitas das ordens militares. Vejam-se o já antes referido Paço de Castelo Branco que no desenho de Duarte de Armas (fig. 7.1) e na sua descrição de inícios do século XVI apresenta a sucessão de sala, câmara de dormir, guarda-roupa, esta posta numa torre a partir da qual se desce ainda a uma outra câmara; o paço do comendador de Nisa que em 1505 possuía sala térrea, câmara no sobrado e, de seguida, guarda-roupa nova, mandada fazer pelo então comendador<sup>359</sup>; ainda em Ega, onde a confusa descrição parece indicar que esta seria a última divisão na sucessão de sala, três câmaras e guarda-roupa<sup>360</sup>; ou no grande Paço dos Mestres em Avis, onde a primitiva sucessão de sala, antecâmara, câmara, guarda-roupa e escritório se encontrava parcialmente preservada (sendo de notar que tanto a sala como a antecâmara se encontravam em 1556, cada uma, dividida em duas)<sup>361</sup>.

Nos meados da centúria (1556), a família Correia Baharem estava a erguer, numa quintã dos arredores de Alenquer, um paço de certa monta de que se conhece descrição<sup>362</sup>. Neste, depois de uma sequência de quatro "casas" (divisões), comunicantes entre si e, parte delas, também comunicantes com uma varanda, "no topo da varanda da outra banda [da entrada pela escada] está outro Portal, en que estão duas casas pequenas que não estão ainda madeiradas, *que* haõ de seruir de Guarda Roupas, e despejos, e não haõ de ser forradas, senaõ madeiradas de quatro agoas"; portanto, aqui a guarda-roupa apenas se situa na recâmara, não abarcando a antecâmara, e a sua construção é bastante simples, pois ao contrário das restantes divisões, estas duas não seriam forradas. Seria, portanto, apenas um espaço de arrumação. Apesar de ser um

---

358 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 2, pp. 338-340.

359 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 5-6.

360 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 3, p. 128; Dias, P., 1982, pp. 278-280.

361 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis*, 1950, pp. 80-83

362 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, 1950, pp. 411-415. As citações seguintes referem-se a esta obra.

fidalgo rico e familiarmente muito bem relacionado, António Correia Baharem, dono da quintã, teria seguramente outras preocupações e o cerimonial seguido em sua casa dispensaria um modelo habitacional que política e funcionalmente apenas fariam sentido nas casas de um rei, D. João III, ou de um grande titular, como D. Teodósio de Bragança.

Quanto aos oratórios, outra divisão descrita no cânone de D. Duarte, ainda mais parcas são as referências documentais quinhentistas. Fruto de uma avaliação de obras de marcenaria na câmara de dormir de D. Manuel no Paço da Ribeira, ficamos a saber que esta possuía uma porta para um oratório<sup>363</sup>, ou que a câmara onde dormia antes de morrer o infante D. João, filho de D. João III, possuía igualmente um "oratorio das mesmas casas que tinha a porta na sua camara<sup>364</sup>". De igual forma, o novo aposento do duque de Bragança, já atrás referido, tinha o seu oratório contíguo e ligado à câmara de dormir. Nestes três exemplos, todos pertencentes ao universo masculino da família real e mais alta nobreza, mais uma vez, as recâmaras não fazem, no entanto, parte da mediação entre câmara de dormir e oratório. Tendo em conta a sua relação com a câmara de dormir, funcionalmente, estes espaços seriam utilizados de forma muito semelhante à postulada por D. Duarte, sendo, por isso, um espaço de acesso muito restrito e de uso pessoal do senhor da casa, "em que os senhores soos alguas vezes cada dia he bem de sse apartarem pêra rezar, leer per boos livros, e pensar virtuosos cuidados".

Ao movimento de se apartarem "pêra (...) leer per boos livros, e pensar virtuosos cuidados" associam-se espaços como, ainda no século XV, a livraria e o escritório, e já no século XVI o despacho.

De livrarias temos notícia no Paço da Alcáçova de Lisboa, durante o reinado de D. Afonso V<sup>365</sup> e, já no século XVI, para Vila Viçosa<sup>366</sup>, estando dela encarregado um oficial do duque, Álvaro Baía<sup>367</sup>. Se de nenhum destes espaços nos chegou exacta ideia da sua posição ou quem a eles acedia, já o *scriptorio* do Paço dos Mestres de Avis ficava claramente na sucessão da guarda-roupa, neste caso colocada na recâmara, sendo

---

363 Senos, N., 2002, p. 140.

364 Andrada, F., 1976, Parte IV, Cap. CVIII, pp. 1191-1192.

365 Carita, H., 2013-2014, pp. 26-27.

366 Senos, N., 2018, p. 119.

367 Crespo, H., 2012, p. 641.

descrito em 1556 como: "casinha pequena que seruia de Scriptorio, que ynda agora está pintado de figuras de philosophos e profetas com seus almarios, he ladrilhada, forrada e pintada per cima com hũa genelinha, pera claridade"<sup>368</sup>. Pela sua diminuta dimensão e posição muito recolhida, numa área de acesso muito controlado e restrito, após a guarda-roupa (recâmara), este pequeno escritório deveria ser uma divisão de estudo ou trabalho de uso exclusivo dos mestres da ordem, aí residentes.

Datável do período que medeia entre a década de 1540 e 1559, o despacho de D. Teodósio (figs. 92; 210), identificado por Senos no novo aposento ducal, situava-se depois da antecâmara e contíguo à câmara de dormir, numa área de acesso consideravelmente menos restrito, quando comparado com o *scriptorio* de Avis. Como este mesmo autor notou, o despacho era um "espaço que não existia até então"<sup>369</sup>, dado que "O verbo despachar (no sentido de tratar de tarefas administrativas) já existia, mas neste novo aposento do duque o verbo faz-se substantivo e a acção faz-se espaço, isto é, passa a haver uma divisão especificamente destinada ao trabalho administrativo do duque". Como o escritório de Avis, o despacho do duque não seria apenas um local de trabalho, mas também de estudo, vocacionado para actividades e saberes do interesse do duque - no inventário «o conteúdo do despacho é largamente dominado por objectos ligados à cartografia e navegação», a que se juntam alguns poucos objectos que "denunciam o entusiasmo do duque por tecnologias de construção e metalúrgicas: um ferro usado na produção de vidraças e dois ferros "de fazer tauxia"». Apesar de se encontrar contíguo à antecâmara/guarda-roupa ducal, num espaço menos restrito que o do *scriptorio* de Avis, o despacho parece não ter cumprido grandes funções de aparato ou cerimoniais, assumindo-se essencialmente como um espaço onde teriam acesso os oficiais da casa que quotidianamente serviam o duque.

Por fim, cumpre-nos falar de espaços designados no século XVI por *retrete*. O aparecimento deste termo em português parece datar do século XV e, possivelmente, abranger semanticamente sentidos que hoje não lhe atribuímos. Para melhor contextualizar o seu aparecimento e sentidos, convém recuar às fontes quatrocentistas.

---

368 *Direitos Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis*, 1950, p. 81.

369 Senos, N., 2018, p. 119. As citações seguintes referem-se a esta obra.

No pormenorizado apontamento da "medida das casas de Syntra"<sup>370</sup>, elaborado pelo rei D. Duarte a propósito das obras que se vinham a desenvolver no paço, descreve-se todo o complexo habitacional do Paço de Sintra e, para o que nos interessa, uma série de espaços mais retirados, situados no final dos aposentos, após as trascâmaras (aqui chamadas guarda-roupa), designados, por exemplo, como privada e casinha de mijar. Estes surgem correntemente, associados a outros espaços, como oratórios: "casynha de rezar que tem o mijatorio" ou a "a casa de rezar onde antes estaua a priuada"; actividades que contemporaneamente nos parecem inconciliáveis. Contudo, as duas remetiam para actividades solitárias, levadas a cabo em pequenos compartimentos, "casinhas", que, como nos indica Carita, "correspondiam ambas [as actividades] a funções de purificação"<sup>371</sup>. De forma mais aprofundada e apesar de estes serem "talvez os espaços mais omissos na documentação, verificando-se um certo constrangimento ou inibição, na referência explícita a estas actividades [primárias]", o mesmo autor analisa as ocorrências do vocábulo privada, demonstrando que, ao longo da idade média, este parece ter sempre designado espaços dedicados às necessidades primárias<sup>372</sup>.

O termo privada deverá ter vindo a desaparecer com o avançar do século XV, tendo o espaço e a sua função purificadora sido incluídos no de retrete. Este último termo, segundo José Pedro Machado, surge ainda no século XV<sup>373</sup>, e já se encontrava plenamente vulgarizado na primeira década do século XVI, como se deduz da leitura dos *Tombos da Ordem de Cristo*<sup>374</sup>. Desta forma, os retretes têm sido lidos como meros substitutos funcionais das privadas e, em muitos (ou até na maioria dos) casos assim parece ter sido, como no paço do Castelo de Nisa, onde havia "hũu retrete pequeno de despejos da casa"<sup>375</sup>, ou nos retretes montados para os infantes em Vila Viçosa, no ano de 1537<sup>376</sup>, que se encontravam ligados às câmaras de dormir, a corredores ou às guarda-roupas (estas últimas, nos aposentos dos infantes, talvez devido ao carácter

---

370 Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa), 1982, pp. 166-168. As citações seguintes referem-se a esta obra.

371 Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, pp. 52-53.

372 Carita, H., 2016, pp. 28-29.

373 Machado, J. P., 2003, vol. 5, p. 93.

374 Cf. Gonçalves, I., 2002-2017, 8 vols.

375 Gonçalves, I., 2002-2017, vol. 1, pp. 5-6.

376 Cf. BNP, Reservados Cod. 1544.

provisório da instalação, parecem estar montadas tanto em antecâmaras como em recâmaras). Refira-se ainda a existência de pequeníssimos retretes, servidos por frestas, na Torre do Carvalhal, perto de Montemor-o-Novo (fig. 194). Conhece-se o contrato de aumento desta torre, datado de 1569, e nele referem-se expressamente os retretes a construir em cada uma das câmaras<sup>377</sup>.

Todavia, outros exemplos parecem oferecer interpretações alternativas que poderão relacionar-se com a etimologia da palavra. Esta vem do francês, *retraite*, e nessa língua remete, ainda hoje, para um local reservado, para onde alguém se retira ou está só. É também esse o primeiro sentido que Bluteau lhe dá no seu *Vocabulário*, descrevendo-o como "aposento pequeno, & recolhido na parte mais secreta, & apartada da casa"<sup>378</sup>, só depois referindo que também pode ser o "aposento secreto da casa, onde se fazem as necessidades da natureza".

Assim se entende que a mais completa descrição conhecida de um retrete quinhentista, feita nos aposentos que receberam em 1537 o rei D. João III, em Vila Viçosa, ocupe três compartimentos, estando apenas um deles adstrito a funções de natureza escatológica. Pela sua pertinência, transcrevemos aqui a maior parte do texto:

"Adiante desta camara estaua o **retrete** de El Rej, **que são tres cazinhas** de antre solho e estauão todas armadas de huns panos de lenco novos pintados em Flandes de muitas batalhas [fl. 117v] e historias modernas, couza muito aprasiuel aos olhos, e na **primeira** estaua o bacio a hum cabo, dentro em hũa arca de páo, forrada de setim carmesim de dentro, e de fora cuberta de ueludo preto, e logo seu orinol em outra caixa assi cuberta, e forrada, e tambem franjada, e hum grande brazeiro de prata com muitas pastilhas, e cheiros, tudo sobre hua alcatifa do Xio.. A outra parte da caza estaua hũa mesinha noua *mu*ito galante, e mui marchetada com suas bisagras de prata, e em sima della ardendo dois castizais de prata de piuetes, e de baixo da meza hum brazeiro de prata com sua cazoila de agoa almeisegada.

**Outra cazinha** assi armada e, nella hua meza cuberta de hum pano de ueludo listrado, com outros casticais de piuetes, e asim brazeiro, e cazoila com pastilhas, e ágoas como na outra primeira.

---

377 Silva, J. C. V., 2002, pp. 303-304.

378 Bluteau, R., 1720, vol. 7, p. 308.

Ha **outra cazinha adiante**; asi tambem armada estaua posta outra meza maior cuberta de outro pano de ueludo; tambem com castisais de piuetes, brazeiros, e cazoilas, de agoas, e pastilhadas e toda chea de asafates de uerga de prata com mutas [sic] conçeruas da Ilha e de acidroens cubertos, e caixas de marmelada d'asucar, almiscrades mui excellentes com duas toalhas ahi postas e dois garfinhos com suas facas, e alguns pratos piquenos tudo de prata e logo iunto hua talha de barro noua com seu cobertor, e pucaro de barro, chea de muito fria, e singular agoa, cuberta com hua [fl. 118] grande toalha, metido tudo em hum grande alguidar de Alabastro com alguns pucaros de vidro de Veneza mais lousões<sup>379</sup>.

A primeira divisão é dedicada a funções corporais, mas a segunda e a terceira tiveram manifestamente outros fins. É principalmente esta última casinha que nos interessa, pois nela está descrita de forma clara uma série de apetrechos de mesa e iguarias que a afastam das funções da primeira casa, mas aproximam-na da raiz etimológica da palavra *retrete*. O reduzido número de pratos e talheres, que servem, quanto muito, duas pessoas, mais reforçam o carácter recolhido desta pequena área de refeições ligeiras e o apartamento a que se propunham as várias actividades que decorriam em qualquer um destes três espaços. Note-se que se acede ao *retrete* pela câmara de dormir, não sendo referidas recâmaras, que eram seguramente desnecessárias, visto as festividades terem obrigado à reordenação e contração dos aposentos, de forma a poder hospedar tanto a família real, como a ducal.

### **3.3 – Os aposentos femininos**

Se a pouca abundância de fontes oferece, como pudemos ver, alguns desafios ao conhecimento dos aposentos masculinos, ainda pior documentados estão os aposentos femininos. Assim sendo, apenas dispomos de algumas poucas e esparsas notícias referentes à esfera da família real e da mais alta nobreza para a construção de uma narrativa que permita dar alguma legibilidade a estes espaços femininos. Quanto à

---

379 BNP, Reservados Cod. 1544, fls. 117-118, transcrição de Joana Bento Torres para o projecto “De Todas as Partes do Mundo: O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I”.

estruturação dos aposentos, veremos como se mantêm espaços cuja génese funcional radica no modelo teórico quatrocentista de D. Duarte e, simultaneamente – como vimos para os aposentos masculinos –, se introduzem alterações a esse mesmo modelo, por mudanças na sequência de compartimentos e de funções dos espaços, e/ou outras variações, decorrentes da polivalência espacial que caracteriza os paços quinhentistas.

Como nos aposentos masculinos, a primeira divisão de um aposento de uma senhora da família real ou da alta nobreza era a sala. Assim se pode constatar para o aposento da rainha no Paço da Ribeira; para os aposentos das infantas, onde no mesmo paço Senos identificou documentalmente uma sala e câmara<sup>380</sup>; no complexo aposento que se montou na nau que levou em 1521 a infanta D. Beatriz para Sabóia<sup>381</sup>; ou no aposento propositadamente montado em 1537, no Paço de Vila Viçosa, para D. Isabel, filha de D. Teodósio, que consistia numa sala, seguida de antecâmara e câmara<sup>382</sup>.

O pormenorizado relato deste último casamento permitiu a Hallett e Senos não só reconstituir os espaços, como delinear alguns dos percursos arranjados para a ocasião no Paço de Vila Viçosa<sup>383</sup>. Assim, sabemos que de acordo com o protocolo seguido neste casamento, as movimentações das mulheres são sempre mediadas pelos homens. No primeiro dia o rei e a comitiva do noivo vão buscar D. Isabel à antecâmara do seu aposento (onde estava acompanhada pelas restantes damas), e daí seguiram para a sala grande, passando pela sala de D. Isabel e pelo interior dos aposentos do rei. Nesse dia receberam-se os noivos "por palavras de presente, as formais da *senhora* madre Igreja<sup>384</sup>" e houve de seguida serão na sala grande. No final do serão, onde apenas dançaram homens, visto haver poucas mulheres, a mesma comitiva devolveu D. Isabel ao seu aposento. No dia seguinte, os homens tornaram a reunir-se em torno do rei e deslocaram-se, desta vez, para a sala do aposento de D. Isabel, na qual houve missa e decorreu a cerimónia do casamento. Note-se que este casamento envolveu uma profunda reestruturação espacial, com vista a albergar tanto a família ducal como a real,

---

380 Senos, N., 2002, p. 144.

381 Correia, G., 1992, pp. 144-145.

382 BNP, Reservados Cod. 1544, fls. 120v.-121. Para a descrição completa das cerimónias cf. no mesmo código os fls. 121v-139.

383 Senos, N., Hallet, J., "Gendered Space at a Ducal Wedding (Portugal, 1537)", *Le Prince, La Princesse et Leurs Logis, Manières d'Habiter Dans l'Élite Aristocratique Européenne (1400-1700)*, Picard, 2014, p. 55-62.

384 BNP, Reservados Cod. 1544, fl. 126v., transcrição de Joana Bento Torres para o projecto "De Todas as Partes do Mundo: O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I".

e que corresponde, não a um relato quotidiano, mas sim a um momento altamente ritualizado da vida cortesã.

Já a sala da rainha no Paço da Ribeira (fig. 134.1) comunicava com o exterior pela "porta de huma escada *que* hia p<sup>a</sup> o terreiro<sup>385</sup>" e, com o restante paço, por uma outra porta que abria para a "varanda da rainha" que ligava esta sala à sala grande e, portanto, aos aposentos do rei e restantes membros masculinos da família real<sup>386</sup>. Desta forma, a rainha e damas da sua casa podiam receber directamente pessoas vindas do terreiro, sem ser necessário passar pelo corpo da sala grande, bem como aceder à sala grande e restante paço, num esquema que, do ponto de vista das acessibilidades, era em tudo semelhante ao do rei.

Quanto ao uso quotidiano da sala da rainha, as fontes são quase totalmente omissas. É aí descrito um jantar de D. João III, ao qual apenas assistem homens e que parece ser situação excepcional nesse espaço, devida às obras que estavam a decorrer na sala grande<sup>387</sup>. As refeições eram um dos momentos em que melhor se detecta a segregação entre géneros na corte portuguesa. À mesa de reis e fidalgos, são apenas descritos homens e, da mesma forma, nas pouquíssimas referências a refeições em aposentos femininos, à mesa apenas são citadas outras mulheres. Vejam-se as descrições da refeições tomadas: no dia do casamento do infante D. Duarte com D. Isabel de Bragança, onde "Acabada a missa, ficou a senhora Jnfante em sua caza, onde comeo este dia publicamentea uista de quantos querião entrar"<sup>388</sup>; no dia do casamento de D. João, Duque de Bragança, com D. Catarina, filha do infante D. Duarte, onde "As Infantes e a Senhora D. Maria e D. Catarina comeram com a Rainha o dia do recebimento"<sup>389</sup>; ou no dia seguinte ao casamento de D. Maria, filha do infante D. Duarte, com Alexandre Farnese, Príncipe de Parma, no qual "A Infante D. Isabel e a Senhora D. Maria, sua filha, comeram êsse dia com a Rainha, nossa Senhora"<sup>390</sup>.

---

385 Lund, C., pp. 60-65. A citação seguinte refere-se à mesma obra.

386 Senos, N., 2002, pp. 129, 137.

387 Lund, C., 1980, p. 64; Senos, N., 2002, p. 142.

388 BNP, Reservados Cod. 1544, fl. 129, transcrição de Joana Bento Torres para o projecto "De Todas as Partes do Mundo: O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I"; Senos, 2014, p. 61.

389 Andrada, E. C., 1937, p. 355.

390 Andrada, E. C., 1937, p. 356.

Esta última refeição é particularmente interessante, pois como refere Barbosa Machado (segundo descrição original de Francesco de Marchi<sup>391</sup>), "De tarde deu a Rainha D. Catharina outro banquete em diferente sala (...) ao qual [jantar] assistirão unicamente com a Rainha, a Princeza D. Maria, sua mãy a Infante D. Isabel, e a Infanta D. Maria, filha delRey D. Manoel. Recebião as Damas da Rainha as iguarias das mãos dos Cavalheros, que chegavaõ até à porta da sala"<sup>392</sup>; "in quel appartamento non vi può entrarhuomo, costumandosidi far così"<sup>393</sup>, estando, portanto, proibida a entrada a homens dentro da sala onde decorria o banquete destas senhoras.

Pese embora a descrição deste grande banquete cerimonial, ligado à celebração de um casamento da família real (portanto, de um evento a todos os títulos excepcional) narrar a total exclusão de homens dessa sala, e de ser bem conhecida a segregação por géneros na corte portuguesa, outros relatos indicam-nos que, quotidianamente, era franqueado o acesso de homens, enquanto meros observadores, às refeições das mulheres.

Algumas fontes dão-nos claro relato de que a rainha, infantas e possivelmente algumas damas – como parece ter sido o caso da condessa de Castanheira, que "entre as honras que a rainha [D. Catarina] lhe fizera (...) a principal fora mandar-lhe dar jantar, por a ter lá todo o dia"<sup>394</sup> – também comiam perante fidalgos e clérigos, como se deduz da proibição que D. Catarina deu certo dia ao seu vedor: "que queria jantar recolhida, que não deixasse entrar fidalgos, salvo se fossem casados"<sup>395</sup>; ou os curiosos conselhos que o Núncio Giovanni Ricci dá ao seu sucessor, Pompeo Zambecari, para que, como ele fazia, procurasse assistir ao almoço da rainha pelo menos uma vez por mês, sendo ou não acompanhado pelo embaixador permanente do imperador, Lopo Furtado de Mendonça, que também tinha o hábito de comparecer. No final da refeição, deveria acompanhar a rainha à porta da câmara onde esta se recolheria para descansar e, assim, dar-lhe grande gosto com a sua visita<sup>396</sup>. Não sendo possível afirmar que estas refeições quotidianas da rainha fossem na sala dos seus aposentos, é, todavia, provável que assim

---

391 Esta foi publicada em Bolonha em 1566 (ed. moderna do texto integral, em italiano, em Bertini, 1997, pp. 77 ss.). Para a análise destas festividades também consultar Senos, 2002, pp. 171-174.

392 Barbosa Machado, 1736-1751, Parte II, Livro II, Cap. XIII, p. 514.

393 Bertini, G., 1997, p. 79.

394 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 120.

395 Saraiva, J. H. (ed.), s/d, p. 145.

396 Witte, C. M., 1980, vol. II, p. 658.

fosse, como, aliás, simetricamente, era hábito do rei comer na sala. Corroborando esta possibilidade, Alcáçova Carneiro indica-nos que durante a sua menoridade o rei D. Sebastião viveu na casa da rainha e que com ela comia<sup>397</sup>. Apesar de não se descrever o espaço, pensamos que, com grande probabilidade, como os reis seus antecessores, deveria comer numa sala, neste caso a do aposento da sua avó.

À imagem da sala grande, durante o reinado de D. Manuel a sala da rainha também foi espaço de pelo menos uma cerimónia religiosa, pois nela "foram crismados os Senhores Infantes Infantes D. Luiz, D. Afonso e D. Henrique pelo Arcebispo de Lisboa, na sala da Rainha, sua mãe"<sup>398</sup>, acompanhados de muitos prelados, fidalgos e da "Infante D. Isabel, sua irmã, acompanhada das damas". Praticamente meio século depois, em 1563, a sala da rainha volta a ser referida como espaço religioso, sendo relatado que D. Sebastião "ouviu (...) missa rezada na sala da Rainha"<sup>399</sup> (isto apesar de já há alguns meses ter casa própria).

Por oposição aos reinados de D. Manuel e de D. Sebastião, nos quais foi muito reduzida a preponderância de espaços femininos, durante o reinado de D. João III e a regência de D. Catarina na menoridade do seu neto, tornam-se mais constantes as referências ao aposento de D. Catarina, e, por conseguinte, aos espaços que o constituem, actividades que neles têm lugar e quem a eles acede. Como no aposento do rei, seguindo ainda o modelo de D. Duarte, a divisão que se segue à sala é a antecâmara da rainha. Apesar de o seu uso quotidiano não ser evidente nas fontes, parece-nos que, provavelmente, como no caso masculino, a antecâmara se apresentasse como um espaço mais controlado, a que teriam acesso menos pessoas do que a sala da rainha, sendo, dessa forma, apenas acessível às damas da rainha, moças da câmara, servidores masculinos, além de fidalgos, cavaleiros e clérigos que quotidianamente vinham ou habitavam no paço. Esta revestia-se também de maior importância cerimonial, como parecem indicar as descrições dos já referidos casamentos de D. Isabel com o infante D. Duarte, em 1537 e o de D. Maria, filha de D. João III e D. Catarina, com o futuro Filipe I de Espanha, em 1543. No primeiro, é à antecâmara de D. Isabel que a comitiva do noivo (encabeçada pelo próprio rei D. João III) vai buscar a noiva – que se encontrava

---

397 Andrada, E. C., 1937, pp. 456-457.

398 Andrada, E. C., 1937, pp. 200-201.

399 Andrada, E. C., 1937, p. 355.

acompanhada da duquesa de Bragança, sua filha e todas as damas – e a levam à sala grande<sup>400</sup>; no segundo, a descrição é em tudo semelhante e a comitiva masculina vai, de igual forma, buscar a infanta D. Maria – que se encontrava acompanhada de forma análoga, rodeada das principais senhoras da família e corte – para a levar à sala, onde decorreu o casamento. Contudo, nesta descrição estabelece-se um curioso paralelo entre as primeiras divisões do aposento do rei e do aposento da rainha, onde estava a infanta D. Maria: "Primeiramente armou-se (...) a sala dos Paços do dito Senhor, em que o recebimento havia de ser, de tapeçaria mui rica, e assim a Guarda-Roupa do dito Senhor, e a câmara primeira das Casas da Rainha<sup>401</sup>".

Como já pudemos ver para o caso masculino, a guarda-roupa torna-se, por vezes, o termo que descreve o primeiro espaço que se seguia à sala no aposento do rei e de alguma da mais alta nobreza portuguesa, pois aí se instalava parte do cerimonial diário e funções adstritas ao serviço da guarda roupa das grandes casas; mas o mesmo não parece ocorrer para o universo feminino. Nas várias referências que se fazem à casa da rainha ou na descrição da já referida casa de D. Isabel de Bragança, a divisão que sucede à sua sala é constantemente referida como antecâmara ou primeira câmara – nas descrições das mesmas festas, Andrada e Alcáçova usam, por vezes, uma ou outra forma para descrever os mesmos espaços<sup>402</sup> – e nunca como guarda-roupa, o que indicia uma diferente concepção funcional para esse espaço. Não que rainhas e grandes damas não tivessem uma guarda roupa (a qual, relembremos: 1º designa o serviço da guarda roupa; 2º os objectos que constituem a guarda roupa; 3º o espaço onde os objectos eram guardados; 4º a pessoa encarregada dos oficiais responsáveis por guardar os variados objectos que fazem parte do serviço da guarda-roupa), que continuou a funcionar nas recâmaras, mas apenas que não existiam para o caso feminino cerimónias de vestir e despir que justificassem a existência de uma guarda roupa montada nas antecâmaras.

Infelizmente a documentação não nos legou nenhuma notícia aprofundada de recâmaras, a não ser a sua existência.

---

400 BNP, Reservados Cod. 1544, fl. 126-126v., transcrição de Joana Bento Torres para o projecto "De Todas as Partes do Mundo: O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I".

401 Andrada, E. C., 1937, pp. 262-265.

402 Nas descrições que ambos fazem do casamento de D. Maria com Filipe I, Francisco de Andrada fala de uma antecâmara enquanto Alcáçova Carneiro refere uma primeira casa (cf. Andrada, E. C., 1937, pp. 262-265; Andrada, F., 1976, Cap. LXXXIX, p. 859 ss.). É importante notar que o cronista Francisco de Andrada socorreu-se dos apontamentos de Alcáçova Carneiro para redigir a sua crónica.

A única exceção por nós encontrada a esta estrutura diz respeito ao aposento da infanta D. Beatriz na Nau Santa Catarina do Monte Sinai, que a levou para a Sabóia em 1521. Na pormenorizada descrição que Gaspar Correia nos legou, é claramente descrita "hũa gramde sala<sup>403</sup>", a que se segue "no amdar desta sala (...) hũa gramde camara" (que não é de dormir), após a qual estava feita "outra pera sua guarda roupa" e "desta casa da guarda roupa hya hũa escada de caracoll per omde dycyam a hũa camara (...) pera o dormir da dycta Jfante". Não sendo a divisão que se segue à sala, a guarda-roupa é, ainda assim, a divisão que antecede a câmara de dormir, e aquela que comunica com o oratório. Acaba, desta forma, por estar montada na antecâmara, sem ser o primeiro compartimento a seguir à sala, e, como expectável, por assumir funções e estrutura semelhantes às recâmaras, visto estar ligada ao oratório (como estavam as recâmaras quatrocentistas). Por não se encontrar paralelo documental, é possível que esta estrutura tenha sido condicionada pela adaptação do aposento às limitações morfológicas da nau.

Regressando às funções cerimoniais, tal como víamos para a antecâmara de D. João III, a antecâmara da rainha serviu, de igual forma, em numerosos momentos, para a recepção de embaixadores ou a apresentação de pessoas na corte, como foi o caso do infante D. Duarte, filho natural de D. João III, que, depois de ser apresentado a seu pai e a uma pequena comitiva no convento de São Domingos de Benfica, foi apresentado no paço à rainha, príncipes e damas na "câmara primeira" do aposento da rainha D. Catarina<sup>404</sup>.

No mesmo ano é recebido em Almeirim o embaixador do imperador, Lopo Furtado de Mendonça, na antecâmara da rainha, pelo rei D. João III, "a Rainha, nossa Senhora, (...) o Príncipe, seu filho, e (...) os Infantes D. Luiz e D. Henrique, e a Infante D. Maria, seus irmãos, (...) Damas e outra muita gente, na ante-câmara da Rainha, nossa Senhora". Enquanto D. João III foi vivo, D. Catarina manteve o hábito de receber na sua antecâmara os embaixadores que, depois de falarem ao rei, vinham a sua casa apresentar-se. Assim acontece com dois embaixadores franceses; em 1542 o bispo de Agde e, em 1547, Monsieur d'Anvres<sup>405</sup>. Nestes dois casos, em que o rei não está

---

403 Correia, G. 1992, p. 144-145. As citações seguintes referem-se a esta obra.

404 Andrada, E. C., 1937, p. 258.

405 Andrada, E. C., 1937, pp. 415-416.

presente, a rainha encontra-se acompanhada de infantas, damas e, na descrição de 1547, também do Mestre de Santiago.

Ao espaço da antecâmara segue-se, como não podia deixar de ser, o da câmara. Após a morte de D. João III, com a instituição da regência de D. Catarina, o rei D. Sebastião vai morar em casa da avó, passando, por isso, as recepções oficiais a decorrer, até à maioridade do rei, na casa da rainha.

Intensificam-se então os relatos que acusam uma possível alteração de protocolo cortesão, pois as recepções transitam do espaço da antecâmara para o da própria câmara da rainha D. Catarina. Algo que já se tinha detectado em 1553 na recepção de Rui Gomes da Silva, embaixador do imperador, seu irmão, recebido "na câmara em que sua alteza dorme"<sup>406</sup>

Se de início se poderia pensar que a honra de aceder e ser recebido na própria câmara onde dorme a rainha pudesse ser apenas para embaixadores da sua Espanha natal, como aconteceu com Rui Gomes da Silva ou com D. Fradique Henriques<sup>407</sup>, que viera visitar, em 1557, a corte portuguesa pela morte de D. João III, rapidamente constamos que, segundo Alcáçova Carneiro, o mesmo aconteceu, nesse mesmo ano, na recepção do embaixador francês, Mr de Xura<sup>408</sup>. De forma semelhante, D. Catarina continuou a receber embaixadores na sua câmara enquanto durou a sua regência, por exemplo: Em 1559 recebeu o embaixador da Sabóia, conde de Aryna<sup>409</sup>, e o novo embaixador permanente de França, João Nicot<sup>410</sup>; em 1560, o Grão-Prior de França<sup>411</sup>, que viera com as galés desse país; em 1561 o embaixador de Castela, Luís de Venegas de Figueirôa<sup>412</sup> e o embaixador francês, Senhor de S. Sulpício<sup>413</sup>; em 1562, o novo embaixador permanente de Espanha em Portugal, D. Álvaro de Tovar<sup>414</sup>.

Retornando ao relato que nos dá Alcáçova Carneiro, D. Fradique Henriques foi recebido por D. Catarina na sua câmara, acompanhada do rei D. Sebastião, ainda bebé, da camareira-mor, das damas, do cardeal e eventualmente de mais uns poucos, estando

---

406 Andrada, E. C., 1937, pp. 423-424; Senos, N., 2002, p. 147.

407 Andrada, E. C., 1937, p. 441.

408 Andrada, E. C., 1937, p. 440.

409 Andrada, E. C., 1937, p. 448.

410 Andrada, E. C., 1937, p. 449.

411 Andrada, E. C., 1937, p. 453.

412 Andrada, E. C., 1937, p. 454.

413 Andrada, E. C., 1937, p. 454.

414 Andrada, E. C., 1937, pp. 455-456.

os restantes prelados e titulares, membros do conselho, na antecâmara<sup>415</sup>. Como bem notou Senos, nessa ocasião até a alguns dos maiores cortesãos foi "negada entrada na câmara da rainha, ficando aqueles, como não se esquece de notar Pero de Alcáçova, na antecâmara<sup>416</sup>".

Um dos aspectos interessantes destas recepções é que em ambos os espaços (câmara e antecâmara) são descritos estrados, sobre os quais D. Catarina e D. Sebastião aguardam os embaixadores. Quotidianamente, era nestes estrados que a rainha, sentada sobre almofadas, se sentava e passava parte dos seus dias, acompanhada das suas damas: "a R.<sup>a</sup> estava lavrando no seu estrado, acompanhada de suas Damas<sup>417</sup>"; e era aí que recebia convidados e mandava sentar as suas visitas femininas, seguindo "o uso e costume no Paço observado sempre nelle, *que* quando vinha algum Infante, ou pessoa de calid.e fazer vizita a R.a, (...) a Camareira Mor (...) tinha por obrigação de seu off.o chegarlhe a almofada em *que* se avia de assentar<sup>418</sup>". O estrado era, portanto, um dos mais privilegiados espaços da sociabilidade feminina, extensível às casas da nobreza, onde igualmente surge referido: "estava D. Joanna [na torre do seu morgado de Orgens, em Viseu] em huã caza debaixo aonde tinha o seu estrado"<sup>419</sup>.

De resto, como no século XVIII Bluteau ainda refere, a câmara era o lugar "onde se dorme"<sup>420</sup>. Apesar de ser um espaço de acesso muito controlado, a presença de damas e servidoras era constante na casa da rainha e, com grande probabilidade (mas em menor quantidade), nas casas da nobreza. Isto pode deduzir-se de alguns conselhos que D. Catarina dá a sua filha D. Maria quando esta parte para Espanha, dizendo-lhe "quão bom costume é as mulheres não estarem sós nem só com uma mulher, antes sempre acompanhadas de muitas e as do vosso estado, lembrai-vos de o fazer assim<sup>421</sup>", a que se segue a mais explícita recomendação de que "Quando vosso marido não dormir em vossa casa, sempre em vossa câmara dormirão quatro ou cinco mulheres". Também os filhos poderiam e partilhavam o espaço do quarto materno, como aconteceu com o

---

415 Andrada, E. C., 1937, p. 441.

416 Senos, N., 2002, p. 147.

417 Lund, C., 1980, p. 185.

418 Lund, C., 1980, p. 82.

419 Lund, C., 1980, pp. 191-192.

420 Bluteau, R., 1712, vol. I, p. 396.

421 Andrada, E. C., 1937, p. 307. A citação seguinte refere-se a esta obra.

infante D. João, filho de D. João III e D. Catarina, que até ter casa própria "dormiu em casa da Rainha, à ilhargá da cama de Suas Altezas<sup>422</sup>".

Todo este séquito de damas, moças da câmara ou filhos, como notou Carita, dormiam "em estrados ou sobre esteiras"<sup>423</sup>, o que indicaria "uma vivência comunitária dos espaços íntimos da casa, de clara raiz medieval". Por outro lado, no nosso entender, a presença de todas estas pessoas em todos os momentos do dia, mesmo em actividades como o dormir, mais uma vez confirmam a inoperância de conceitos contemporâneos como público e privado, para períodos como o século XVI. Se a Senhora da casa está sempre acompanhada, o que poderá definir estes espaços é o acesso, mais ou menos controlado, que cada pessoa a eles tem (ou não tem), mediante a sua importância na hierarquia cortesã (o anteriormente discutido "factor de distinção"<sup>424</sup> proposto por Senos).

O último espaço de que temos notícia nos aposentos femininos – visto que as recâmaras, que sabemos terem existido, não deixaram nas fontes notícia do seu uso – é o oratório. Habitualmente, seria para este que uma senhora se recolheria a rezar, à imagem do recomendado por D. Duarte. No entanto, como muitos dos espaços que temos visto, excepcionalmente, também aqui ocorreram cerimónias da maior importância. Em 1555, depois da morte do príncipe D. João, a princesa D. Joana, grávida, mudara-se para o aposento da sogra, D. Catarina, e aí ficou até ter D. Sebastião, herdeiro da coroa e futuro rei<sup>425</sup>. Contrariamente ao que seria de esperar, tendo em conta a importância do acontecimento (o nascimento de um herdeiro para a coroa portuguesa) e o grande impacto que teve em toda a cidade, o futuro rei não foi baptizado na capela do Paço da Ribeira ou em qualquer uma das grandes igrejas de Lisboa, mas sim no oratório da rainha, num dos mais, se não mesmo o mais reservado dos espaços do aposento de D. Catarina. À imagem do que acontecia para o oratório do rei, o da rainha comunicava directamente com a sua câmara e não seria uma divisão capaz de albergar um grande número de pessoas, como se deduz da assistência, apenas constituída por "todos os senhores de título, e todas as pessoas principais que então estauão na

---

422 Andrada, E. C., 1937, p. 418.

423 Carita, H., Cardoso, A. H., 2015, p. 51.

424 Senos, N., 2002, pp. 119-120.

425 Andrada, F., 1976, pp. 1191-93.

corte"<sup>426</sup>, um vez que "a todo o outro genero de gente se cerrou a porta". Se o baptismo em oratórios se tornou algo comum nos séculos seguintes, não o era, seguramente, entre a família real, e muito menos em espaços tão pequenos e recolhidos, o que parece ter levado Senos a concluir, a propósito deste baptizado, que "A corte (a rainha?) opta então por uma configuração muito restrita do acontecimento, colocando sob a sua alçada simbólica e física os destinos do trono português"<sup>427</sup>.

---

426 Andrada, F., 1976, pp. 1191-93. A citação seguinte refere-se a esta obra.

427 Senos, N., 2002, p. 146.

## CONCLUSÃO

Herdeiros da tradição arquitectónica quatrocentista – particularmente legível no binómio constituído pelo Paço de Sintra e pela organização espacial proposta por D. Duarte no seu *Leal Conselheiro* –, muitos paços quinhentistas prolongaram modelos que se vinham a ensaiar desde, pelo menos, a primeira metade do século XV. Documentação tão extraordinária como os tombos das ordens militares de Cristo ou Avis pôs-nos em contacto com um elevado número de exemplares (na sua maioria desaparecidos) de base quatrocentista ou já de construção quinhentista, os quais apresentavam uma continuidade de soluções que tornou pertinente o seu enquadramento. Foi por estes motivos que, principalmente no primeiro capítulo, dedicado a questões essencialmente morfológicas, sentimos necessidade de, sucintamente, abordar exemplares que, saindo da nossa cronologia, nos ajudaram a melhor enquadrar as soluções detectadas e ainda operantes entre os reinados de D. Manuel e D. Henrique. Complementarmente, pudemos socorrer-nos de outras fontes levantadas e, principalmente, dos exemplares ainda subsistentes.

Assim, pudemos ver como, na sua relação com o exterior, o acesso aos paços se processava de forma mais ou menos mediada e quais os dispositivos envolvidos; ou seja, se se fechavam ao exterior, organizando-se sobre pátios murados ou inclusos, pelos quais se mediava o acesso ao interior da habitação, ou se, por oposição, se abriam sobre espaços públicos como terreiros ou ruas, acedendo-se ao interior das residências de forma mais directa. Pudemos também ver que alguns paços combinavam essas duas possibilidades e apresentavam tanto acessos por pátios (inclusos/murados, portanto, fechados), como por terreiros públicos, e que, nos dois principais exemplares estudados, o Paço da Ribeira e, principalmente, o Paço de Vila Viçosa, os acessos principais feitos pelos terreiros públicos vieram substituir, de forma bastante célica, o papel mediador que os pátios fechados tinham tido. No entanto, é importante notar que, nas longas durações destas soluções, nenhuma suplantou necessariamente a outra, continuando as duas a surgir repetidas vezes em numerosos paços durante os séculos seguintes um pouco por todo o território português.

Ligados a estes espaços que antecedem a casa e, em particular, a sala, sua primeira divisão, estiveram alpendres (como pudemos ver, estes são sempre térreos) que, apesar de mais comuns em descrições de inícios do século XVI, conhecem uma certa reactualização, por exemplo, na Quinta das Torres em Azeitão, (com a sua serliana), e escadas que permitiam o acesso à sala e aposentos, nos casos onde os paços eram sobradados. Nos grandes paços, onde se detectaram vários aposentos, pelo menos uma escada servia directamente cada um destes núcleos habitacionais, organizados, no caso da família real, em torno do rei, da rainha e dos infantes.

Se nos pátios e alpendres é em particular pelas alterações do vocabulário decorativo, dos esquemas compositivos e das proporções tanto gerais como dos seus elementos que se detecta um efectivo passar do tempo – do tardo-gótico ao renascimento e classicismos –, já nas escadas, algumas, como a do pátio da Bacalhoa, prolongam a tipologia de escada exterior de lanços (relida pelo renascimento), enquanto outras, como as de Vila Viçosa e do Palácio Melo (Évora) definem uma ruptura com as formas e espacialidade até então vigentes. Estas últimas fecham-se em caixas murárias e, pelo menos em Vila Viçosa, ganham uma riqueza decorativa e protagonismo até então desconhecidos (mesmo do ponto de vista cerimonial).

Ainda relativamente à análise dos dispositivos de circulação, refira-se a atenção que demos a eirados, varandas e corredores, demonstrando que estes últimos não só existiam como, correntemente, tinham funções particularmente próximas daquelas que ainda hoje lhes atribuímos. Também as varandas (e esporadicamente eirados) desempenharam importantes papéis de passagem e circulação, sendo responsáveis por unir aposentos entre si, ligar diferentes partes dos paços, ou até por conectá-los com o exterior. No século XVI a sua importância espelha-se nos maiores paços, pois, em casos como Vila Viçosa ou o Paço da Ribeira, parecem ligar ou fazer comunicar um grande número de espaços e envolver substancialmente o exterior, abrindo-se sobre jardins, terreiros e o rio (no caso lisboeta).

A outra grande forma de circular num paço era, como não poderia deixar de ser, para a nossa cronologia, por dentro dos aposentos. Estes podiam estruturar-se de formas variadas e suprimir, duplicar ou até inverter a ordem habitual dos compartimentos, assumindo formas que os aproximam ou afastam do arquétipo delineado ainda no século XV por D. Duarte: sala, antecâmara, câmara, recâmara e

oratório. Desta forma, pese embora a importância que tomaram outros dispositivos de circulação – como corredores e varandas –, a circulação dentro dos aposentos continua, num substancial número de casos, a processar-se pela passagem sequencial dos espaços maiores e mais acessíveis (por exemplo, salas, antecâmaras) para os menores e de entrada mais controlada (por exemplo, câmaras, recâmaras e oratórios ou retretes). Apesar de reconhecermos a importância que portas e portais tiveram no acesso aos espaços, as alterações dos vãos interiores na maioria dos exemplares subsistentes, fizeram com que apenas nos fosse possível pensar estas questões em relação ao Paço de Sintra. A este propósito abordámos os portais tanto na perspectiva de controlo da passagem entre espaços – veja-se o papel dos porteiros das câmaras e guarda-portas –, como da hierarquização dos acessos através das diferenças na dimensão e investimento decorativo dos portais.

Para melhor se entenderem estas questões e compreender-se em que momentos e quem acedia aos vários espaços, ou que possibilidades de circulação o uso dos espaços permitia a cada um dos seus utilizadores, dedicámo-nos a um mais aprofundado estudo dos cerimoniais e vivências, tanto quotidianas quanto festivas. Rapidamente se tornou evidente que a maioria das descrições e relatos identificados dizia respeito às principais casas do país – família real, casa de Bragança e mais algumas poucas casas titulares –, e, dentro delas, aos espaços das salas e aposentos. Por este motivo, tivemos em atenção quem acedia a cerimónias quotidianas como o levantar e vestir do duque D. Teodósio – ao que tudo indica semelhante ao do rei –, às refeições do rei e da rainha, assistidos por grande número de servidores, espectadores ou acompanhantes (caso se tratassem de embaixadores e outros infantes), entre outras, tendo o cuidado, sempre que possível, de notar como o protocolo facilitava ou condicionava o acesso aos espaços em cada uma das ocasiões. Algo semelhante foi feito para as grandes celebrações, onde tivemos, por exemplo, o cuidado de identificar em que espaços eram recebidos os embaixadores, quais as pessoas da corte admitidas a esses momentos, a que outros espaços acediam a partir daí e, em casos excepcionais – pois são raras as descrições –, qual o percurso de entrada e saída.

Mais raros, mas igualmente estudados, são os relatos que descrevem acontecimentos em varandas, como uma recepção e uma refeição de D. Sebastião, que já o seu avô D. João III tinha por hábito fazer em dia de Páscoa.

Não nos é possível concluir este trabalho sem antes referir que entendemos o nosso trabalho como o preâmbulo de outros que, esperamos, se lhe seguirão. Procurámos dar uma legibilidade panorâmica, partindo do estudo da circulação (circuitos, acessibilidades, aspectos funcionais) em articulação com a morfologia dos paços, algo que, sendo raro em monografias, é, tanto quanto sabemos, inédito num trabalho de síntese. Por este motivo, pese embora o esforço feito para o levantamento de exemplares subsistentes, fontes, bibliografia, e a sua consequente análise, muitos aspectos ficaram por esclarecer e aguardam novas investigações que terão necessariamente de ser de cariz monográfico – impondo-se a elaboração de estudos interdisciplinares, onde se pensem não só a história da arte e arquitectura, mas também os aspectos materiais dos edifícios subsistentes –, bem como, a longo prazo, de outras sínteses que permitam aprofundar os nossos conhecimentos sobre a arquitectura palaciana tardo-quadrocentista e quinhentista.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Lista de Abreviaturas

AHCB - Arquivo Histórico da Casa de Bragança

ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

### Fontes Manuscritas

AHCB: Maços de D. Brites, Ms 17, 1-t-2, fls. 1-39.

AHCB: Inventário dos Bens do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I, Ms 18, fls. 1-657.

BNP: Reservados Códice 1544, fls. 105v-139.

ANTT: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 29, fl. 15v, carta de padrão de tença a D. João de Sousa do conselho real e comendador de Nisa, datada de 05-07-1497.

ANTT: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 32, fl. 92, carta de perdão a João Rebelo, criado de João Rodrigues de Brito, comendador da Vila de Proença, datada de 30-01-1496

### Fontes Publicadas

ANDRADA, Ernesto de Campos de (ed.), *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, do Tempo que Ele e Seu Pai, António Carneiro, Serviram de Secretários (1515-1568)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937.

ANDRADA, Francisco d', *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão, 1976 [1ª ed. 1613].

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Caleidoscópio, 2015, ed. facsimilada do documento, com estudo e transcrição de João Alves Dias, prefácio de Armindo Jacinto.

AZEVEDO, Pedro A., "Auto d'uma posse do Castello de Noudar e inventario doo que lá existia no seculo XVI", in *O Archeologo Português*, vol. V, 1900.

- AZEVEDO, Pedro A., "Autos de posse de castellos o seculo XVI: 1. Auto de posse do castello de Sines, 24 de Novembro de 1533; 2. Auto de posse do castello de Aljustrel, 17 de Fevereiro de 1565; 3. Auto de posse do castello de Aljustrel, 27 de Outubro de 1586", in *Archeologo Português*, vol. X, 1905.
- BARROS, João de, *Crónica do Imperador Clarimundo*, (3 vols), Lisboa, Sá da Costa, 1953.
- BARROS, João de, *Décadas da Ásia*, (4 vols.), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- BERTINI, Giuseppe, *Le Nozze di Alessandro Farnese. Feste alle corti di Lisbonna e Bruxelles*, Milão, Skira, 1997.
- BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728
- CASTRO, João de (D.), *Discurso da Vida do Rey Dom Sebastiam*, Lisboa, Inapa, 1994, ed. fac-similada da 1ª ed. [1602], introd. Aníbal Pinto de Castro.
- CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e D. João III (até 1533)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992, ed. José Pereira da Costa.
- CONFALONIERI, Gianbattista, "Da Grandeza e Magnificência da cidade de Lisboa" (1593), in *Por terras de Portugal no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, pp. 161-250.
- D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1942, ed. crítica e anotada por J. M. Piel.
- Direitos Bens E Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis; nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos: Tombo Feito pelo Lrd Iorze Lopes, Año 1556*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1956.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, (4 partes), edição de J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes.

- GONÇALVES, Iria (org.), *Tombos da Ordem de Cristo*, (8 vols.), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002-2017
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, Lisboa, Bertrand, 1884.
- HOLANDA, Francisco de, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas*, Lisboa, Horizonte, 1989.
- Lettere di Filippo Sassetti*, ed. Eugenio Camerini, Milão, Casa Editrice Sonzogno, s.d.
- Livro das Posturas Antigas*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues.
- Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, Lisboa, ed. Estampa, 1982, ed. e transcrição de João Alves Dias.
- LUND, Christopher L. (ed.), *Anedotas Portuguesas e Memórias Biográficas da Corte Quinhentista*, Coimbra: Almedina, 1980.
- MOURA, Miguel de - *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique e Vida de Miguel de Moura Escripta por Elle Mesmo*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1840.
- OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de (ed.), *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal*, Lisboa, IN-CM/CNCDP, 1997
- RESENDE, André de, *Vida do Infante D. Duarte*, Lisboa: Real Academia das Ciências, 1789.
- RIBEIRO, Bernardim, *O Livro da Menina e Moça*, prefácio e notas de António Salgado Júnior, Lisboa, Tipografia Gráfica Lisbonense, 1938.
- SARAIVA, José H. (ed.), *Ditos Portugueses Dignos de Memória*, Lisboa, Europa-América, s/d.
- SERPA, António Ferreira de (ed.) - *Crónica de El-Rei Dom Sebastião, Único Dêste Nome e dos Reis de Portugal o 16º, Composta pelo Padre Amadôr Rebêlo, Companheiro do Padre Luís Gonçalves da Câmara, Mestre do Dito Rei Dom Sebastião*, Porto, Civilização, 1925.
- SOARES, Pero Roiz - *Memorial*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953, ed. M. Lopes de Almeida.

SOUSA, António Caetano de (D.), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, (XII tomos), Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1735-1748.

SOUSA, António Caetano de (D.), *Provas Genealógicas a Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora, 1947, ed. de M. Lopes de Almeida e César Pegado.

SOUSA, Luís (Frei), *Anais de D. João III* (2 vols), Lisboa, Sá da Costa, 1938.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, fac-simile da ed. 1922.

WITTE, Charles-Marcial de (ed.), *Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal. 1532-53* (2 vols.), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980.

## **Bibliografia**

AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, (2 vol.), Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Lisboa, Horizonte, 1969.

BARATA, Maria Teresa Themudo, "Quem foi Rui Fernandes de Almada", in *Oceanos*, Ano II, Nº 3, Março de 1990.

BARREIRA, João, "A habitação em Portugal" in *Arte Portuguesa*, Lisboa, Excelcior, s/d [1946], pp. 325-358.

BARROCA, Mário Jorge, Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV) in *Revista de História das Ideias*, vol. 19, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1998.

BARROCA, Mário Jorge, ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "O Gótico" in *História da Arte em Portugal*, vol. II, Lisboa, Presença, 2002.

BARROS, Maria de Fátima Rambouts de, BOIÇA, Joaquim Ferreira, GABRIEL, Celeste, *As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1996.

- BUESCO, Ana Isabel, FELISMINO, David (coord.), *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.
- CALDAS, J. V., «"Casas nobres" de Viana», in *Monumentos*, nº 22, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- CARDIM, Pedro, "A corte régia e o alargamento da esfera privada", in *História da Vida Privada em Portugal, Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.
- CARITA, Hélder, CONCEIÇÃO, João Paulo, PIMENTEL, Miguel, *Elementos Para um Estudo da Casa dos Bicos*, Lisboa, Pisa Babel, 1983.
- CARITA, *Palais de Santos: L'Ambassade de France à Lisbonne*, Lisboa, Quetzal, 1995.
- CARITA, Hélder, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Horizonte, 1999.
- CARITA, Hélder, "Do Scriptorium ao gabinete e à casa da livraria. Espaços da escrita nos interiores da casa nobre em Portugal", in *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e Seus Interiores*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013-2014.
- CARITA, Hélder e Cardoso, António Homem, *A Casa Senhorial em Portugal. Modelos, Tipologias. Programas Interiores e Equipamento*, Alfragide, Leya, 2015.
- CARITA, Hélder, "Das águas-furtadas às estrebarias: zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII", in *Casa Senhorial, Anatomia dos Interiores: Anais do II Colóquio Internacional*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.
- CARITA, Hélder, "A varanda alpendrada na evolução na casa senhorial Luso-Indo-Brasileira - séculos XVI a XVIII", in *A casa Senhorial, Anatomia de Interiores: Actas do III Colóquio Internacional*, Porto, 2018.
- CHASTEL, André, GUILLAUME, Jean, *La Maison de Ville a la Renaissance* [actas de colóquio], Paris, Picard, 1983.
- CRAVEIRO, Lurdes, «A Arquitectura "ao Romano"», in *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, vol. 9, Vila Nova de Gaia, Fubu, 2009.
- CRESPO, Hugo, "O Processo da Inquisição de Lisboa contra Duarte Gomes *alias* Salomão Usque: móveis, têxteis e livros na reconstituição da casa de um humanista (1542-1544), Em torno da guarda-roupa, livraria e mantearia do rei", in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 10-11, 2012.
- DIAS, Pedro, "Notícia Histórica", in *Casa de Sub Ripas, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 131, Ministério das Obras Públicas, 1990

- EIDIE, Gillian, "Detecting Privacy and Private Space in the Irish Tower House" in *Chateau Gaillard* 24, 2010.
- ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizacional*, trad. de Lídia Campos Rodrigues, (2vols), Lisboa, Dom Quixote, 1989-1990.
- ESPANCA, Túlio, "Fundação do Paço de D. Rui de Melo (1542)", in *A Cidade de Évora*, nº 25-26, Évora, Comissão Municipal de Turismo de Évora, 1951.
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: Concelho de Évora*, vol. 1, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Beja*, vol. 1, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1992.
- FELICIANO, Ana Marta, LEITE, António Santos, *A Casa Senhorial Como Matriz da Territorialidade: a região de Torres Vedras entre o tempo medieval e o final do antigo regime*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015.
- GAIO, Manuel da Silva, "Sub Ripas", in *Arquivo Coimbrão*, nº VII, Coimbra, 1943.
- GUILLAUME, Jean (dir.), CHASTEL, André (introd.), *L'escalier dans l'architecture de la Renaissance*, [actas de colóquio], Paris, Picard, 1985.
- GUILLAUME, Jean (dir.), *Architecture et Vie Sociale, L'Organisation Intérieure des Grandes Demeures à la Fin du Moyen Age et a la Renaissance*, [actas de colóquio], Paris, Picard, 1994.
- HALLET, Jessica, SENOS, Nuno (coord.), *De Todas as Partes do Mundo: o património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018.
- HILLIER, Bill e HANSON, Julienne, *The Social Logic of Space*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- LINO, Raúl, *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1937.
- MOREIRA, Rafael, "Requiem por um monumento", in *Oceanos*, Ano II, Nº 3, Março de 1990.
- PARKER PEARSON, Michael & RICHARDS, Colin, *Architecture and Order: Approaches to Social Space*, Londres, Routledge, 1994.
- PEREIRA, Paulo, "O Espaço Doméstico e o Poder", in *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX, A Arquitectura Gótica*, vol. 3, Vila Nova de Gaia, Fubu, 2009

- PIMENTEL, António Filipe, "As Empresas Artísticas do Bispo-Conde D. Afonso de Castelo Branco", in *Mundo da Arte: revista de arte, arqueologia e etnografia*, nº 8/9, Coimbra, Epartur, 1982. p. 58
- PIMENTEL, António Filipe, Poder, "Corte e Palácio Real: os palácios manuelinos e a reforma quinhentista da alcáçova de Coimbra", in *Universidade(s), História, Memória, Perspectivas*, [actas do Congresso "História da Universidade"], Coimbra, 1991
- PINTO, Sandra M. G., "Em Torno do Foral Medieval da Almotaxaria de Lisboa", in *Fragmenta Histórica: Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa*, nº 4, 2016a.
- PINTO, Sandra M. G., "A Regulação Jurídica das Fachadas em Portugal (séc. XIV-XIX)", in *Revista de Estudos Histórico-Jurídicos*, nº 38, 2016b.
- PINTO, Sandro M. G., "Veer e medir. O licenciamento de obras particulares em Lisboa no período moderno", in *Cuadernos de Historia Historia del Derecho*, nº 23, 2016c.
- RASTEIRO, Joaquim, *Quinta e Palácio da Bacalhoa em Azeitão: Monographia Historico-Artística: Inícios da Renascença em Portugal*, Asa, 2005, ed. facsimile de Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.
- RIJO, Delminda Maria Miguéns, "Palácio dos Estaus de Hospedaria Real a Palácio da Inquisição e Tribunal do Santo Ofício", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, nº 5, 2016.
- SABUGOSA, Conde de, *O Paço de Sintra*, Sinta, Câmara Municipal, 1989-90, reimpressão anastática da ed. original, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.
- SANTOS, Vítor Pavão dos (org.), "Visitações de Alvalade, Casével, Aljustrel e Setúbal (Ordem de Santiago)", in *Documentos Para a História da Arte em Portugal*, vol. 7, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- SANTOS, Vítor Pavão dos (org.), "Visitações de Palmela e Panóias (Ordem de Santiago)", in *Documentos Para a História da Arte em Portugal*, vol. 11, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- SENOS, Nuno, "A Ampliação do Paço de Vila Viçosa" in *De Todas as Partes do Mundo: o património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018.
- SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira*, Lisboa, Diário de Notícias, 2002.
- SENOS, Nuno, "The ordinances of Teodósio I, Duke of Bragança" in Fabian Persson, ed. *Making Room for Order. Court Ordinances as a Source for Understanding Space in Early Modern Princely Residences*, Leiden, Brill (no prelo).

SENOS, Nuno, "L'escalier au Portugal (1450-1600)" in Alexandre Gady, ed. *L'Escalier en Europe (1450-1800): formes, fonctions, décor*. Paris: INHA – Centre André Chastel (no prelo).

SENOS, Nuno, HALLET, Jessica, "Gendered Space at a Ducal Wedding (Portugal, 1537)", *Le Prince, La Princesse et Leurs Logis, Manières d'Habiter Dans l'Élite Aristocratique Européenne (1400-1700)*, Picard, 2014.

SHERLOCK, Rory, "Changing Perceptions: Spatial Analysis and the Study of the Irish Tower House" in *Chateau Gaillard*, nº 24, 2010.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património arquitectónico, 2002, (2ª ed.), [1ª ed. 1995].

TRINDADE, Luísa, "O Paço sobre a Riba: Histórias de uma Torre da Cerca Coimbrã", in *Conimbriga*, nº XLV, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

VASCONCELOS, Francisco António de Magalhães e, "Langroiva e Suas Águas Minerais", in *Revista Universal Lisbonense*, 1845, tomo IV, nº 44, pp. 523-525.

### **Estudos Inéditos**

SENOS, Nuno e CALDAS, João Vieira, "Relatório Palácio Almada Carvalhais", não publicado, s/p.

### **Teses de Mestrado ou Doutoramento**

CALDAS, João Vieira, "A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve", tese de doutoramento em Arquitectura apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

DIAS, Pedro, "A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a renascença 1490-1540", tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade Letras da Universidade de Coimbra, 1982.

FREITAS, Duarte Roque de, "Memorial de um Complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro", tese de doutoramento em História, na especialidade de Museologia e Património Cultural, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014.

LEAL, Joana Cunha, "Arquitectura Privada, Política e Factos Urbanos em Lisboa: da Cidade Pombalina à Cidade Liberal", tese de doutoramento em História da Arte

Contemporânea, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MARTINS, Nicole, "Convento da Conceição de Beja (arquitectura num período de transição (séculos XV e XVI)", dissertação de Mestrado em História da Arte da Idade Moderna e da Expansão, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva, "Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII. Titulares, a corte, vivências e sociabilidades", (1 vol. mais 2 vols. de anexos) dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

PONTE, Teresa Cristina Rôssas da, "Estruturas Residenciais dos Condes de Pombeiro: O Paço de Belas", dissertação de mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, na área de especialização em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

ROSA, Jéssica dos Santos, "Paço da Ega (Condeixa): da residência dos comendadores à recuperação do património para turismo", dissertação de mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

SILVA, João Pedro Neves Petersen, Tipologia e evolução de escadarias palacianas nos séculos XVII e XVIII (Caso de estudo: Lisboa), dissertação de mestrado em Arquitectura, apresentada ao Instituto Superior Técnico, 2015.

## FIGURAS

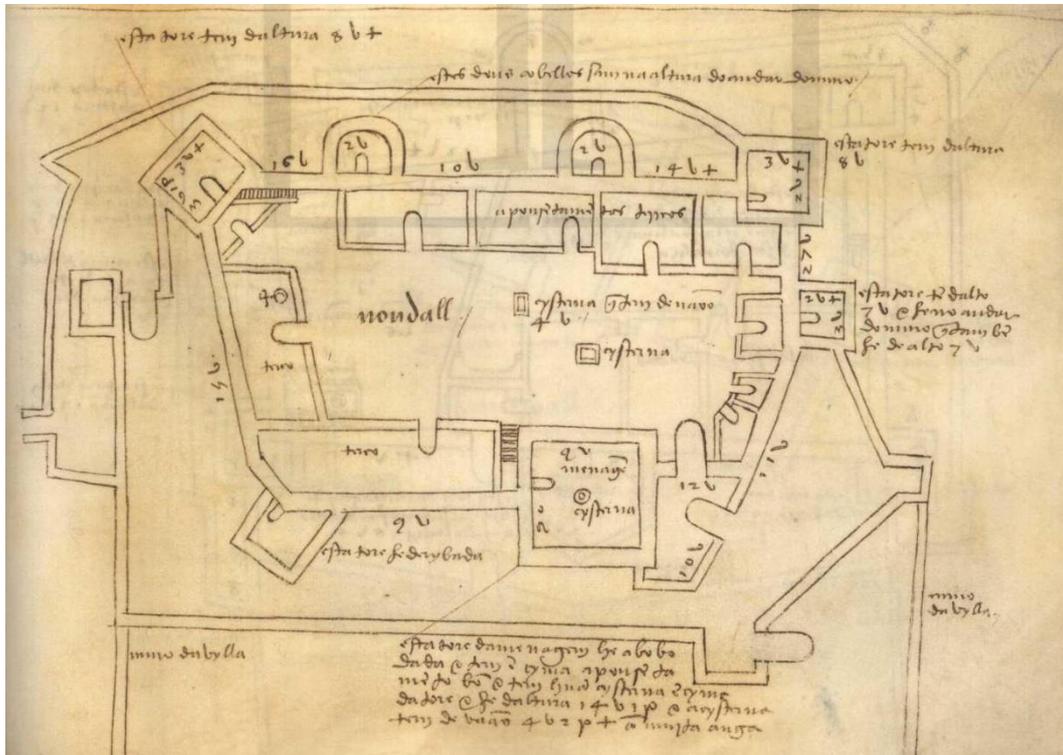


Fig. 1 – Planta do Castelo de Noudar, anterior à construção do aposentamento sobradado.

Duarte de Armas, c. 1509, desenho, Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707>

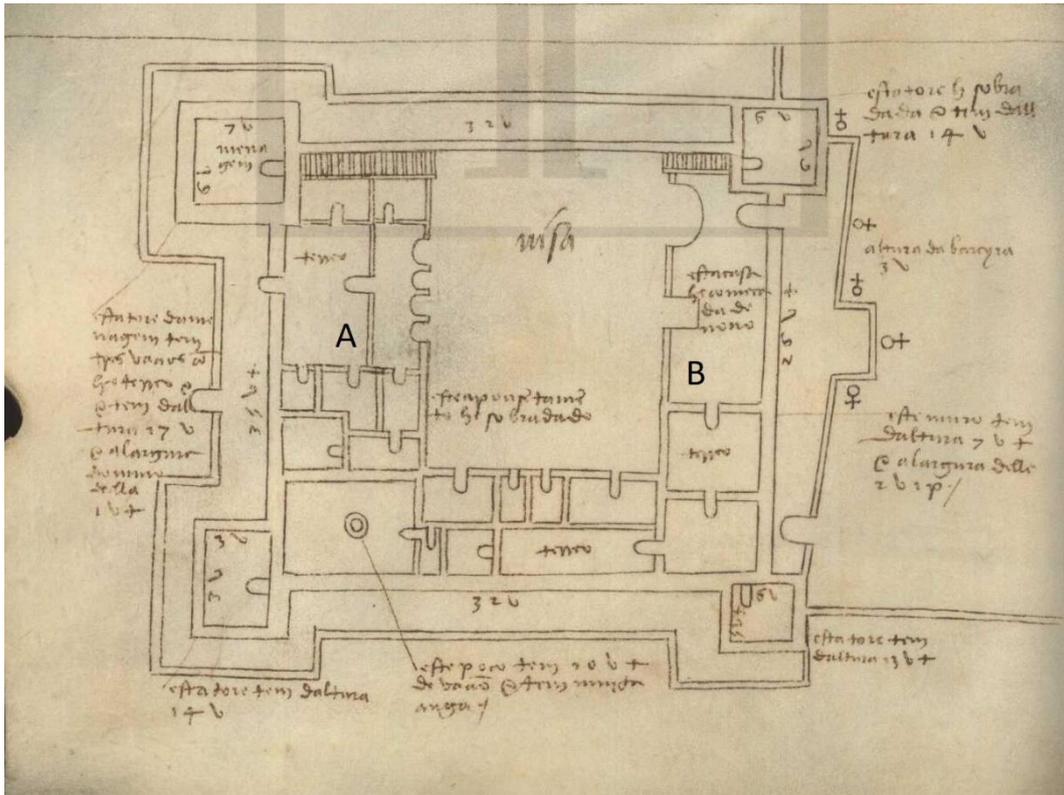


Fig. 2 – Planta do Castelo de Nisa: A – casa do comendador; B – nova casa do comendador, ainda em construção.

Duarte de Armas, c. 1509, desenho, Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Fonte: <https://digitalr.arquivos.pt/details?id=3909707>

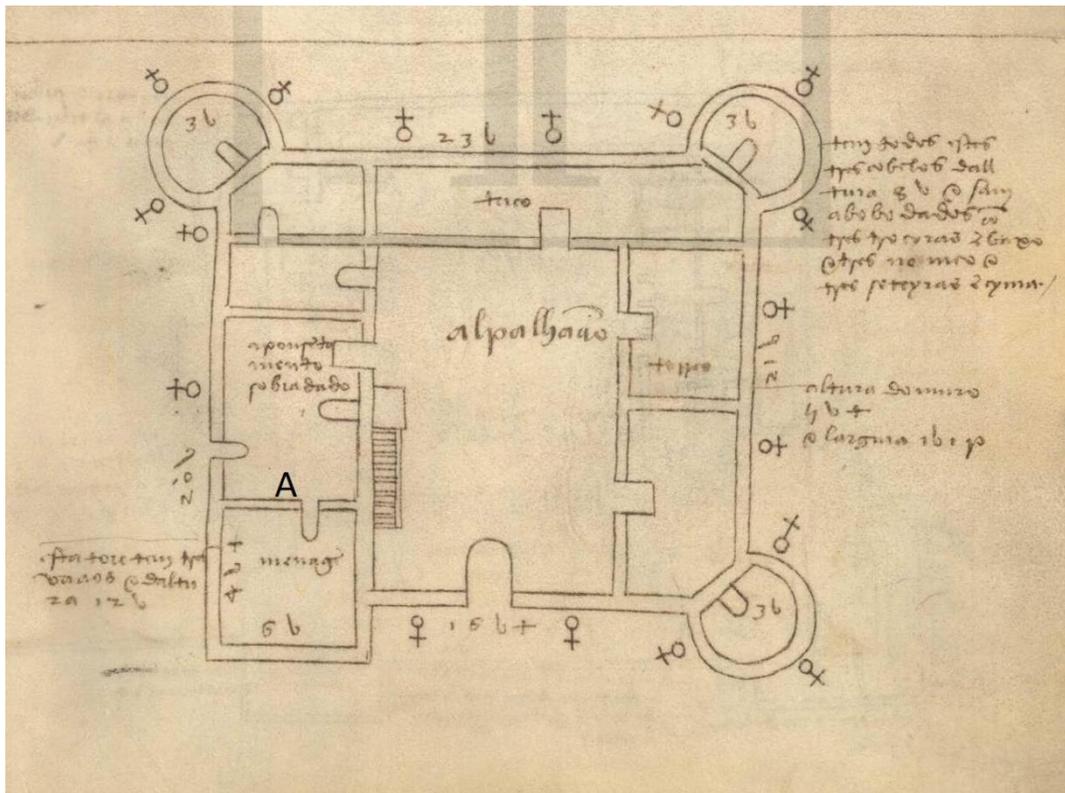


Fig. 3 – Planta do Castelo de Alpalhão: A- casa do comendador.  
 Duarte de Armas, c. 1509, desenho, Arquivo Nacional Torre do Tombo.  
 Fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707>

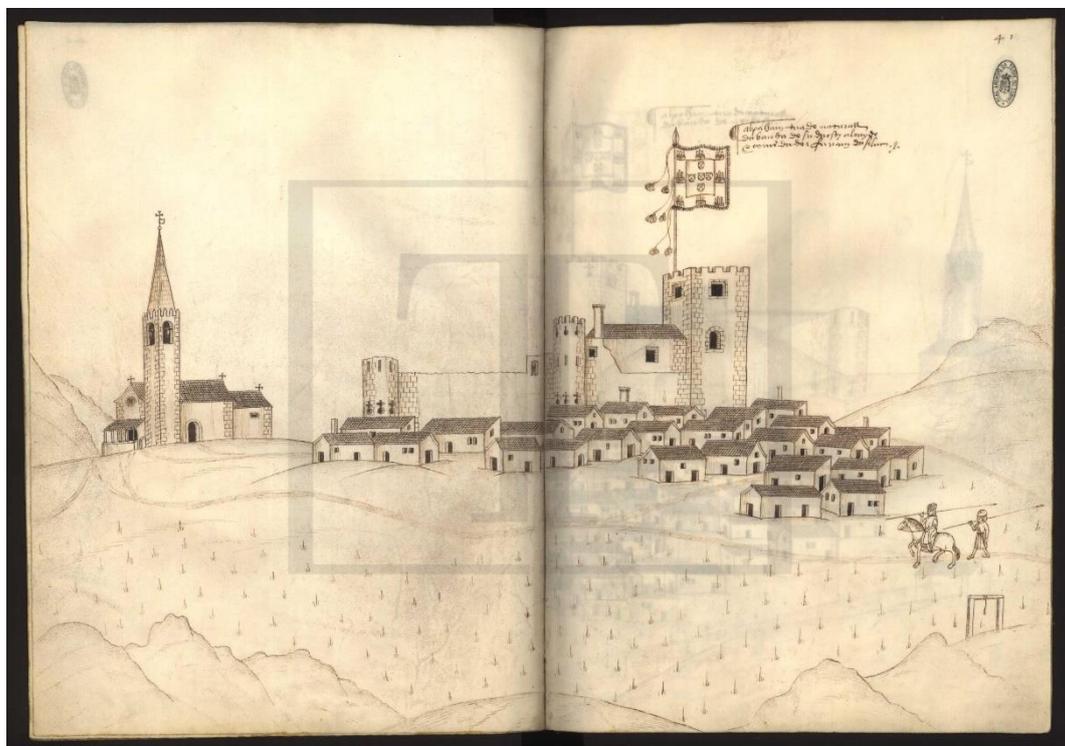


Fig. 4 – Vista de Alpalhão.  
 Duarte de Armas, c. 1509, desenho, Arquivo Nacional Torre do Tombo.  
 Fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707>



Fig. 5 – Paço de Sintra visto do Sul.  
Duarte de Armas, c. 1509, desenho, Arquivo Nacional Torre do Tombo.  
Fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707>

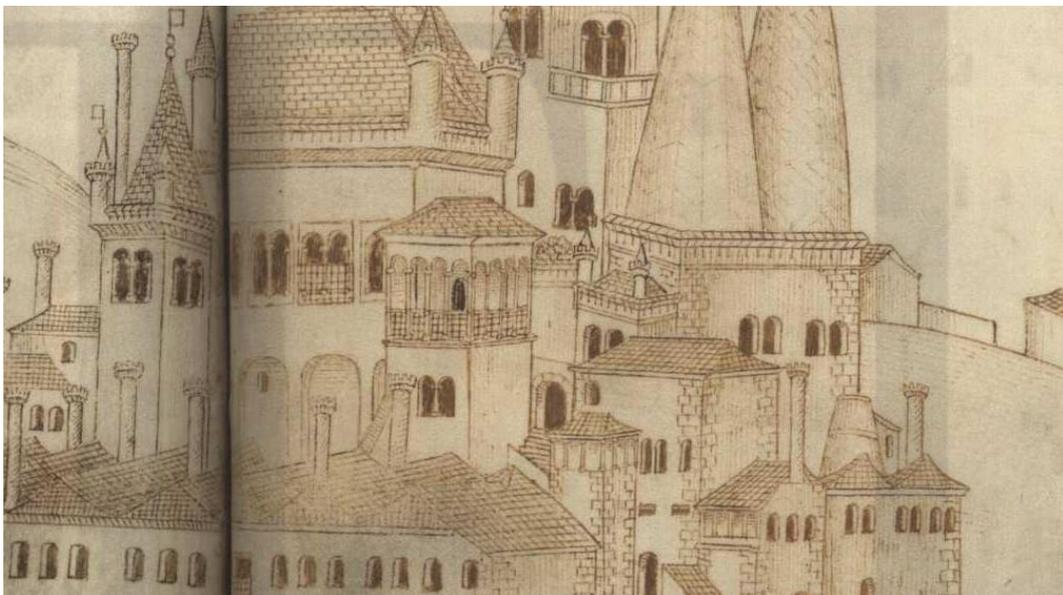


Fig. 5.1 – Paço de Sintra visto do sul. Detalhe onde surgem alguns eirados, varandas e, em particular, o eirado que depois deu origem à sala dos Archeiros.

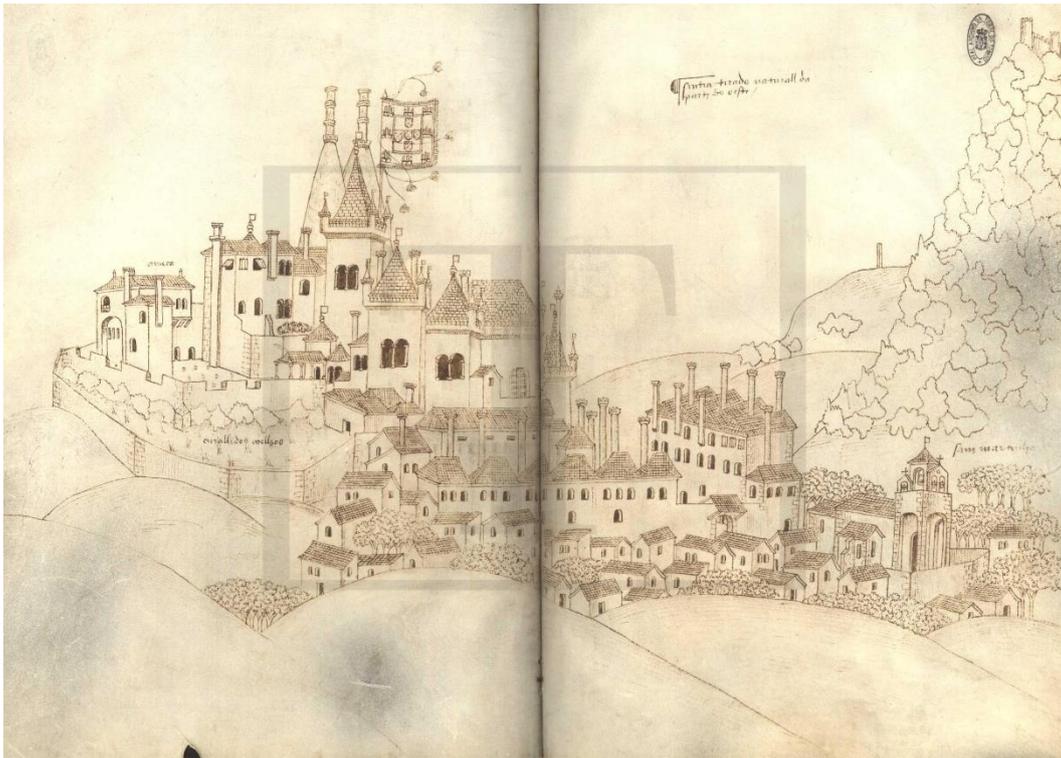


Fig. 6 – Paço de Sintra visto do Oeste.

Duarte de Armas, c. 1509, desenho, Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707>

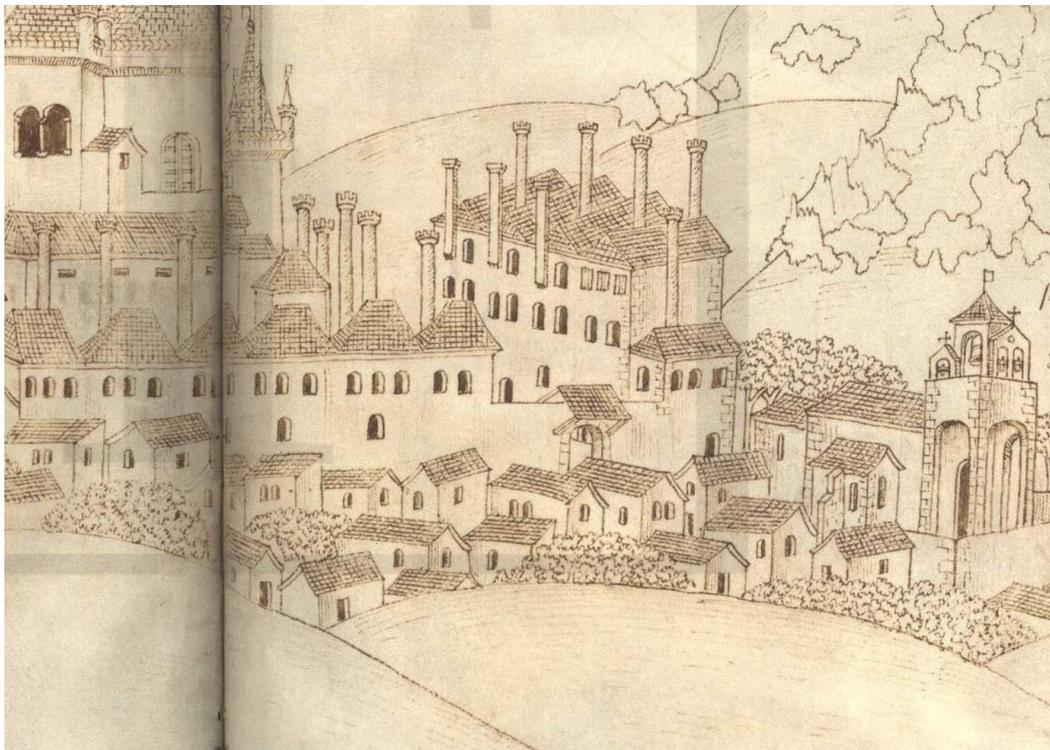


Fig. 6.1 – Detalhe do portal de entrada e muro do pátio do Paço de Sintra.





Fig. 8 – Vista de Castelo Branco com o castelo e Paço dos Comendadores. Duarte de Armas, c. 1509, desenho, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707>

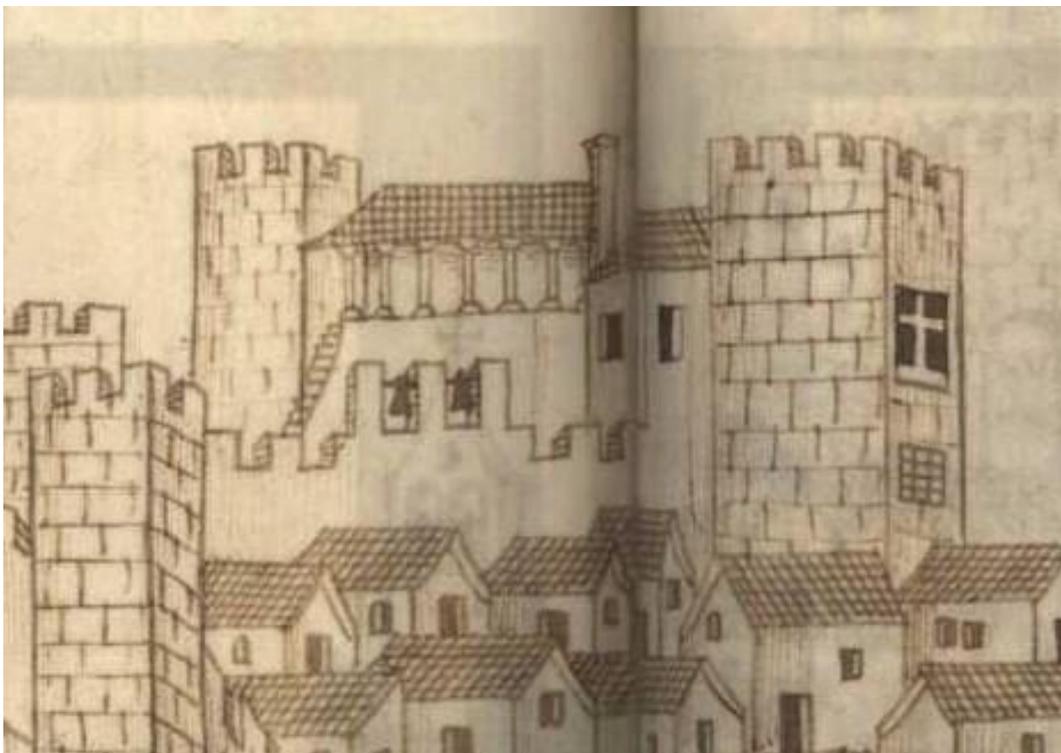


Fig. 8.1 – Detalhe do Paço de Castelo Branco, sendo visíveis a varanda e a escada.

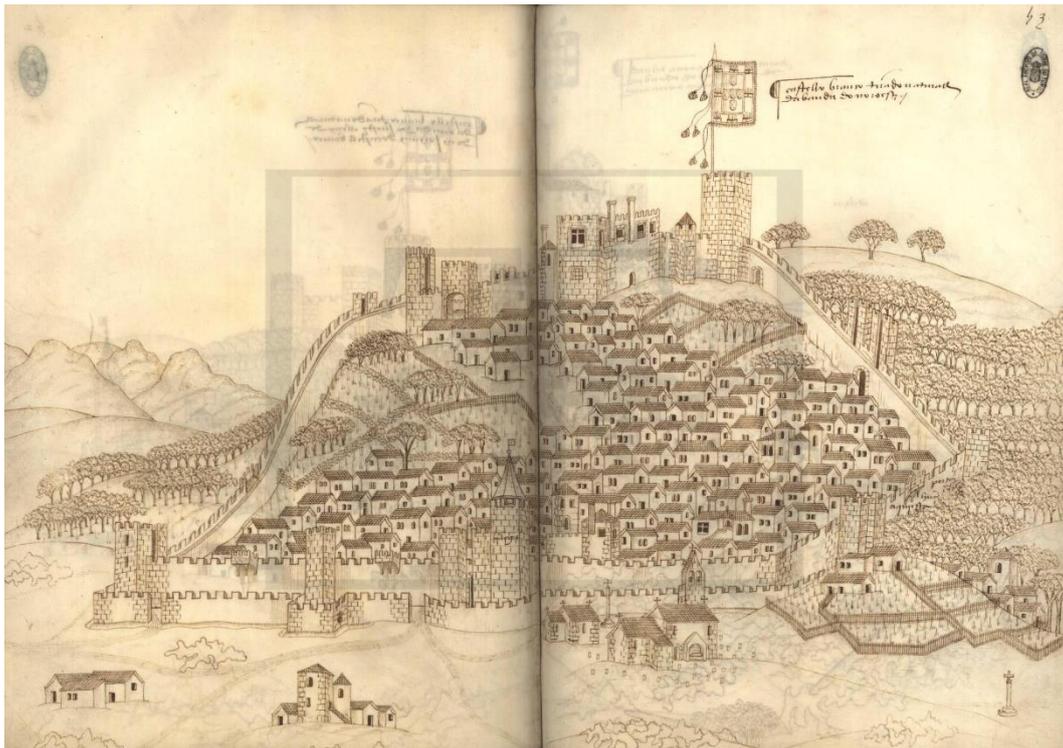


Fig. 9 – Outra vista de Castelo Branco com o castelo e o paço.  
Duarte de Armas, c. 1509, desenho, Arquivo Nacional Torre do Tombo.  
Fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707>



Fig. 9.1 – Detalhe de um paço urbano com escada exterior com patamar coberto.



Fig. 10 – Ruínas do Castelo de Soure.

Fonte: [https://www.geocaching.com/geocache/GC7E8CM\\_castelo-de-soure-051](https://www.geocaching.com/geocache/GC7E8CM_castelo-de-soure-051)



Fig. 11 – Ruínas do castelo de Longroiva, com a torre de menagem e muro refeito no século XIX. Fotografia do SIPA, DGPC.

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006489](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006489)



Fig. 12 – O portal do antigo castelo de Longroiva. Fotografia do SIPA, DGPC.

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006489](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006489)

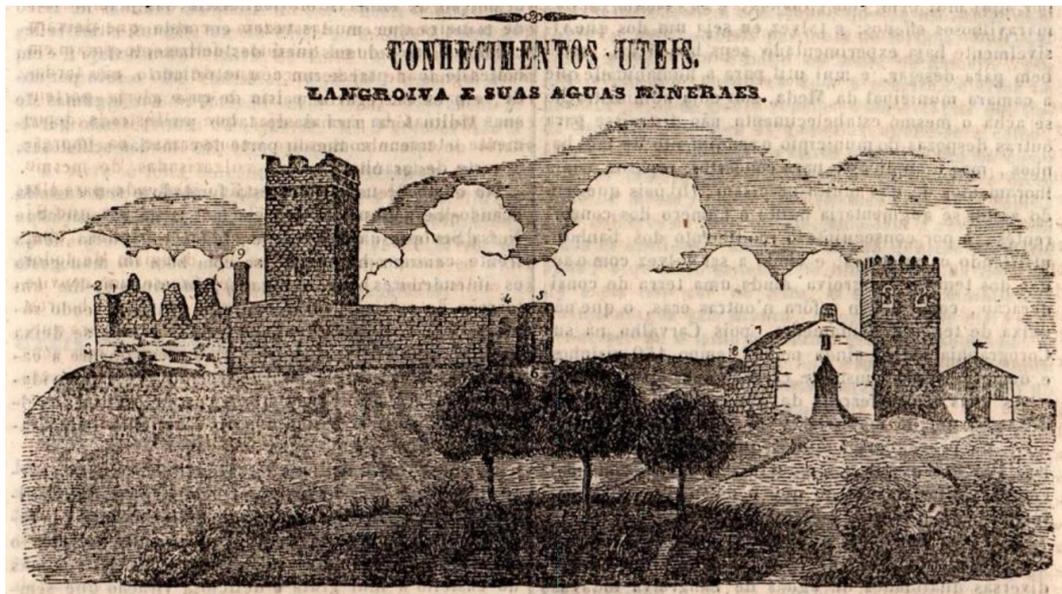


Fig. 13 – Litografia representando o castelo de Longroiva, datada de 1845. Hemeroteca Digital, CML.

Fonte: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1844-1845/Maio/N.%C2%BA%20044/N.%C2%BA%20044\\_master/RULN44.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1844-1845/Maio/N.%C2%BA%20044/N.%C2%BA%20044_master/RULN44.pdf)

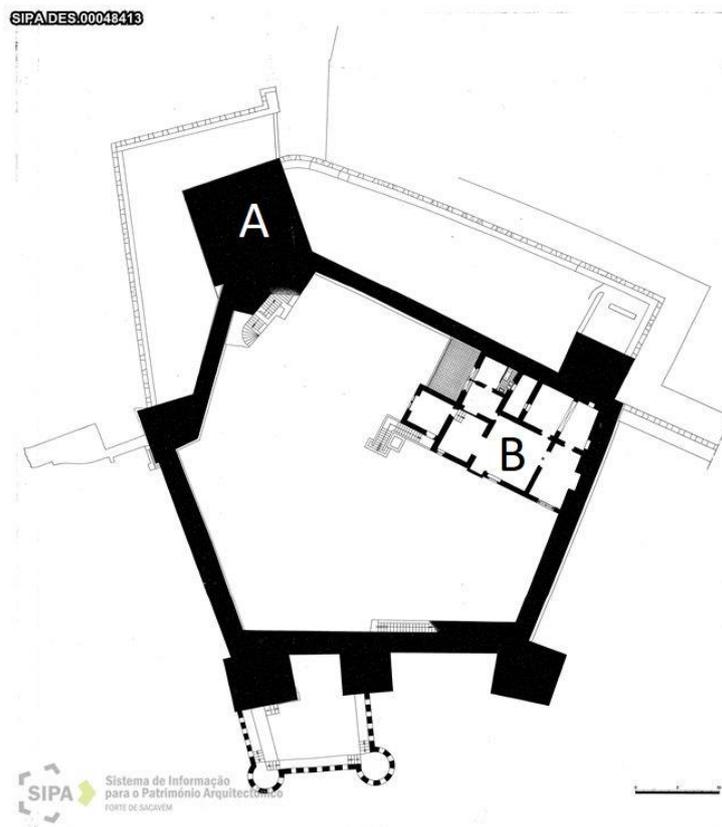


Fig. 14 – Planta do Castelo de Beja (1954): A – Torre de Menagem; B – Paço dos Alcaides de Beja. Planta do SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=906](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=906)



Fig. 15 – Paço dos Alcaides de Beja na actualidade.

Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 16 – Torre de menagem do Castelo de Beja. Fonte: Manuel Apóstolo.

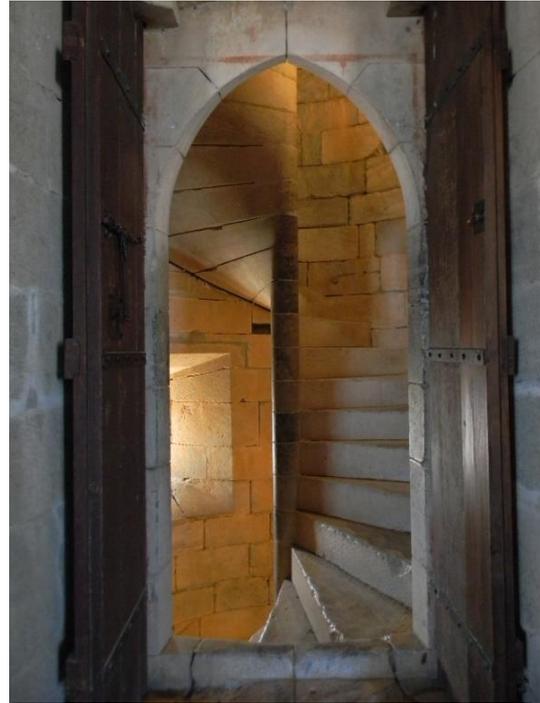


Fig. 17 – Caracol da torre de menagem do Castelo de Beja. Fonte: Manuel Apóstolo

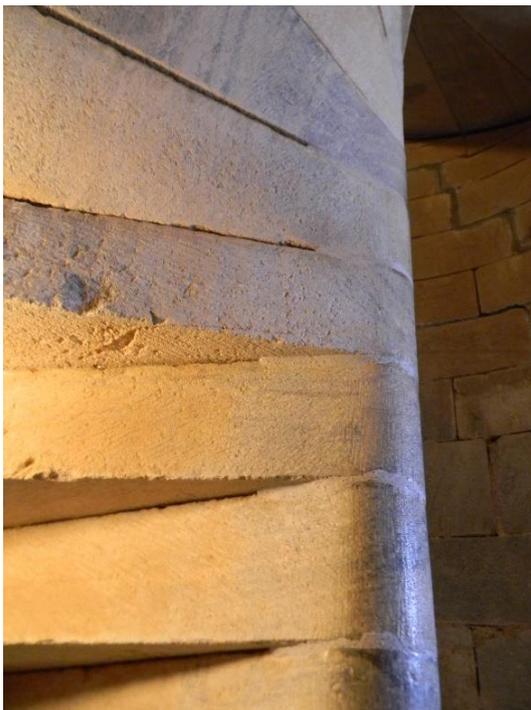


Fig. 17.1 – Detalhe das diferentes estereotomias entre a parte superior e inferior do caracol. Fonte: Manuel Apóstolo.

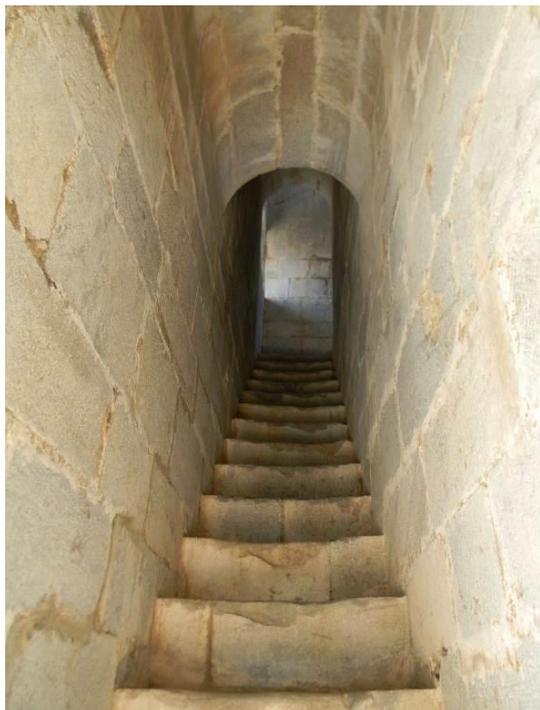


Fig. 18 – Escada de lanço que liga o balcão ao terraço na cobertura da torre de menagem do Castelo de Beja. Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 19 – Torre de Menagem do Castelo de Estremoz.

Fonte:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c0/Torre\\_del\\_homenaje\\_del\\_castillo\\_de\\_Estremoz%2C\\_Portugal.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c0/Torre_del_homenaje_del_castillo_de_Estremoz%2C_Portugal.jpg)



Fig. 20 – Caracol da Torre de Menagem de Estremoz.

Fonte: Nuno Senos

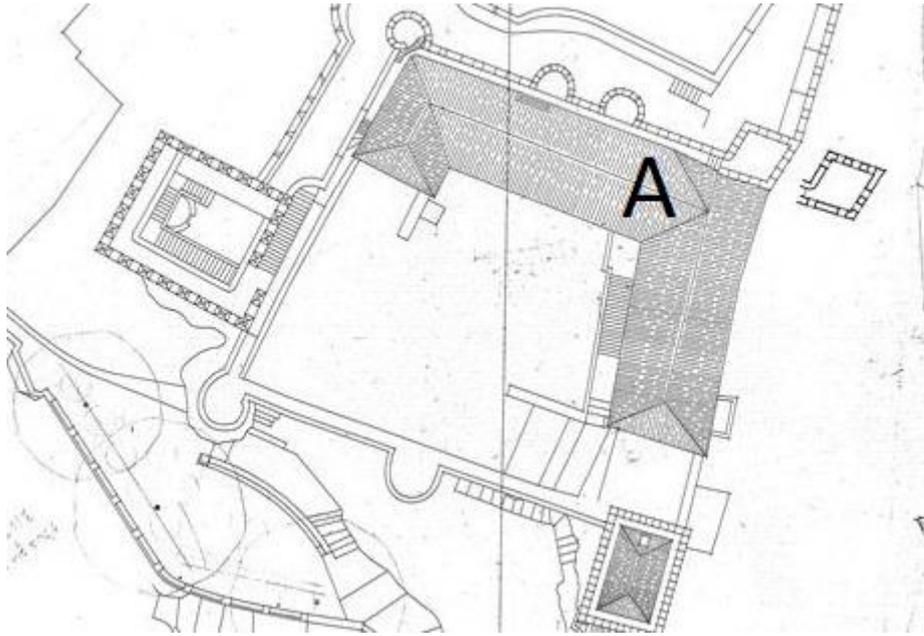


Fig. 21 – Planta do castelo e paço do alcaide de Óbidos (1945): A – corpo do paço.  
SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3324](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3324)



Fig. 22 – Vista do interior do pátio do castelo de Óbidos, vendo-se o paço e a sua escada exterior de um lanço.

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 23 – Castelo de Pombal na actualidade. Vista sobre o antigo pátio e vestígios do paço dos comendadores. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279)



Fig. 24 – Castelo de Torres Vedras na actualidade. Vestígios do antigo pátio e do paço dos alcaides. Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74111/>



Fig. 25 – Vista do muro e portal de entrada do Paço de Sintra, demolidos em 1911. Fotografia de José Artur Leitão Bárcia, Arquivo Municipal de Lisboa.

Fonte: [http://arquivomunicipal2.cm-](http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=254853&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1)

[lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=254853&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1](http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=254853&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1)



Fig. 26 – Vista do muro e portal do pátio do Paço dos Governadores de Monsaraz.

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 27 – Planta de Água de Peixes: A – pátio murado de entrada; B – pátio incluso; C – capela.  
 Fonte: Azevedo, C. Solares Portugueses, 1969.



Fig. 28 - Portal do muro do pátio de Água de Peixes.  
 Fonte: Nuno Senos.



Fig. 29 – Pátio murado do Paço de Água de Peixes.

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 30 – Pátio murado do Paço de Água de Peixes em 1949: vista sobre a passagem para o pátio incluso, escada e patamar coberto do Paço de Água de Peixes. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335)



Fig. 31 – Vista sobre um dos ângulos do pátio incluso do Paço de Água de Peixes. Fotografia de Frederico George, SIPA, DGPC. Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8ea-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8ea-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335)



Fig. 32 – Vista sobre outro ângulo do pátio incluso do Paço de Água de Peixes. Fotografia de Frederico George, SIPA, DGPC. Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8ea-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8ea-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335)



Fig. 33 – Vista geral do pátio incluso em 1949. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335)

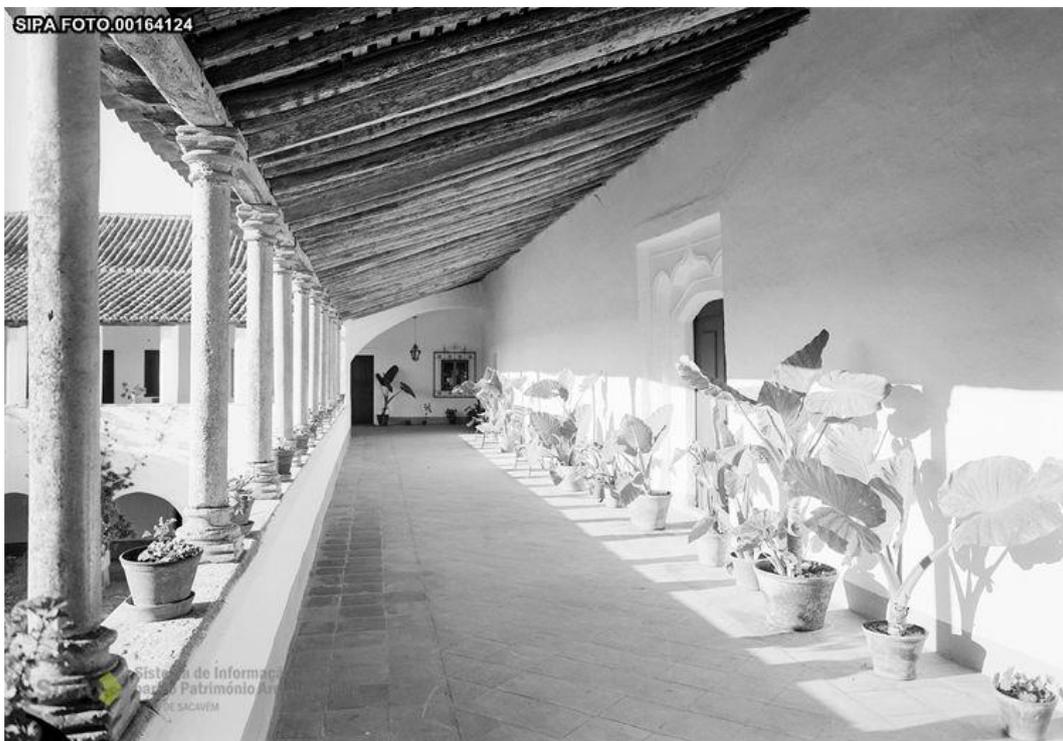


Fig. 34 – Uma das galerias superiores do pátio incluso do Paço de Água de Peixes.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004335)

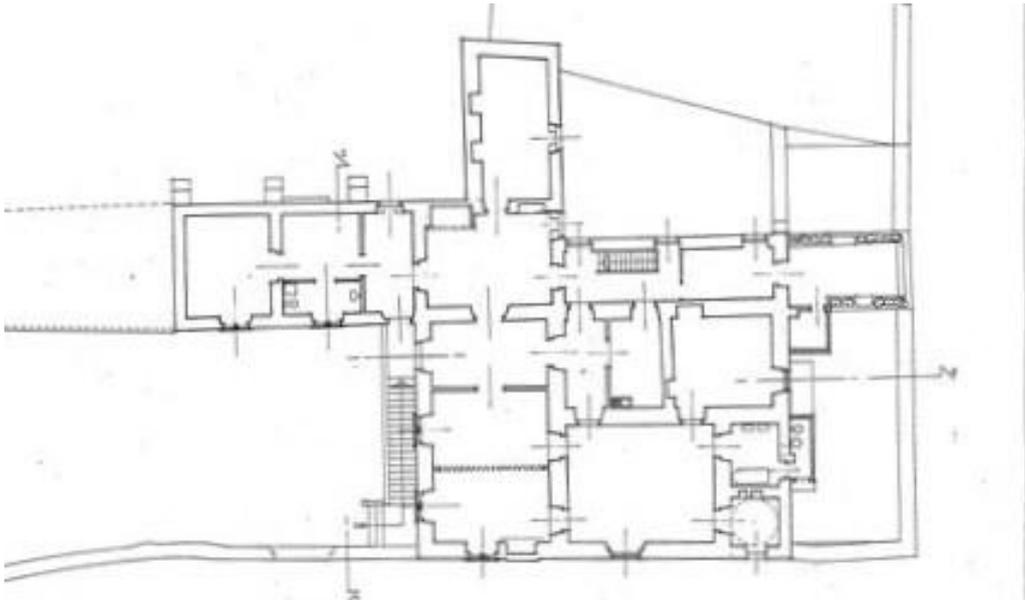


Fig. 35 – Planta do Paço dos Henriques, em Alcáçovas (1993). SIPA, DGPC.  
Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2861](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2861)



Fig. 36 – Vista do Paço dos Henriques sobre o pátio e escada exterior de um lanço.  
Fonte: Nuno Senos



Fig. 37 – Muro exterior e portal do Paço dos Henriques.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 38 – Vista sobre o pátio do Paço dos Alcaides de Évora (Condes de Basto; pátio de São Miguel)

Fonte: Manuel Apóstolo



Fig. 39 – Um dos portais classicistas com armas dos Castros do pátio do Paço dos Alcaides de Évora (Condes de Basto; Pátio de São Miguel)

Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 40 – Paço de Belas, muro sobre o exterior.

Fonte: [https://www.facebook.com/Pa%C3%A7o-Real-de-Belas-375497965794435/?\\_tn=k\\*&tn-str=k\\*F](https://www.facebook.com/Pa%C3%A7o-Real-de-Belas-375497965794435/?_tn=k*&tn-str=k*F)



Fig. 41 – Paço de Belas, vista interior do pátio sobre a porta, o adarve e o mirante (antes das intervenções de restauro dos últimos anos). SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006102](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006102)



Fig. 42 – O Paço de Belas visto do pátio. À esquerda e à direita os inícios do adarve que corre ao redor do pátio.

Fonte: <https://www.facebook.com/Pa%C3%A7o-Real-de-Belas-375497965794435/>



Fig. 43 – Vista aérea do Paço de Belas: A – pátio murado que antecede o paço.

Fonte: <https://earth.google.com/web/@38.7750358,-9.26284361,136.96510494a,122.08251154d,35y,359.99999915h,0t,0r>



Fig. 44 – Vista aérea da Quinta de Ribafria, Sintra: A – pátio murado em U.

Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Quinta+da+Ribafria/@38.8141913,-9.3787591,65m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd1eda86215a6e59:0xd910d5e8320372e!8m2!3d38.8150806!4d-9.378125>



Fig. 45 – Muro e portal de entrada da Quinta de Ribafria. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006107](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006107)



Fig. 46 – Portal do pátio murado da Quinta de Ribafria. SIPA. DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006107](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006107)



Fig. 47 – Pátio murado da Quinta de Ribafria e escada de dois lanços encostados ao canto. DGPC, fotografia de Maria Ramalho.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71689>



Fig. 48 – Pátio murado da Quinta de Ribafria. Vista sobre o portal e final da escada de dois lanços encostados ao canto. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006107](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006107)



Fig. 49 – Fachada do paço da Quinta da Bacalhoa sobre o pátio murado.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 50 – Escada que liga o paço da Quinta da Bacalhoa ao pátio.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 51 – A arcada do pátio da Quinta da Bacalhoa.

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 52 – Vista aérea do paço da Quinta da Bacalhoa, sendo perceptível a grande regularidade do pátio murado. Fotografia de Catalão Monteiro.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/17576157053>



Fig. 53 – Portal do Paço Episcopal de Valverde (Évora)

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Polo\\_da\\_Mitra\\_da\\_Universidade\\_de\\_Évora](https://pt.wikipedia.org/wiki/Polo_da_Mitra_da_Universidade_de_Évora)



Fig. 54 – Portal do pátio do Paço de Santa Margarida do Varatojo.

Fonte: Feliciano, A. M., Leite, A. S., *A Casa Senhorial Como Matriz da Territorialidade (...)*, 2015.



Fig. 55 – Vista exterior da Quinta dos Pisões, Sintra. Portal datado de 1534.

Fonte: <http://paisagemcultural.sintra.pt/patrimonio/area-classificada/arquitetura-aulica/196-quinta-dos-pisoos>



Fig. 56 – Portal e muro do pátio da Quinta de Santiago, Sintra.

Fonte: <https://content.r9cdn.net/rimg/himg/a0/a7/32/ostrovok-7591900-b5f116dd22fa751116f7a8101cf834c338012dc1-598554.jpg?width=660&crop=true&caller=HotelDetailsPhoto>



Fig. 57 – Pátio da Quinta de Santiago, Sintra.

Fonte: <https://asset4.zankyou.com/images/wervice-card-big/580/9b6d/1050/800/w/616020/-/1514328335.jpg>

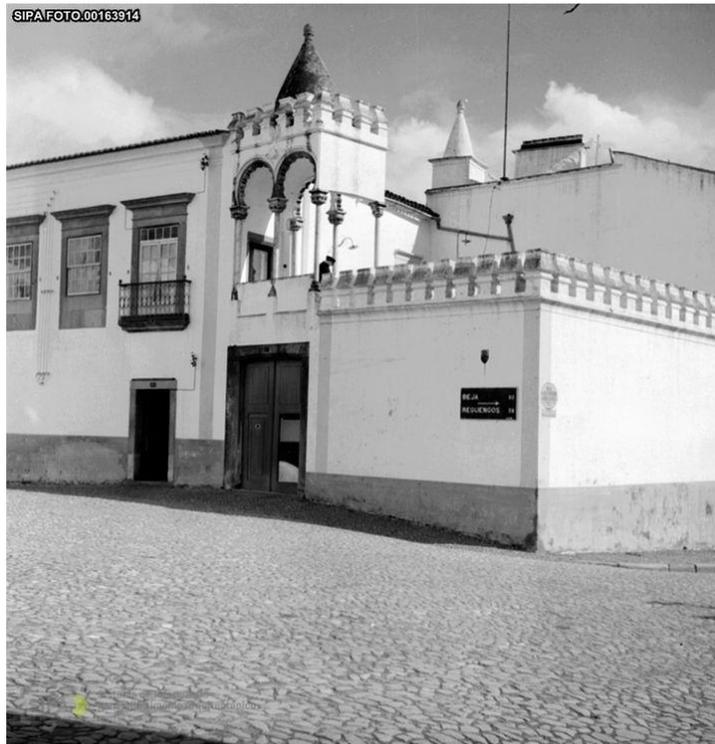


Fig. 58 – Casa Cordovil. Vista do muro do pátio e mirante que cobre o patamar superior da escada em 1949. SIPA, DGPC. Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003843](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003843)



Fig. 59 – Casa Cordovil. Vista sobre o pátio, escada, patamar de entrada coberto em 1950. SIPA, DGPC. Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003843](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003843)



Fig. 60 – Vista sobre o portal e muro do pátio do Paço da Ega.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2803](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2803)



Fig. 61 – Vista sobre o interior do pátio da Ega.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2803](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2803)

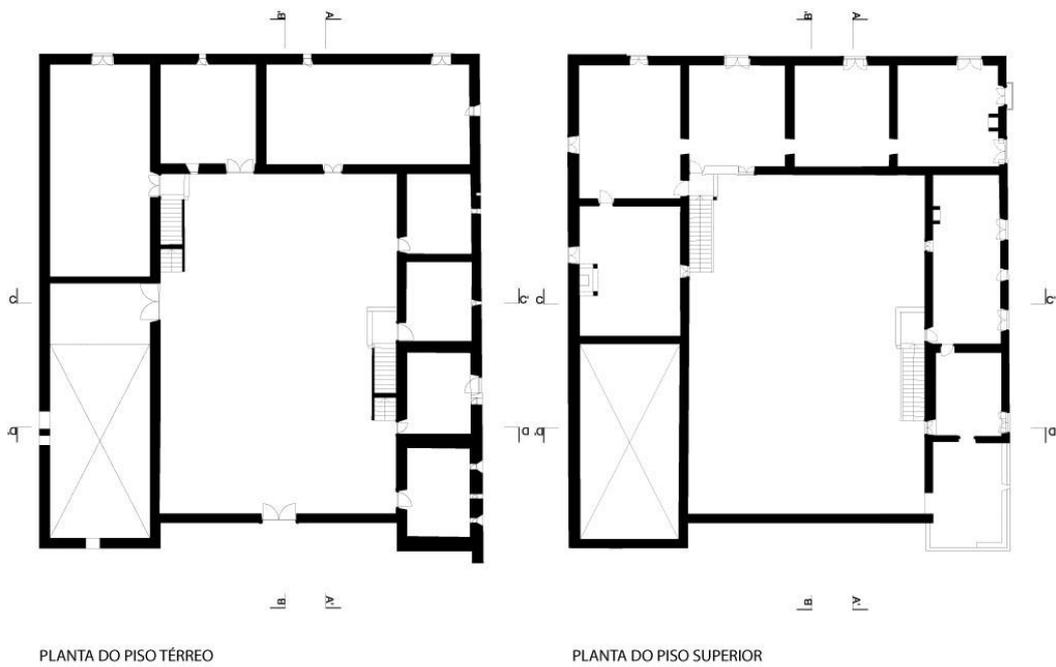


Fig. 62 – Plantas dos pisos térreo e superior do Paço da Ega na actualidade.

Fonte: <https://www.hap.pt/content/paco-dos-comendadores-da-ega>



Fig. 63 – Alguns vãos manuelinos do pátio do Paço da Ega.

Fonte: Pedro Dias, 1982

SIPA/FOTO.00509108



Fig. 64 – Paço dos Vasconcelos, Santiago da Guarda. Vista da torre e vestígios do primitivo portal do pátio. SIPA, DGPC. Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8ea-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001545](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8ea-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001545)

SIPA/FOTO.00076122



Fig. 65 – Paço dos Vasconcelos, Santiago da Guarda. Um dos ângulos do pátio murado, com vários vãos térreos manuelinos, em 1975. SIPA, DGPC. Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8ea-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001545](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8ea-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001545)



Fig. 66 - Paço dos Vasconcelos, Santiago da Guarda. Um dos corpos do pátio murado, com vários vãos térreos manuelinos, em 1975. SIPA, DGPC. Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001545](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001545)

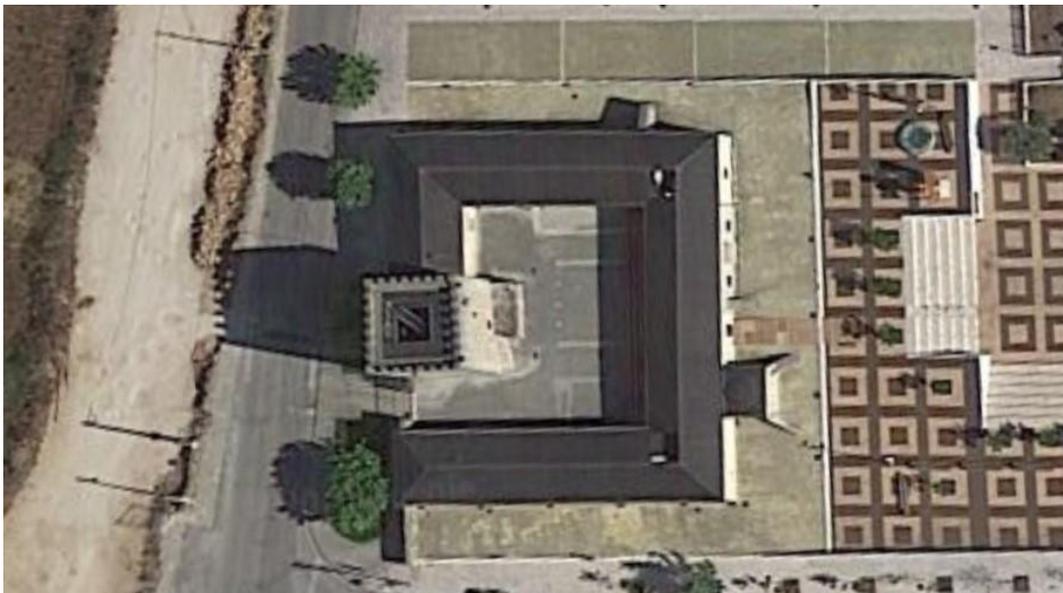


Fig. 67 – Vista aérea do Paço de Santiago da Guarda.  
Fonte: <https://earth.google.com/web/@39.94799361,-8.48041098,252.88252403a,166.09604263d,35y,0h,0t,0r>



Fig. 68 – Entrada da Casa de Cima de Sub-Ripas.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70531>

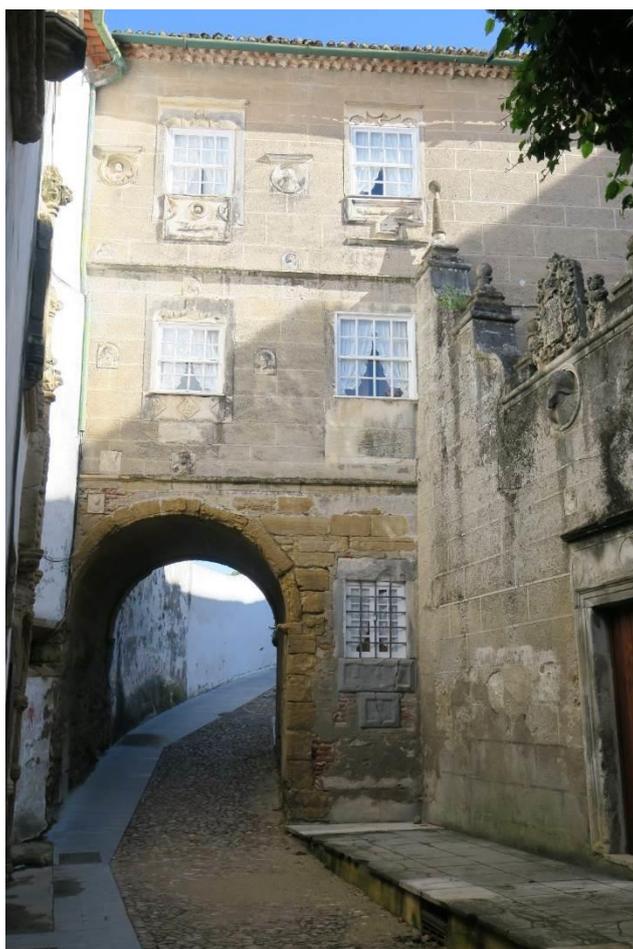


Fig. 69 – Passadiço que une as Casas de Cima e de Baixo de Sub-Ripas, Coimbra.

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 70 - Portal e muro da Casa de Cima de Sub-Ripas, Coimbra.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 71 – Vista sobre o pátio da Casa de Cima de Sub-Ripas, vendo-se o coroamento do muro, o patamar superior das escadas e as janelas manuelinas. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002787](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002787)



Fig. 72 – Vista sobre o pátio da Casa de Cima de Sub-Ripas, vendo-se o coroamento do muro e o último lanço das escadas. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002787](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002787)



Fig. 73 e 74 – A escada do pátio da Casa de Cima de Sub- Ripas em 1939. SIPA, DGPC.  
 Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002787](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002787)

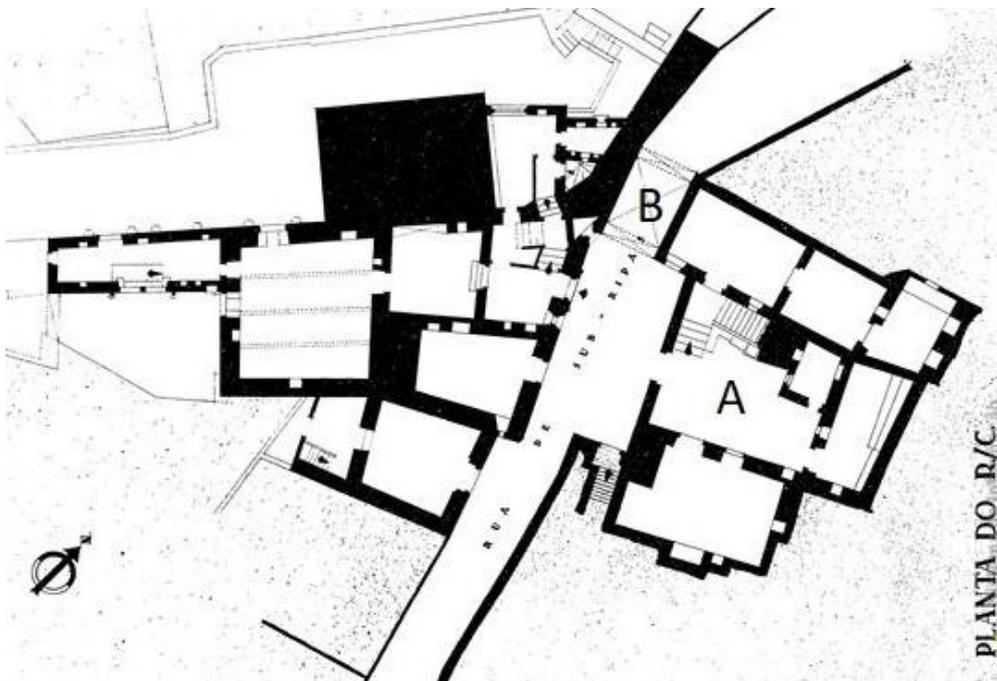


Fig. 75 – Planda das Casas de Sub-Ripas: A – pátio da Casa de Cima; B – passadiço.  
 Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002787](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002787)

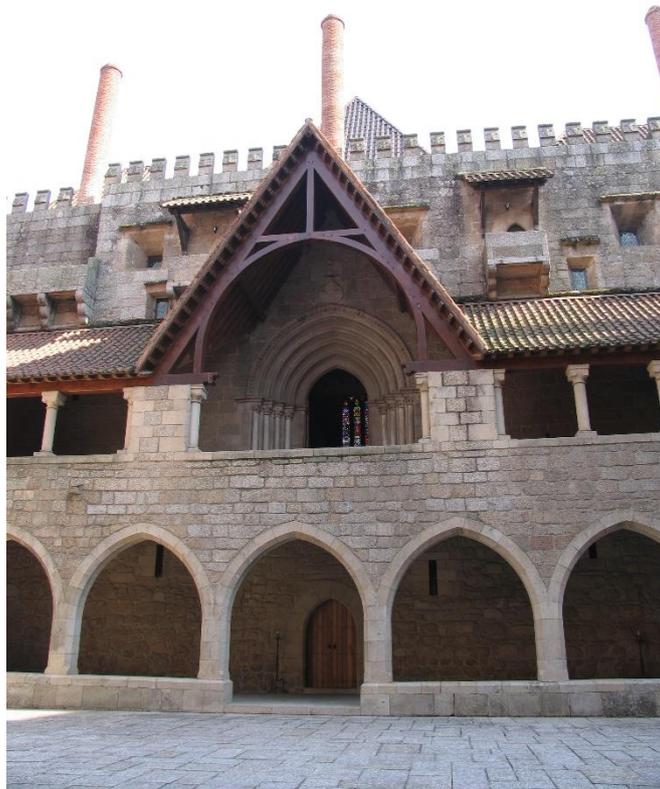


Fig. 76 – Pátio do paço dos duques de Bragança na actualidade. Vista sobre as entradas das escadas e da capela.

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 77 – Pátio do paço dos duques de Bragança depois do restauro de Rogério de Azevedo. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001139](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001139)



Fig. 78 – Pátio do Paço dos Duques de Bragança antes das obras de restauro.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001139](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001139)



Fig. 79 – Pátio do Paço dos Duques de Bragança antes das obras de restauro.

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001139](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001139)



Fig. – 79.1 – detalhe da porta e frestas dos dois lanços de escadas do Paço dos Duques de Bragança, Guimarães.



Fig. 80 – Um dos lanços simétricos do Paço dos Duques de Bragança, Guimarães.  
Fonte: Nuno Senos.

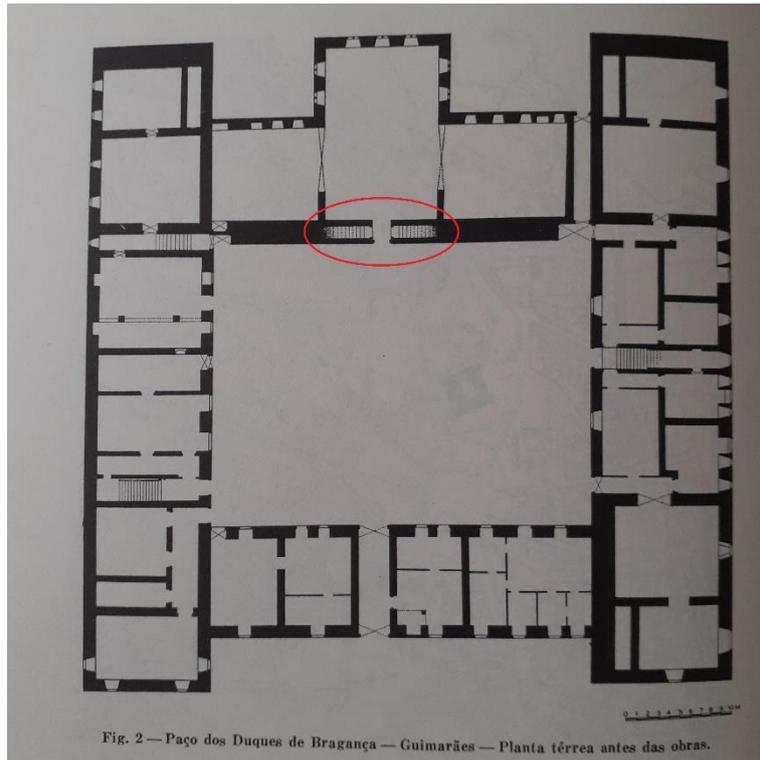


Fig. 81 - Planta do primeiro andar do Paço dos Duques de Bragança antes do restauro.  
 A encarnado estão marcados os dois lanços simétricos das escadas.  
 Fonte: "Paço dos Duques de Bragança, Guimarães", in *Boletim da Direcção Geral...*, 1960.

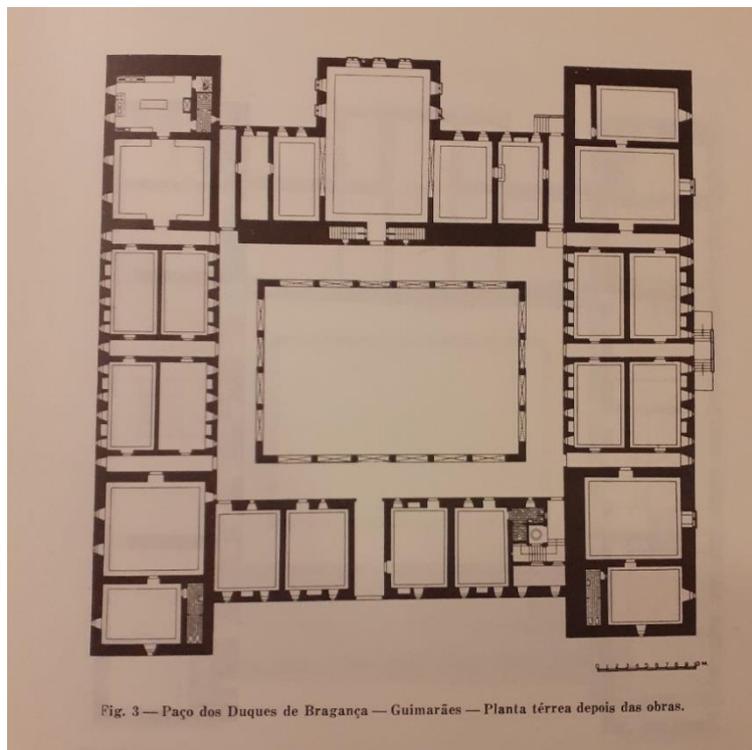


Fig. 82 – Planta do piso térreo do Paço dos Duques de Bragança após o restauro.  
 Fonte: "Paço dos Duques de Bragança, Guimarães", in *Boletim da Direcção Geral...*, 1960.

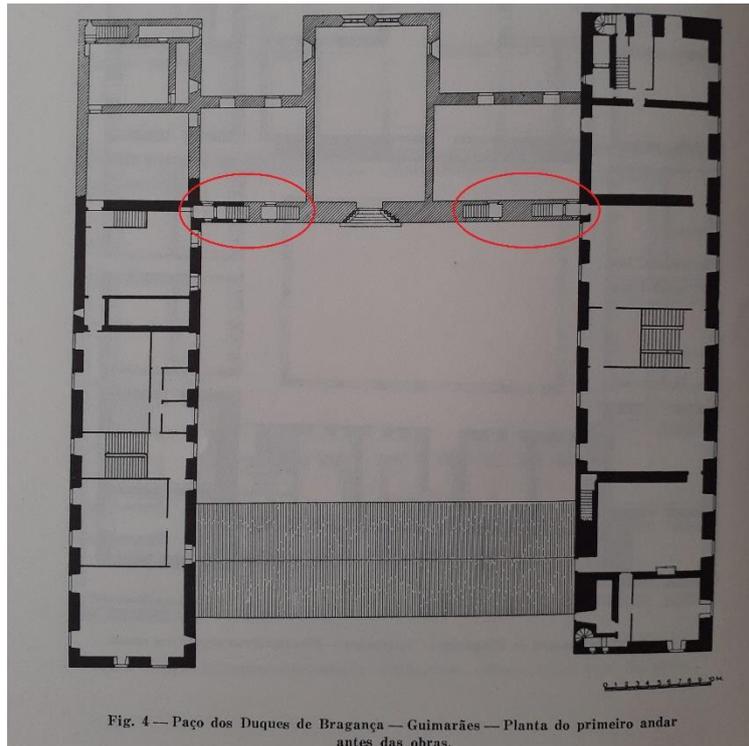


Fig. 83 – Planta do primeiro andar do Paço dos Duques de Bragança antes do restauro.  
 A encarnado estão marcados os dois lanços simétricos das escadas.  
 Fonte: “Paço dos Duques de Bragança, Guimarães”, in *Boletim da Direcção Geral...*, 1960.

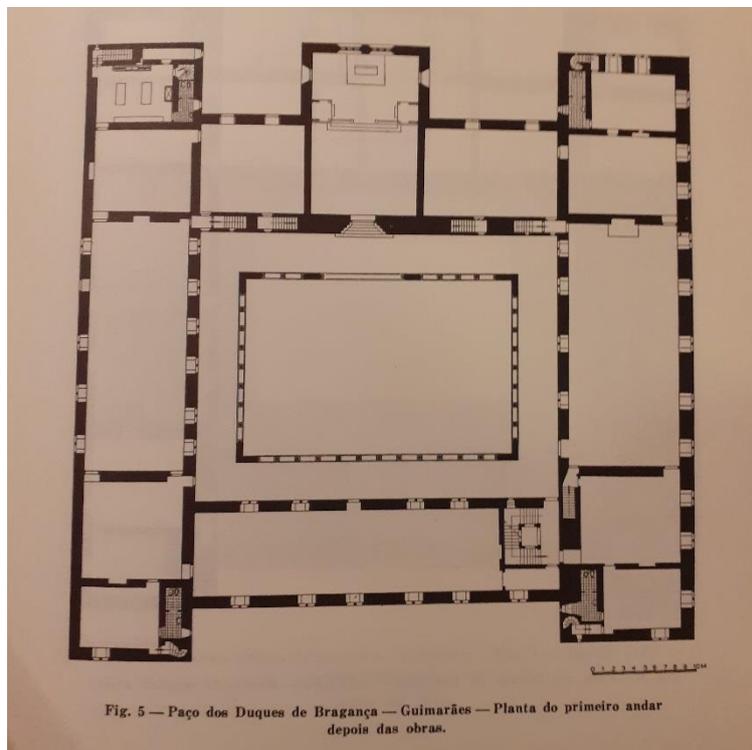


Fig. 84 – Planta do primeiro andar do Paço dos Duques de Bragança após o restauro.  
 Fonte: “Paço dos Duques de Bragança, Guimarães”, in *Boletim da Direcção Geral...*, 1960.

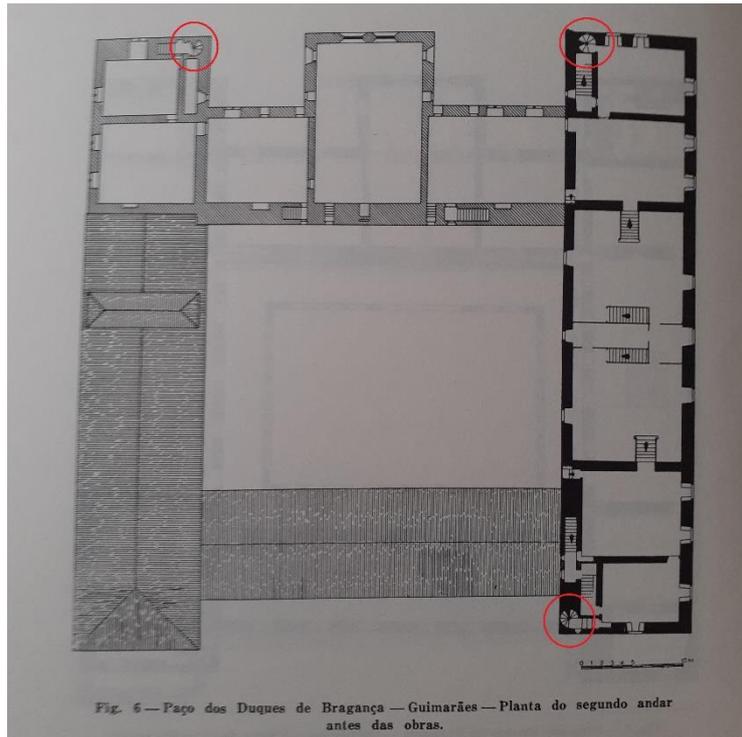


Fig. 85 – Planta do segundo andar do Paço dos Duques de Bragança antes o restauro.

A encarnado estão marcados os 3 caracóis dos torreões.

Fonte: “Paço dos Duques de Bragança, Guimarães”, in *Boletim da Direcção Geral...*, 1960.

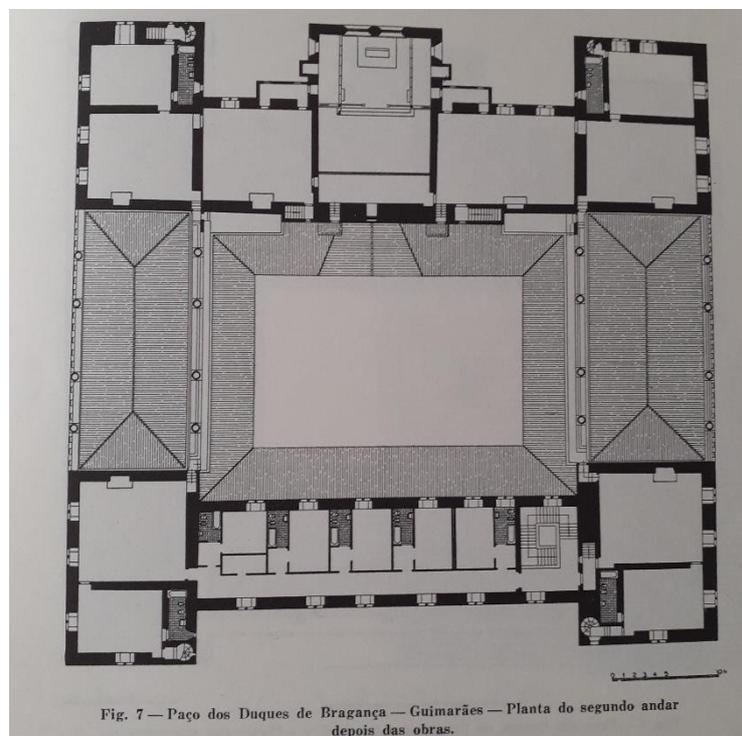


Fig. 86 – Planta do segundo andar do Paço dos Duques de Bragança após o restauro.

Fonte: “Paço dos Duques de Bragança, Guimarães”, in *Boletim da Direcção Geral...*, 1960.

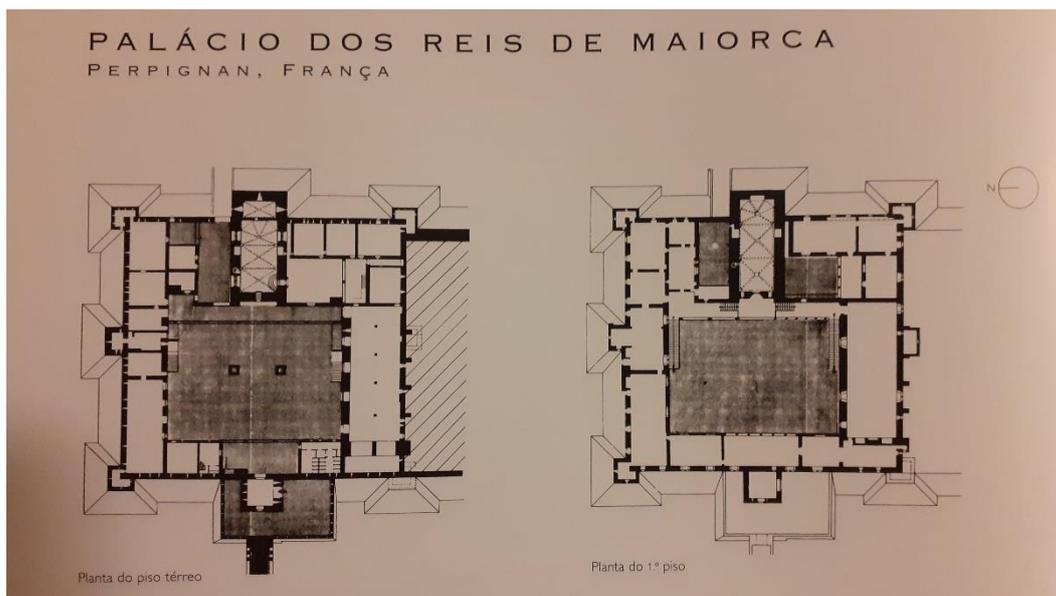


Fig. 87 – Plantas do primeiro e segundo pisos do Palácio dos Reis de Maiorca, Perpignan.  
Fonte: Silva, J. C. V., 2002.



Fig. 88 – Pátio do Palácio dos Reis de Maiorca, Perpignan. Fotografia de Roger Feugas.  
Fonte: [https://www.flickr.com/photos/roger\\_feugas/28677592797](https://www.flickr.com/photos/roger_feugas/28677592797)



Fig. 89 – Antiga casa em Estremoz, actualmente pertencente à S.C.M.E.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 90 – Paço Ducal de Vila Viçosa, pátio do paço de D. Jaime. Fotografia de Mário de Novais, FCG.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/46190772081>



Fig. 91 – Planta do rés-do-chão do Paço Ducal de Vila Viçosa: A – pátio incluído; B – terreiro do paço.  
 Fonte: Nuno Senos.



Fig. 92 – Planta do primeiro andar do Paço Ducal de Vila Viçosa: A – escada de aparato; B – sala grande; C – antecâmara do duque; D – câmara de dormir do duque; E – oratório; F – despacho; G – antecâmara da duquesa; H – câmara da duquesa; I – corredor; J – caracol; L – eirado.  
 Fonte: Nuno Senos.

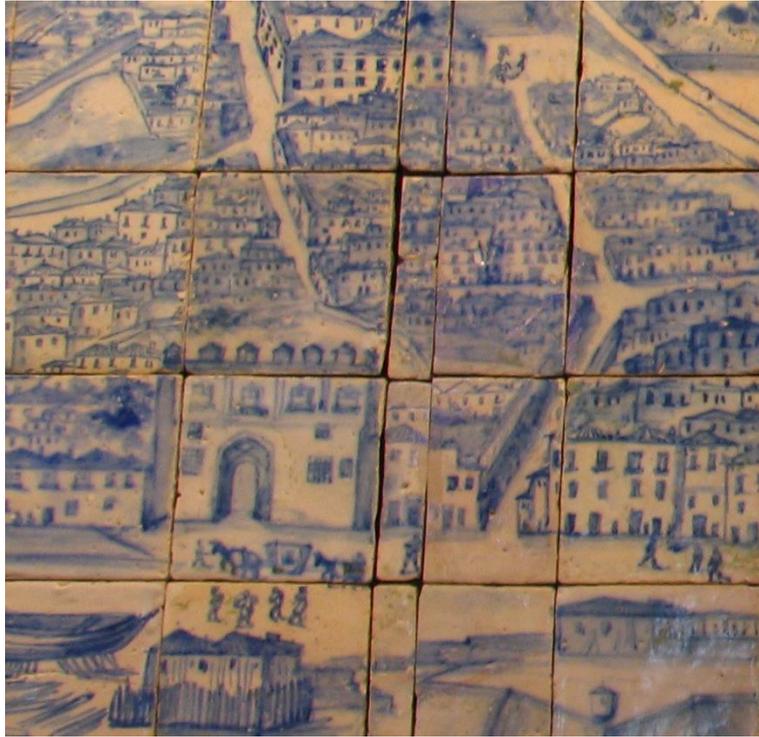


Fig. 93 – Detalhe do painel da Vista de Lisboa (séc. XVIII), vendo-se o Palácio Almada Carvalhais.

Fonte: Nuno Senos e João Vieira Caldas.

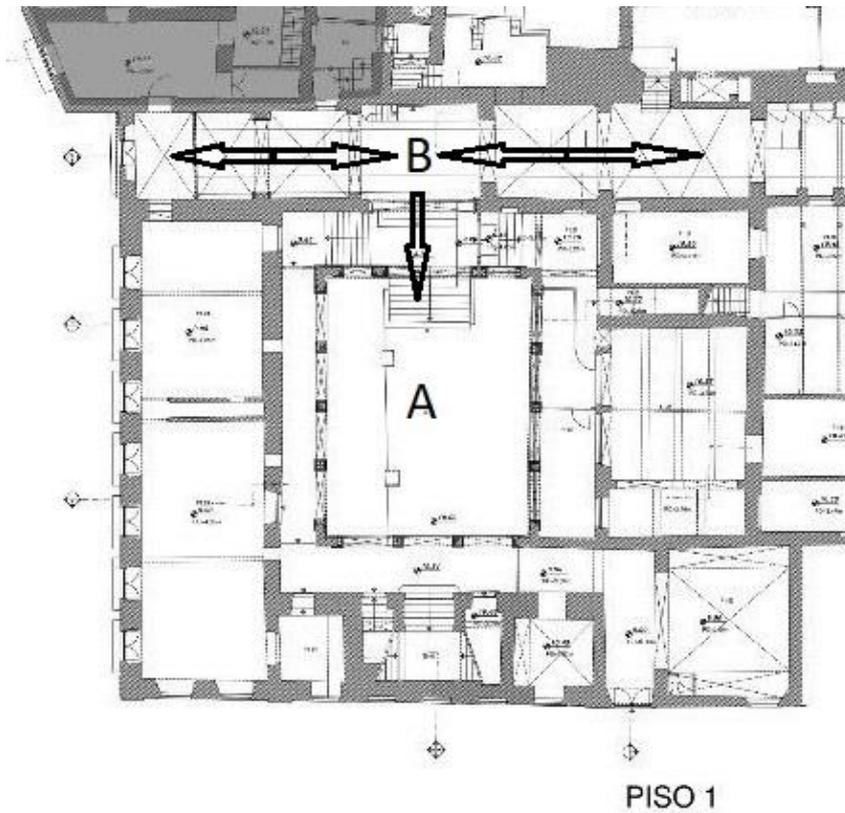


Fig. 94 – Planta do rés-do-chão do Palácio Almada Carvalhais.  
Fonte: Nuno Senos e João Vieira Caldas: A – Pátio; B – túnel de acesso.



Fig. 95 – Túnel de acesso ao Palácio Almada Carvalhais.  
Fonte: Nuno Senos e João Vieira Caldas.



Fig. 96 – Portal de entrada no túnel do Palácio Almada Carvalhais.  
Fonte: Nuno Senos e João Vieira Caldas.



Fig. 97 – Detalhe do abobadamento do túnel de acesso ao Palácio Almada Carvalhais.  
Fonte: Nuno Senos e João Vieira Caldas.



Fig. 98 – Detalhe de uma pilastra do túnel de acesso ao Palácio Almada Carvalhais.  
Fonte: Nuno Senos e João Vieira Caldas



Fig. 99 – Pátio do Palácio Almada Carvalhais. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5613](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5613)

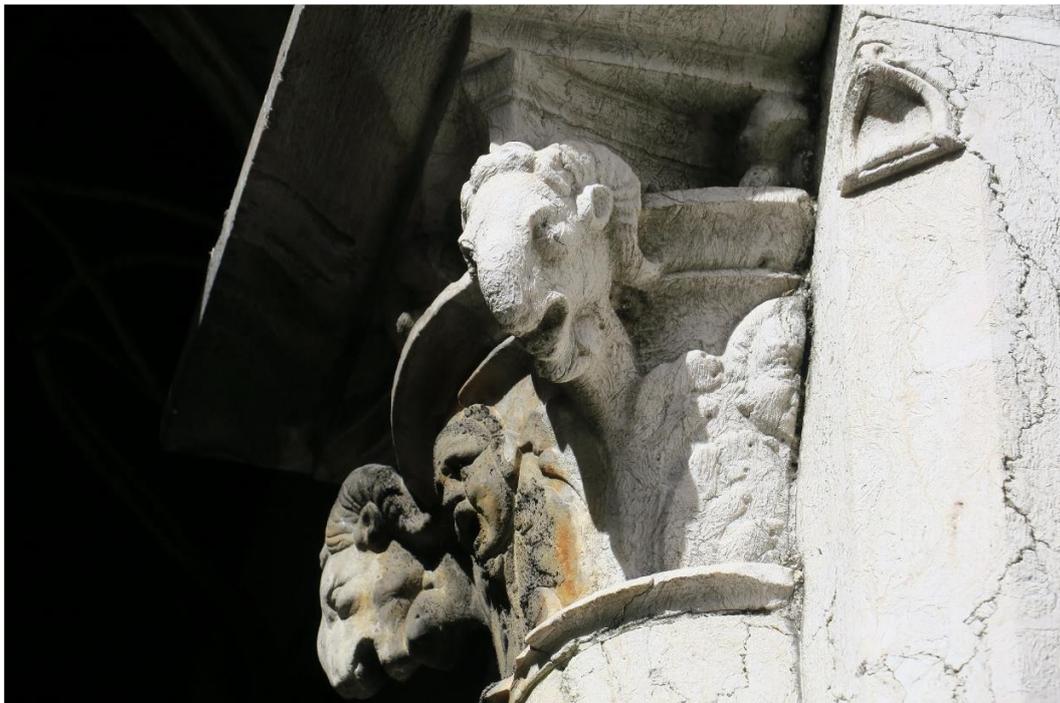


Fig. 100 – Detalhe de um capital do Pátio do Palácio Almada Carvalhais

Fonte: Nuno Senos e João Vieira Caldas.



Fig. 101 – Pátio do Paço dos Condes de Vila Nova de Portimão, Estremoz.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 102 – Detalhe do arranque da escadaria no canto do pátio do Paço dos Condes de Vila Nova de Portimão, Estremoz.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 103 – Escadaria do Paço dos Condes de Vila Nova de Portimão.  
Fonte: Manuel Apóstolo.

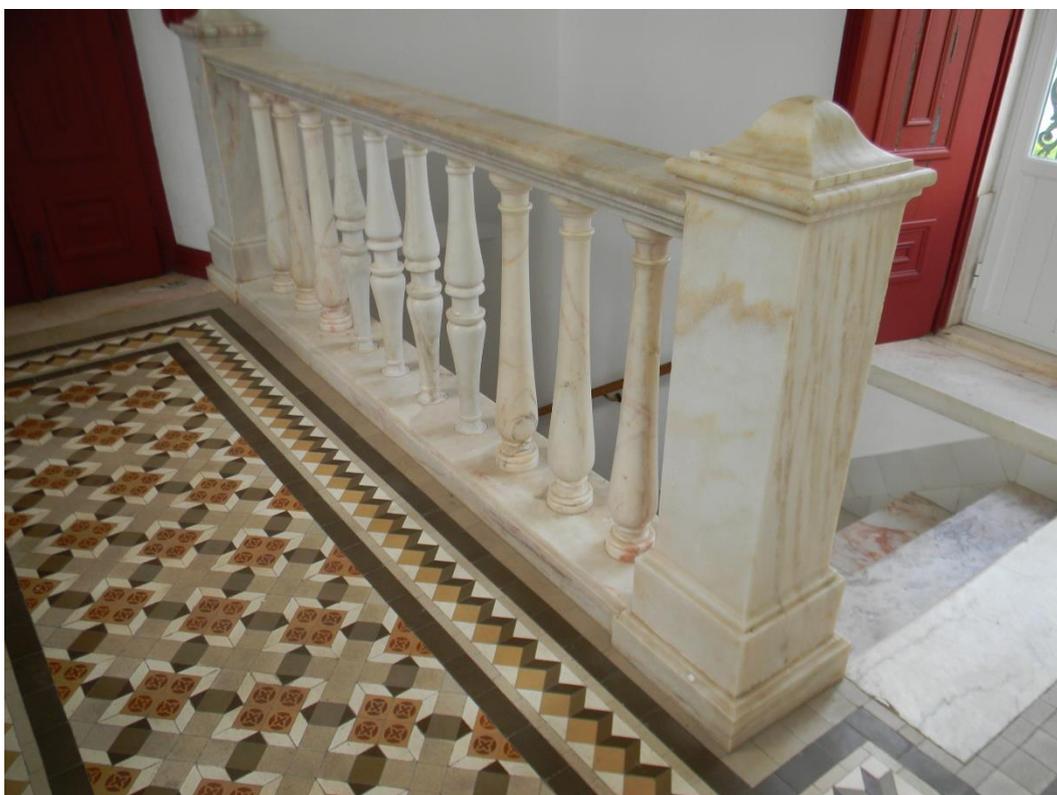


Fig. 104 – Guarda de balaústres da escadaria do Paço dos Condes de Vila Nova de Portimão.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 105 – Detalhe do pátio do Paço dos Condes de Vila Nova de Portimão.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 106 – Exterior do Paço dos Cogominhos (Monfalim), Évora, vendo-se o arranque da escadaria e a varanda sobre a fachada.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 107 – Escaria do Paço dos Cogominhos (Monfalim), em Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 108 – Exterior do Paço Matos Azambuja, Vila Viçosa. SIPA, DGPC.  
Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4449](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4449)



Fig. 109 – Interior do corpo das varandas e escada do Paço Matos Azambuja. DGPC.  
Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73284/>



Fig. 110 – Interior do corpo das varandas e escada do Paço Matos Azambuja. DGPC.  
Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73284/>



Fig. 111 – patamar superior da escada do Paço Matos Azambuja.

Fonte:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Casa\\_dos\\_Arcos\\_\(Concei%C3%A7%C3%A3o\)#/media/File:Palacio\\_Matos\\_Azambuja\\_III.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Casa_dos_Arcos_(Concei%C3%A7%C3%A3o)#/media/File:Palacio_Matos_Azambuja_III.JPG)



Fig. 112 – Portal de entrada no Palácio Melo, Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 113 – Entrada do Palácio Melo, Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo

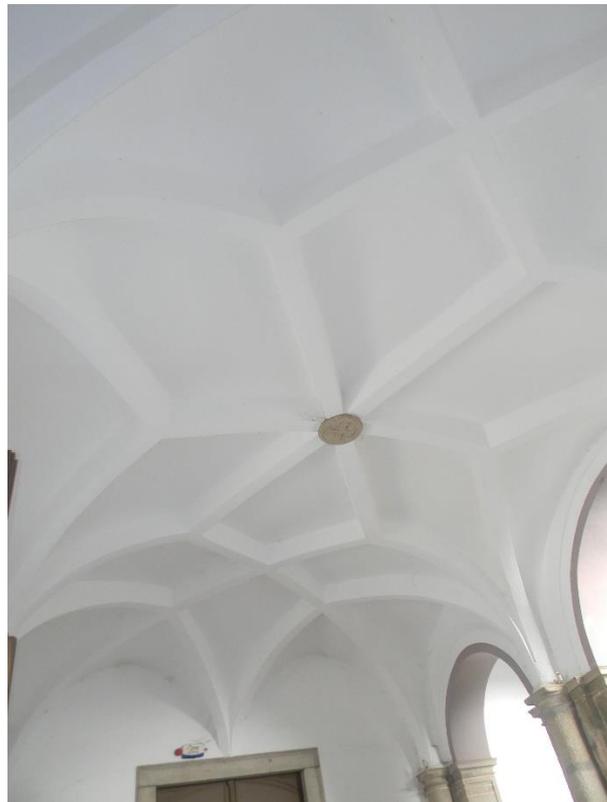


Fig. 114 – Cobertura da entrada do Palácio Melo, Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo



Fig. 115 – Pátio do Palácio Melo, Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 116 – Detalhe da colonata do primeiro andar do pátio do Palácio Melo, Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo



Fig. 117 – Pátio do Palácio Melo, vendo-se o portal da escadaria.  
Fonte: Manuel Apóstolo



Fig. 118 – Escadaria monumental do palácio Melo.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 119 – Escadaria do monumental do Palácio Melo.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 120 – Escadaria monumental do Palácio Melo.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 121 – Pormenor da base do portal da escada monumental do Palácio Melo, vendo-se o remate em L. Fonte: Manuel Apóstolo



Fig. 122 – Pormenor da base de um outro portal do Palácio Melo, igualmente com remate inferior em L. Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 123 – Pormenor da base de um portal da fachada do Paço de Vila Viçosa, vendo-se o remate em L. Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 124 – Pormenor da base de um portal das campanhas de João de Castilho no Convento de Cristo em Tomar, vendo-se o remate em L. Fonte: Manuel Apóstolo.

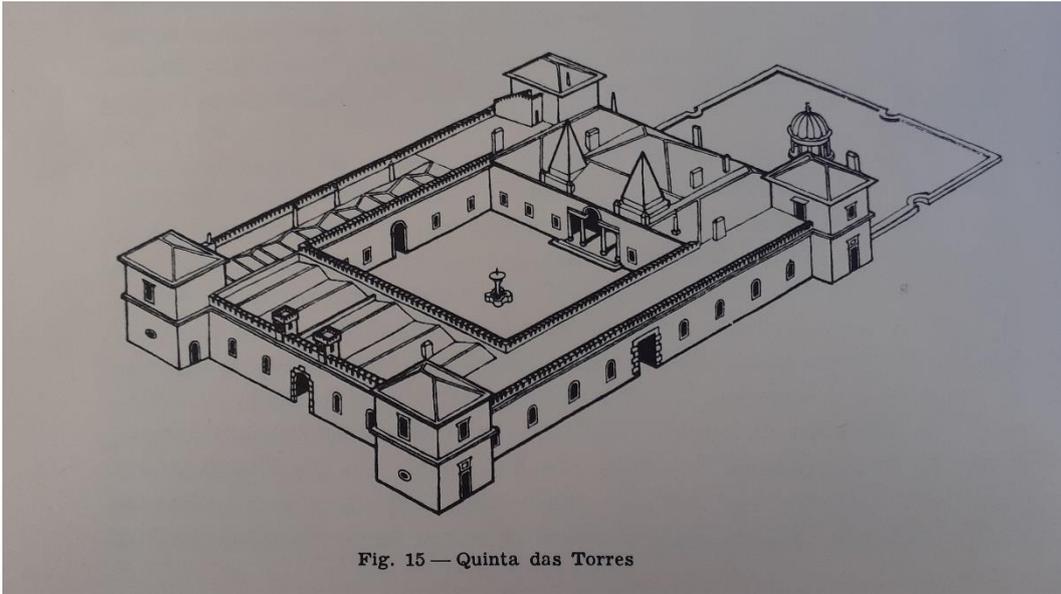


Fig. 15 — Quinta das Torres

Fig. 125 – Quinta das Torres, Azeitão.  
Fonte: Azevedo, C., Solares Portugueses, 1969

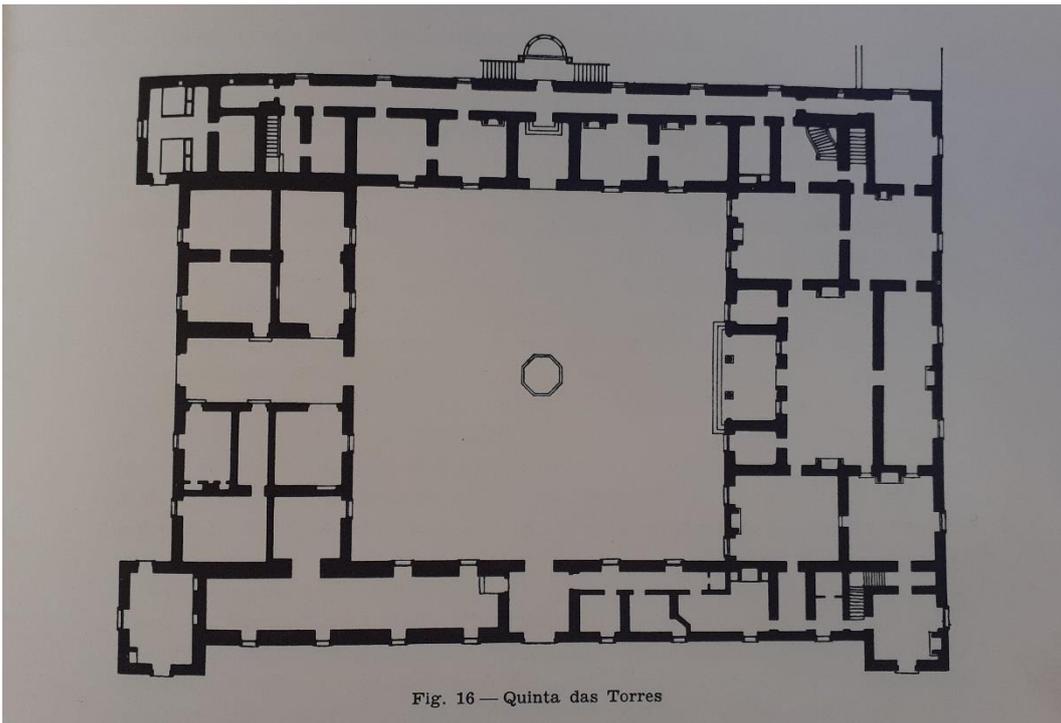


Fig. 16 — Quinta das Torres

Fig. 126 – Planta da Quinta das Torres, Azeitão.  
Fonte: Azevedo, C., Solares Portugueses, 1969



Fig. 127 – Pátio da Quinta das Torres, Azeitão.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 128 – Pátio da Quinta das Torres: detalhe da serliana e entrada na casa.  
Fonte: Nuno Senos



Fig. 129 – Um dos portais da Quinta das Torres.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 130 – Pátio do Palazzo del Te, Mântua.

Fonte: [https://quod.lib.umich.edu/a/aict/x-ira143/IRA143?lastkey=aict\\_ti;lastpage=browse;lastvalue=p;size=50;start=1;subview=detail;view=entry#](https://quod.lib.umich.edu/a/aict/x-ira143/IRA143?lastkey=aict_ti;lastpage=browse;lastvalue=p;size=50;start=1;subview=detail;view=entry#)

[https://quod.lib.umich.edu/a/aict/x-ira143/IRA143?lastkey=aict\\_ti;lastpage=browse;lastvalue=p;size=50;start=1;subview=detail;view=entry#](https://quod.lib.umich.edu/a/aict/x-ira143/IRA143?lastkey=aict_ti;lastpage=browse;lastvalue=p;size=50;start=1;subview=detail;view=entry#)

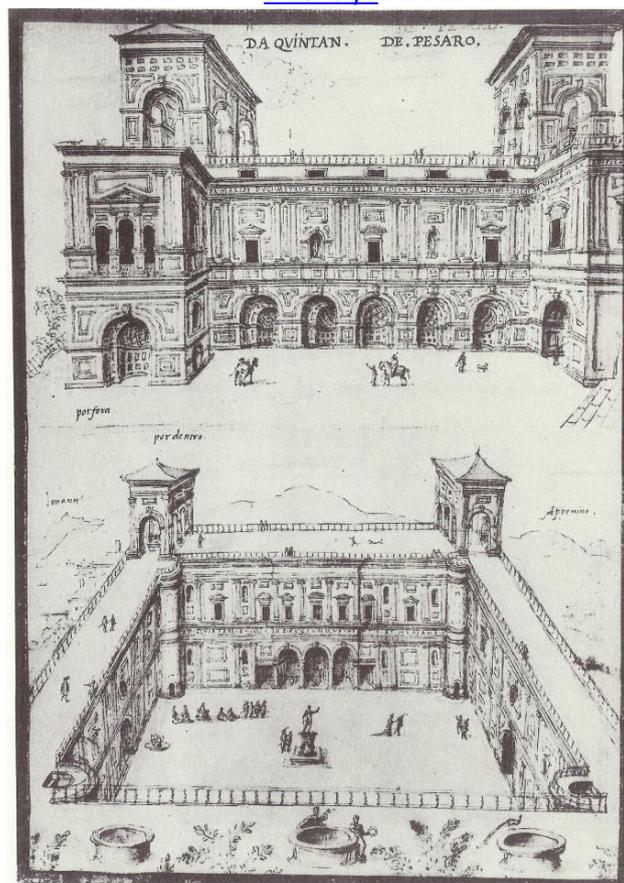


Fig. 131 – *Quintã de Pesaro* (Vila Imperiale, Pesaro).  
Desenho de Francisco de Holanda.

Fonte: Holanda, F., 1989.

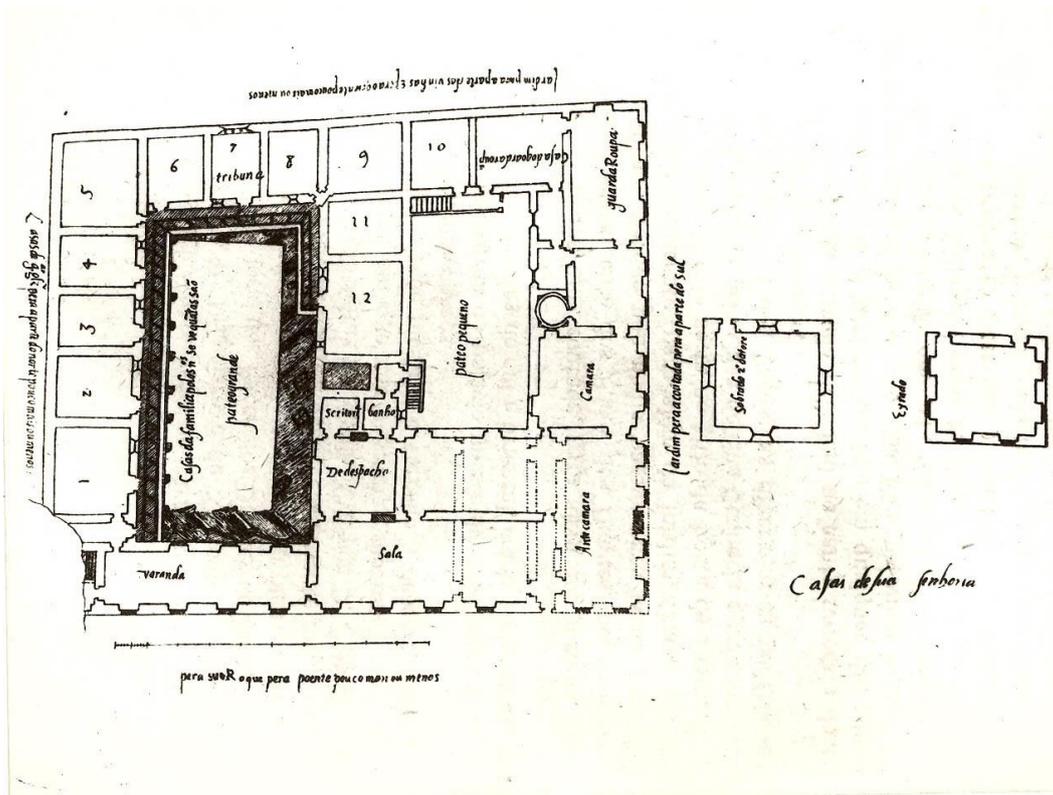


Fig. 132 – Planta do palácio dos Duques dos Duques de Bragança em Lisboa.

Fonte: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/en/fontes-documentais-en/plantas-antigas-en/204-palacio-dos-duques-de-braganca-em-lisboa>

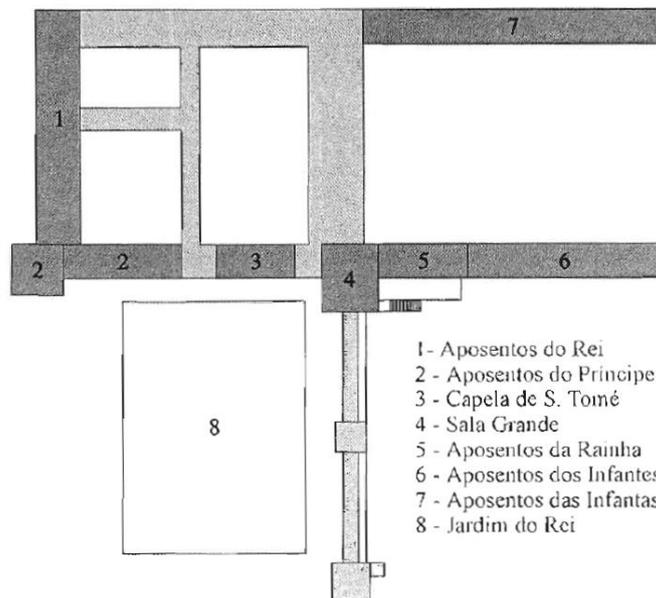


Fig. 13 – Proposta de reconstituição esquemática da planta do Paço da Ribeira.

Fig. 133 – Proposta de reconstrução esquemática da planta do Paço da Ribeira.

Fonte: Senos, N., 2002.



Fig. 134 – Vista de Lisboa da Genealogia dos Reis de Portugal.  
Fonte: British Library, Londres.

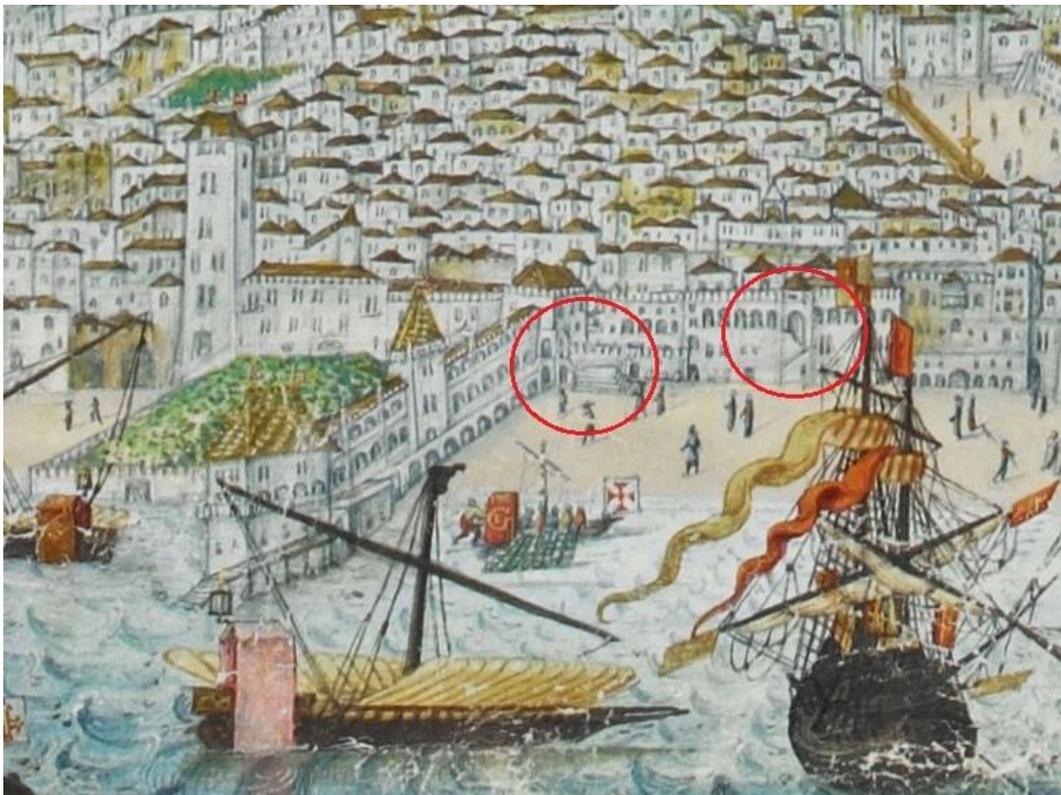


Fig. 134.1 – Detalhe da vista de Lisboa da Genealogia dos Reis de Portugal com indicação das escadas do Paço da Ribeira sobre o Terreiro do Paço.



Fig. 135 – Casa nobre no terreiro de D. João I, Serpa.

Fonte: [https://www.tripadvisor.pt/Attraction\\_Review-g189109-d13820707-Reviews-Casa\\_manuelina\\_em\\_Serpa-Serpa\\_Beja\\_District\\_Alentejo.html](https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g189109-d13820707-Reviews-Casa_manuelina_em_Serpa-Serpa_Beja_District_Alentejo.html)



Fig. 136 – Casa da família Madeira Arrais (pedra de armas quinhentista numa das janelas) que veio a cair na família Garcia Mascarenhas, em Avô. Fotografia de Manuel Ferros.

Fonte: <http://solaresebrasoes.blogspot.com/2018/03/casa-de-bras-garcia-mascarenhas-em-avo.html>



Fig. 137 – Casa manuelina da Praça da República, em São Pedro do Sul. SIPA, DGPC.  
Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=23190](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23190)



Fig. 138 – Escada da casa manuelina da Praça da República. SIPA, DGPC.  
Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=23190](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23190)



Fig. 139 – Casa manuelina, Santa Marinha de Seia.  
Fonte: <http://solaresebrases.blogspot.com/2012/03/casa-manuelina-santa-marinha-de-seia.html>



Fig. 140 – Paço de Donas.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 141 – Casa Melo Alvim, Viana do Castelo.  
Fonte: <https://olharvianadocastelo.blogspot.com/2009/04/viana-do-castelo-casa-dos-melo-alvim.html>



Fig. 142 – Casa dita de Diogo Cão, Vila Real.  
Fonte: Nuno Senos.

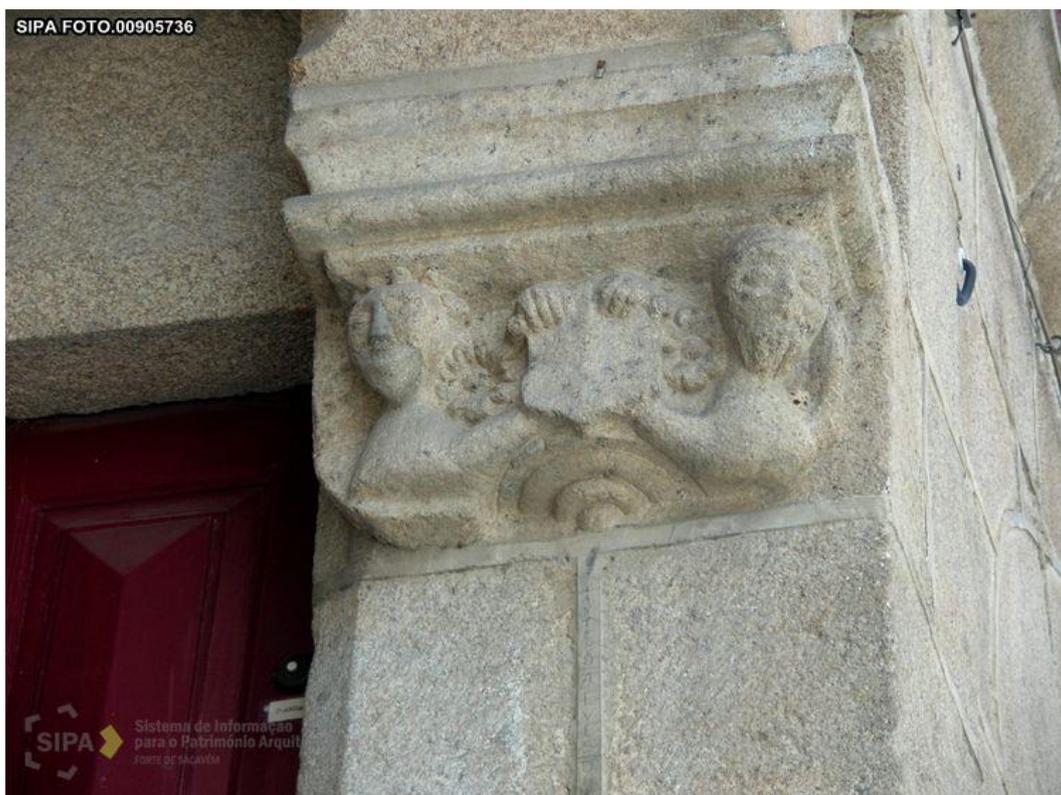


Fig. 143 – Casa dita de Diogo Cão: detalhe de uma das mísulas do arco da escada. SIPA, DGPC.  
Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5834](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5834)



Fig. 144 – Casa dos Luna, Viana do Castelo.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 145 – Casa do Inquisidor, no Pátio do Salema.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 146 – Casa do Inquisidor, no Pátio do Salema.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 147 – Casa do Inquisidor, no Pátio do Salema.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 148 – Casa do Inquisidor, no Pátio do Salema.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 149 – Torre de Penegate. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1135](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1135)



Fig. 150 – Interior de um piso da Torre de Penegate. DGPC.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71729/>



Fig. 151 – Torre de Quintela.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5939](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5939)

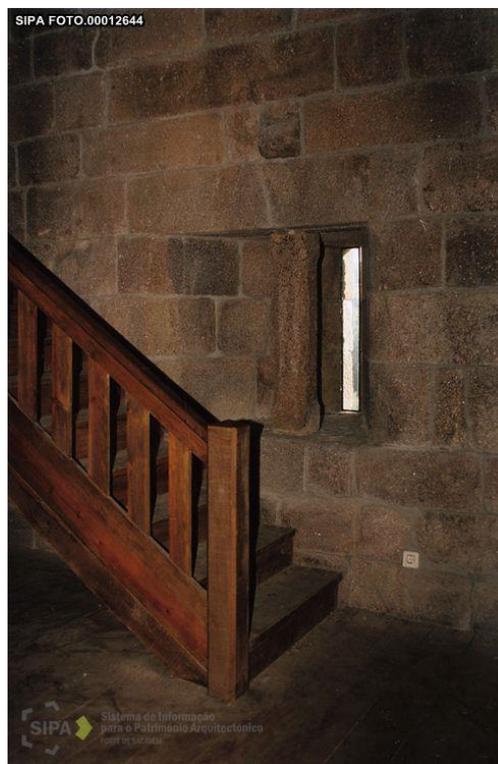


Fig. 152 – Interior da torre de Quintela.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5939](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5939)



Fig. 153 – Escada do Paço do Castelo de Leiria.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70548>



Fig. 154 – Escada de acesso ao interior do Paço do Castelo de Ourém.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69874/>



Fig.155 – Torre de Castro, vista sobre o corpo residencial adossado à torre.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/10092741/>



Fig. 156 – Vista sobre o corpo habitacional adossado à Casa da Torre, em Nogueira do Cravo.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/155814/>



Fig. 157 – Torre do Esporão.

Fonte: [https://www.tripadvisor.pt/Attraction\\_Review-g635881-d7224950-Reviews-Tower\\_of\\_the\\_Esporao\\_Castle\\_of\\_the\\_Esporao\\_Reguengos\\_de\\_Monsaraz-Reguengos\\_de\\_Mon.html](https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g635881-d7224950-Reviews-Tower_of_the_Esporao_Castle_of_the_Esporao_Reguengos_de_Monsaraz-Reguengos_de_Mon.html)



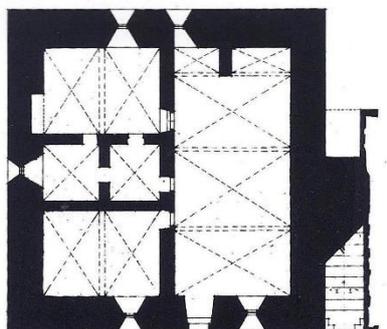
Fig. 158 – Torre das Águias.

Fonte: Nuno Senos.

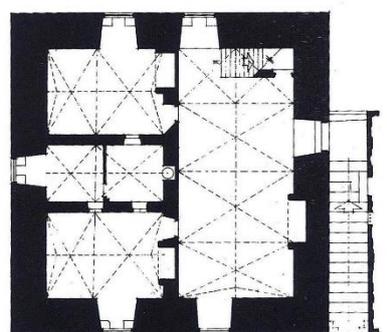
# TORRE DAS ÁGUIAS

MORA, ÉVORA

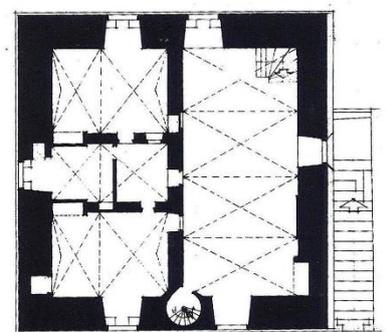
(DGMN, s.d.)



Planta do piso térreo



Planta do 1.º piso



Planta do 2.º piso

Fig. 159 – Plantas dos pisos da Torre das Águias. Desenhos do SIPA, DGPC.  
Fonte: Silva, J. C. V., 2002.



Fig. 160 – Pátio e escada do Paço de Alvito.  
Fonte: Nuno Senos



Fig. 161 – Câmara Municipal de Marialva.

Fonte: [http://monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2929](http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2929)



Fig. 162 – Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Fonte: Nuno Senos



Fig. 163 – Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Fonte: Nuno Senos



Fig. 164 – Paço da Loba, Sernancelhe.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=14832](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14832)



Fig. 165 – Paço da Loba, Sernancelhe.

Fonte: <https://www.allaboutportugal.pt/pt/sernancelhe/monumentos/casa-do-paco-4>



Fig. 166 – Escada do Paço da Loba, vendo-se na base do mainel um balaústre.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/7940878>



Fig. 167 – Casa dos Távoras, Vouzela.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3763](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3763)



Fig. 168 – Casa Soure: vista sobre a cobertura do tabuleiro superior da escada e varanda contígua.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/28095414@N02/36387181576>



Fig. 169 – Casa Soure: vista do interior do tabuleiro superior da escada.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00025376](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00025376)



Fig. 170 – Portal e muro ameado de uma Casa torre no Pátio de São Miguel, Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 171 – Escada de uma Casa torre no Pátio de São Miguel, Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 172 – Escada de uma Casa torre no Pátio de São Miguel, Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 173 – Escada de uma Casa torre no Pátio de São Miguel, Évora.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 174 – Pátio dos Rolins, Moura.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/21285306@N00/14542528680>



Fig. 175 – Escada do paço episcopal de Coimbra antes das intervenções dos séculos XX e XXI.

Fonte: <https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt/coimbra-edificio-na-alameda-julio-153099>



Fig. 176 – A Casa do Outeiro, interessante exemplar renascentista demolido em 2018.  
Fotografia de Victor Nogueira.

Fonte: <https://kantophotomatico.blogspot.com/2016/06/victor-nogueira-1998.html>



Fig. 177 – Casa do Outeiro: detalhe da cobertura do patamar e porta de entrada com pedra de armas de Sás ou Peixotos?

Fotografia de Victor Nogueira.

Fonte: <https://kantophotomatico.blogspot.com/2016/06/victor-nogueira-1998.html>



Fig. 178 – Descobrimiento da Cruz, de Gregório Lopes. Fotografia de Manuel Apóstolo.  
Fonte: Museu de Arte Sacra da Sé de Évora.



Fig. 179 – Detalhe do Descobrimiento da Cruz, de Gregório Lopes. Fotografia de Manuel Apóstolo.  
Fonte: Museu de Arte Sacra da Sé de Évora

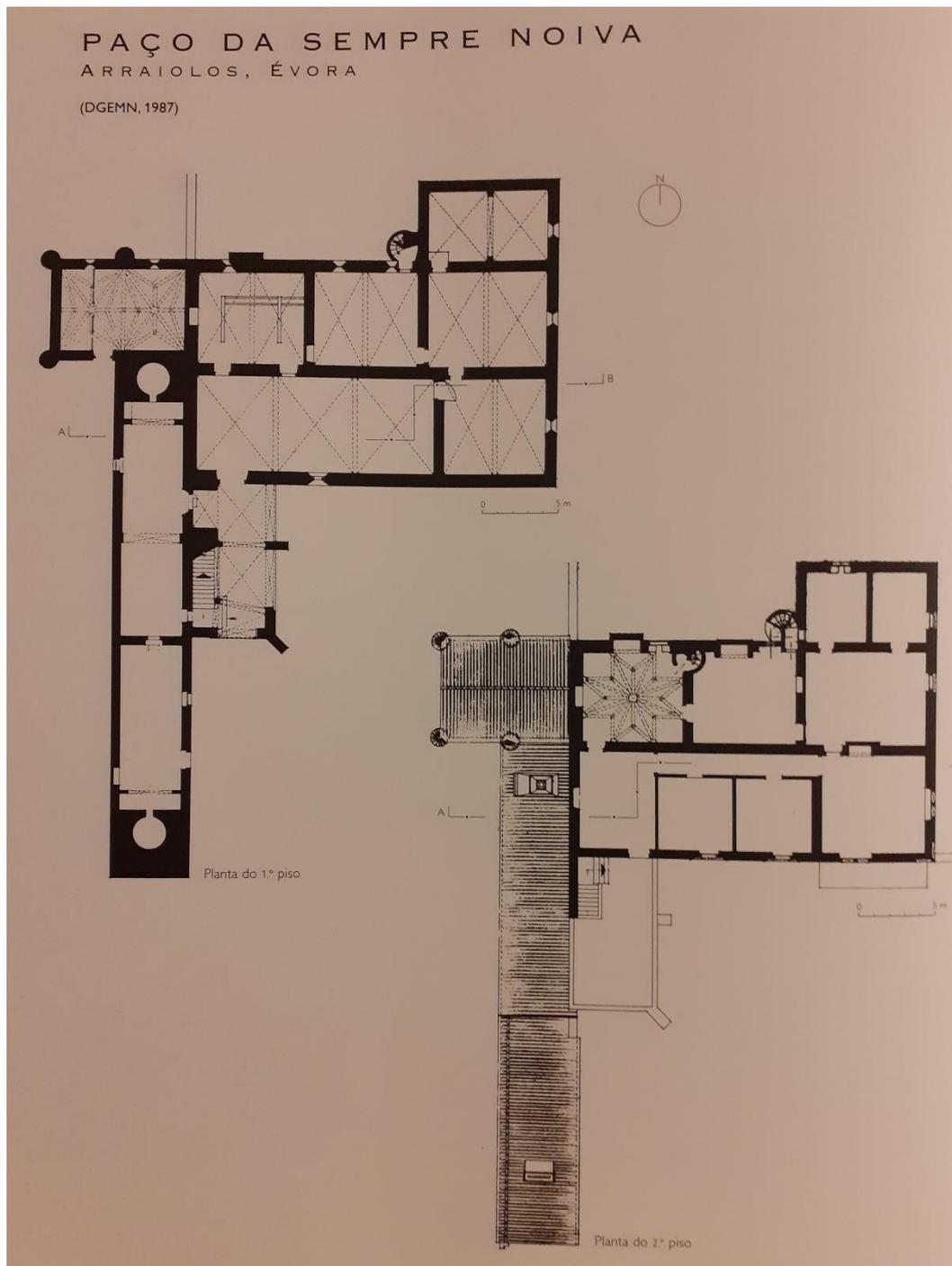


Fig. 180 – Plantas dos dois pisos do Paço da Sempre Noiva. DGEMN, 1987.  
Fonte: Silva, J. C. V., 2002.



Fig. 181 – Paço da Sempre Noiva. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2757](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2757)



Fig. 182 – Escada do Paço da Sempre Noiva. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2757](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2757)



Fig. 183 – Torre da Giesteira. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=34477](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=34477)



Fig. 184 – Torre da Giesteira, vendo-se o corpo do caracol e seu remate cónico. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=34477](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=34477)

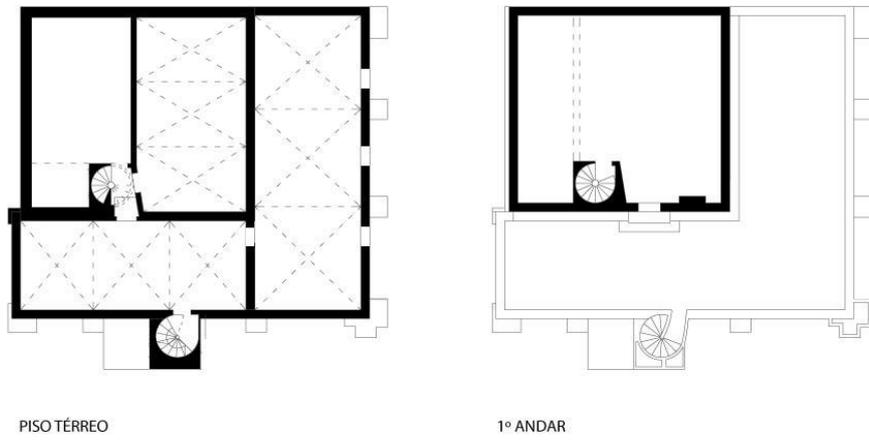


Fig. 185 – Plantas do piso térreo e 1º andar da Torre da Camoeira.  
 Fonte: <https://www.hap.pt/content/torre-da-camoeira>

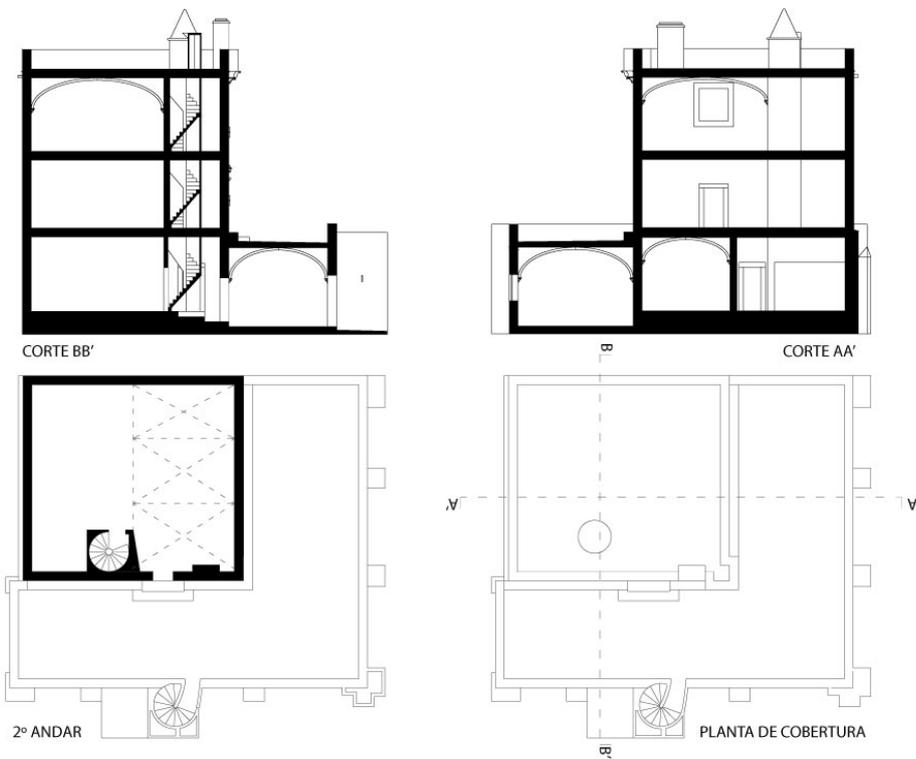


Fig. 186 – Plantas e cortes do 2º andar e cobertura da Torre da Camoeira.  
 Fonte: <https://www.hap.pt/content/torre-da-camoeira>



Fig. 187 – Torre da Camoeira, vendo-se os corpos térreos que se adossaram à torre ainda no século XVI.

Fonte: <https://www.hap.pt/content/torre-da-camoeira>



Fig. 188 – Torre da Camoeira: caracol que sobe do piso térreo até ao eirado, diante da porta do primeiro andar.

Fonte: <https://www.hap.pt/content/torre-da-camoeira>



Fig 189 – Castelo de Valongo, vendo-se a caixa da escada.  
Fotografia de António Carlos Monteiro.

Fonte: <http://porterrasdoalentejo-bruno.blogspot.com/2010/07/castelo-de-valongo-evora.html>



Fig. 190 – Castelo de Valongo: interior da escada. SIPA. DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3939](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3939)



Fig. 191 – Castelo de Evoramonte.

Fonte: <https://www.portugalnummapa.com/castelo-de-evoramonte/>



Fig. 192 – Pilar de uma das salas do Castelo de Evoramonte.

Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 193 – Caracol do Castelo de Evoramonte.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 194 – Torre do Carvalho, em Montemor-o-Novo, vendo-se os ressaltos dos retretes e o corpo do caracol. SIPA, DGPC.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4453](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4453)



Fig. 195 – Outra vista da Torre do Carvalho, vendo-se o corpo do caracol.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4453](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4453)



Fig. 196 – Interior da Torre do Carvalho, sendo visíveis à esquerda os vãos para o caracol e ao meio os vãos para os retretes.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4453](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4453)

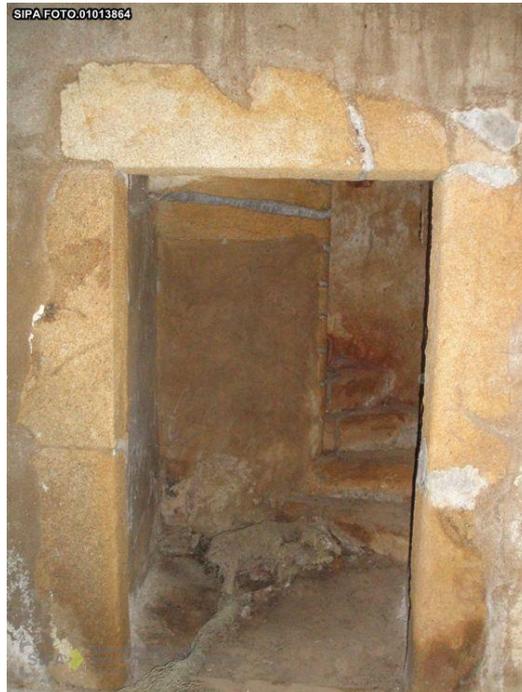


Fig. 197 – Interior do caracol da Torre do Carvalho ao nível da sua base.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4453](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4453)



Fig. 198 – Frontaria do Palácio Ducal de Vila Viçosa sobre o terreiro do paço.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 199 – Escadaria monumental do Paço Ducal de Vila Viçosa.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 200 – Escadaria monumental do Paço Ducal de Vila Viçosa.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 201 – Escadaria monumental do Paço Ducal de Vila Viçosa.  
Fonte: Manuel Apóstolo.

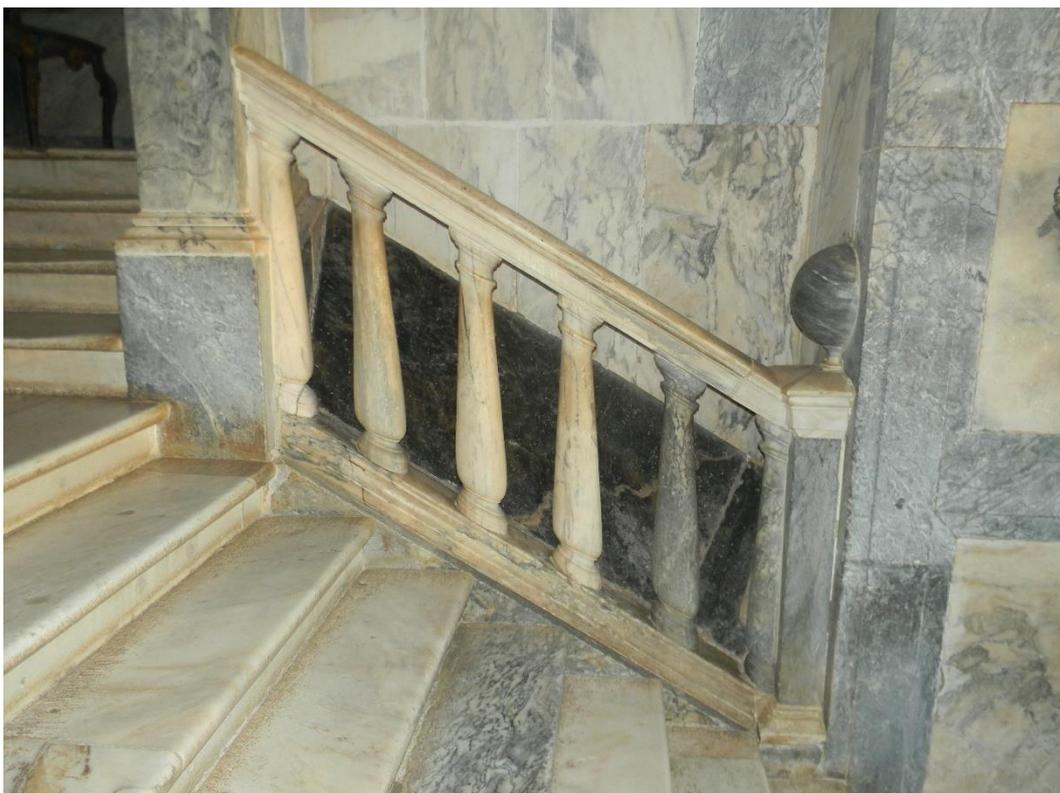


Fig. 202 – Escadaria monumental do Paço Ducal de Vila Viçosa.  
Fonte: Manuel Apóstolo.



Fig. 203 – Escadaria monumental do Paço Ducal de Vila Viçosa.  
Fonte: Manuel Apóstolo.

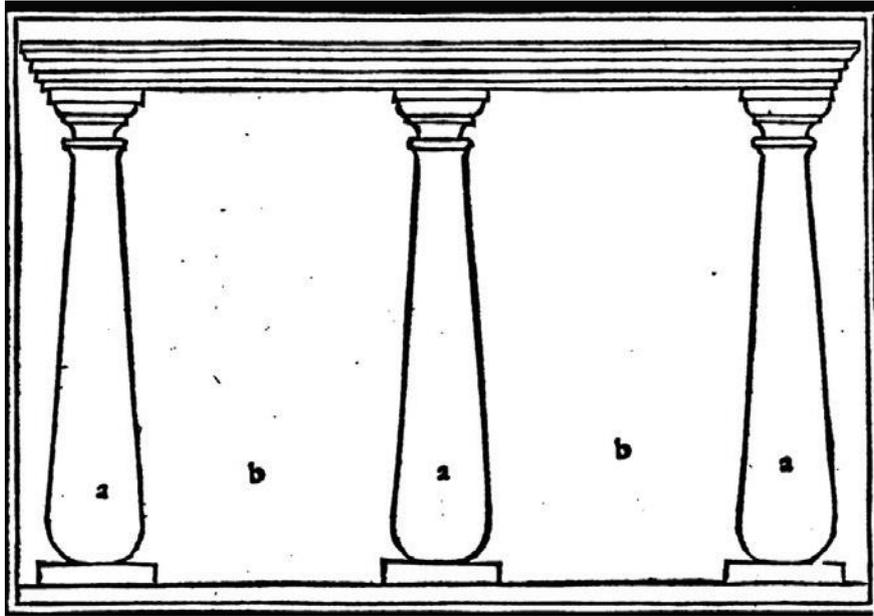


Fig. 204 – Coluna barycephalae, segundo Fra Giocondo, que serviu de modelo para os balaústres da escada monumental de Vila Viçosa.  
Fontes: Fra Giocondo, De Architectura de Vitruvio, Veneza, Livro III, fl. 26; Senos, N., 2018, p. 129.



Fig. 205 – O caracol que parte da antecâmara do duque visto do exterior.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 206 – Represa de cantaria sobre a qual assenta o caracol do aposento do duque.  
Fonte: Nuno Senos



Fig. 207 – Sala Grande do Paço de Vila Viçosa.  
Fonte: Senos, N., 2018, p. 115.



Fig. 208 – Antecâmara do aposento do duque no Paço Ducal de Vila Viçosa. A encarnado está marcada a porta para o caracol.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 209 – Câmara de dormir do duque no Palácio Ducal de Vila Viçosa.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 210 – Despacho do duque no Palácio Ducal de Vila Viçosa.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 211 – Oratório do aposento do duque.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 212– Detalhe do eirado identificado no Paço Ducal de Vila Viçosa.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 213 – Vestígios da arcada do passadiço que ligava o Paço de Vila Viçosa ao Convento das Chagas.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 214– Um dos dois corredores do Paço de Vila, construídos na campanha de 1559-1563.  
Fonte: Senos, N., 2018, p. 125.

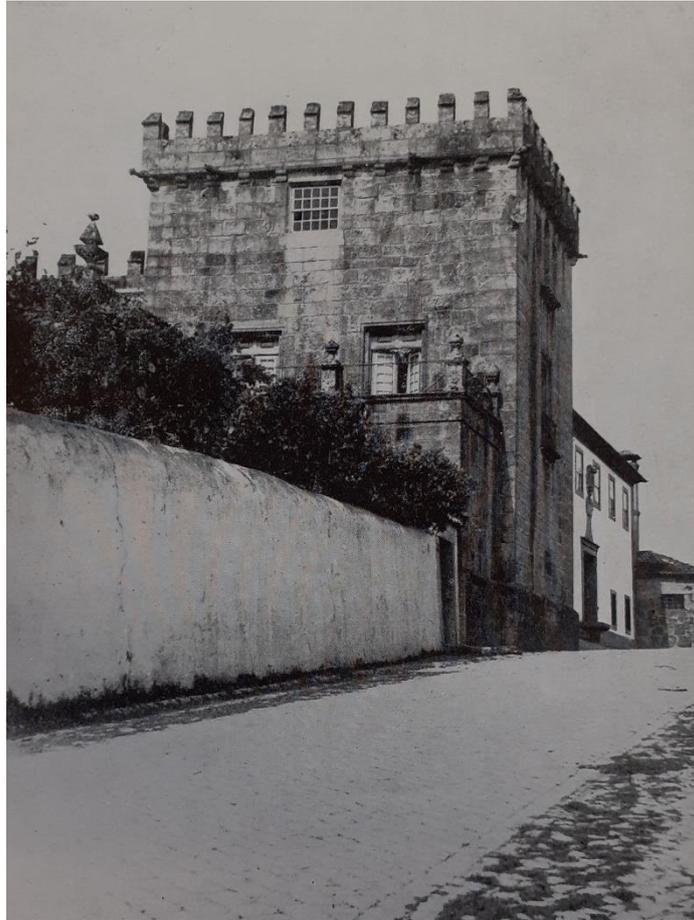


Fig. 215 – Exterior da Torre de Azevedo.  
Fonte: Azevedo, C., Solares Portugueses, 1969.

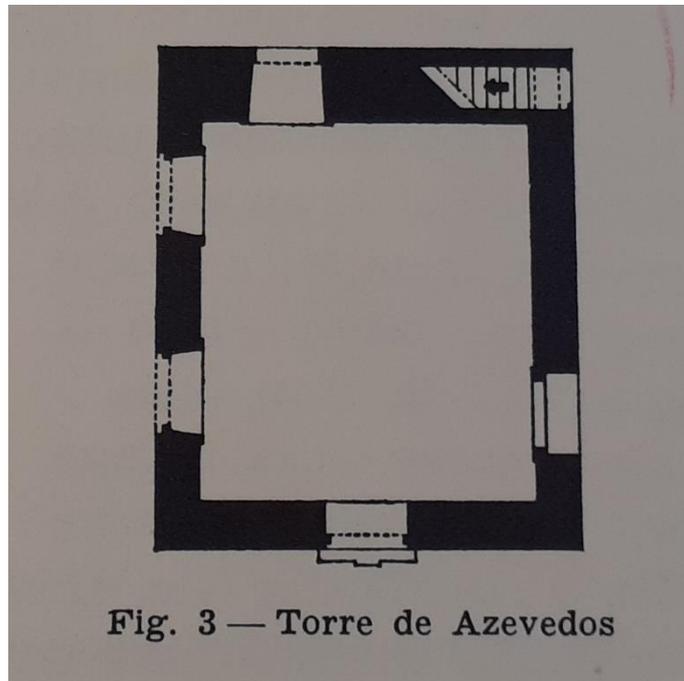


Fig. 3 — Torre de Azevedos

Fig. 216 – Planta da Torre de Azevedo, vendo-se a escada na espessura do muro.  
Fonte: Azevedo, C., Solares Portugueses, 1969.



Fig. 217 – Escada no mosteiro dos Jerónimos construída na espessura do muro que divide a igreja do claustro (permitindo o acesso ao piso superior do claustro e coro alto).

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 218 – Escada do Convento de Cristo, Tomar, construída na espessura dos muros do claustro grande (permitindo a comunicação entre os dois pisos).

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 219 – Planta do Paço de Sintra. DGEMN, 1965.  
 Fonte: Silva, J. C. V., 2002.



Fig. 219.1 – Detalhe da planta do Paço de Sintra com os seguintes espaços assinalados: A – caracol; B – Sala dos tudescos (antigo eirado); C – Sala dos Cisnes (antiga Sala Grande); D – Sala da ala manuelina; E – antecâmara da ala manuelina.



Fig. 220 – Palácio de Sintra.

Fonte: <https://www.timetravelturtle.com/sintra-day-trip-lisbon-portugal/>

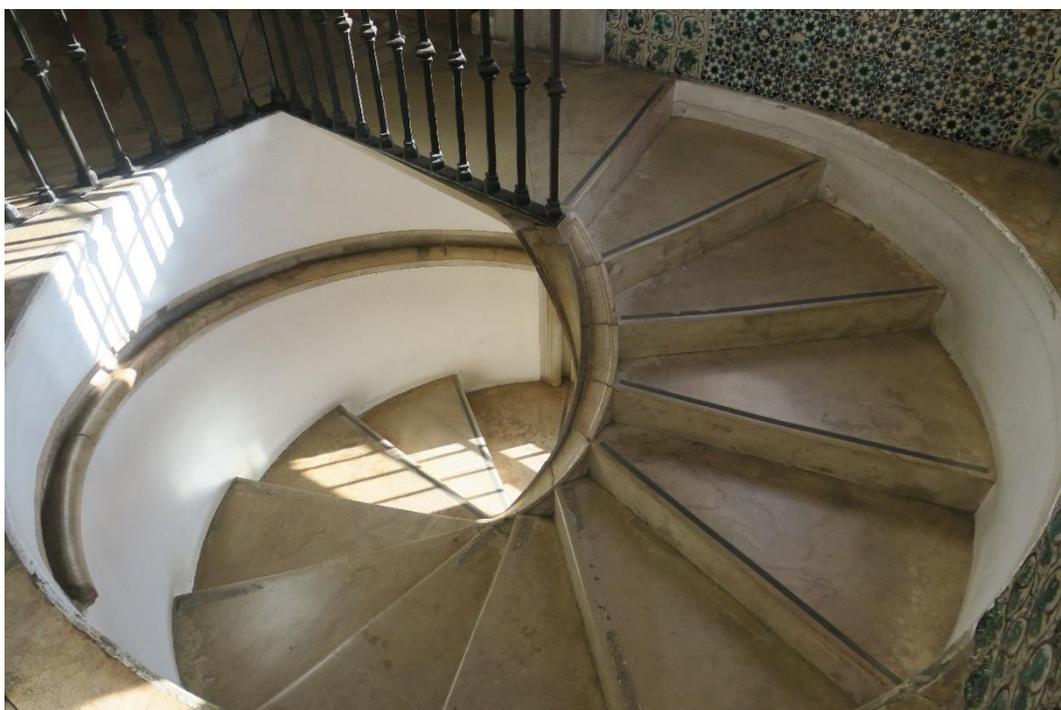


Fig. 221 – Escada em caracol do Paço de Sintra.

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 222 – Vista do eirado (Sala dos Tudescos) para a Sala dos Cisnes.

Fonte: Nuno Senos.

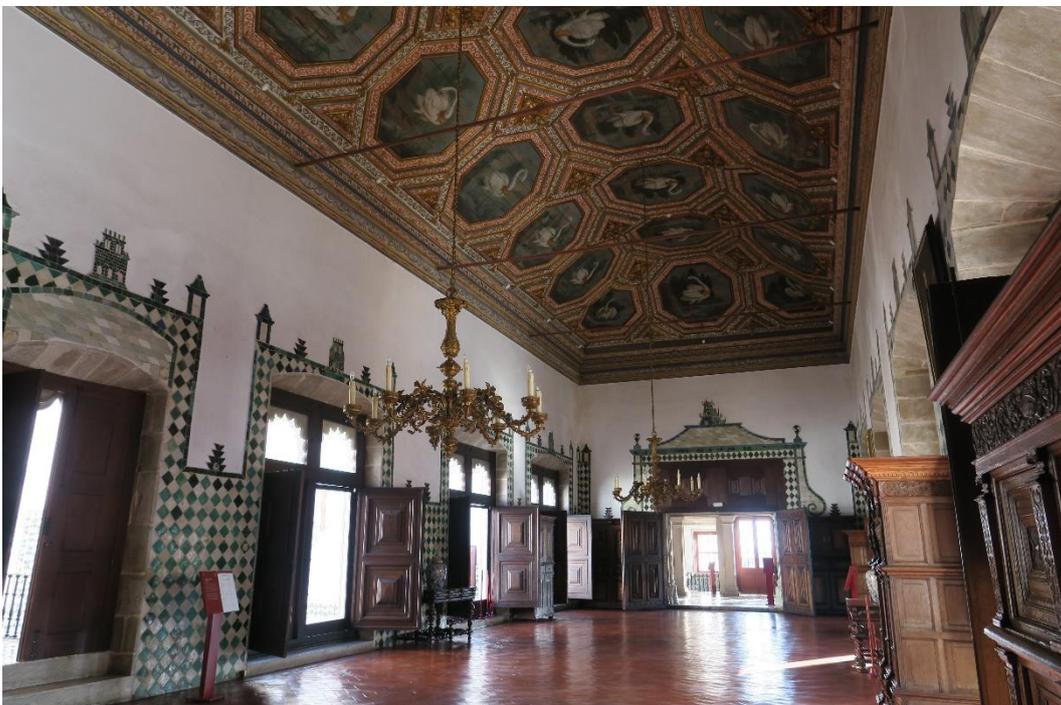


Fig. 223 – Sala dos Cisnes (Sala Grande)

Fonte: Nuno Senos.



Fig. 224 – Vista do eirado (Sala dos Tudescos) para a Sala da ala manuelina.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 225 – Porta da sala da ala manuelina.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 226 – Sala da ala manuelina.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 227 – Duas portas da sala da ala manuelina: a da esquerda, mais desenvolvida, leva à antecâmara; a da direita, mais sóbria, a uma varanda.  
Fonte: Nuno Senos.



Fig. 228 – Vista sobre o Convento da Conceição e o Paço dos Infantes, vendo-se ao meio o passadiço para o coro-alto.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006513](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006513)

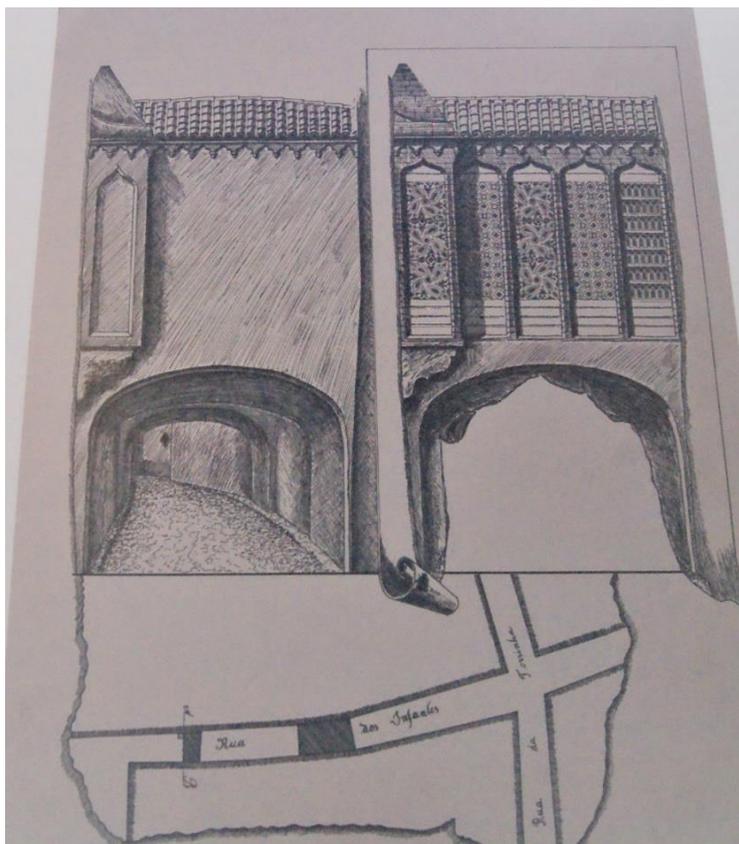


Fig. 229 – Desenho do desaparecido passadiço que ligava o Paço dos Infantes ao Convento da Conceição de Beja.

Autor: Rosa Mendes Júnior, 1894.

Fonte: Martins, N., 2019, p. 59.



Fig. 230 – Reconstrução de um trecho do passadiço a partir de fragmentos originais, existente no Museu de Beja.  
Fonte: Manuel Apóstolo.

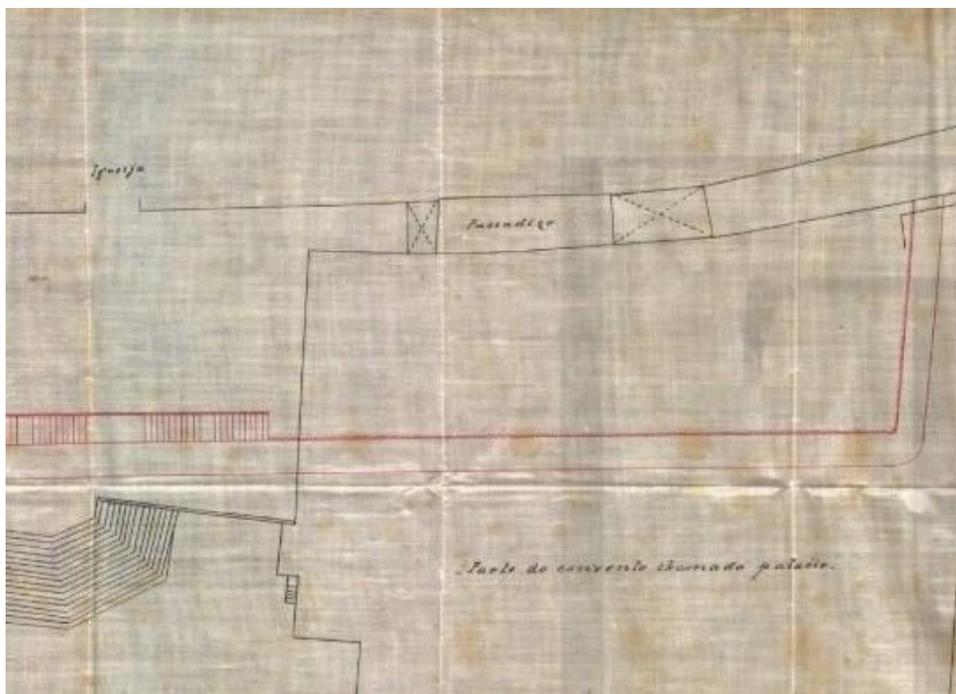


Fig. 231 – Pormenor da carta topográfica de Beja, datada de 8 de Maio de 1888, vendo-se os dois passadiços que uniam o Paço dos Infantes ao Convento da Conceição.  
Autor: Eduardo da Silva Valente.  
Fonte: Martins, N., 2019, p. 125.



Fig. 232 – Escadaria do Palácio de Aljaferia, em Saragoça.  
Fonte: Nuno Senos.